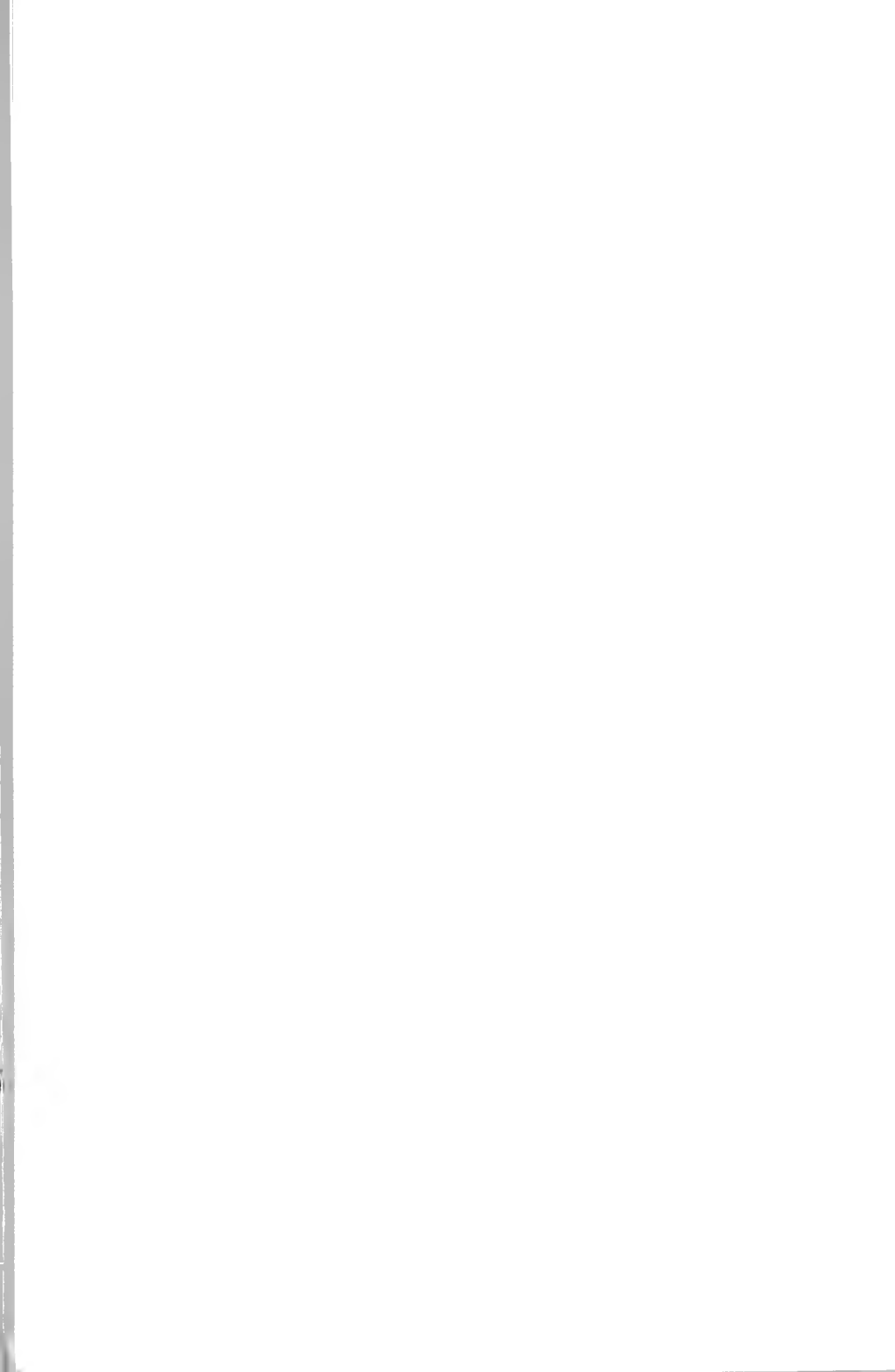


Ferruccio Rossi-Landi

**A LINGUAGEM
COMO TRABALHO
E COMO MERCADO**

uma teoria da produção e
da alienação lingüísticas

Tradução de
AURORA FORNONI BERNARDINI



Título original: "Il Linguaggio come lavoro e come mercato"

© 1968 Gruppo Editoriale Fabbri — Bompiani, Sonzogno, Etas S.p.A., Milano

Capa: Isabel

Composição: Intertexto

**CIP-Brasil. Catalogação-na-Publicação
Câmara Brasileira do Livro. SP**

R742L Rossi-Landi, Ferruccio. 1920-1985.
A linguagem como trabalho e como mercado : uma teoria da produção e da alienação lingüísticas / Ferruccio Rossi-Landi ; tradução de Aurora Fornoni Bernardini. — São Paulo : DIFEL, 1985.

Bibliografia.

1. Comunicação lingüística 2. Linguagem — Filosofia 3. Lingüística 4. Semiótica I. Título. II. Título : Uma teoria da produção e da alienação lingüísticas.

	17. e 18.	CDD-401
	17. e 18.	-149.94
	17.	-001.5
	18.	-001.54
85-1444	17. e 18.	-410

Índices para catálogo sistemático:

1. Comunicação lingüística 001.5 (17.)
2. Linguagem : Filosofia 401 (18.)
3. Lingüística 410
4. Semiótica : Filosofia 149.94

1985

Direitos para a língua portuguesa, no Brasil, adquiridos por:



Sede:

Av. Vieira de Carvalho, 40 — 5.º andar — CEP 01210

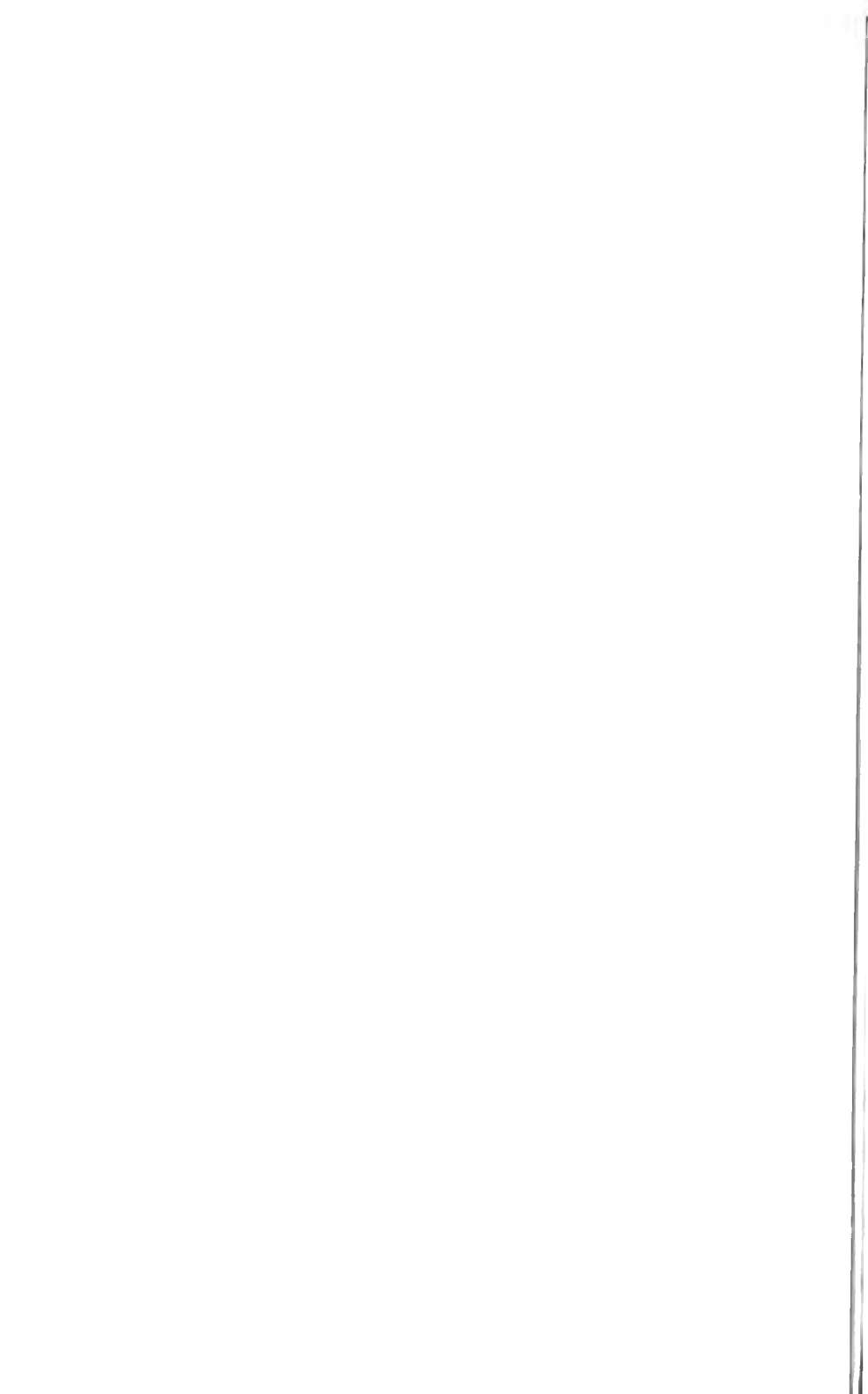
São Paulo — SP — Tel.: 221-5388

Telex: 32294 DFEL-BR

Vendas:

Rua Doze de Setembro, 1305 — V. Guilherme — CEP 02052

São Paulo — SP — Tel.: 267-0331



APRESENTAÇÃO

Durante as últimas três décadas, verificou-se o acelerado desenvolvimento da lingüística e da semiótica, a traduzir-se pela profunda renovação metodológica, sensível ampliação dos seus campos de atuação, constante aperfeiçoamento da metalinguagem e dos instrumentos de análise, notável incremento das investigações interdisciplinares e multidisciplinares. Situadas na área a um tempo rica e complexa das ciências humanas e sociais, a ciência da linguagem e a ciência da significação levaram a efeito intensa produção de trabalhos de grande relevância científica e interesse social, frutos do esforço incessante de numerosos pesquisadores de alto padrão.

Entre os mais conceituados lingüistas e semioticistas contemporâneos merece ser mencionada, sem dúvida, a figura humana e intelectual, a todos os títulos exemplar, do Professor Ferruccio Rossi-Landi. Professor Titular da Universidade de Trieste, onde coordenava a área de Pós-Graduação em Filosofia, havia sido anteriormente Professor das Universidades de Milão e Pavia, Professor Visitante das Universidades de Texas e Michigan, nos E.U.A., da Universidade de Oxford e de outras importantes Universidades européias, fundador e editor da revista *Ideologie*, fundador e co-editor da revista *Scienze umane* e membro fundador da Associação Internacional de Semiótica. Dedicou-se a um amplo leque de estudos, que concernem à semiótica geral, à semântica, à filosofia lingüística e à filosofia da linguagem, e de outros sistemas de signos, à teoria da linguagem vista como um setor da sociedade, à teoria marxista, à teoria da ideologia, especialmente como um objeto de pesquisa semiótica, à teoria da reprodução social e à posição

dos sistemas de signos em relação a esta, a problemas vários da produção e da circulação dos bens lingüísticos e da comunicação, à filosofia e à metodologia da ciência.

Pensador lúcido e intelectual vigoroso, recusou-se a aceitar certas posições dogmáticas em moda nos anos sessenta, como ele próprio o assinala no “prefácio” da edição brasileira de *Il linguaggio come lavoro e come mercato*, ou seja, a posição de alguns especialistas das ciências humanas que consideravam o marxismo como ‘pouco científico’ e, por outro lado, a posição de certos cientistas sociais, que viam a semiótica como ‘produto neo-capitalista’ passando a empreender com enorme esforço e resultados mais que apreciáveis, um projeto extremamente importante, tendo em vista a elaboração de uma teoria semiótica marxista.

De sua vasta obra, não poderíamos deixar de citar aqui: *Il linguaggio come lavoro e come mercato*, acima mencionada, Milano, Bompiani, 1968¹, 1973², 1983³, traduzida em várias línguas e, agora, em português, em publicação pela DIFEL; *Significato, comunicazione e parlare comune*, Padova, Marsilio, 1961¹, 1983²; *Semiotica e ideologia*, Milano, Bompiani, 1972¹, 1979²; *Ideologies of linguistics relativity*, The Hague, Mouton, 1974; *Linguistics and economics*, The Hague, Mouton, 1976; *Ideologia*, Milano, ISEDI, 1978; 2.^a ed., Milano, Mondadori, 1982; *Metodica filosofica e scienza dei segni*, Milano, Bompiani, 1985.

Quando se preparava para vir ao Brasil, onde ministraria uma disciplina sobre “Signos, linguagem e ideologia”, no Curso de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade de São Paulo, o Professor Rossi-Landi, encontrando-se no apogeu de sua carreira científica, veio a falecer, prematuramente, em 5 de maio de 1985. Seu passamento constitui perda irreparável para a comunidade científica internacional. Ele soubera, como poucos, aliar a competência científica à responsabilidade política e social, oferecendo invariavelmente a sua amizade e o seu estímulo aos colegas, aos amigos, aos discípulos. Sua obra e seu exemplo, no entanto, permanecem vivos entre nós, como generoso incentivo a todos aqueles que se dedicam às ciências do homem, em favor do homem.

São Paulo, 27 de julho de 1985
Cidmar Teodoro Pais

Prefácio à edição brasileira

Como este livro chega aos leitores brasileiros de uma situação cultural que é distante seja no tempo seja no espaço — quem sabe em certa medida chegue “de um outro mundo” —, parece-me útil explicar-lhes a sua origem, descrevendo brevemente a situação na Itália, quando ele foi escrito, e situando-o no contexto de minha produção prévia e posterior, de acordo com o princípio de que a gênese das coisas encontra-se ao menos parcialmente depositada em sua estrutura.

Acredito, na medida em que se trate de idéias, que *A linguagem como trabalho e como mercado* é um livro orgânico. Suas várias partes vieram todas de um enorme manuscrito que comecei a escrever no início da década de 60 e que permanece em parte ainda inédito. Mas o livro, como os leitores o vêem agora, é constituído por vários textos que se tornaram autônomos, para poderem ser publicados separadamente. Seus sete capítulos são sete ensaios escritos de 1964 a 1968. Cinco deles foram publicados independentes um do outro, em três revistas diferentes da esquerda italiana de 65 a 67. O sexto só apareceu quando, em 68, foi publicada a edição italiana do livro e o sétimo foi lido num congresso em 68, aparecendo em seus Anais em 1970 e foi acrescentado à segunda edição italiana de 1973, na qual está baseada a presente tradução. Ulteriores detalhes serão encontrados nas notas referentes ao título de cada capítulo.

Os ensaios visavam contradizer algumas tendências culturais dominantes, na tentativa de mudar alguns de seus princípios básicos, tanto pela introdução de novas idéias quanto pela construção de novas

relações entre as idéias que já estavam sendo discutidas. Simplificando, havia então uma grande divisão entre “cientistas sociais”, habitualmente mas não necessariamente marxistas, ortodoxos ou não ortodoxos, e “cientistas humanos”, denominação que eu uso aqui para referir-me a estudiosos especializados, e muitas vezes confinados, a alguns campos de indagação como a lingüística, a crítica literária, a antropologia ou a psicologia. Os estudos semióticos na época eram desconsiderados seja pelos cientistas sociais, seja pelos cientistas humanos. Claro que as atitudes dos dois grupos eram diferentes. Os marxistas consideravam a semiótica e as outras ciências humanas como “burguesas” e “separatistas”, enquanto os cientistas humanos consideravam o marxismo como “não-científico”, ou “científico em campos que não são os nossos”. Conseqüentemente, os marxistas desprezavam a semiótica, enquanto os cientistas humanos *a temiam*, devido a seu poder unificador de ciência generalizada de *todos* os sistemas de signos. Os dois grupos não conheciam a semiótica, mas as auto-justificativas eram de novo diferentes. Muitos marxistas se colocavam na posição de recusar novas idéias e novas técnicas intelectuais, com o argumento de que elas eram de “descendência neocapitalista.” Com essa visão restrita, eles confirmavam sua atenção à origem das idéias (ou àquilo que eles achavam que seria sua origem) e se recusavam a operar com elas de modo criativo. Os estudiosos especializados nas ciências humanas não apenas eram insensíveis à psicologia social (sem mencionar a dialética da teoria e da prática), gostavam de usar certos para-olhos que lhes impediam de olhar para além de sua especialização. Os últimos apenas cultivavam seu jardim, enquanto os primeiros recusavam admitir que existiam outros jardins a serem cultivados.

A luta que travei nos ensaios do livro dirige-se contra estes e aqueles. Minha intenção era não apenas a de contribuir para a introdução da semiótica na cultura italiana ou mesmo continental, mas, ao mesmo tempo, a de tentar esboçar os traços de uma *semiótica marxista*. Isso implicou, por um lado, na tentativa de convencer meus colegas marxistas de que a semiótica, longe de estar fadada a permanecer “neocapitalista”, podia ser usada dentro de nossa visão de mundo, de acordo com nossos princípios e para nossos fins comuns. Uma de minhas principais linhas de ataque consistia aqui em asseverar que o próprio Marx, especialmente na análise da mercadoria, tinha indiretamente fundado uma semiótica não-separatista, indicando claramente ao mesmo tempo algumas funções básicas da comunicação

social e os limites sociais da comunicação, em particular a impossibilidade de se reduzir a dinâmica social apenas a sistemas de signos, o que não passaria de uma redução idealista. Por outro lado, porém, eu também desenvolvia uma abordagem contra o separatismo de tantos especialistas, tentando mostrar que suas atividades limitadas podiam ser reconduzidas a uma ciência generalizada de todos os sistemas de signos e ganhar com isso uma relevância maior. Havia ainda outra dimensão que, quem sabe paradoxalmente, era importante para ambas as finalidades. Trata-se de resgatar o poder intelectual da metodologia marxista. Num nível mais profundo, significava uma revalorização de *Marx-enquanto-pensador*, figura essa, por sinal, bastante abusada pelo uso freqüentemente indiscriminado de suas idéias, por tantos e tão diferentes movimentos políticos.

Pode ser significativo o fato de que os ensaios desse livro tenham sido escritos em meados da década de 60 e que a primeira edição da obra tenha aparecido em setembro de 1968. Resta, porém, o fato de que naquela época eu estava me dirigindo a meus colegas de universidade e queria que me levassem a sério. Tinha que evitar cuidadosamente dar-lhes a oportunidade de descartarem minha crítica e minhas propostas com a desculpa de que elas não eram científicas, naturalmente de acordo com seus próprios critérios. Desse modo eu deliberadamente tive que ater-me às principais regras do jogo, tais como extrair acuradamente citações de clássicos importantes, super-respeitar certos contemporâneos, mesmo quando, em minha opinião, eles falhavam justamente nos pontos essenciais, e escrever num estilo suficientemente sério. Hegel e Marx para os marxistas, Saussure e Wittgenstein para os cientistas humanos, uma exposição erudita para uns e outros. Minha opinião, hoje em dia, é que esses ensaios estão datados, em face da nova situação cultural que se desenvolveu nos últimos quinze anos, ou por aí, e em relação ao modo como foram escritos. Meus livros seguintes foram se tornando aos poucos cada vez menos acadêmicos e mesmo a exposição, cada vez menos altissonante. Na realidade, eu desenvolvi um desgosto cada vez maior para com os intelectuais que se arrogam o papel de estar interpretando ou mesmo representando os interesses de grupos sociais espoliados ou marginalizados, para não falar das “massas”, e que expõem tal convicção em termos de uma prosa acadêmica abstrusa e emaranhada, cheia de neologismos dificilmente compreensíveis fora da igreja ou grupelho do qual fazem parte.

Mas eu estava dizendo que, quando esses ensaios foram publicados pela primeira vez, a semiótica era desprezada. Aqui posso puxar a brasa para a minha sardinha. Em 1953, eu publiquei um livro sobre Charles Morris, onde, entre outras coisas, apresentava-o como o principal iniciador de semiótica do século XX¹. Não houve reação alguma em relação à nova disciplina: o livro foi considerado apenas como uma monografia sobre um filósofo americano contemporâneo, de certa tendência neopositivista ou pragmática. Em 1961, publiquei *Significato, comunicazione e parlare comune (Significado, comunicação e falar comum)*² /uma espécie de *parole* coletiva/. Citando de sua introdução, tratava-se de uma tentativa de “enxertar algumas técnicas lógico-lingüísticas (derivadas principalmente de Wittgenstein e da filosofia analítica, da semiótica, do operacionalismo e da tradição italiana centrada em Vailati) no tronco do historicismo continental (não-idealístico)”. Era um estudo “das condições de significado dentro da fala comum” e “nada tinha a ver com o culto da assim chamada linguagem cotidiana ou com outras sensaborias filológicas ou matematicizantes que... embotavam a habilidade e o desejo de pensar por meio de problemas.” De fato, o livro continha uma discussão crítica veemente de algumas das noções centrais da filosofia analítica ou da filosofia da linguagem e introduzia a noção de *falar comum*, como sendo o conjunto das técnicas usadas para a comunicação e ensinadas de uma geração a outra como parte relevante ou mesmo central da *prática social*. Muitas das idéias do presente livro já estavam naquele, mesmo se em estado embrionário. Este, aliás, é o motivo de eu as estar descrevendo aqui. Novamente, em 1961, o livro foi visto erroneamente como apenas uma contribuição para a filosofia analítica, e isto a despeito do fato de que seu vigamento provinha de Vico, Kant, Hegel, Marx e Peirce — sem mencionar Bradley, o cético. O “tronco” foi ignorado tal como as operações de enxerto; só foram considerados os estouros. Foi uma reação tipicamente conservadora. Se as operações de enxerto tivessem sido consideradas, então a pre-

1. *Charles Morris*, Roma-Milão-Bocca, 1953, 295 pp. Reeditado, sem alterações com um ensaio ulterior em *Charles Morris e la Semiotica novecentesca*, Milano: Feltrinelli-Bocca, 1975, 226 pp.

2. *Significato, comunicazione e parlare comune*, Pádua-Marsilio, 1961, 291 pp. Reeditado sem alterações substanciais e com uma nova introdução em 1980, Veneza: Marsilio, 292 pp.

sença do tronco teria que ser reconhecida e isso implicaria no perigo de impedir as repetições ociosas do comentário sobre o tronco em seu isolamento.

Como este não é certamente o lugar para um retrospecto, ainda que sumário, da cultura italiana e de suas relações com outras culturas européias e americanas, contento-me em dizer que a situação começou a mudar na metade da década de 60. A mudança foi tão vigorosa que se pode dizer com segurança que a semiótica, como vasta família de disciplinas que estudam toda espécie de sistemas de signos, é atualmente um traço importante e quem sabe até mesmo central da cultura italiana. Charles Sanders Peirce e Charles Morris — o fundador americano e o re-fundador da semiótica, juntamente com John Dewey, George Herbert Mead e muitos outros são nomes bastante conhecidos e existe uma vasta literatura na Itália sobre eles, para a qual contribuíram não apenas semioticistas profissionais e filósofos, mas também cientistas humanos de outros campos. Este interesse cultural é comprovado também por eventos institucionais. Por exemplo, o primeiro congresso mundial da Associação Internacional de Estudos Semióticos realizou-se em Milão, em 1974, e, um ano mais tarde, a primeira cadeira de semiótica no mundo foi instituída na Universidade de Bolonha. É preciso dizer que o interesse dos italianos por Peirce, Morris e a semiótica em geral foi fornecido pela tradição local analítica e pré-estruturalista, cujos principais representantes são Cattaneo, Peano, Vailati, Calderoni, Enriques e Colorni. Ela certamente contribuiu para a formação relativamente precoce da escola semiótica italiana e para a sua difusão em todos os meios culturais³. Existem agora numerosas escolas e é digno de nota o fato de que, embora a linha divisória principal continue sendo a que existe entre marxistas e não-marxistas, a linha em si, por assim dizer, deslocou-se para além do marxismo. Em outras palavras, muitos marxistas aceitam hoje a semiótica e alguns deles contribuíram com livros e ensaios para uma abordagem social e completamente historicizada dos problemas se-

3. Para informações mais detalhadas posso referir-me a "Signs about a master of signs", *Semiotica* XIII, 1975, pp. 155-197; "On some post-Morri-sian problems", *ars semeiotica*, 1:3, 1978, pp. 3-32; "Wittgenstein, old and new", *ars semeiotica*, IV:1, 1981, pp. 29-51 e aos verbetes (em ordem cronológica) Cattaneo Peano, Vailati, Calderoni, Enriques e Colorni em *The Encyclopedia of Philosophy*, 8 vols., New York, Mac Millan Co. & Free Press, 1967.

mióticos. Na Itália existe também uma semiótica marxista: este resultado, apesar da resistência inicial, foi também possibilitado pelo fato de que a cultura italiana, ainda mais do que a francesa, tem um componente marxista básico que deve ser reconduzido a Labriola e Gramsci, de modo que, mais cedo ou mais tarde, novas idéias são absorvidas por ela. O processo foi ajudado também pela evolução da maior eleição livre do partido comunista e pela existência de muitos outros movimentos de esquerda, representados ou não no Parlamento. Deve-se acrescentar aqui que uma metodologia marxista e uma visão de mundo marxista são aceitas e praticadas inclusive por muitos estudiosos não comunistas.

Talvez agora seja oportuno descrever brevemente do que trata este livro. Começa com um ensaio sobre Wittgenstein e sobre onde situar seu legado dentro da moldura mais ampla de uma crítica da alienação. A idéia é que uma interpretação marxista de um autor tão amplamente conhecido por filósofos e lingüistas seria a melhor introdução para o resto do livro. Este ensaio não foi o primeiro da série, por isso ele utiliza idéias que aparecem desenvolvidas em seguida, nos outros capítulos do livro. Os capítulos II (“A linguagem como trabalho e como mercado” — que dá o nome ao livro) e III são os mais antigos (1964) e contêm, condensadas, muitas idéias que foram desenvolvidas mais tarde seja em outros capítulos, seja em outros livros. A digressão sobre alguns problemas da alienação e da ideologia, que constitui o capítulo IV, prepara o caminho para outras indagações sobre a língua, comunicação e alienação lingüística, analisadas do ponto de vista apresentado nos primeiros três capítulos. Essas indagações outras concernem, em primeiro lugar, à “homologia da produção”, *i. e.*, à relação genética que pode ser encontrada nos dois campos da produção material e lingüística, geralmente separados (para uma formulação mais rigorosa sobre o assunto remeto aos capítulos seguintes, V e VI) e em segundo lugar, à existência de dimensões comunicativas que merecem ser chamadas de “capital lingüístico” e de “propriedade privada da linguagem” (cap. VII). Os últimos três capítulos são uma tentativa de diminuir a distância entre o estudo da língua (e em geral dos sistemas de signos) e o estudo da situação humana alienada, em seus vários aspectos de falsa consciência, falso pensamento e falsa práxis.

Os livros que seguiram a este e desenvolveram alguns de seus princípios mais importantes, acrescentando novas idéias e fazendo incursões em diferentes campos, deveriam interessar aos estudiosos que

desejassem situar *A Linguagem como trabalho e como mercado* no lugar que lhe pertence e que estivessem procurando avaliar as implicações das idéias que aparecem pela primeira vez neste livro. Em inglês publiquei *Linguistics and Economics*⁴, escrito em 1970-71 e publicado pela Mouton em 1974 e *Ideology of linguistic relativity*, tradução de um dos ensaios contidos no livro que veio logo em seguida a este, *Semiotica e Ideologia*. Há ainda um livro sobre ideologia (*Ideologia*), publicado na Itália em 1978, um desenvolvimento detalhado e laborioso do Capítulo VI deste livro. Uma terceira coletânea de ensaios *Metodica filosofia e scienza dei segni* acaba de ser editada na Itália, pela editora Bompiani (1985).

Qual é porém, agora, o eixo teórico em volta do qual giram todos esses estudos? Para responder a esta questão, do meu ponto de vista de autor, creio poder parafrasear algo que disse no prefácio da segunda edição italiana e que repeti na edição alemã. Depois de tantos anos nesse campo, diria que aquilo que emerge diante de meus olhos de forma bastante nítida, é uma nova abordagem da teoria marxista das relações entre estrutura e superestrutura. Para dizê-lo em poucas palavras, é a hipótese de trabalho de que as dificuldades sempre recorrentes no estudo das relações entre estrutura e superestrutura provêm da ausência de um elemento de mediação. Este elemento só poderia começar a emergir no estudo marxista de uma *nova* realidade, a realidade do neocapitalismo com suas novas maneiras de produzir o consenso pela *mass-media* e pela doutrinação simbólica. Este elemento de mediação é a totalidade dos sistemas de signos, verbais e não-verbais, que operam em toda comunidade humana e que podem ser imediatamente usados agora pela primeira vez. Se a hipótese for correta, então as peças do jogo não são duas, mas sim, três: aos modos de produção e às elaborações ideológicas da superestrutura, é necessário acrescentar sistemas de signos. As dificuldades sempre surgidas no estudo das re-

4. *Linguistics and Economics* apareceu primeiramente em 1974, como a 8.ª Parte do Vol. XII "Linguistics and Adjacent Art and Sciences" de *Current trends in Linguistics*, The Hague: Mouton, Tomo III, pp. 1787-2017, reeditado como volume independente em "Janua Linguarum", Series Maior, 81" 1. ed., 1975, 2. ed., 1977, *Ideologies of Linguistic Relativity*, The Hague; Mouton, 1973, 101 pp., *Semiotica e Ideologia* uma coletânea de ensaios, 1966-1970, Milão: Bompiani, 1. ed. 1972, 2. ed. 1979; *Ideologia*, Milão, ISEDI, 1978; nova edição: Milão, Mondadori, 1982, *Nuovi Saggi sul linguaggio e l'ideologia*, Milão, Bompiani.

lações entre estrutura e superestrutura, entre modos de produção e ideologias, seriam então a consequência da tentativa estéril de se abordar binariamente uma situação triádica, recorrendo a elementos opostos estaticamente para explicar uma situação que, ao contrário, é eminentemente dialética e está em contínuo movimento. Ficaria claro, também, que a enorme contribuição prestada pela semiótica, pela etologia, pela lingüística, pela teoria da informação e outras disciplinas que têm lidado com signos e símbolos nas últimas décadas, poderia ser organizada como fator constitutivo dentro de uma nova teoria marxista da sociedade — teoria essa da sociedade contemporânea e não mais do século passado. Essa, naturalmente, é apenas uma sugestão para uma possível interpretação. Se a síntese particular, ou, quem sabe, apenas a miscelância da teoria marxista da semiótica, que realizei na Itália antes de 68 e que agora submeto aos leitores brasileiros, será ou não de valia para o Brasil atual, é uma questão que cabe aos leitores decidir.

Trieste, fevereiro de 1985.

I

PARA UM USO MARXIANO ' DE WITTGENSTEIN *

Não procure o *significado*
de um filósofo, procure seu *uso*:
o significado de um filósofo
é seu uso na cultura.

1. *Epifania das Untersuchungen.*

No dia 1.º de maio de 1953, como acontecia a centenas de outras pessoas em Oxford, acordei particularmente bem disposto e, após tomar rapidamente meu *breakfast*, corri até Basil Blackwell, em Broad Street, para chegar na hora em que a livraria abriria suas portas. Conforme havia sido anunciado, os primeiros exemplares das *Philosophische Untersuchungen* de Ludwig Wittgenstein estavam tinindo nas vitrines. Estavam encadernadas em tela azul-escura, conforme convinha à austeridade de seu conteúdo, mas, como querendo animar-nos, vinham

1. "Marxiano" refere-se ao uso do aparato filosófico e metodológico de Marx, tal como pode ser obtido diretamente de seus escritos estudados no âmbito da tradição ou tradições de pensamento às quais pertencem e tendo em conta tanto a pesquisa científica quanto as condições políticas e sociais de sua época; "marxista" refere-se, ao invés, aos desenvolvimentos ideológicos e políticos que ocorreram após sua morte, sob a égide de seu nome e que atribuem ao próprio Marx uma espécie de infalibilidade acerca de muitas questões de importância enorme para o desenvolvimento do gênero humano. Assim, em princípio, deve-se admitir que existam marxianos não marxistas e (quem sabe, mais facilmente) marxistas que não são verdadeiramente marxianos. (Nota do Autor)

* Publicado, sem as notas, na revista *Nuovi Argomenti*, N.S., 1.º, janeiro-março 1966, pp. 187-230.

envoltas numa capa verde-clara, que trazia apenas o título da tradução inglesa *Philosophical Investigations*.

Na tarde daquele mesmo 1.º de maio, fomos todos assistir à primeira aula da tradutora, Miss G. E. M. Anscombe, uma das alunas favoritas do Mestre. A reunião ocorreu num galpão construído nos fundos do Sommerville College. Para chegar até lá, era necessário andar por um caminho tortuoso e era impressionante observar centenas e centenas de estudiosos e curiosos, de idade variada e da mais diferente extração que se apressavam, corriam quase, dobrando as esquinas e dando encontrões, com o receio de não encontrar lugar para sentar, ou pior, de perder as primeiras palavras. "This can be properly described as the pursuit of the truth" ("Isso pode ser descrito com razão como a busca da verdade"), observou, com a argúcia de sempre, Peter Herbst, que corria a meu lado.

Miss Anscombe não estava nada satisfeita, tanto que mandou logo publicar em *Mind* uma primeira lista de correções de erros de tradução que, no seu entender, chegavam a "comprometer a compreensão do leitor"². Isso, tendo-se em conta que Wittgenstein morrera em 1951 e que, em sua tradução, a senhorita Anscombe pudera contar com o auxílio de sete consultores, nada menos (seus nomes vinham citados no alto do volume), que a haviam socorrido quanto ao uso lingüístico já não do alemão em geral, mas do austríaco local, em particular. Naquela tarde, ela nos entreteve principalmente sobre dois pontos; os erros de tradução, que deveriam ser corrigidos paulatinamente, por obra de não se sabe que tipo de repensamentos de comitês de peritos, e (justificativa em parte aceitável das dificuldades por ela encontradas) o caráter extremamente pontual, individualizador, nunca generalizável, de toda e qualquer observação do livro, o que, na opinião dela, constituía um de seus méritos principais. Parece-me ainda estar ouvindo o tom de sua voz, quando dizia com ênfase algo como: "What Wittgenstein says in one point should never be connected with what he says in another point" ("O que Wittgenstein diz num ponto nunca deve ser relacionado com o que ele diz num outro ponto"); e é engraçado

2. G. E. M. ANSCOMBE — "Note on the English Version of Wittgenstein's *Philosophische Untersuchungen*", *Mind*, LXII, 248.º (out. 1953), pp. 521-522. (Saiu uma edição corrigida da tradução, acompanhada por um importante índice analítico compilado pelo padre Garth Hallet, S. J., 1958, reimpr. 1967).

comparar essa recomendação, um tanto exagerada, com a outra, igualmente exagerada. de Hutten, em sua pequena resenha das *Untersuchungen*, publicada naquele mesmo ano no sisudo *British Journal for the Philosophy of Science*: “Any consecutive and connected argument is avoided. Instead, we have something closer to *free association*, though, unlike the scientific use of this method, it remains on the superficial, intellectual level resembling its current use in literature”³ (“É evitado todo argumento que tenha alguma seqüência ou conexão. Em lugar disso, temos algo mais próximo da *livre associação*, embora, à diferença do uso científico desse método, ela permaneça no nível intelectual superficial, à semelhança de seu uso corrente em literatura”).

Para um leitor que não seja nem alemão nem inglês, a comparação dos dois textos foi naquela época, e continua sendo ainda hoje, um tanto desconcertante. Começa-se a duvidar de que as proposições sagradas tenham sido realmente enunciadas da mesma forma em ambas as línguas, e que, portanto, *sejam* as mesmas proposições (de uma maneira geral, é tecnicamente possível enunciar a mesma proposição de duas maneiras diferentes, isto é, por meio de dois enunciados diferentes; como, porém, no caso em questão o que não sabemos é justamente se é enunciada a mesma proposição, a diversidade dos enunciados torna sempre legítima a suspeita de que não o seja, e às vezes, confirma-a). A não ser que aquela montanha filológica, envolvida por uma espessa vegetação de respeito, admiração e gratidão, tenha gerado um ratinho literário, tem-se a impressão de que a língua inglesa, ao menos a utilizada por Miss Anscombe (a qual, no entanto, tinha necessariamente de saber como dirigir-se a seus requintados colegas) não consiga realmente reproduzir o vigor e a graça do original, e o que é pior, não consiga permanecer-lhe fiel. Tomemos um exemplo. Wittgenstein utiliza de fato, ainda que não teorize, uma distinção entre *Gebrauch* e *Verwendung* da linguagem: o *uso* de um termo é algo mais constante que suas *aplicações*; existem *regras* para o uso e *critérios* para a aplicação. Em inglês, ambos os termos são geralmente traduzidos por *use*, e apenas de vez em quando, sem nenhum motivo justificável, aparece também o termo *application*. Ou então, nada menos que a mente aparece introduzida gratuitamente, quando o alemão “so schweben mir nicht neben dem sprachlichen Ausdruck noch ‘Bedeu-

3. ERNEST H. HUTTEN em *The British Journal for the Philosophy of Science* IV, 15.º (nov. 1953) pp. 258-260, cf. p. 258.

tungen' vor" ("não pairam também 'significados' diante de mim, ao lado da expressão lingüística") é traduzido por "there aren't 'meanings' going through my mind in addition to the verbal expressions" (§329: aqui e em seguida, esses números indicam os parágrafos em que está dividida a Primeira Parte das *Untersuchungen*). Bem mais graves são algumas falhas estruturais, tais como "Befehlen, und nach Befehlen handeln", que, para nós, obviamente, soa como: "mandar e agir de acordo com o mando" e que, graças a uma gratuita articulação descritiva "giving orders and obeying them" (§23) teve sua pregnância bastante empobrecida.

Minha idéia é que Wittgenstein, quando ensinava em inglês, com o ímpeto e a intensidade que o caracterizavam, conseguia transmitir oralmente seu pensamento em toda sua finura e convencer qualquer ouvinte da dificuldade dos problemas de que tratava; nas páginas escritas, entretanto, esse mesmo pensamento aparece menos rico e fascinante, apesar de que, no original (e mesmo numa tradução italiana bem feita), ele seja sempre mais compreensível e excitante do que em inglês. Na verdade, creio que os ingleses não liguem muito para o fato. À parte as indecisões e os arrependimentos de Anscombe, tomemos em consideração estes dois fatos estranhos: o *Tractatus logico-philosophicus* foi retraduzido inteiramente em 1961 por David Pears e B. F. McGuiness, após ter alimentado por trinta e nove anos a cultura filosófica anglo-saxã na tradução primeira de 1922, extremamente falha, do por outro lado grande G. K. Ogden, e, após as *Untersuchungen* e as *Bemerkungen über die Grundlagen der Mathematik* (*Notas sobre os Fundamentos da Matemática*) (que remontam aos anos 1937-1944 e que apareceram em 1956), nada mais parece ter sido traduzido. Um terceiro inédito de Wittgenstein, as *Philosophische Bemerkungen* (*Observações Filosóficas*), que remontam ao biênio 1929-1930, foi publicado por Basil Blackwell em 1964 apenas no original alemão.

Nesse contexto, parecem-me reveladoras algumas afirmações de David Pole, autor de uma monografia sobre a filosofia do último Wittgenstein (na verdade, fala-se quase apenas das *Untersuchungen*). Após referir um parecer de J. N. Findlay (autor que deve ser sempre levado a sério, por ter-se dedicado à análise da linguagem após ter estudado com Wittgenstein e, além disso, por ter de antemão relido inteligentemente Hegel), segundo o qual Wittgenstein permanecera sempre profundamente germânico, com ecos hegelianos em sua expressão, Pole acrescenta que em Wittgenstein "há um sentido de força e de tateabi-

lidade, de uma mente que trabalha vastamente sobre materiais brutos... Ele nos põe em armadilhas, seu pensamento perturba”, enquanto que, após passar por aquela espécie de diluição inglesa das idéias de Wittgenstein, que é constituída pelos trabalhos de John Wisdom (de quem teremos ocasião de citar em breve um trecho típico), “sentimo-nos finalmente em nossa própria casa”⁴.

Até mesmo o título alemão das *Untersuchungen* e de outros livros de Wittgenstein não aparecia — às vezes por causa das sobrecapas, às vezes por outros motivos (foi muito comentado o aparecimento de uma tradução de Frege, com o nome do tradutor muito mais chamativo que o do autor). E quando citavam Wittgenstein no original alemão, pareciam querer recriminá-lo por ele ter-se obstinado em escrever em sua língua materna e nela ter deixado extensos manuscritos, que era necessário passar agora para um inglês compreensível, apesar de, durante tantos anos e com enorme sucesso, haver lecionado em inglês, língua essa que conhecia perfeitamente. Não poderia ter escrito diretamente nesta língua, poupando a todos tantos trabalhos e tantos mal-entendidos? Não estou querendo ser irônico: estou apenas relatando atitudes reais. Um amigo meu daquela época expressava sua paixão e reivindicava os direitos da cultura inglesa sobre Wittgenstein, pronunciando *Untertskúnguen*, ou simplesmente *Tskúnguen*; e o fato suscitava em seu meio risadinhas e piscadelas de aprovação.

Com o aparecimento das *Untersuchungen*, entretanto, interrompia-se um silêncio que durava nada menos que trinta e dois anos, isto é, desde o momento em que havia surgido a edição original da *Logisch-philosophische Abhandlung* (desta vez convém usar o título neutro em latim, proposto por G. E. Moore e conhecido por todos, *Tractatus logico-philosophicus*). Os críticos estão de fato de acordo em considerar pouco notáveis as duas únicas exceções: o artigo “Some Remarks on Logical Form”, de 1929, que apareceu nos *Proceedings of the Aristotelian Society*, mas que Wittgenstein não leu durante o Congresso anual para o qual o havia preparado, falando, ao invés, para surpresa geral dos presentes, do infinito em matemática; e um Glossário alemão para a escola primária, publicado em Viena em 1926 (a meu ver, porém,

4. DAVID POLE — *The Later Philosophy of Wittgenstein*, University of London, The Athlone Press, 1958, cf. pp. 103-104. A breve monografia (132 páginas), quase desprovida de referências bibliográficas e historiográficas, contém também um “epílogo” sobre John Wisdom.

a maneira pela qual Wittgenstein o havia redigido não poderia deixar de suscitar interesse). Silêncio esse tanto mais peculiar, já que há anos circulavam aqueles famosos fascículos datilografados, conhecidos como *Blue Book* e *Brown Book* (impressos mais tarde em Oxford por Blackwell em 1958), e há anos os discípulos e colegas, que assistiam às aulas de Wittgenstein em Cambridge ou discutiam com ele, faziam apontamentos, dos quais não poderiam deixar de servir-se, nem que fosse em parte, em suas obras, se queriam publicar algo. Figuras ilustres, como George E. Moore, Moritz Schlick, Friedrich Waissman e muitos outros, ficavam sentados durante horas a fio, anotando o que estava sendo ditado. Ao primeiro deles a coisa já tinha agradado em 1914, na Noruega, tanto que, mais tarde, foram publicadas aquelas notas tomadas por ele, juntamente com as de outros (Oxford, 1961)⁵. John Wisdom, considerado por alguns como o mais direto seguidor de Wittgenstein (de fato dele herdou a cátedra em Cambridge, após um *intermezzo* de Georg H. von Wright), diz, ao contrário, não ter tomado notas, ou se as tomou, não serem estas importantes. Em 1952 publicou em *Mind* uma mísera recordação das aulas às quais assistiu de 1934 a 1937. O caráter iniciático de sua relação com Wittgenstein por um lado, e com o público ao qual se dirige, por outro, fica claro nessa declaração surpreendente que se lê ali:

Se me pedissem para responder com uma única frase à pergunta: "Qual foi a maior contribuição de Wittgenstein para a filosofia?", eu responderia: "O fato de ter colocado a seguinte questão: 'É possível jogar xadrez sem a rainha?'"⁶.

Gilbert Ryle, por outro lado, tinha preferido não nomear Wittgenstein em sua obra maior, *The Concept of Mind*, de 1949; falando num programa da BBC de Londres, em homenagem a Wittgenstein, logo após seu desaparecimento, explicou que as dificuldades que existiam para

5. Na edição alemã dos *Schriften (Escritos)* de LUDWIG WITTGENSTEIN, Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag, 1960, que contém o *Tractatus*, as *Untersuchungen* e escritos menores inéditos (cartas e anotações), há também as "Notes dictated to G. E. Moore in Norway", abril de 1914, pp. 227-253 (texto bilingüe, no original inglês e em tradução alemã). Em italiano, na tradução de A. G. Conte: *Tractatus logico-philosophicus* e *Quaderni 1914-1916*, Turim, Einaudi, 1964, pp. 223-237.

6. JOHN WISDOM — "Ludwig Wittgenstein, 1934-1937", *Mind*, LXI, 242.º (abril 1952), pp. 258-260, cf. p. 259.

poder julgar um seu contemporâneo, que durante quase trinta anos não se tinha preocupado minimamente com a difusão de seu pensamento, obrigavam-no a ter que se contentar com “impressões e interpretações, e nem sempre de primeira mão”.⁷

Esta atitude anormal dos discípulos em relação ao mestre havia resultado numa situação de neurose para muitos dos mais vigorosos filósofos britânicos daquela época. Por demais influenciados por aquilo que Wittgenstein lhes inculcava oralmente, não conseguiam escrever com independência, de modo que, a rigor, para publicar algo, deviam escolher entre antecipar elementos do pensamento de Wittgenstein ou apresentá-los como sendo próprios e, de uma maneira geral, conseguiam sair do impasse com uma chamada, no título, onde reconheciam a grande dívida genérica para com o Mestre. Este, porém, de acordo com os esboços biográficos de Norman Malcolm e G. H. von Wright, que saíram, juntos, em 1958, ficava quase sempre desgostoso e sentia-se constantemente traído e mal interpretado.⁸ Não é pouca coisa ter levado ao silêncio ou à expressão submissa uma geração inteira de filósofos.

7. Há uma tradução da comemoração de Ryle, que apareceu sucessivamente em *Analysis* (XII, 1.º outubro 1952, pp. 1-9), na *Rivista di filosofia*, XLIII, 2.º (abril 1952), pp. 186-193: cf. p. 186. Sobre a aura mística e iniciática que paira sobre a maneira que era recebido o ensinamento de Wittgenstein em Cambridge e em outros lugares, nada a descreve melhor do que o *Memoir* assinado por D.A.T.G. (Gasking) e A.C.J. (Jackson) em *The Australasian Journal of Philosophy*, XXIX, 2.º (agosto 1951), pp. 73-80.

8. Vejam-se os numerosos episódios relatados por NORMAN MALCOLM — *Ludwig Wittgenstein. A Memoir.*, e por GEORG HENRIK von WRIGHT — “Ludwig Wittgenstein, A Biographical Sketch”, Londres, Oxford University Press, 1958 (o segundo saíra em *The Philosophical Review*, LXIV, 4.º (372.º, out. 1955), pp. 257-545); na tradução de B. Oddera (Milão, Bompiani, reimpressão de 1964), p. ex. às páginas 80-81, 83-84, e *passim*. Em sua brevidade, estes dois escritos constituem até agora a mais ampla e quase a única fonte sobre a biografia e a formação intelectual de Wittgenstein. Terei ocasião de referir-me constantemente a eles. É justamente focalizando ao mesmo tempo uma exposição do pensamento de Wittgenstein (especialmente das *Untersuchungen*) e um estudo de sua vida intelectual e cultural que se consegue fazer explodir seu mito, dando alguns passos na direção do reencontro de sua dimensão histórica real. Não digo que este procedimento tenha de ser válido da mesma forma para todos os pensadores; para muitos deles, ao contrário, vale até muito pouco, no sentido de que sua vida intelectual e cultural aparece como imensamente menos importante que suas obras impressas e pode servir apenas para lançar luz sobre alguns aspectos. No caso de Wittgenstein,

Agora, ao contrário, o texto existia. Podia-se finalmente examinar e tornar a enunciar as proposições sagradas, nos mesmos enunciados com que o Mestre as tinha revestido. A partir daí, começaria também uma análise retrospectiva das influências exercidas por ele.⁹ Essas, ao menos, eram as esperanças e as intenções de muitos, que foram frustradas no mínimo por dois motivos diferentes. Em primeiro lugar, conforme se disse antes, o texto alemão não era quase nunca cotejado e todo o trabalho crítico era feito sobre a tradução pura e simples. Em segundo lugar, quem tivesse apreendido as novas doutrinas da viva voz do Mestre ou tivesse absorvido alguma coisa delas pelos variados ramos da academia filosófica inglesa, lia nas *Investigations* algo mais ou algo diferente do que liam os que a elas se achegavam pela primeira vez. Parecia sempre aos discípulos que o essencial escapasse aos críticos externos, os quais, por sua vez, achavam que os discípulos estavam vendo o que não havia ou, pelo menos, exageravam. Pois eu estou convencido, há anos, de que estes últimos estavam envolvidos também por sentimentos sectários ou esotéricos e por formas de esnobismo e pedantismo intelectual (justamente os defeitos que Wittgenstein mais detestava). Entretanto, se pensarmos nas diferenças que existem entre a leitura de um texto breve, epigramático e mal traduzido e a frequência, às vezes por anos a fio, às lições de um homem tão original e tão apaixonadamente dedicado a seu trabalho, teremos que admitir que os discípulos deviam necessariamente ter algum direito de preleção.

Um bom exemplo desses mal-entendidos é dado justamente por uma das noções centrais das *Untersuchungen*, a do *uso* da linguagem. Quem se deparou com ela, pela primeira vez, após a publicação do livro, viu nela tão-somente uma referência quanto ao modo em que, dentro de uma dada língua, podemos utilizar, institucionalmente, esta ou aquela palavra; e uma vez que o uso institucional, sujeito a contínuas mudanças e relativo às várias línguas naturais, não pode obvia-

ao contrário, esse procedimento é bastante válido, devido ao caráter ao mesmo tempo desmistificador e mistificatório de seu ensinamento, tal como ele foi acolhido num dos ambientes mais singulares da cultura européia entre duas guerras e logo após a segunda.

9. O manuscrito das *Untersuchungen* remontava de fato a 1947-49, no que se refere à II Parte (pp. 174-232, numerada em quatorze grupos desiguais de parágrafos soltos) e nada menos que a 1945 para a I Parte (pp. 2-172, numerada em 693 pequenos parágrafos).

mente servir como fundamento para uma pesquisa lógico-filosófica, acreditou logo ter encontrado a crítica radical que demoliria de vez o edifício de buscas pacientemente acumulado por Wittgenstein e por sua escola. Deste triunfo aparentemente rápido e sumário, há traços abundantes em várias revistas filosóficas ou parafilosóficas italianas.¹⁰ Quem, ao contrário, já tivesse discutido com o próprio Wittgenstein ou com seus discípulos qualificados, e já estivesse ao corrente da literatura previamente publicada sobre o assunto naqueles ambientes, tinha condições de reconhecer, na noção de uso da linguagem, algo que apenas em parte se sobrepunha à noção de uso institucional dentro de uma dada língua: estava em questão também aquilo que os lingüistas chamam de consideração sincrônica da língua, mas levada ao nível mais radical da linguagem, isto é, das técnicas de que nos valem para nos expressar e comunicar, de acordo com nossas diversas necessidades e com a variação das circunstâncias. Tratava-se de uma noção comportamental, que visava a fins lógico-estruturais e não de uma noção filosófica voltada a fins históricos ou sociologicamente descritivos. Não quero dizer com isso que Wittgenstein ou seus discípulos se tenham suficientemente aprofundado nesse assunto, e estaria pronto para subcrever um ato de acusação contra o isolamento cultural (em relação a outras disciplinas, em particular, a história da filosofia e a lingüística, e a outras culturas filosóficas, em particular a alemã), no qual eles operaram até os anos cinqüenta e continuam, em boa parte, operando até hoje. Mas até mesmo no uso vago e incompleto da noção de uso, refletia-se um grande anseio pelo método, por mais excessivo e estéril que ele fosse: o medo de adiantar qualquer estrutura teórica por demais rígida que, colocando-se como generalização prematura dentro do campo imensamente complicado da linguagem, acabasse por criar obstáculos às pesquisas que viriam depois, em lugar de favorecê-las.

10. Entre os estudos mais sérios e interessantes, mas nem por isso isentos de atitudes liquidatórias, vale a pena lembrar NICOLA ABBAGNANO — "L'ultimo Wittgenstein", cap. XV (pp. 215-226) de *Possibilità e libertà*, Turim, Taylor, 1956. (O ensaio já tinha aparecido antes na *Rivista di Filosofia* em 1953); FRANCESCO BARONE — *Wittgenstein inedito*. Turim, Edizioni di Filosofia, 1953 (opúsculo de 16 pp., precedentemente publicado em *Filosofia*). e CARLO AUGUSTO VIANO — "L'analisi del linguaggio e la conoscenza degli altri". *Rivista di filosofia*, XLV, 1.º (jan. 1954), pp. 48-54.

2. O primeiro e o segundo Wittgenstein

Há três ou quatro Platões, cinco ou seis Hegels, ou até mesmo seis ou sete Schellings. No que se refere a Wittgenstein, ao menos por enquanto, as coisas não são tão complicadas: costuma-se distinguir apenas entre um primeiro Wittgenstein, o do *Tractatus*, e um segundo Wittgenstein, o das *Untersuchungen* e das outras obras póstumas; no mais, faz-se referência a um período de transição ainda não explorado, entre 1929 (volta a Cambridge e retomada da pesquisa filosófica) e 1933 — quando, de acordo com o que diz von Wright, ocorreu no pensamento de Wittgenstein “uma mudança radical”¹¹.

Para os objetivos deste ensaio, é necessário lembrar, brevemente e sem se aprofundar muito, no que consistiu essa mudança. É suficiente fazê-lo, comparando-se alguns aspectos centrais do *Tractatus* com outros, igualmente centrais, das *Untersuchungen*, que constituem o ponto de chegada da filosofia de Wittgenstein¹².

O mestre principal do primeiro Wittgenstein, Bertrand Russell, fora aluno do neo-hegeliano Bradley. Apesar de recusar seu monismo metafísico, tinha herdado dele a hostilidade ao psicologismo dos empiricistas, que não davam a importância devida ao exame do juízo e fundavam suas pesquisas sobre idéias entendidas naturalisticamente, ou seja, sobre *fragmentos* de pensamento. Desde o começo, a posição que Wittgenstein encontrou defendida por Russell não foi propriamente idealista nem propriamente empiricista: tratava-se de uma espécie de empiricismo enriquecido pela lógica idealista do juízo, entendido como unidade lingüística, que traz em si uma unidade acabada de pensamento. A herança de Hume agia no sentido de fazer com que se considerasse tarefa do filósofo a análise do pensamento em seus elementos constitutivos, e foi assim que se chegou a falar em

11. VON WRIGHT, artigo *cit.* na nota n.º 8, p. 24 da edição italiana.

12. É claro que num discurso dedicado à sua evolução seria preciso examinar também as outras obras póstumas, inclusive as ainda inéditas, e as diferentes anotações tomadas a partir de suas aulas: em particular, as de G. E. MOORE, de 1930-33, publicadas em *Mind* em 1954 (LXIII, 249.º, jan., pp. 1-15, e 251.º, julho, pp. 289-316) e 1955 (LXIV, 253.º, jan., pp. 1-27). (Do período “intermédio” de Wittgenstein ocuparam-se, independentemente, ALDO G. GARGANI — *Linguaggio ed esperienza in Ludwig Wittgenstein*. Florença, Le Monnier, 1966, IV, e, principalmente, DARIO ANTISERI — *Dopo Wittgenstein, dove va la filosofia analitica*, Roma, Abete, 1967, IV e V).

atomismo; mas o fato de que, à diferença de Hume e dos empiricistas sucessivos, a análise devia agora dirigir-se para os juízos, foi indicado pelo acréscimo do adjetivo *lógico*. Uma outra razão, antecipada por Russell desde 1914, foi a de que se tratava de chegar a “átomos lógicos” (em lugar de átomos materiais); mesmo assim, devia sempre tratar-se de átomos *de* uma unidade inicial constituída pelo juízo. Como nem todas as proposições são juízos, falou-se diretamente em proposições. Com o passar do tempo, isso teria feito com que a atenção fosse estendida a *todas* as classes de proposições; mas, no início, ela foi concentrada sobre as proposições mais importantes para a ciência, as que afirmam fatos (afirmações, ingl. *statements*). O campo de indagação da filosofia, mesmo diferenciando-se daquele da lingüística, foi identificado na linguagem: dizia respeito à estrutura daquilo que é dito, ao *modo* em que o que é dito *pode* ter um significado. Emergia assim uma distinção mais profunda do que a que existe entre verdade e falsidade: a distinção entre o significante e o não-significante, entre o ter sentido e o não tê-lo.

Disso já tinha tratado Russell. Prescindindo-se do exame que é feito da tautologia e da probabilidade, e, em geral, das contribuições que ele traz à técnica da lógica formal, o *Tractatus* encontra uma colocação histórica convincente, enquanto generalização das conclusões de Russell. Valendo-se de instrumentos formais rigorosos, Wittgenstein estuda aí as condições que todo e qualquer simbolismo deve satisfazer, para representar certos fatos. Ele também parte da proposição; e sua finalidade principal declarada é explicar a natureza e examinar a constituição desses fatos. Uma proposição assemelha-se a um diagrama no sentido de que representa fatos, conquanto haja nela uma pluralidade de signos e que esta pluralidade esteja disposta de certo modo particular. A disposição dos signos deve refletir os elementos e as estruturas do mundo por meio de uma correspondência biunívoca: uma afirmação tem o poder de afirmar um estado de coisas na medida em que tenha a mesma estrutura daquilo que representa. A diferença entre ter sentido e não tê-lo não pode, porém, por sua vez, ser representada; caso se tentasse fazê-lo, estaríamos tentando comparar aquilo que tem sentido com aquilo que não o tem, e isso já implicaria num falar sem sentido. Em outras palavras, para o primeiro Wittgenstein, não se pode asseverar justamente aquela estrutura que, sendo comum à afirmação e aos fatos por ela representados, torna possível a própria representação. Uma estrutura dessas

pode tão-somente ser “mostrada”. Entre o dizer ou o asseverar (*aussagen*) e o mostrar (*zeigen*) dá-se portanto uma diferença radical, cujos desenvolvimentos terão de desembocar na conhecida doutrina do inefável, que imprime ao final do *Tractatus* um certo caráter místico. O filósofo-lógico pode apenas mostrar, e não asseverar, aquilo que confere ou nega sentido à linguagem. A filosofia não pode ser uma ciência, nem adiantar teorias: pode tão-somente consistir numa atividade que se destina a mostrar a estrutura lógica daquilo que é dito.

O *Tractatus* contém esta afirmação do caráter prático, antes do que teórico, da filosofia, que, a meu ver, por mais corrigida e ampliada que possa ser, deve, de qualquer maneira, ser aceita em princípio, uma vez que refutá-la, após a dissolução do sistema hegeliano, implicaria num retrocesso a uma concepção pré-kantiana. E, no entanto, pode-se chamar propriamente de pré-kantiano o aparato ontológico sobre o qual repousa o próprio *Tractatus*. A realidade, constituída por fatos irreduzíveis, permanece imóvel diante do pensamento que a representa aristotelicamente; e o fato de que “os elementos da representação (ou “imagem”, al. *Bild*) estejam numa determinada relação uns para com os outros mostra que assim também estão as coisas umas para com as outras” (2.15). Isso tudo é afirmado, prescindindo-se de qualquer noção de desenvolvimento. A dimensão histórico-social está totalmente ausente. O mundo do *Tractatus* é uma espécie de paraíso lógico imóvel, cujo pensamento espelha as estruturas sem saber o porquê¹³.

13. Atualmente, encontram-se exposições mais ou menos completas e satisfatórias do *Tractatus* em qualquer bom manual de filosofia contemporânea, mesmo por obra de estudiosos italianos. Vejam-se, por exemplo, de ENZO PAÇI — “Negatividade e positividade di Wittgenstein”, *Aut Aut*, 9.º (maio 1952), pp. 252-256; FRANCESCO BARONE — *Il neopositivismo logico*. Turim, Edizioni di *Filosofia*, 1953, Terceira seção. Considerada “clássica”, por remontar a 1936, e, como tal, isenta da influência do segundo Wittgenstein, é a exposição de JULIUS R. WEINBERG — *Introduzione al positivismo logico*, trad. de L. Geymonat, Turim, Einaudi, 1950, cap. I, VI e VII. Para quem deseja aprofundar-se em todos os aspectos do *Tractatus*, podem ser recomendados (na ordem em que saíram): G. E. M. ANSCOMBE — *An Introduction to Wittgenstein's Tractatus*. Londres, Hutchinson University Library, 1959; ERIK STENIUS — *Wittgenstein's Tractatus. A critical exposition of its main lines of thought*. Oxford, Blackwell, 1960; MAX BLACK — *A Companion to Wittgenstein's Tractatus*. Ithaca, Cornell University Press, 1964. As revistas

O primeiro fato que chama a atenção, quando se passa do *Tractatus* para as *Untersuchungen*, é que nelas entrou o fluxo da vida (não porém o fluxo da história), já no nível da expressão lingüística. Nelas é agora recusado qualquer jargão formalístico: “é interessante comparar a multiplicidade dos instrumentos (*Werkzeuge*) da linguagem e de sua modalidade de aplicação, a multiplicidade dos tipos de palavras e de enunciados, com aquilo que disseram os lógicos sobre a estrutura (ou “construção”, al. *Bau*) da linguagem. (Inclusive o autor do *Tractatus logico-philosophicus*.)” (§ 23) Tal recusa torna-se programa: todo esquema é abandonado — a começar pela própria contraposição entre o mostrar e o asseverar. São agora analisadas apenas lugares (ou “situações”) lingüísticos isolados, isto é, trechos significantes de linguagem, nos quais tenha surgido dada dificuldade filosófica. A partir desses trechos, movemo-nos dentro da linguagem em todas as direções possíveis, independentemente do modo em que a linguagem se apresente disposta primeiramente. “A língua é um labirinto de atalhos” (§ 203), ao longo dos quais devem ser procurados os usos lingüísticos que têm algo de semelhante, não por serem redutíveis a uma qualquer “propriedade comum” metafísica, mas antes por estarem aparentados entre si de maneiras bastante diferentes e por constituírem, graças a esses parentescos, espécies de “famílias” (§ 65 — § 67 *et seq.*). As funções de uma dada expressão são postas em evidência, contrastando essa expressão com outras que dela divergem de várias maneiras. É o contexto que dá importância a um significado (§ 583); tudo deve ser visto contextualmente; é preciso precaver-se contra as asserções que se estendem, por sua natureza, além dos vários contextos e tornam obscura sua compreensão, em lugar de esclarecê-la. A filosofia é uma atividade que deve ser

filosóficas britânicas continuam regurgitando, até hoje, de artigos sobre este ou aquele ponto do *Tractatus*. (Outros livros: GEORGE PITCHER — *The Philosophy of Wittgenstein*, Englewood Cliffs, J.N., Prentice-Hall, 1964; JUSTUS HARTNACK — *Wittgenstein og den moderne filosofi*. Copenhagen, Gyldendal, 1962, trad. ingl. de M. Cranston, N.Y., Doubleday, 1965, trad. ital. de A. Marini, Milão, Il Saggiatore, 1967. EMANUELE RIVERSO — *Il pensiero di Ludovico Wittgenstein*, Nápoles, Libreria Scientifica editrice, sem data, mas de 1965; TULLIO DE MAURO — *Ludwig Wittgenstein. His place in the development of semantics*. Dordrecht, D. Reidel, 1967; *Essays on Wittgenstein's Tractatus*. Ensaios de diversos autores, editados por I. M. Copi e R. W. Beard, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1967).

aprendida através de exemplos concretos, por meio dos quais será possível reconduzir as palavras, do uso especial e deslocado que delas fizeram os filósofos, de volta para seu uso cotidiano (§ 116). Isso não significa passar do difícil para o fácil, mas, quando muito, exatamente o contrário. Isso porque os usos filosóficos, em relação aos quais temos de nos precaver, redundam em simplificações arbitrárias diante da riqueza da fala, e também porque, embora nunca aprendamos a reparar em todas as relações que as palavras mantêm entre si, quando aprendemos a falar, é justamente nessas relações indefinidamente complexas que nós temos que reparar, se quisermos solucionar o problema filosófico que nos aflige.

Os proplemas filosóficos são profundos e importantes, tanto quanto a linguagem (§ 111); é por isso que eles se formam “quando a linguagem entra em férias” (*wenn die Sprache feiert*), quando ela “caminha no vazio” (*leerläuft*), em lugar de “trabalhar” (§ 38, § 132). Nós nos deixamos enganar por semelhanças formais, externas, e descuidamos por isso das diferenças funcionais, internas; interpretamos uma certa parte de nosso sistema lingüístico de acordo com falsas analogias de alguma outra parte sua (§ 90, § 91, § 109, §123, § 304); alimentamos nosso pensamento com um único tipo de exemplo, e um regime por demais uniforme é “a causa principal de doenças filosóficas” (§ 593). Uma verdadeira descoberta seria a “fazer-me *parar de filosofar*, quando eu o desejasse” (§ 133; grifo meu).

Temos de considerar os enunciados como instrumentos e seu sentido como o emprego de tais instrumentos (§ 421). Uma língua consiste em inúmeras partes comparáveis a instrumentos, cada um dos quais trabalha a seu modo, no contexto que lhe compete (§ 11, § 23, Parte II, pág. 224). O significado de uma palavra é seu uso na língua (§ 43); a linguagem inteira é um instrumento dirigido por nossos interesses (§ 569, § 570); “significar algo é ir em direção a alguém” (§ 457); falar ou escrever em determinada língua é uma atividade humana em meio a outras, que interage com elas (§ 7, § 9, § 23, § 25, etc.). A língua adquire significado em seu contexto (§ 583), que é o contexto público em que aprendemos a falar. “Imaginar uma língua significa imaginar uma forma de vida” (§ 19).

Quando a consideração instrumental resulta difícil, convém construir “jogos (ou modelos) lingüísticos” (*Sprachspiele*) simples (§ 5), ou com graus variáveis de complexidade progressiva (§ 8 *et seq.*), que sirvam como instrumentos de pesquisa, isto é, como objetos de com-

paração (*Vergleichsobjekte*), os quais lançam luz sobre os fatos da linguagem, por meio das semelhanças e das diferenças encontradas (§ 130); note-se que *Sprachspiel* é porém usado por Wittgenstein para qualquer uso particular da linguagem, seja ela inventada ou “natural”, incluindo-se aí as relações de tal uso lingüístico com a ação extralingüística (§ 7). Temos, enfim, não apenas de juntar material lingüístico, mas também dispô-lo em modos apropriados, que nos ajudem a enxergar a estrutura do problema; é por isso que não basta encontrar casos de uso lingüístico efetivo, mas é preciso também inventá-los (cf., em geral, § 109 — § 133).

Livrando-nos assim da tendência a assimilar entre si vários tipos de palavras ou enunciados (§ 11, § 122, § 435, § 661), poderemos proceder por um caminho que leva de um não-sentido latente, como ponto de partida, a um não-sentido patente, como ponto de chegada (§ 464); teremos então diante dos olhos a dificuldade e ter-nos-emos libertado também, dessa maneira, da perplexidade ligada a ela.

A dificuldade filosófica é entendida por Wittgenstein como uma perplexidade pessoal ou uma “cãimbra mental”, da qual é vítima um indivíduo isolado, e que pode ser curada graças a uma espécie de logoterapia (§ 123, § 255, § 309 e *passim*); as razões pessoais ou ambientais da formação da perplexidade permanecem, de resto, fora de seus interesses, e a dificuldade é analisada por si só, tal como ela se apresenta objetivada na linguagem. O procedimento não é o da psicanálise, justamente porque a dificuldade passa a ser despersonalizada e vista dentro de estruturas comunicativas interpessoais (§ 109 — § 129). Talvez seja esse um resíduo do logicismo de Frege, que chegou até as *Untersuchungen* através do *Tractatus*. É por isso bastante difícil estabelecer em que medida a abordagem do segundo Wittgenstein é ou não “psicologista”. Trata-se antes de um procedimento tipicamente estruturalista, graças ao qual (como diz Barthes) constrói-se um *simulacro* do objeto, manifestando nessa reconstrução as regras de funcionamento do próprio objeto¹⁴. Uma vez excluídas as substâncias, Wittgenstein ocupa-se com as funções; ele recorta e coordena os pedaços de linguagem, procura casos paradigmáticos (*paradigm cases*) sobre os quais poder medir outros casos que se lhe apresentam dentro da indefinida variedade do falar: em vez de atri-

14. ROLAND BARTHES — *Essais critiques*. Paris, Editions du Seuil, 1964. “L’activité structuraliste”, pp. 213-220.

buir sentidos aos objetos sobre os quais indaga, “procura antes saber como o sentido é possível, a que preço e segundo quais procedimentos”¹⁵.

Se o significado de uma palavra, ou expressão, ou enunciado está em seu uso, deverão existir *regras* para governar tal uso (§ 199, § 242). Deverá tratar-se de regras *comuns*, que respondam a critérios aceitos, isto é, a modos de comportamento social (§ 200 — § 202). Esta é a pedra de toque que serve a Wittgenstein para refutar a doutrina segundo a qual seria alguma particular experiência privada do falante (e do ouvinte) a conferir significado a uma expressão (§ 243 *et seq.*, § 398 *et seq.*). Tal doutrina provém do dualismo ontológico que se formou com a interpretação da linguagem da experiência privada segundo as mesmas linhas da linguagem dos objetos públicos: quando, de fato, para certas palavras “não podemos indicar uma ação corporal. . . então dizemos que àquelas palavras corresponde uma atividade *mental (geistige)*” (§ 36). (Note-se que não é a experiência privada ou o pensamento que passam a ser negados, mas apenas certa maneira errônea de interpretá-los: § 304 — § 308, § 654 — § 655).

A *redução* da experiência privada a meros comportamentos observáveis, por outro lado, é comportamentismo grosseiro, que provém, não da crítica do dualismo ontológico, mas de uma certa forma subreptícia de se manter vivo o próprio dualismo. O comportamentista grosseiro é um dualista que simplesmente se recusa a falar dos objetos “internos”, porque os considera fictícios ou porque não consegue reduzi-lo à linguagem dos objetos “externos”: inicialmente, tinha diante de si os dois termos do dualismo, depois escolheu um só, o que lhe dava maior segurança; mas é justamente pelo fato de limitar-se a não se ocupar de outro termo que ele reconfirma a situação (cf. § 308). Trata-se, pelo contrário, de *respeitar as regras* que regem a linguagem da experiência privada; os jogos lingüísticos são de fato múltiplos e não devem ser reconduzidos um ao outro. Descobriremos então que em nenhum caso aquela linguagem pode ser apenas privada. Não se dá o caso de línguas usadas por uma pessoa isolada: porque se falar uma língua é participar de uma atividade social governada por regras, no caso de uma língua privada, as regras não existiriam (§ 153, § 202, § 243 *et seq.*). Um pensar privado que seja *depois* ou *concomitante*

15. *Ibidem*, p. 218.

mente expresso pela língua, não existe: “quando eu penso numa língua, não é que, em adição à expressão verbal, pairam à minha frente também ‘significados’: a língua é ela mesma o veículo do pensamento” (§ 329). “O pensamento... é aquilo que diferencia o falar pensando do falar sem pensar” (§ 330), e é baseado em regras sociais que se distingue o primeiro do segundo. Pode-se naturalmente também pensar agindo, sem falar; mas disso não decorre que aquilo que nesse caso constitui o pensamento daquele agir seja “um processo que deve acompanhar as palavras quando estas não são pronunciadas sem pensamento” (*ib*); na verdade, “um ‘processo interno’ necessita de critérios externos” (§ 580)¹⁶.

Certos outros elementos das *Untersuchungen* aparecerão ao longo desse ensaio. Mesmo a partir de uma exposição tão sumária, talvez se possa entrever como Wittgenstein tenha passado do realismo ontológico e do logicismo do *Tractatus* a um materialismo explícito, que, de um lado, nega o pensamento como processo independente do falar, do comunicar e do agir, enquanto do outro, mantém na devida conta as circunstâncias humanamente reais nas quais se formam os significados. Com a devida prudência, pode-se dizer que ele iniciou sobre si mesmo uma operação que lembra, em escala menor, a empreendida por Feuerbach, Marx e Engels em Hegel — desenvolvendo, em seguida de modo particularizado, algumas idéias que em Feuerbach, Marx e Engels são apenas esboçadas. Nesta perspectiva, diria que Wittgenstein

16. Para um aprofundamento das *Untersuchungen*, sempre porém no ponto de vista introduzido pelo próprio Wittgenstein, realçando questões particulares mais do que problemas fundamentais, recomendam-se: P. F. STRAWSON, nota crítica em *Mind*, LXIII, 249.º (jan. 1954), pp. 70-99, NORMAN MALCOLM — “Wittgenstein’s *Philosophical Investigations*”, *The Philosophical Review*, LXIII, 4.º (368.º, out. 1954), pp. 530-539 (reimpresso em *The Philosophy of Mind*, ensaios de vários autores, organizados por V. C. Chappell, Englewood Cliffs, N.J., Prentice-Hall International, 1962); PAUL FEYERABEND — “Wittgenstein’s *Philosophical Investigations*”, *The Philosophical Review*, LXIV, 3.º (371.º, julho 1955), pp. 449-483; e o livrinho já lembrado de David Pole. (A literatura que apareceu em inglês sobre o segundo Wittgenstein em artigos acerca de questões particulares é imensa e ainda em pleno desenvolvimento. O argumento que mais interesse provocou, *et pour cause*, foi aquele sobre a língua privada, a respeito do qual podem ser feitas duas indicações recentes: C. W. K. MUNDLE — “‘Private Language’ and Wittgenstein’s Kind of Behaviourism”, *The Philosophical Quarterly*, XVI, 62.º (jan. 1966), pp. 35-46 e, logo em seguida, MICHAEL A. G. STOCKER — “Memory and the Private Language Argument”, pp. 47-53).

é mais feuerbachiano do que marxiano: ele desceu do céu das estruturas imóveis descritas no *Tractatus* à terra dos comportamentos significantes sempre mutáveis e procurou a origem da alienação metafísica no campo estritamente terreno do falar; mas, como diremos melhor no fim deste ensaio, ele não se pergunta como é que o próprio falar chega a deformar-se, como é que se dão as perplexidades e os mal-entendidos que ele denuncia lingüisticamente. O materialismo de Wittgenstein ainda é de cunho prevalentemente empiricista e biológico; entretanto já diz respeito a homens reunidos em comunidades sociais. Veremos como se abrem aqui inesperadas possibilidades interpretativas. Não é por acaso que o ontologista Bergmann, protagonista de uma das mais curiosas involuções filosóficas dos últimos vinte anos (trata-se de um ex-vienense que agora considera a si próprio como restaurador da metafísica pré-kantiana), proclamava, em 1961, “glorioso” o *Tractatus* e “miseráveis” as *Untersuchungen*, por causa de seu “absurdo materialismo virtual”.¹⁷

3. O vazio historiográfico em torno de Wittgenstein

Quais terão sido as influências que levaram Wittgenstein a formular uma filosofia tão diferente daquela do *Tractatus* e tão mais aceitável e estimulante? Aqui na Europa continental, esta pergunta é plenamente legítima e, certamente, nenhum de nós está disposto a acreditar que *tudo* se tenha passado na mente de uma única pessoa, por mais genial e propensa a longos períodos de solidão. O próprio Wittgenstein, sem dúvida não inclinado a exagerar seus débitos, faz referência a duas dessas influências no *Vorwort* (datado de janeiro de 1945) das *Philosophische Untersuchungen*. É um trecho que convém reportar inteiramente:

Desde quando voltei a ocupar-me com a filosofia, há dezesseis anos, tive que reconhecer graves erros que havia depositado naquele primeiro livro (o *Tractatus*). Ajudou-me a reconhecer aqueles erros, numa medida que nem mesmo eu sei avaliar, a crítica de minhas idéias que recebi de Frank Ramsey, com quem

17. GUSTAV BERGMANN — “The Glory and the Misery of Ludwig Wittgenstein”, em *Logic and Reality*, Madison: The University of Wisconsin Press, 1964, cap. IX, pp. 225-241.

tive ocasião de discuti-las em inúmeras conversas, durante os dois últimos anos de sua vida. Mais ainda do que àquela crítica, sempre forte e segura, agradeço à que exerceu incessantemente, por muitos anos, sobre meu pensamento, um docente desta Universidade, o Sr. P. Sraffa. A este estímulo eu devo as idéias mais ricas de consequência que aparecem no presente escrito (pág. X).

Poder-se-ia pensar que indicações tão seguras e de tanto peso como essas fossem dar origem, imediatamente, a pesquisas visando a iluminar a segunda formação intelectual de Wittgenstein, de modo a tornar possível uma colocação também histórica de suas novas idéias e torná-las, com isso, mais compreensíveis, ao mesmo tempo em que seria determinado seu alcance. Infelizmente, Ramsey havia falecido em janeiro de 1930, um mês antes de completar 27 anos; restam-nos dele apenas uns dez ensaios extremamente sutis de lógica matemática, dois de matemática econômica (muito apreciados por J. M. Keynes), e as resenhas de três livros significativamente importantes: *The Meaning of Meaning* de Ogden e Richards, os *Principia Mathematica* de Russell e Whitehead, e o *Tractatus* de Wittgenstein (esta última foi escrita em 1923, antes de discutir o livro com o autor).¹⁸ Quanto a Ramsey, von Wright limita-se a dizer que, juntamente com Sraffa, foi de grande importância pelas críticas dirigidas às precedentes concepções de Wittgenstein. Pole refere-se a ele por ter “dito a Wittgenstein que a lógica é uma ciência normativa”¹⁹; mas ignora Sraffa. Tanto von Wright quanto Malcolm, em suas biografias, às quais continuo atendo-me, parecem dar maior importância à influência do economista italiano, fato esse que pode ser compreensível, inclusive devido aos interesses prevalentemente técnicos do matemático e lógico formal Ramsey (que, contudo, num certo trecho, chega a acusar Wittgenstein de escolasticismo). Escreve von Wright:

Foi principalmente a crítica sutil e enérgica de Sraffa que levou Wittgenstein a abandonar seus precedentes pontos de vista e a enveredar por rumos diferentes: ele dizia que as discussões com Sraffa tinham-no levado a sentir-se como uma árvore à qual

18. Estes escritos encontram-se agora, em parte, disponíveis em italiano: FRANK P. RAMSEY — *I fondamenti della matematica e altri scritti di logica*. Trad. de E. Belli-Nicoletti e M. Valente, Milão, Feltrinelli, 1964. As pp. 284, 306 e 309 há interessantes referências a Wittgenstein.

19. VON WRIGHT, p. 26 (ed. ital.), POLE às pp. 38 e 56.

tivessem cortado todos os galhos. Só a sua vitalidade fez com que essa árvore brotasse novamente.²⁰

A idéia central do *Tractatus*, segundo a qual uma proposição é uma representação ou uma imagem, ocorreu a Wittgenstein numa trincheira durante a primeira guerra mundial, num dia em que observava numa revista um desenho esquemático, que representava, como diz von Wright, a possível seqüência dos acontecimentos de um acidente de automóvel: aquele desenho servia de proposição, ou seja, de descrição de um estado de coisas; tinha tal função, graças a uma correspondência entre as partes da imagem e as coisas na realidade. Podia-se inverter a analogia e dizer que uma proposição serve de imagem ou representação, em virtude de uma correspondência analógica entre suas partes e o mundo: a maneira em que as partes da proposição são combinadas entre si, isto é, sua estrutura, representa uma possível combinação de elementos na realidade, um possível estado de coisas. Após ter dado, ele também, sua versão do episódio, Malcolm prossegue revelando que esta teoria acabou sendo "repentinamente" destruída um dia em que Wittgenstein e Sraffa discutiam, num trem:

Enquanto Wittgenstein sustentava que uma proposição e aquilo que ela descreve devem ter a mesma "forma lógica", a mesma "multiplicidade lógica", Sraffa, com um gesto típico dos napolitanos para exprimir algo parecido com o desgosto ou o desprezo, passou a ponta dos dedos de uma mão sob o queixo, num movimento para fora. Depois perguntou: "Qual é a forma lógica disso?". O exemplo de Sraffa convenceu Wittgenstein de que era absurda sua teoria de que uma proposição ou aquilo que ela descreve tenham que ter a mesma "forma"; a partir daí, começou a duvidar igualmente da teoria de que uma proposição tenha que ser literalmente uma "representação" da realidade que descreve.²¹

Receando ter relatado, talvez de modo por demais subjetivo, o desenvolvimento histórico e, em particular, a transição do mundo conceitual do *Tractatus* ao das *Untersuchungen*, Malcolm acrescenta a seguinte nota de pé da página:

20. P. 539 do original, a partir do qual traduzo (p. 26 da edição ital.).

21. Cf. o relato desse episódio em VON WRIGHT e MALCOLM, pp. 15-16 e 95-96, respectivamente (edição ital.).

O professor G. H. von Wright contou-me que Wittgenstein lhe referiu este episódio de forma um pouco diferente: o problema em questão, segundo Wittgenstein, era se toda proposição devia ter uma "gramática" e Sraffa teria perguntado a Wittgenstein qual seria então a "gramática" daquele gesto. Ao relatar o episódio a von Wright, Wittgenstein não teria mencionado nem "forma lógica", nem "multiplicidade lógica".²²

Parece que a idéia dos jogos lingüísticos tenha nascido, por outro lado, do jogo de futebol. Certo dia, ao passear próximo a um campo, onde jogavam uma partida de futebol, a Wittgenstein "ocorreu, pela primeira vez, o pensamento de que na linguagem nós fazemos *jogos* com as *palavras*" (vejam como são as coisas: Malcolm está relatando, por sua vez, uma anedota que lhe fora contada pelo físico Freeman Dryson, a quem Wittgenstein a narrara).²³

Não seria justo limitar-se a pôr de lado esses episódios ou simplesmente não tomar conhecimento deles. Afinal, eles mostram um pensador em contato com a vida de todo dia, que concebe idéias novas, ao observar esse cotidiano, justamente porque colhe o que há de comum em comportamentos que habitualmente se relacionam com "domínios" diferentes. Isto constitui um corretivo útil para a mentalidade de quem não é capaz de entreter uma idéia que não derive de algum livro impresso. Às vezes, porém, tem-se a impressão de que Wittgenstein contasse de forma engraçada aos amigos ou discípulos aquilo que lhe passava na cabeça, não por desonestidade, mas por brincadeira ou para obter um certo efeito: na verdade, inventava jogos lingüísticos, mesmo falando com eles; eles é que não percebiam e, tratando-se do Mestre, que veneravam, tomavam tudo ao pé da letra.

A exigência de se procurar também precedentes históricos é, ao contrário, advertida aqui e acolá por dois estudiosos, curiosamente, continentais: o finlandês von Wright e o vienense Paul Feyerabend. O primeiro interessa-se pelas relações pessoais entre Wittgenstein e Frege; pergunta-se ele se a concepção wittgensteiniana da proposição como representação está em relação com aquilo que diz Heinrich Hertz

22. *Ibidem*, p. 96 e nota. Em abril de 1965, tive ocasião de falar com Malcolm a respeito das possíveis influências de Sraffa sobre Wittgenstein; *ele não sabe nada a respeito nem está interessado*: limita-se a lembrar o episódio do gesto no trem.

23. *Ibidem*, p. 91.

na introdução aos *Prinzipien der Mechanik* (1894, póstuma); refere-se à influência de Tolstoi quanto à concepção que Wittgenstein tinha da vida; lembra, sobretudo, sua estima por G. C. Lichtenberg, um autor que antecipa as concepções wittgensteinianas de modo surpreendente.²⁴ Além disso, apesar de declarar que Wittgenstein não tinha lido de modo sistemático os clássicos da filosofia, ele cita os autores que leu e que compreendia melhor ou em relação aos quais sentia maior afinidade: além dos citados, parece que foram Platão, Santo Agostinho, Pascal, Schopenhauer e Otto Weiniger. Contudo, em meio de seu discurso, von Wright sai-se com a afirmação de que a nova filosofia de Wittgenstein encontra-se “completamente fora de qualquer tradição filosófica e não é influenciada por fontes escritas”, de que “o autor das *Philosophical Investigations* não tem precursores em filosofia”, e de que “o último Wittgenstein não recebeu nenhuma inspiração exterior”, como as que o primeiro Wittgenstein recebera de Frege e de Russell.²⁵

Num exame que fez das *Untersuchungen*, que saiu em 1955 na *Philosophical Review*, Paul Feyerabend indica confusamente, de maneira apenas esboçada, alguns precedentes em H. Gomperz, E. Mach (*Erkenntnis und Irrtum*) (Conhecimento e Erro), S. Freud e, curiosamente, em d'Alembert do *Traité de dynamique* (1743). Mais interessante é a idéia de que a teoria da linguagem de Wittgenstein, com seu caráter instrumental, possa vir a ser entendida como uma teoria construtivista do significado em geral; fato esse que leva Feyerabend a comparar as *Untersuchungen* com as *Dernières pensées* de Poincaré e, “especialmente” com o construtivismo operacional de Paul Lorenzen.²⁶ Ora, justamente entre Poincaré e Lorenzen está Hugo Dingler, estudioso do primeiro e mestre do segundo: uma indicação que valeria a pena acompanhar.

Referi alguns trechos e insisti sobre alguns detalhes para mostrar (*zeigen*) como as indicações dadas pelo próprio Wittgenstein e depois pelo seu amigo, discípulo, sucessor e biógrafo von Wright *não* foram seguidas. Trata-se, para um filósofo de sua importância, de um vazio historiográfico único na cultura contemporânea. O que há por baixo

24. O próprio VON WRIGHT é o autor do ensaio “Georg Christoph Lichtenberg als Philosoph”, *Theoria* VIII (1942).

25. MALCOLM e VON WRIGHT, ed. ital., pp. 25-26 e *passim*.

26. FEYERABEND, Nota crítica citada, pp. 462-464, com a nota n.º 12 à p. 462.

disso? Claro, para explicá-lo, podem ser encontradas algumas razões gerais nas estruturas e nos costumes da sociedade e da academia britânicas, freqüentemente tão insulares, apartadas, desinteressadas dos fatos dos outros e, de certa forma, esnobes (pelo menos até o fim dos anos cinqüenta); no tipo de filosofia dominante, à qual contribuiu, em grande parte, o próprio Wittgenstein, ainda que, ao mesmo tempo, se revoltasse contra as interpretações e as aplicações dos discípulos; nos silêncios e nas reticências dele, que foram há pouco descritos. É claro que também contribuíram para isso a constante e intensa aversão que Wittgenstein sentia para com a sociedade e o modo de vida dos ingleses, pelo ambiente de Cambridge, pelo ofício de professor e, principalmente, pela academia como instituição (“não iluda nunca nem a si mesmo nem a seus estudantes. Porque... o que irão pedir-lhe será *justamente isso*”; “nunca se tornará professor: é sério demais” (dito a respeito de Yorick Smythies); “*só por um milagre* conseguirá levar adiante um trabalho honesto, ensinando filosofia”; são palavras ditas ou escritas a Malcolm).²⁷

Entretanto, a entrada de Wittgenstein no ambiente de Cambridge, e, através de Cambridge, em toda a cultura filosófica de língua inglesa, não foi certamente casual ou irrelevante. Originariamente, ele se apresentou como aluno de Russell e, apesar da aversão para com os ingleses, encontrou na Inglaterra uma atmosfera adequada para o livre desenvolvimento de seus interesses e de suas idéias. Cambridge (assim como Oxford) era então plenamente a universidade de uma *élite* divorciada da necessidade, mas ao mesmo tempo rigidamente embebida na tradição estóica local e, como tal, pronta a enfrentar com abnegação problemas irrelevantes. Aquele seu modo tão diferente de ensinar, nunca por meio de lições expositivas, mas sempre através de perguntas e respostas, entremeadas de longos silêncios, durante os quais remoía seus pensamentos, e seu próprio comportamento bizarro combinavam bem com as idiossincrasias personalistas herdadas do grande liberalismo do século XIX e deixadas em agitação dentro das malhas do respeito social imposto por uma sociedade rica e bem estratificada, não mais

27. MALCOLM, ed. ital., pp. 55-56, 48; *vide* também às pp. 27, 28, 43. Contra Cambridge e os ingleses, *vide* às pp. 26, 45-46, 51 e *passim*. É surpreendente verificar como os biógrafos de Wittgenstein se refiram a episódios dessa força e importância, sem tirar nenhuma interpretação substancial disso, reduzindo-os apenas a meras extravagâncias pessoais.

centro do Império, mas ainda centro do *Commonwealth*. O mesmo individualismo teórico que constitui um limite à sua teoria da linguagem (o qual será tratado mais adiante) correspondia a uma práxis dos *colleges* de Cambridge e de Oxford, onde, teoricamente, qualquer um podia, como indivíduo, apresentar-se e falar, mas, na prática, não lhe seria dado crédito exatamente enquanto indivíduo, caso aquilo que dissesse não se coadunasse com os valores do grupo. A ideologia dominante sustentava, de fato, que cada grupo era e devia ser uma assembléia de indivíduos livres e se formava, portanto, *depois* que os indivíduos já tivessem alcançado sua formação, cada um por sua conta: enquanto essa mesma ideologia servia para encobrir o fato de que os indivíduos eram, ao contrário, considerados como tais e, portanto, “admitidos”, somente quando já pertenciam àquele grupo. Nenhuma outra Universidade no mundo, a não ser justamente Oxford, teria permitido a um seu membro ficar vinte anos sem nada publicar. A especialização acadêmica de tipo inglês, com a cuidadosa separação entre a filosofia, a história e as ciências sociais, permitiu, além disso, a Wittgenstein, ou ao menos facilitou-lhe, aquele seu distanciamento peculiar da dimensão histórico-social dos problemas e de qualquer referência aos mestres do passado (Kant refere-se muito mais a eles do que Wittgenstein). Esse fato, tolerável num homem de seu talento e de sua originalidade, tornou-se depois revoltante em centenas de “moleques”, capazes de deter-se em Kant, numa crítica ao uso que ele faz do artigo “*der*” no genitivo, mas incapazes de trabalhar sobre o conteúdo das idéias da *Kritik der reinen Vernunft*. (Diga-se, entre parênteses, que, na atenção para com um artigo no genitivo como “*der*”, e ainda mais claramente para com uma preposição como *da*, pode-se vislumbrar a sombra grotesca de um interesse que pode até ser bem-vindo. Pode-se, com efeito, perguntar: em que sentido a crítica *aborda* a razão pura? Que tipo de “*da*” é esse? Obviamente, porém, a primeira e insubstituível resposta a essas perguntas é a própria *Kritik*). Finalmente, era justamente em Cambridge que, havia várias décadas, lecionava George E. Moore, que por conta própria já constituía uma escola de análise da linguagem.

Considerando-se o silêncio historiográfico após a morte de Wittgenstein, deve-se admitir também que aquelas mesmas características do ambiente social e acadêmico inglês tinham igualmente impedido ou pelo menos, retardado bastante um uso mais moderno e socialmente interessante das idéias de Wittgenstein. Que eu saiba, não apenas nin-

guém jamais as estudou historicamente, mas ninguém jamais as relacionou sequer com os problemas mais vastos ou tornou a aplicá-las, por conta própria, fora do círculo de interesses em que Wittgenstein as tinha inserido e conservado pessoalmente. Poder-se-ia dizer, de forma um pouco crua, que eram e permaneceram as idéias que um lógico, mesmo um lógico de imensa penetração, pode formular, quando sai de seu campo. Não pretendo naturalmente insinuar que gente como Gilbert Ryle, John Wisdom e muitos outros não tenham realizado um trabalho inclusive original e não tenham sustentado também idéias ausentes no ensinamento oral ou no legado manuscrito de Wittgenstein; não há dúvida, porém, de que eles continuaram trabalhando “fora” da história, sem nunca levar em conta contextos sociais reais e sem reportar as idéias que utilizam aos grandes filões intelectuais dos quais elas tinham emergido originariamente. Com efeito, e este é o ponto principal, para reduzir a contribuição do segundo Wittgenstein à sua dimensão histórica real e poder utilizá-la, portanto, construtivamente, não basta reconstituir sua formação intelectual e suas relações pessoais com o ambiente em que se viu envolvido. É preciso também encontrar, no tecido da cultura européia, as primeiras formulações eficazes dos pontos de vista, doutrinas e técnicas que depois passaram a ser os seus, e isto *independentemente* da influência de fato exercida sobre ele *como indivíduo*. Seus discípulos costumam fazer a primeira coisa apenas através de referências ocasionais, nunca aprofundadas (certo dia, Ramsey disse a Wittgenstein: “sabe de uma coisa? A lógica é uma ciência normativa”); e nem sequer pensam que seja possível fazer a segunda. Não digo que cheguem ao ponto de certos americanos que “explicam” a evolução de Fidel Castro de “amigo” e “inimigo” dos Estados Unidos por meio da “influência de maus elementos”, ou encontram a origem do problema negro em “certos discursos de Eleanor Roosevelt”. O que ocorre é que eles provavelmente supervalorizam até hoje, lockianamente, o papel da psique consciente sobre a inconsciente e a posição do indivíduo como centro da atividade. Ao contrário, até mesmo no caso de um autor que não tenha tido conhecimento de uma ou outra formulação, precedente à sua própria, esta formulação — se foi eficaz — suscitou pesquisas ulteriores, ampliou-se, ao entrar em relação com outras formulações, passou a receber críticas. Tudo isso forneceu material, que permite focalizar e examinar o que ele disse, começando pela *ausência* de determinados desenvolvimentos que, ao contrário, acompanharam idéias muito semelhantes no caso de outros autores. Mesmo

que isso tenha maior valor nos casos em que realmente ocorreu uma influência direta, não se trata nunca — como parecem acreditar um sem número de filósofos ingleses — de estéreis e insignificantes reivindicações de prioridade.

Se houve algum *uso* de Wittgenstein, tratou-se, quando muito, do uso que dele fizeram os católicos. O primeiro tradutor italiano do *Tractatus* foi o padre jesuíta G. C. M. Colombo²⁸; e isto até que poderia agradar, na época, dado o aparato ontológico e o caráter místico do final daquele livro. O que causa surpresa é que a tradutora inglesa das *Untersuchungen* materialistas seja igualmente católica; e a surpresa se transforma em estupefação, quando se descobre que também o são muitíssimos outros “wittgensteinianos”, que não nomeio, não lembro ou não conheço, visto que meu objetivo não é naturalmente o de apresentar uma lista de proscrição. Mas a estupefação chega a tal ponto, que o anglo-australiano A. N. Prior, achando-se alguns anos atrás numa Universidade do leste dos Estados Unidos, *admirou-se* que não fosse católica a pessoa encarregada de um seminário sobre Wittgenstein naquele local; por sorte, verificou-se, em seguida, pertencer ela, ao menos, a uma seita religiosa de origem inglesa.²⁹

Não deve com certeza ter sido simpático e encorajador para os filósofos católicos ingleses deparar-se com um tão ferrenho denegador da alma e extrinsecador da interioridade da consciência. Correu o boato durante algum tempo, que logo cuidaram que chegasse à Itália, de que Wittgenstein se teria convertido ao catolicismo. Mas von Wright e Malcolm são categóricos ao negar a Wittgenstein qualquer fé religiosa; “a noção de um ser *criador do mundo* era para ele completamente ininteligível”. A respeito de Smythies e da própria Anscombe, que se converteram à religião católica, disse ele a Malcolm: “não poderia nunca me induzir a crer em todas as coisas em que eles crêem”.³⁰

28. Milão, Bocca, 1954; a tradução do *Tractatus* e da Introdução de Bertrand Russell vem precedida de uma “introdução crítica” bastante longa (pp. 11-131) e acompanhada por notas do tradutor (pp. 287-298), por um ensaio sobre “O fundo lógico do *Tractatus*” do católico M. Dummet (pp. 303-311) e por outro material.

29. Este agradável episódio é relatado por DALE RIEPE, numa resenha para *Philosophy and Ordinary Language*, antologia editada por Charles E. Caton (Urbana, University of Illinois Press, 1963), que apareceu em *Science and Society*, XXIX, 3.º (verão de 1965), pp. 344-346: cf. à p. 344.

30. MALCOLM, *cit.*, ed. ital., pp. 98 e 100.

Não se trata, porém, aqui, de descer ao nível de quem quer ser o campeão em seu próprio time. Trata-se antes do seguinte: a situação pessoal de quem, professando uma fé religiosa e acreditando numa metafísica espiritualista, se professe também seguidor do segundo Wittgenstein e pratique seu método e suas técnicas de pensamento, só pode ser diagnosticada como *esquizofrenia intelectual*. Já tive ocasião de discutir essa situação uma porção de vezes com quase todos os estudiosos de Wittgenstein, que me foi dado encontrar, incluindo alguns de seus discípulos diretos; pois bem, o diagnóstico foi sempre o mesmo (inclusive, às vezes, com alguns católicos. Eles o admitiam com um meio sorriso e, em seguida, ou mudavam logo de assunto, ou começavam a tratar do “muito que não sabemos”). Quando muito, pode-se acrescentar que, no âmbito da psicologia individual, a conversão de um wittgensteiniano ao catolicismo ou a uma outra crença pode achar uma explicação no vazio em que passa a encontrar-se aquele que acreditava na filosofia e que de repente a vê destruída pelo Mestre. Então, não podendo reconstruir a filosofia já morta, passa a ter uma fé religiosa.

Um aspecto interessante do uso católico de Wittgenstein é o seguinte: a estrutura epigramática das *Untersuchungen* e de outras obras póstumas (com exceção, ao que parece, de um manuscrito de 800 páginas, ainda não publicado, do qual von Wright diz ser “subdividido em capítulos com título, e em parágrafos, como nas obras eruditas convencionais”³¹), como também as idiossincrasias estilísticas do autor, oferecem ao crente uma saída para evitar a contraposição direta entre suas próprias idéias e as de Wittgenstein. Desse modo, ele se sente resguardado, no todo ou em parte, em boa ou falsa consciência, da esquizofrenia que disso lhe adviria; e se seu caso tiver sido o da passagem à fé, após a morte nele da filosofia, pode inclusive saborear uma vingança inconsciente contra o assassino. Como o leitor poderá ter intuído, a saída consiste em dizer que. . . Wittgenstein não possuía idéias básicas; que seu método é exclusivamente empírico; que seu objeto nunca é a realidade, mas sim sempre e somente a linguagem com a qual nós falamos; que “nenhuma coisa dita por Wittgenstein num dado lugar deve ser relacionada com aquilo que ele diz num outro lugar” — tudo isso deve ser levado em conta, sob pena de se perder a mensagem, o método, o ensinamento, o mérito maior de sua obra. Dessa maneira, porém, o pensamento de Wittgenstein passa a ser

31. VON WRIGHT, *cit.*, ed. ital., p. 23.

completamente privado de vitalidade, o mestre passa a ser rebaixado ao nível de seus mais modestos imitadores.

Consciente ou não, planejada ou casual, mal-intencionada ou sofrida que seja, a incorporação não apenas do primeiro, mas também do segundo Wittgenstein, por parte de católicos ou de crentes em geral, teve várias conseqüências. Em primeiro lugar, repeliu a segunda parte de sua atividade em proveito da primeira, diminuindo aos olhos do público as novidades teóricas das *Untersuchungen* em relação ao *Tractatus*. Em segundo, agravou os defeitos de seus alunos e, em geral, de quem representava seu nome, favorecendo o culto cômodo e descompromissado da assim chamada linguagem cotidiana, em seus aspectos idiomáticos superficiais. Finalmente, desgostou estudiosos seus de várias tendências, não somente permitindo, por exemplo, que alguns defensores de “*uma Lógica transcendental expressão da Razão*” levantassem contra o segundo Wittgenstein contestações absurdas, a partir de um ponto de vista do qual ele tinha tão sutilmente zombado (qualquer um dos pontos de vista devidos ao “ofuscamento de nosso intelecto com o instrumento de nossa linguagem”, *Untersuchungen*, §109); mas impediu também aos marxistas, por exemplo, de ver como sua crítica da filosofia, enquanto patologia lingüística, podia muito bem achar seu lugar numa crítica geral das ideologias. Este resultado complexo foi obviamente favorecido, por um lado, pelo gosto britânico do particular e do metucioso, numa atmosfera de vazio historiográfico e de separatismo cultural e, por outro, pelas condições atrasadas e pela superficialidade da filosofia acadêmica teórica em vários países da Europa, sem contar certas visões estreitas e dogmáticas que, conforme infelizmente sabemos, vingaram longamente também entre os marxistas. Dentro da perspectiva já consagrada pelas palavras “uso marxista de instrumentos neocapitalistas”, convém então tentar uma abordagem diferente de Wittgenstein: reconhecer abertamente tanto suas idéias básicas como seus limites e restituir-lhe, desse modo, um significado com certeza mais próximo daquele que ele realmente entendia no núcleo de seu pensamento, do aquele apresentado pelo entreter-se sobre questões idiomáticas e pela volta contínua e pedante aos mesmos argumentos, que caracterizam até hoje a maior parte dos escritos e dos discursos oficialmente “wittgensteinianos”.

A primeira coisa a se perguntar, parece-me, é qual teria sido o “estímulo” considerado por Wittgenstein e por seus biógrafos como o mais rico e importante entre todos os estímulos recebidos, a saber, o

de Piero Sraffa. Sim, porque Sraffa, além de ser um homem genial, é um economista; e, vejam só, um economista marxiano.

4. Algumas hipóteses sobre a influência de Sraffa

Para ilustrar a modernidade e o caráter do trabalho de Sraffa, cedo a palavra a dois especialistas. Ao concluir sua obra, o *Pensiero economico del novecento* (*Pensamento Econômico do Séc. XX*), justamente com a exposição do livro de Sraffa, *Produzione di merci a mezzo di merci* (*Produção de Mercadorias por meio de Mercadorias*), Claudio Napoleoni apresenta-o como “a primeira tentativa *explícita* e conscientemente dirigida no sentido de elaborar uma análise econômica que toma por certo a insuficiência radical da abordagem moderna” (isto é, a abordagem, ainda hoje dominante, que, na recusa da economia dita “clássica” de Smith, Ricardo e Marx, vai de Jevons, Walras e Wicksell a John M. Keynes e aos atuais teóricos do neocapitalismo); e a julga um “retorno explícito à tradição clássica — em seus aspectos ricardiano-marxianos”, com as categorias de lucro, salário e consumo substancialmente diferentes daquelas predominantes no século passado. Mesmo conduzindo sua análise fora da teoria do valor-trabalho, o que lhe permite superar as dificuldades *formais* da teoria clássica, e mesmo partindo, não de uma determinada configuração social, mas apenas do “mundo das mercadorias” e da “tecnologia ligada a ele”, Sraffa desenvolve uma *teoria do excesso* que, de acordo com Napoleoni, “não pode senão levar a retomar, mesmo no campo econômico, a temática da exploração, ou seja, a temática fundamental da tradição clássica”. Com efeito, “para enfrentar... o problema... da relação entre consumo e produção, é necessário reconsiderar a questão da condição humana, que corresponde a uma configuração de exploração, ou seja, da condição de *alienação*, da qual Marx foi o primeiro a ver a importância para os fins do conhecimento da sociedade econômica moderna.”³²

O tratado de Vincenzo Vitello, *Pensiero economico moderno*, também culmina com Sraffa, cuja abordagem é contraposta pelo autor à das teorias “modernas”. Enquanto nestas últimas “parte-se dos fatores originários da produção e se chega ao consumo final com um movi-

32. CLAUDIO NAPOLEONI — *Il pensiero economico del '900*. Turim, Einaudi, 1963, às pp. 194, 19, 201 e todo o parágrafo dedicado a Sraffa.

mento que vai nessa única direção” (é típico, a esse respeito, o esquema de Walras), a “produção de mercadorias por meio de mercadorias” “é a representação de um processo circular da produção social, no qual as próprias mercadorias, que comparecem como produtos, estão presentes também como meios de produção empregados em sua produção”. Mesmo se o próprio Sraffa não desenvolve uma teoria do valor-trabalho, tem-se com ele, contudo, uma retomada daquele conceito de *mais-valia*, que se perdera completamente na teoria da produtividade marginal.³³

Sraffa, porém, num colóquio que tive com ele em novembro de 1960, mostrou-se bastante evasivo sobre o assunto que motivara minha visita. Ele tendia a minimizar sua influência na formação intelectual do segundo Wittgenstein e a atribuir os agradecimentos daquele à gentileza em relação a ele e à lembrança dos agradáveis passeios que fizeram juntos pelo rio Cam. Por fim, admitiu que algo talvez tivesse acontecido e acenou à possibilidade de ele mesmo escrever a respeito. Desconheço se o fez.

Se focalizarmos as diferenças mencionadas entre o *Tractatus* e as *Untersuchungen* e lembrarmos que as proposições principais da teoria sraffiana tinham sido formuladas desde antes de 1930, pode-se tentar dizer que a influência de um economista neo-ricardiano e neo-marxiano sobre um lógico mergulhado em um absolutismo metafísico e aberto a evasões místicas possa (ou poderia) ter-se exercido nas seguintes direções:

1) Retorno ao contexto, às relações entre os diferentes pedaços que constituem uma dada totalidade, à consideração circular, ao invés de unidirecional. No caso, retorno às circunstâncias reais em que as coisas — inclusive aquelas “coisas” particulares que constituem a linguagem — assumem seu significado. Fora de um contexto real, as coisas não significam absolutamente, ou então se prestam a ser assimiladas e depauperadas dentro de alguns esquemas preconcebidos, aos quais não pertencem. Era o caso do *Tractatus*, onde cada proposição refletia um fato graças a uma estrutura comum a ambos, e onde dessa estrutura não se podia sensatamente falar. Hoje parece-me ver uma íntima afinidade entre aquela doutrina e o fato de se dizer que cada mercadoria tem um valor por conta própria e num modo irreduzível

33. VINCENZO VITELLO — *Il pensiero economico moderno*. Roma, Ed. Riuniti, Istituto Gramsci, 1963, *vide* particularmente à p. 124.

ou o fato de se explicar o lucro como propriedade inerente ao capital. Nas *Untersuchungen*, a estrutura *interna* do enunciado é, ao contrário, trazida à luz, graças à comparação daquele enunciado com outros enunciados: isto é, graças a uma estrutura *exterior* a cada enunciado dado, constituída pelas relações entre ao menos dois enunciados. E, quando se demonstra ali que o significado de uma palavra isolada consiste no uso que fazemos dela dentro de um jogo lingüístico, segue-se um procedimento análogo do interior para o exterior. A análise marxiana da mercadoria e a análise wittgensteiniana da palavra têm ao menos isso em comum: ambas negam a possibilidade de um valor inerente ao objeto, independente de seu uso-em-dado-contexto.

2) A recondução ulterior das situações contextuais e reais, em que as palavras assumem significado (a rigor: em que elas *se tornam* palavras), ao viver em comum dos homens, que são os *atores* do significado. Não se trata de um viver em comum meramente biológico, mas sim público, diante do qual as experiências particulares dos sujeitos isolados se apresentam como secundárias. Assim como a teoria subjetiva do valor econômico se apóia sobre um atomismo psicológico, que é quase uma forma de solipsismo, a mesma coisa ocorre também com uma teoria subjetiva do significado, como acaba sendo aquela do *Tractatus* (5.6. e seguintes).³⁴ As mercadorias “não vão ao mercado por conta própria”; da mesma forma que não vão as palavras. Mercadorias e palavras têm em comum o fato de que os valores lhes são conferidos pelos homens enquanto associados: *uma língua privada, como um mercado privado, são uma contradição em termos*. Mas justamente por isso pode existir uma propriedade privada, tanto de mercadorias quanto de mensagens (cf. mais adiante, neste livro, às pp. 57-58, 103-105 e 239-240).

3) Por outro lado, mercadorias e palavras podem reapresentar-se como portadoras dos valores conferidos a elas, reenviando “aos homens, como um espelho, o caráter social de seu próprio trabalho, transformado em caráter objetivo dos produtos daquele trabalho, em

34. Dentre os muitos escritos dedicados ao solipsismo lingüístico wittgensteiniano, tal como aparece no *Tractatus*, vejam-se por ex. JAAKKO HINTIKKA — “On Wittgenstein’s ‘Solipsism’”, *Mind*, LXVII, 265.º (jan. 1958), pp. 88-91; DAVID KEYT — “Wittgenstein’s Notion of an Object”, *The Philosophical Quarterly*, XII, 50.º (jan. 1963), pp. 3-15, § 7 (ambos os ensaios encontram-se reimpressos entre os *Essays on Wittgenstein’s Tractatus*, cit. na nota n.º 13).

propriedades sociais naturais daquelas coisas”: são as conhecidas proposições de Marx sobre o caráter fetichista da mercadoria (*Das Kapital*, I, cap. I, § 4). Sob a influência desmistificadora de Sraffa, Wittgenstein pode ter notado que elas “valem” também para as palavras, os enunciados, as mensagens.

4) Exemplificação daqueles modelos para a pesquisa, que são característicos do pensamento econômico clássico. Tais modelos se adquirem, por meio da abstração, descartando características secundárias e não juntando propriedades comuns. Trata-se de um modo de abstração que *determina* o próprio objeto como totalidade, ao invés de separar algumas partes do todo ao qual pertencem. Ora, esta é justamente a linha de trabalho de Wittgenstein. Não apenas ele recusa qualquer modelo obtido por generalização de propriedades comuns, mas constrói seus “jogos lingüísticos” exatamente como totalidades independentes, determinadas pela eliminação daquilo que é irrelevante ou secundário. Desse modo, ele evita o perigo, inerente à generalização de propriedades comuns por “progressivo afinamento da analogia” (a expressão é de Maurice Dobb), de ter também de levar em consideração fatores não mais determinantes para a compreensão do problema em questão e, portanto, de perder em profundidade aquilo que se ganhou em extensão³⁵. Talvez se possa recriminar Wittgenstein, de um ponto de vista diferente do dele, de ter-se detido em modelos muito pequenos (assim como podem ser recriminados seus continuadores, por não se ter remontado sistematicamente às idéias básicas que reagem a construção daqueles mesmos modelos). Mas os objetivos polêmicos de Wittgenstein eram os que já acenamos; e a linguagem ainda não encontrou seu Ricardo e seu Marx (quem sabe, nem sequer seu Adam Smith).

À parte essas diferenças, por assim dizer, de dimensões, existe uma semelhança digna de ser levada em consideração nos procedimentos seguidos por Sraffa e por Wittgenstein no início de seus res-

35. No quinto capítulo do volume de MAURICE H. DOBB — *Economia política e capitalismo* (Turim, Boringhieri, trad. de R. Amaduzzi, reimpressão de 1960; original inglês: Cambridge, 1937), capítulo este dedicado à moderna tendência da ciência econômica, há páginas reveladoras sobre a construção e o uso de modelos. Dobb também era desde os anos de trinta um *fellow* de Trinity College. Veja-se também o parágrafo “L’uso dell’astrazione” (pp. 31-42) in PAUL M. SWEEZY — *La teoria dello sviluppo economico*, trad. de L. Seriani e C. Napoleoni, Turim, Einaudi, 1951 (o original é de 1942).

pectivos livros, na própria maneira em que eles propõem a pesquisa. A *Produzione di merci a mezzo di merci* é construída sobre uma série sucessiva de modelos. Temos, em primeiro lugar, o modelo de um processo produtivo fechado, em que os próprios bens funcionam, seja como meios de produção, seja como produtos, e a quantidade produzida de cada bem corresponde à quantidade empregada como meio de produção. Em segundo lugar, é proposto o esquema de um processo econômico em que tem lugar um excesso; a produção e o conjunto dos meios de produção continuam sendo constituídos pelos mesmos bens, mas a tecnologia aplicada permite agora que a *quantidade* de cada bem produzido seja igual ou maior que aquela usada como meio de produção. E assim por diante. Diz, com efeito, Sraffa, abrindo seu tratado:

Consideremos uma sociedade primitiva que produza apenas o necessário para continuar sobrevivendo. As mercadorias são produzidas por indústrias distintas ou são trocadas uma pela outra no mercado que tem lugar após a colheita.

Suponhamos primeiramente que sejam produzidas apenas duas mercadorias, trigo e ferro. Ambas são usadas, em parte, para o sustento daqueles que trabalham e, quanto ao resto, como meios de produção — o trigo como semente e o ferro sob forma de instrumentos...³⁶

Sraffa passa em seguida a seu segundo modelo; e só depois chega a destacar o trabalho dos outros meios de produção, distinguindo assim o salário dos outros preços.

Nas primeiras páginas das *Untersuchungen*, logo após referir e criticar a teoria lingüística de Santo Agostinho, enquanto bom exemplo de simplificação doutrinária, Wittgenstein escreve:

Imaginemos uma língua para a qual seja válida a descrição dada por Agostinho. A língua deve servir à compreensão entre um construtor A e um assistente B. A está realizando uma construção com elementos construtivos: estão disponíveis dados, pilastras, chapas e vigas. B deve passar-lhe os elementos construtivos, e isso na ordem em que servem para A. Para essa finalidade, eles se servem de uma língua que consiste nas palavras "dado", "pilastra", "chapa" e "viga". A as chama; B traz o elemento que aprendeu a trazer àquela chamada. — Conceba

36. PIERO SRAFFA — *La produzione di merci a mezzo di merci. Premesse a una critica della teoria economica*, Turim, Einaudi, 1960.

isto como *uma completa língua primitiva* (§ 2, grifo meu)... Dissipa-se a névoa, quando estudamos os fenômenos da linguagem em formas (*Arten*) primitivas de sua aplicação, nas quais se pode formar uma visão clara do fim e do funcionamento das palavras (§ 5).

E logo depois:

Consideremos uma ampliação da língua (2). Que ela contenha, além das quatro palavras 'dado', 'pilastra', etc., uma série de palavras que são aplicadas como o negociante em (1) aplicava os numerais (em (1) Wittgenstein dava um exemplo de aplicação da língua, que consistia em mandar alguém fazer compras, dando-lhe um folheto com os signos de cinco maçãs vermelhas; e descrevia o comportamento do negociante diante do folheto: tal comportamento não era redutível à teoria de Agostinho); (que a língua contenha), além disso, duas palavras, que poderiam ser 'lá' e 'este' (uma vez que isto indica aproximadamente sua finalidade), as quais são usadas em conexão com um movimento indicativo da mão; e, finalmente, um certo número de amostras de cores. A dá uma ordem do tipo "d — chapa — lá". Ao mesmo tempo, ele mostra, a quem o assiste, uma amostra de cor, e à palavra 'lá' indica um lugar sobre o terreno da fábrica... (§ 8).

Não pretendo aprofundar-me mais nessas analogias. Terei ocasião de falar de outras relações entre Wittgenstein e o pensamento marxista na parte final do ensaio. Por enquanto, é lícito esperar que Piero Sraffa, de quem Lord Keynes escrevia, muitos anos atrás, no ensaio sobre Robert Malthus, que "nada está escondido para ele"³⁷, torne conhecido, mais cedo ou mais tarde, se houve ou não intercâmbio entre essas "direções de influência", por mim assinaladas aqui apenas como *possíveis*.

5. Uma tentativa de 1961

Uma tentativa, que eu saiba, única no gênero, de "inserir algumas técnicas" da escola de Wittgenstein, notadamente a dos jogos lin-

37. JOHN M. KEYNES — "Robert Malthus", agora em *Essays in Biography*. New York, The Norton Library, 1963 (1.º ed. em 1951), pp. 81-124, cf. p. 115: "Mr. Piero Sraffa, from whom nothing is hid".

güísticos e a das famílias de conceitos “no grande tronco do historicismo europeu-continental” não idealista, isto é, examinando-as e aplicando-as com mentalidade historicista, encontra-se no livro *Significato, comunicazione e parlare comune*, de 1961³⁸.

Nas palavras de então, propunha-me estudar algumas entre as condições gerais que tornam possível o fato de significar e de comunicar, por meio de uma indagação não tanto de fato quanto de direito, mais metodológica do que descritiva. Eu pensava que dessa indagação ficariam excluídas, seja a pretensão no sentido de uma ciência do comportamento sgnico de tipo bio-psicológico ou sociológico, seja a concorrência com o trabalho analítico e histórico realizado pelos lingüistas sobre fatos das várias línguas. Encontrava aquelas condições no uso que nós todos fazemos do nosso patrimônio comum de falantes. Formava-se assim a noção do *falar comum*, bem diferente daquela da língua cotidiana ou “coloquial” e daquela saussuriana de *parole* individual. Sobre esse falar comum podia exercer-se uma “metodologia da linguagem enquanto significante” em processos reais de comunicação. Apesar de encontrar-se sujeito, como qualquer outra atividade humana, às circunstâncias histórico-sociais, o falar comum parecia-me subsistir na medida em que conservava dentro de si as “constantes constitutivas” da linguagem em geral (mas da formação dessas “constantes” dizia então muito pouco, sobretudo do ponto de vista de suas relações com as necessidades). A própria variação dos contextos lingüísticos adquiria assim um sentido comum e se tornava inteligível, porque era possível medi-la sobre algo que nele mantínhamos constante (relativamente constante). O estudo dos elementos constantes e dos elementos não constantes, isto é, “fluentes”, que se entrelaçam e se compõem no falar devia ser efetuado dialeticamente, fato esse que requeria a co-presença de uma abordagem ao mesmo tempo estrutural e histórica. Revelavam sua utilidade aqui as noções wittgensteinianas (i) de *uso*, referida à linguagem-pensamento, antecipada por Pierce, Bradley e pela esquerda hegeliana, como especificação da noção de trabalho, e (ii) de *jogo lingüístico*, presente também num lingüista geral como Saussure — um “jogo” entendido como modelo para o estudo do funcionamento do falar

38. Padova, Marsilio Ed. O livro foi impresso como primeira obra pelos jovens editores da Marsilio, que depois se afirmaram com coletâneas importantes (2.ª ed., com nova Introdução, Veneza, Marsilio, 1980).

comum em alguns de seus nexos constitutivos (reconstrução artificial das condições mínimas para que ele subsista num daqueles nexos).

A identificação das condições significantes dentro do falar comum não era apresentada como uma arte inata ou adquirida com a consciência de todo dia: enquanto arte de operar com conceitos, exigia ela também, como dizia Engels “um pensamento real com uma longa história experimental”. O estudo daquelas condições não pretendia ter nada a ver com o culto da assim chamada língua cotidiana ou com outras semelhantes superficialidades filologizantes ou matematizantes, que no mundo anglo-saxão haviam aqui e acolá suprimido a capacidade e o desejo de pensar em termos de problemas e de chegar ao fundo das coisas e, cortando sua ligação com a tradição, haviam restringido a pesquisa aos dados de uma única língua nacional ou de um único esquema lingüístico construído artificialmente. A indagação, mesmo se empreendida em italiano, devia poder aplicar-se a uma pluralidade de línguas (dava-se inclusive um certo número de exemplos concretos) e visava a situações de linguagem e de pensamento que se presumia subentendessem seu uso.

Para se ter certeza de que nada de essencial escaparia cada vez que se interpretasse um aspecto qualquer do falar ou do comunicar, era indispensável ir em busca das dimensões significantes em todos os níveis e em todas as direções. Era preciso descartar qualquer preconceito doutrinário sobre a presença e a distribuição do significar. Desde o nível da unidade lingüística menor até aquele da mais vasta organização lingüística possível, não havia nada que devesse estar isento de carregar algum significado. Tomando-se um trecho de linguagem, por mais extenso que fosse, e considerando-o como um todo, ele podia agir significativamente sobre cada uma de suas partes e sofrer sua ação e todas as partes podiam agir significativamente entre si. Caíam assim alguns esquemas distintivos comumente usados por lógicos e filósofos interessados na linguagem. Além disso, porém, o próprio fato de que, por exemplo, um certo enunciado passasse a ser usado, em lugar de não sê-lo, era, por sua vez, um elemento significativo, que se acrescentava a todos os significados que aquele enunciado já trazia consigo. Em certos casos, o fato em si de abrir a boca para dizer algo, em lugar de calar-se, tinha um significado. O mais profundo preconceito doutrinário, do qual era preciso libertar-se, era, em resumo, a separação entre significar e comunicar — sendo que, com isso, a indagação se

deslocava para aquilo que ocorre dentro de casos reais de comunicação mais ou menos complexa, utilizados como modelos.

Além dos defeitos já acenados rapidamente, o livro tinha pelo menos estes dois defeitos fundamentais: em primeiro lugar, continuava referindo-se a um “trabalho mental” que continuava a ter algo de misterioso, na medida em que se supunha ser susceptível de ser estudado e resolvido em unidades separáveis mas ligadas entre si — um trabalho que se podia ainda suspeitar se desenvolvesse por sua conta, em seu domínio próprio, independente de sua roupagem lingüística ou comportamental, enquanto que, conforme escreveram Marx e Engels na *Deutsche Ideologie*, “desde o começo, o ‘espírito’ carrega consigo a maldição de ser ‘infectado’ pela matéria, que se apresenta aqui sob a forma de camadas agitadas de ar (*bewegten Luftschichten*), de sons, e, em suma, de linguagem.”³⁹ Tratava-se certamente de um resíduo idealista, ou melhor, um resíduo de Gentile, filtrado dez anos antes com a “técnica operativa” de Silvio Ceccato e nunca inteiramente removido. Em segundo lugar, estava sendo tentada a fusão entre análise e história, com o único auxílio da análise e da história, no sentido de que a primeira era negada como totalmente a-história e a segunda, como incapaz de imobilizar algo diante de si enquanto objeto a ser analisado em suas estruturas “a-temporais”. Mas, desse modo, o caráter de uma análise-sem-história e de uma história-sem-análise era, em certa medida, reafirmado justamente pela negação de ambas. As duas negações eram corretas, mas a reconstrução sintética não era levada a cabo. Como melhor mediação entre as duas tinham de intervir, por um lado, a problemática dita da “relatividade lingüística”, isto é, das mudanças de pensamento que acompanham ou não acompanham as mudanças das línguas, o que constituía uma extensão e um enriquecimento de algumas questões já presentes na análise da escola wittgensteiniana e, ao mesmo tempo, minava, em parte, suas bases; e, por outro lado, o exemplo da teoria econômica clássica, enquanto instrumento ao mesmo tempo e por definição, lógico e histórico. Estes novos instrumentos permitem também a interpretação do “mental” como *trabalho social* em ato ou como uso de resultados de trabalho social já efetuado. Institui-se, desse modo, uma abordagem à linguagem em

39. KARL MARX e FRIEDRICH ENGELS — *Die deutsche Ideologie*. Berlim, Dietz Verlag, 1962, vol. III das *Werke* (Obras) de Marx e Engels, p. 30 (ed. ital., Editori Riuniti, 1958, p. 27).

geral (ao falar e ao comunicar) que encontra seu lugar, na minha opinião, espontânea e totalmente, no filão do assim chamado materialismo histórico.

6. O uso marxiano do segundo Wittgenstein

Do ponto de vista da filosofia da práxis, o Wittgenstein do *Tractatus*, com exceção das contribuições técnicas à lógica simbólica (não submetida aqui a discussão) e da mensagem metodológica sobre o caráter prático do ato de filosofar, pode servir apenas na medida em que venha a ser criticado e recusado enquanto pensador que, por mais profundo e difícil que seja, não deixa de ser “falso”. O segundo Wittgenstein, ao contrário, apresenta ainda hoje, em minha opinião, um ensinamento de grande interesse.

Vale a pena, em primeiro lugar, insistir na possível influência do marxismo, até mesmo da influência direta de alguns textos clássicos. Caso resultasse depois que estas influências não ocorreram, ou não ocorreram conscientemente, seria necessário, de qualquer maneira, conforme já mencionei, levar em consideração as semelhanças possíveis de ser encontradas e os diferentes desenvolvimentos que apresentaram em outros lugares idéias muito semelhantes.

Até mesmo a idéia de uma língua privada tinha sido atacada de forma radical por Marx e Engels na *Deutsche Ideologie*: basta ver o que é dito da tríade hegeliana consciência-linguagem-pensamento nos dois parágrafos dedicados à história e à formação da consciência no início do livro, com a conhecida passagem (que segue a que acabo de citar): “a linguagem é tão antiga quanto a consciência — a língua é a consciência prática, que existe também para outros homens e que apenas dessa maneira chega a existir realmente também para mim próprio: e a língua se forma, como a consciência, primordialmente da precisão, da necessidade de intercâmbio com outros homens.”⁴⁰ Nessa obra extraordinária há muitas outras páginas que, acredito, Wittgenstein teria lido com entusiasmo (ou quem sabe *tenha lido?* — conforme é conhecido, a primeira edição *completa* da *Deutsche Ideologie* saiu em Berlim, justamente em 1932, quando Wittgenstein estava para pas-

40. *Die deutsche Ideologie*, cit., pp. 28-50 (ed. ital., 24-46). Veja-se especialmente às páginas 30-31 (ed. ital., 26-27), 31 (28), 40 (37), 46 (43).

sar pela “mudança radical” de que fala von Wright; é difícil pensar que os marxistas de Cambridge e de Trinity College, não a discutissem em absoluto; neste contexto, gostaria muito de lembrar que naquela época Wittgenstein cogitou de morar na União Soviética e lá esteve com prazer; entretanto, informa o inesgotável von Wright, não levou adiante o projeto, “em parte devido ao endurecimento das condições de vida na Rússia, por volta de 1935”). Refiro-me, por exemplo, à página a respeito das frases filosóficas que “se tornam” questões reais e a respeito da operação de tomar “a expressão conceitual, tornada autônoma, do mundo existente, para o fundamento deste mundo existente”; ou àquela a respeito do uso burguês de “propriedade”, no sentido mercantil e no sentido individual, isto é, “tanto no que se refere às relações comerciais quanto no que se refere às relações dos indivíduos enquanto tais.”⁴¹ Mais ainda, refiro-me aos capítulos intitulados “Revelação de João, o teólogo, ou a lógica da nova sabedoria” e “Comentário apologético”. O primeiro contém uma crítica daquilo que os autores chamam de *aposição* e *sinonímia*. A aposição consiste na assimilação de diversos usos lingüísticos com o expediente de instituir termos intermediários, que são em seguida postos de lado — “sistema esse bastante recomendável para contrabandear idéias”. A sinonímia consiste em “considerar responsáveis uma pela outra” duas palavras que “estão em relação etimológica ou mesmo que têm apenas um som semelhante”; ou no fato de usar uma palavras que tem diversos significados “ora num, ora noutro significado, conforme a necessidade”. Esta “técnica” serve, entre outras coisas para

transformar condições empíricas em condições especulativas, empregando em seu significado especulativo uma palavra que se apresenta tanto na prática quanto na especulação filosófica, fabricando algumas frases sobre este significado especulativo e simulando ter assim criticado também as condições reais que são designadas com a mesma palavra.⁴²

Do outro capítulo citado, contento-me em referir dois trechos:

Para os filósofos, uma das tarefas mais difíceis é a de descer do mundo do pensamento para o mundo real. A realidade ime-

41. *Ibidem*, respectivamente às páginas 82-83 (ital. 85) e 212-213 (223-224).

42. *Ibidem*, pp. 255-259 (ed. ital., 265-269); a citação está às pp. 257-258 (268).

diata do pensamento é a linguagem. Como tornaram independente o pensamento, assim os filósofos tiveram de fazer da linguagem um reino próprio e independente. É este o segredo da linguagem filosófica, na qual os pensamentos, na forma de palavras, têm um conteúdo próprio. O problema de descer do mundo dos pensamentos ao mundo real transforma-se no problema de descer da linguagem à vida.

... Bastaria que os filósofos dissolvessem sua linguagem na linguagem ordinária, da qual a primeira é obtida por abstração, para entender que ela é um disfarce da linguagem do mundo real e perceber que nem os pensamentos nem a linguagem formam, de por si, um reino próprio, para perceber que ambos são apenas *manifestações* da vida real.⁴³

Vejam inclusive a crítica do conceito do “Eu” e do expediente lógico que consiste em passar de “não minha riqueza” para “a minha não-riqueza”, com todas as conseqüências metafísicas que daí podem ser tiradas, no capítulo sobre a “nova teologia”; assim como a crítica da busca filosófica de uma *palavra* que tenha a “virtude mágica” de tornar a ligar a linguagem e o pensamento à vida real, no outro capítulo.

Estas e numerosas outras passagens de Marx e/ou Engels constituem uma surpresa excepcional para quem as descobre *após* ter estudado Wittgenstein e, em geral, as modernas correntes de análise da linguagem em alguns de seus expoentes mais avançados. Existem idéias nas *Philosophische Untersuchungen* que lembram idéias da *Deutsche Ideologie* até mesmo na expressão verbal. Em alguns lugares, tem-se quase a impressão de que Wittgenstein tenha transportado completamente para outro planeta intelectual a atitude de Marx e Engels para com a tradição filosófica especulativa, com seus ardis lógicos, suas malversações terminológicas e seu distanciamento do uso “prático” da linguagem.

Naturalmente esta relação com o marxismo não é a única que pode ser encontrada. Referências a outras relações podem servir para compreender as transformações sofridas pelas idéias marxistas em Wittgenstein, de modo que, por assim dizer, tornando a fazer o mesmo caminho de trás para frente, depara-se com idéias wittgensteinianas transformadas em idéias marxistas. Aqui só posso limitar-me a lembrar rapidamente que é a Wilhelm Dilthey que se deve uma definição do significado como “relações das partes com um todo *dentro da vida*”,

43. *Ibidem*, pp. 432 e 432-433 (ed. ital. 450 e 450-451).

a começar do “caso mais simples em que se apresente o significado”, que é a compreensão de uma proposição.⁴⁴ Todo o tratamento que Dilthey dá às “categorias da vida” tem, em muitos trechos, um sabor pré-wittgensteiniano, o que equivale a dizer que os textos de Wittgenstein têm, em muitos trechos, um sabor diltheyano. “Uma expressão tem significado apenas no curso da vida”: deste aforisma wittgensteiniano Malcolm diz ser ele “particularmente digno de nota, como sendo o que resume grande parte de sua filosofia”.⁴⁵

É claro que seria necessário falar bem mais longamente das eventuais relações entre Wittgenstein e a lingüística e alguns filósofos interessados antes dele na linguagem. De Lichtenberg, isto é, do fato de que Wittgenstein já o conhecesse bem, já se falou; quanto a Herder e a Humboldt, não se tem indicações. Gershon Weiler indicou, ao invés,

44. WILHELM DILTHEY — *Plan der Fortsetzung zum Aufbau der geschichtlichen Welt (Projeto da Continuação para a Articulação do Mundo Histórico)*, in *Gesammelte Schriften (Escritos Reunidos)*, vol. VII (*Der Aufbau der geschichtlichen Welt in den Geisteswissenschaften*, Leipzig e Berlim, Teubner, 1927) (*A Articulação do Mundo Histórico nas Ciências Humanas*); cf. o terceiro capítulo: “Die Kategorien des Lebens” (“As Categorias da Vida”) (pp. 228-245), especialmente o parágrafo sobre o significado (pp. 232-236); trad. de Pietro Rossi: *Critica della ragione storica*, Turim, Einaudi, 1954, pp. 337-340. — Cabe aqui lembrar uma outra curiosa convergência. De acordo com a escola de mitologia comparada, fundada por Max Müller (que foi professor em Oxford de 1868 a 1875 e publicou diretamente em inglês até aproximadamente fins do século), deve-se utilizar a comparação lingüística para coligir os mitos, enquanto expressões espontâneas da fantasia popular, a qual personifica as próprias reações aos fenômenos naturais. Acontece então que os *adjetivos* aplicados a esses fenômenos se desprendem de seu significado original e passam a ser concebidos como nomes de divindades pessoais. A consequência surpreendente é que a mitologia vem a ser concebida como *doença da linguagem*. Sobre Wittgenstein, pode-se dizer que, no mesmo ambiente, difundiu uma doutrina da filosofia como doença da linguagem: o que fora tornado possível pela recusa da filosofia especulativa, isto é, num certo sentido, justamente pela redução da filosofia à mitologia (redução na qual, entenda-se, perdia-se porém a passagem da descrição à ação, passagem essa com a qual se conclui, ao invés, a filosofia clássica alemã de um ponto de vista marxista; e nesta “perda” residia uma ideologia conservadora de novo tipo.

45. “Ein Ausdruck hat nur im Strome des Lebens Bedeutung.” (“Uma expressão tem significado apenas no curso da vida”) Malcolm diz não ter encontrado o aforisma nos escritos por ele conhecidos de Wittgenstein, mas que este afirmava tê-lo escrito em algum lugar. Cf. MALCOLM — *cit.*, pp. 126-127. Por sinal, aforismas quase idênticos são freqüentes nas *Untersuchungen*.

uma relação precisa entre Wittgenstein e Fritz Mauthner⁴⁶, que, em seus *Beiträge zu einer Kritik der Sprache* (*Contribuições a uma Crítica da Linguagem*) (1901-1902, em seguida reeditado várias vezes) e em muitas outras obras dedicadas à linguagem, tinha identificado na crítica da linguagem uma tarefa liberatória e terapêutica fundamental da filosofia e se tinha oposto ao uso de uma língua ideal, recomendando, ao contrário, o estudo da multiplicidade lingüística. Wittgenstein, que no *Tractatus* tinha expressamente diferenciado sua filosofia, como crítica da linguagem, daquela de Mauthner (40031), depois do *Tractatus* moveu-se na direção de Mauthner, voltando, em certa medida, às posições daquele. À parte Mauthner porém, e outros filósofos voltados para a linguagem, são numerosos os desenvolvimentos da ciência lingüística entre os fins do séc. XIX e as décadas de trinta ou mesmo quarenta, que se prestam a ser “observados” do ponto de vista do segundo Wittgenstein e que oferecem, por sua vez, elementos importantes para que se “observe” a ele.⁴⁷ Quem, por exemplo, mesmo apreciando o poder resolutivo da doutrina do significado como uso, não a considere assim mesmo suficiente, achará útil compará-la com a doutrina assim chamada de “analítica”, a qual procura resolver o significado em seus elementos constitutivos, doutrina até agora preferida pela maioria dos lingüistas. E é impossível não notar certo ar familiar (como agradava ao Mestre) entre o contextualismo de Wittgenstein, de um lado, e, do outro, por exemplo, o que já dizia Ferdinand de Saussure sobre o valor lingüístico, sobre a língua como sistema,

46. GERSHON WEILER — “On Fritz Mauthner’s Critique of Language”, *Mind*, LXVII, 265.º (jan. 1958), pp. 80-87.

47. Nos Estados Unidos tem havido, nos últimos anos, um certo interesse dos filósofos para com a lingüística; a lingüística examinada tem sido principalmente a formalista de um Zelig Harris ou a gerativa de Noam Chomsky. Cf., por ex., as duas relações de RULON WELLS e WILLIAM P. ALSTON (*The Journal of Philosophy*, LIX, 23.º (1962), pp. 697-708 e 709-720) para o simpósio “The Relevance of Linguistics to Philosophy”, realizado em Nova York, por ocasião do 59.º Congresso anual da American Philosophical Association, Eastern Division, em dezembro de 1962 (o fato foi-se reforçando rapidamente, mesmo que ainda estejamos distantes de um verdadeiro confluir de duas abordagens, uma glotológica e outra lógico-lingüística de proveniência filosófica, no tratamento dos mesmos problemas; veja-se, entre os últimos livros aparecidos, ZENO VENDLER — *Linguistics in Philosophy*. Ithaca, Cornell University Press, 1967, com discreta bibliografia ainda prevalentemente filosófica).

sobre o uso de modelos, como aquele oferecido pelo jogo de xadrez; o estudo dos múltiplos usos da linguagem por parte dos formalistas russos; e as pesquisas sobre os “campos semânticos” iniciadas por Leo Weisgerber, Jost Trier e outros, justamente por volta de 1930 e levadas adiante, neste pós-guerra, por exemplo, por Ernst Leisi.⁴⁸

Voltando ao marxismo, já é tempo de dar uma formulação um pouco mais explícita às alusões de delimitação teórica do pensamento de Wittgenstein, esparsas aqui e acolá nas páginas precedentes, e de ver, por último, em que consiste, ao contrário, sua contribuição maior. Adiantarei quatro pontos negativos — quatro partes de um “todo” crítico, que diferencio por mera conveniência de exposição.

Primeiro ponto. Wittgenstein possui o “público” sem possuir o “social”. Seus jogos lingüísticos se desenrolam entre duas ou mais pessoas. É justamente criticado o mito de que possam desenrolar-se “dentro” de uma única pessoa: a linguagem deve ser pública, isto é, intersubjetivamente controlável; requer “regras exteriores”, que se aplicam até mesmo quando “se fala consigo próprio”. O fato de *desenrolar-se em público* não é visto, porém, como um *existir social*. A posição de Wittgenstein corresponde àquela de quem, estudando a mercadoria, se limitasse a descrever vários tipos de trocas, mesmo havendo o entendimento tácito de que seria sempre possível repetir dentro de outros grupos de duas ou mais pessoas os mesmos tipos de trocas. Sabe-se que todos esses tipos de pessoas existem e, de fato, insiste-se sobre o fato de que *devem* existir; mas Wittgenstein as toma como indivíduos já formados e estuda o que acontece quando elas *se põem* a falar entre si; até mesmo quando descreve os modos como aprendemos a falar em criança (é a famosa idéia da *nursery*, como escola insubstituível de linguagem, calorosamente apoiada pelos wittgensteinianos), as crianças que nos apresenta são filhos de adultos já completamente for-

48. JOST TRIER — *Der deutsche Wortschatz im Sinnbezirk des Verstandes: Die Geschichte eines sprachlichen Feldes*. I: Von den Anfängen bis zum Beginn des 13. Jr. (O *Léxico Alemão no Âmbito Semântico do Entendimento: A História de um Campo Lingüístico*. I: Dos Primórdios até o Início do Séc. XIII), Heidelberg, Winter, 1931; ERNST LEISI — *Der Wortinhalt: Seine Struktur im Deutschen und Englischen*. (O *Conteúdo Verbal: Sua Estrutura em Alemão e em Inglês*.) (Heidelberg, Quelle & Meyer, 2.^a ed., 1961) (1.^a ed., 1952); STEPHEN ULMANN — *The Principles of Semantics*. (Oxford, Blackwell, 1951; 2.^a ed., 1957, reimpressão 1963); *idem*, *Semantics: an Introduction to the Sciences of Meaning*. (Oxford, Blackwell, 1962).

dados como indivíduos, que lhes transmitem técnicas lingüísticas que eles já possuem. A idéia, em suma, que nunca parece ter surgido para Wittgenstein, pelo menos não como fundamental, é a de que os indivíduos se formaram socialmente como indivíduos justamente porque, entre outras coisas, *se puseram* a falar entre si. Como escreve Marx em seus *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie (Esboços da Crítica da Economia Política)*, de 1857-1858 (este é um Marx “posterior” a Wittgenstein, uma vez que foi divulgado por volta de 1950), fica claro que o indivíduo

está em relação à língua como sendo *sua própria* apenas enquanto membro natural de uma comunidade humana. A linguagem como produto de um indivíduo isolado é uma não-coisa (*ist ein Unding*: não tem sentido). Mas igualmente o é a propriedade.

A própria linguagem tanto é produto de uma comunidade, quanto, sob um outro ponto de vista, é o fato mesmo da existência da comunidade — existência essa que fala por si (*das selbstredende Dasein desselben*: prefiro esta tradução à que segue: “seu modo natural de existir”).⁴⁹

Segundo ponto. A noção de uso lingüístico diz respeito a algo já produzido, portanto já existente; dada, por exemplo, certa palavra, nós a usamos e isto é o seu significado. Mesmo a criança que aprende uma palavra e a usa pela primeira vez, exerce esse seu comportamento sobre algo que a precedeu (e que a obrigará portanto a “ver um pedaço de mundo” de um determinado modo). Porém, como se produziu, originariamente, aquela palavra? Não responder a esta pergunta equivale a não se perguntar como tenha sido, por exemplo, produzida a faca; e assimilar o significado de uma palavra ao seu uso assemelha-se a explicar o uso da faca (é isto o seu significado) sem se preocupar não apenas com os couteleiros (coitados!), mas também com o processo social real que levou o homem do estraçalhar para o cortar. Com uma

49. KARL MARX — *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie. (Esboços da Crítica da Economia Política.)* Berlim, Dietz-Verlag, edição de 1953 (o Rohentwurf (Rascunho) é de 1857-1858, precedentemente publicado pelo Marx-Engels-Lenin-Institut de Moscou em 1939 e 1941), p. 390. Pouco antes, à p. 385: “Um indivíduo isolado não poderia possuir propriedades sobre a terra, não mais do que pudesse falar. No máximo poderia consumir sua substância, como fazem os animais”.

outra fórmula, diria, em suma, que falta a Wittgenstein a noção de valor-trabalho: isto é, do valor de um determinado objeto, neste caso, lingüístico, como produto de um determinado trabalho lingüístico. Ele procede do objeto lingüístico para frente e não do objeto lingüístico para trás. Os instrumentos de que nos servimos para comunicar, ele os considera portanto como nos sendo dados, e portanto como “naturais”, uma espécie de riqueza da qual dispomos livremente. Trata-se de uma posição fisiocrática à linguagem (numa série de ensaios sobre o uso lingüístico, Gilbert Ryle dará a isso um viés mercantilista⁵⁰). É interessante notar de passagem que também na *Produzione di merci a mezzo di merci* não é desenvolvida nenhuma teoria do valor-trabalho.

Terceiro ponto. A insistência de Wittgenstein sobre a filosofia como doença e sobre os defeitos da linguagem, que, “entrando em férias” e “caminhando no vazio”, gera “câimbras mentais” e “perplexidades”, apresenta um aspecto que seria surpreendente se não se relacionasse com seu fracasso em ir do público ao social e do uso ao trabalho. Trata-se do seguinte: ele nunca se pergunta o *porquê* de a linguagem entrar em férias e caminhar no vazio, nem qual é a origem histórico-social das câimbras e das perplexidades. Wittgenstein denuncia continuamente vários aspectos da alienação filosófica na perspectiva da linguagem e dá alguns passos essenciais na direção de uma determinação daquilo que eu não hesito em chamar de *alienação lingüística*. Mas não remonta absolutamente dos fenômenos examinados e denunciados às suas causas e ignora completamente a doutrina geral da alienação. Falta-lhe uma teoria da sociedade e da história sobre a qual fundamentar suas pesquisas. (Este ponto nada tem a ver com a reação que data do século passado, de quem, criticado a seu modo Wittgenstein, alarma-se diante do caráter patológico da linguagem denunciado por ele, e “reivindica” a existência de um “jogo lingüístico especificamente filosófico”. Seja para Wittgenstein, seja para este autor, a idéia de tal

50. Podem ser vistos, em ordem cronológica, os ensaios “Systematically Misleading Expressions”, *Proceedings of the Aristotelian Society*, XXX (1931-32), pp. 139-171; “Categories”, *ibidem*, XXXVIII (1937-38), pp. 189-206; “Ordinary Language”, *The Philosophical Review*, LXII, 2.º (362.º, abril 1953), pp. 167-186; “The Theory of Meaning”, em *British Philosophy in the Mid-Century*, editado por C. A. Mace, Londres, Allen and Unwin, 1957, reed. em *The Importance of Language*, ed. por Max Black, Englewood Cliffs, N.J., Prentice-Hall, 1962, pp. 147-169; “Use, Usage and Meaning”, *Proceedings of the Aristotelian Society*, Supplementary vol. XXXV (1961), pp. 223-230.

jogo não deixa atualmente de soar *kitsch*. Que o caráter patológico da linguagem seja também *trágico* é outra questão; o remédio para isso não será, porém, certamente um “jogo lingüístico especificamente filosófico”).

Quarto ponto. Como conseqüência do que foi dito anteriormente, a própria filosofia de Wittgenstein, crítica da tradição até o ponto de tornar-se estéril, de tanto recusar qualquer construção teórica que possa fazer lembrar um ou outro aspecto dela, permaneceu uma filosofia em parte distanciada da realidade. Apesar do caráter exasperadamente fragmentário, do andamento modesto e da linguagem cotidiana, ela ainda reflete o afastamento da academia em relação ao resto da cultura, da filosofia do resto do trabalho intelectual, da sociedade culta de Cambridge e Oxford do resto da cultura britânica e, finalmente, até mesmo da civilização britânica entre as duas guerras do resto do mundo. O ambiente em que os minuciosos discursos de Wittgenstein soam familiares ainda é aquele de um grupo de especialistas indiferentes aos problemas reais. É apenas num idioma falado principalmente por quem tenha lido certos livros abstrusos e faça parte de determinada igreja que a linguagem entra em férias e caminha no vazio *nos modos típicos examinados por Wittgenstein*. Ele diz continuamente: “nós dizemos que...”, “nós tendemos para...”, “não percebemos que...”, etc. O fato de que ninguém o tenha posto em dificuldade, perguntando-lhe a quem ele estivesse se referindo com aquele “nós”, explica-se apenas na base de todos aqueles separatismos, cuja aceitação tácita permitia fingir que este “nós” fosse equivalente a um “todos os homens”, que, na realidade, falta. A *naturalidade* com que os ingleses sentem a língua *deles* (língua essa em que Wittgenstein, afinal, falava e ensinava) e a conexa falta de consciência da relatividade lingüística contribuíram para isso.

Para encerrar, não é difícil relevar agora, o que há em Wittgenstein de altamente positivo de um ponto de vista marxiano. A posição de Wittgenstein é a de um materialista não mecanicista que remonta sempre ao homem como ator nos processos de significação e comunicação. No estudo desses processos, ele constrói modelos quase-formais, isto é, com baixo nível de formalização, que são suficientemente concretos para descrever aquilo que acontece e suficientemente abstratos para não se deixar atolar no empirismo. Esses modelos, juntamente com a inteira idéia de uma análise que não hesitaria em chamar de substancialmente “estrutural”, constituem um corretivo contra os exces-

sos de certo panlogismo historicista, cuja aplicação conseqüente levaria à recusa de qualquer modelo, julgado inadequado diante daquilo que acontece, em contínua variação. Tem-se, dessa maneira, em Wittgenstein, uma certa reavaliação não metafísica do “constante” — daquilo que muda com um ritmo tão mais lento que o resto, de modo a permanecer como uma estrutura reconhecível por longos períodos de tempo. Eu chegaria até mesmo a relacionar, em parte, este aspecto positivo com aquela mediação entre idealismo e empirismo da qual, conforme se dizia, partiu o jovem Russell. As análises que se encontram nas *Untersuchungen* são, de fato, impensáveis, seja do ponto de vista do empirismo, seja do ponto de vista do idealismo clássicos (ou “neo” clássicos).

A contribuição mais importante de Wittgenstein permanece sendo, porém, a crítica da alienação lingüística em geral, em particular, da alienação lingüístico-filosófica. As sérias reservas, feitas há pouco sobre seus limites, não devem impedir-nos de ver o fato de que ele, mesmo sem empregar a palavra e quem sabe até sem nunca pensar no assunto em sua generalidade, mesmo assim deu início a uma crítica da linguagem “alienada”, acumulando uma imensa quantidade de trabalho extremamente acurado em torno de alguns pontos nodais, nos quais a alienação se forma e se manifesta *lingüisticamente*. Nunca se terá insistido o suficiente sobre o nível de elaboração e de rigor semânticos alcançado por Wittgenstein no exame daquelas manifestações em grande parte de casos ligeiramente diferentes entre si e por isso mesmo de difícil identificação, em comparação com aqueles que preferem a pressa e o genérico ou deles são vítimas mais ou menos conscientes. Já não é mais possível, para quem tenha compreendido bem Wittgenstein, deixar-se enganar pelas palavras difíceis, pelos truques lógicos e pelas construções pseudo-científicas dos filósofos, ou ainda pelas dificuldades do próprio falar comum, quando ele se entrava e põe à mostra seus próprios defeitos e limites constitutivos.

Wittgenstein fornece instrumentos geniais e insubstituíveis para uma crítica da fenomenologia da alienação lingüística. Uma vez determinados os limites do “público que não chega ao social”, do “uso que não remonta ao trabalho”, do “separatismo que mantém a linguagem separada da história”, sua doutrina da filosofia como atividade pode ser aceita e ampliada justamente pela filosofia da práxis; será então uma atividade não mais ou não somente individual, mas diretamente social. As perplexidades e as câimbras mentais atacadas por Wittgens-

tein, de fato, continuam formando-se sobre todo o planeta e não apenas na cabeça de alguns especialistas: são um fato social de grande alcance e não um desvio individual; estão enraizadas na história, nas instituições, nos interesses reais, não apenas em “tentações” ou “inclinações” de falantes individuais, não descritas de forma melhor.

Existe, portanto, um sentido em que, olhando-se mais em profundidade do que se costuma fazer baseado nas repartições historiográficas correntes, Karl Marx e Ludwig Wittgenstein podem até apresentar-se como complementares, ou, sob certos aspectos, inclusive solidários. O primeiro fornece a indispensável moldura teórica, o segundo, elaborações particulares em relação à linguagem. Se o que importa realmente não é deter-se no fato de que a linguagem “entra em férias”, mas perguntar-se também o *porquê*, quem quiser pô-la novamente em função, conforme é devido, achará igualmente importante saber *como* isso ocorre.

Milão, janeiro de 1966.

II

A LINGUAGEM COMO TRABALHO E COMO MERCADO *

1. O trabalho humano lingüístico

As palavras, enquanto unidades da língua, são produtos do trabalho lingüístico; servimo-nos de tais produtos como materiais e instrumentos no decorrer de um trabalho lingüístico ulterior, graças ao qual se produzem mensagens. Este grupo de posições leva-nos ao cerne da questão.

Através de um procedimento não muito diferente daquele que permitiu à economia clássica chegar a noção generalizada de trabalho

* Aproximadamente a metade desse ensaio, numa primeira redação, tinha sido lida, em versão inglesa, com o título "Labour and Trade in Language", no Seminário de filosofia da Cornell University, por ocasião das comemorações no I centenário daquela Universidade, aos 29 de abril de 1965. Neste ensaio faz-se abstração deliberada de algumas distinções importantes, como aquelas entre signos naturais e artificiais, entre signos, sinais e símbolos, entre discurso falado e escrito; o termo 'palavra' é usado, por enquanto, em sentido lato, para qualquer unidade de significante e de significado, ou seja, para qualquer signo lingüístico de nível elementar; e o termo 'mensagem' para aquilo que é dito (ou escrito) para comunicar e é efetivamente transmitido, recebido e interpretado (isto é, para um conjunto de palavras extraídas de uma língua e organizadas de certo modo, inclusive, naturalmente, o caso de mensagens constituídas por uma única palavra). Para algumas dessas questões voltaremos nos capítulos seguintes. Publicado, com as únicas referências inseridas no texto, em *Nuova Corrente*, 1965, 36.º, pp. 5-43.

não-lingüístico, é possível atingir uma noção generalizada de trabalho lingüístico.

Vou limitar-me aqui a lembrar como Marx, por exemplo, numa página juvenil, tenha observado que os fisiocratas, ao considerarem a agricultura como único trabalho produtivo, não entendiam ainda o trabalho em sua generalidade e abstração: ligavam-no ainda “a um particular elemento natural como sendo a sua matéria” e entenderam ainda seu produto “como uma riqueza determinada pertinente mais à natureza do que ao próprio trabalho”. Essência da riqueza, gerador do valor é, ao contrário, o trabalho *em geral*.¹

Esta mesma conclusão já tinha sido generalizada por Hegel antes ainda que na *Fenomenologia*, e, comentando-a, Marx repete que o homem em si é o “resultado de seu próprio trabalho”, que “somente pelo agir em comum dos homens, somente enquanto resultado da história” é que as “forças da espécie” humana (*Gattungskräfte*) são explicitadas.²

O ponto essencial é o seguinte: se não quisermos admitir que existe algo *de humano* para o homem sem a intervenção do próprio homem, devemos ater-nos ao princípio de que qualquer riqueza ou valor, qualquer que seja a acepção em que se tomar, é o resultado de um trabalho que o homem realizou ou pode tornar a realizar. Generalizando, entre um produto ou resultado humano qualquer, enquanto ausente, e o mesmo produto ou resultado, enquanto presente, há uma diferença que pode ser explicada apenas nos termos do trabalho realizado pelo homem, para consegui-lo. A categoria mais geral desses produtos é o próprio homem, resultado histórico de seu próprio trabalho.

Da constatação de que as palavras e as mensagens não existem em estado natural, uma vez que são produzidos pelo homem, conclui-se imediatamente que elas também são produtos de trabalho. É nesse sentido que se pode começar a falar em *trabalho humano lingüístico*. A expressão tem o mérito de colocar este tipo de trabalho no mesmo

1. Karl Marx: *Frühe Schriften*, Erster Band, her von Hans-Joachim Lieber und Peter Furth, Stuttgart: Cotta, 1962, *Ökonomisch-philosophisch Manuskripte*, Dritte Manuskript, S. 588; *Opere filosofiche giovanili*, trad. de G. della Volpe, Roma, ed. Reuniti, 1963, Terceiro manuscrito, p. 221; trad. de N. Bobbio apenas dos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, Turim, Einaudi, 1949, p. 116.

2. *Ibidem*, *Kritik der Hegelschen Dialektik und Philosophie überhaupt*, S. 645; trad. della Volpe pp. 263 e 264, Bobbio pp. 172 e 173.

plano do trabalho “manipulativo” ou “transformativo” com que se produzem objetos físicos.³ Desse modo, o trabalho lingüístico e o não lingüístico são reconduzidos, como espécies de hábito arbitrariamente separadas, ao gênero ao qual pertencem por igual direito. Pretende-se aqui tornar unitária a definição do homem enquanto animal falante e trabalhador, que se diferencia de todos os outros, na medida em que produz instrumentos e palavras (conforme será visto mais adiante, de

3. É surpreendente quão pouco tenha sido feito para uma classificação orgânica dos vários tipos de trabalho que o homem está em condições de realizar e da estrutura interna do trabalho considerado em sua generalidade operacional. O texto fundamental continua sempre o quarto capítulo do *Capital*, que será referido mais adiante. Num território em parte marxiano, (mesmo que nunca declaradamente) em parte operacional (mais conforme Dingler do que Bridgman), mas mais ainda no espírito de Gentile é que se moviam as pesquisas, a esse respeito, de Silvio Ceccato, especialmente nos anos cinqüenta (agora reunidas no segundo volume de seus escritos: *Un tecnico fra i filosofi, II: Come non filosofare*, Pádua: Marsilio, 1966). — De pouco valeram (será de se admirar?) os economistas sucessivos, isto é. os marginalistas, de uma maneira geral: isso pode ser visto, exemplificando, em LINDLEY M. FRASER: *Pensiero e linguaggio della scienza economica*, Turim, UTET (“Storia e dottrine economiche”, 5) reimpressão 1953, XI, 9 e XIII, 1-4; EUGEN von BÖHM-BAWERK: *Teoria positiva del capitale e Excursus*, trad. e interpr. de T. Bagiotti, Turim: UTET: (“Sociologi ed economisti, 20”), 1957, I, 1, especialmente à pp. 9-12, inclusive a nota 1 à p. 11, na qual estão compreendidos problemas dignos de desenvolvimento bem maior; LUDWIG von MISES: *L'azione umana*, trad. e apresentação de T. Bagiotti, Turim, UTET (“Sociologi ed economisti, 27”), 1950, I, IV e *passim*. — Algo melhor pode se obter de antropólogos e arqueólogos. A título de exemplo, vejamos-se ARNOLD GEHLEN: *Der mensch, (O Homem)* Frankfurt — Bonn: Athenäum. 1962⁷, Introdução: 5 e 6, quanto à distinção entre ação. (no sentido de *Handlung*) linguagem e impulsos (no sentido de *Antriebe*); e os conhecidos trabalhos de GORDON CHILDE (que serão referidos mais adiante). No campo dos estudos sociológicos tomamos como exemplo a “Teoria da ação” de TALCOTT PARSONS, tal como se encontra em *La struttura dell'azione sociale*, trad. de M. A. Giannotta, intr. de G. Poggi, Bolonha, Il Mulino (“Scienze sociali, 11”), 1962, originais de 1937 e 1949², porém mais ainda no ensaio “Values, Motives and Systems of Action”, escrito em colaboração com EDWARD A. SHILS e publicado na coletânea *Toward a General Theory of Action*, cuidada pelos mesmos Parsons e Shils, Harvard University Press, 1951/ agora também como Harper Torchbook, The Academy Library, reimprimiu em 1965. / Dessa teoria, entretanto, pode-se dizer que diz respeito a ações já consideradas como sociais, que já têm como objeto algo de social, e que apenas em função desse interesse se articula em operações internas à ação humana em geral e aos seus vários tipos. Veja-se, a seguir o capítulo VI.

utensílios e de enunciados), e com essa produção, que constitui “o social”, ele forma historicamente a si próprio.

Estou falando expressamente de *trabalho* e não de *atividade*, porque as palavras e as mensagens, que são problemas, constituem a realidade social concreta da qual temos que partir. Perderíamos contato com essa realidade ao considerarmos a linguagem apenas como uma atividade, cujo fim estivesse na atividade em si e não na sua diferenciação (cf. a conhecida e sempre válida distinção de Aristóteles⁴). Conforme notava Hegel, estudioso de Adam Smith, a atividade que satisfaz a necessidade de um modo imediato é pré-humana. Para que o homem se forme, é necessário que a imediatez se rompa: que o trabalho se insira entre a necessidade e a satisfação. Apenas com o trabalho é que surge no homem algo de universal⁵.

Mas de que trabalho se trata, quando no lactante humano, que balcucia as primeiras palavras, começa a formar-se algo de universal, se não justamente do trabalho lingüístico, com o qual ele entra em contato com seus semelhantes e, com isso, aprende a satisfazer melhor suas necessidades? Encontramo-nos diante da seguinte alternativa: ou recusamos a descoberta hegeliana do caráter antropogênico do trabalho; ou então, uma vez que tal caráter cabe também à linguagem, temos

4. ARISTÓTELES: *Ética nicomachea*, I, 1, 1094^a; também VI, 4, 1140^a; e também *Grande ética*, II, 12, 1211^b (ambas na tradução de A. Plebe, Bari: Laterza, 1965² e 1965, respectivamente).

5. Cf. as Lições de “Realphilosophie” ministradas em Jena em 1805-6, mas já aquelas de 1803-4 que podem ser agora encontradas em G.W.F. Hegel; *Jenenser Realphilosophie*, organizado por J. Hoffmeister (Leipzig: Meiner), I: *Vorlesungen von 1803-1804* (XIX dos *Sämmtliche Werke*), 1932; II: *Vorlesungen von 1805-1806* (XX dos S.W.), 1931. Uma antecipação no *System der Sittlichkeit* de 1802 (agora em *Sämmtliche Werke*, vol. VII: *Schriften zur Politik und Rechtsphilosophie*, organizado por G. Lasson, 2.^a ed. revista, Leipzig: Meiner, 1932, às pp. 415-499; trad. de A. Negri em G.W.F. Hegel: *Scritti di filosofia del diritto* (1802-1803), Bari: Laterza, 1962, às pp. 127 e seguintes. Veja-se também no assim chamado “Fragmento sistemático” de Frankfurt de 1800, agora e, *Hegels Theologische Jugendschriften*, organizado por H. Nohl, Tübingen, 1907, pp. 345-351, tradução de ENRICO DE NEGRI; *I principi di Hegel*, Florença: da Nuova Italia, 1949, às pp. 24-41. Para uma interpretação polêmica, porém estimulante, veja-se sobretudo GYORGY LUKACS, *Der Junge Hegel über die Beziehungen von Dialektik und Ökonomie*, I Zürich — Wien: Europa Verlag, 1948 / agora também no vol. VIII dos *Werke* na edição Luchterhand/, II, 4-5 e III, 5-7; trad. de R. Solmi: *Il giovane Hegel e i problemi della società capitalistica*, Turim: Einaudi, 1960.

que admitir o caráter de trabalho da própria linguagem. Mera atividade pode ser considerada, se quisermos, a *sígnica*, como a dos animais, ou então não passa da retomada espontânea dos produtos do trabalho, assim como os encontramos em sua nova imediatez de objetos pseudo-naturais. A mesma atitude adotada contra a *redução* do trabalho lingüístico a mera atividade deve ser tomada contra as reduções comuns do trabalho lingüístico a mero *comportamento*.

Seria estranho que o homem, ao *produzir* algo pelo desempenho de uma atividade, em um caso trabalhasse e no outro, não. Se as línguas não fossem produtos e a linguagem não fosse trabalho, seriam algo de apenas natural, isto é, hipo-histórico, como a digestão ou a respiração, ou então, algo simplesmente não-natural, isto é, de meta-histórico. No primeiro caso, sente-se a falta de qualquer elemento diferencial entre o homem e “os outros animais”; eles também são capazes de respirar e digerir e, contudo, incapazes de falar. Limitamo-nos, então, a constatar que o homem “tem a capacidade” de falar, e os animais, não; ou então, graças ao reducionismo biológico, tenta-se fazer passar, como explicação do advento e da presença de um fenômeno extremamente complexo como a linguagem e as línguas, uma ou outra característica biológica do animal homem, considerado justamente, no caso, como mero animal. No segundo caso, a linguagem e as línguas são vistas como algo substancialmente estranho à relação do homem com a natureza. Isso significa aceitar, de partida, uma forma qualquer de dualismo ontológico e chegar, no fim, a explicações como a criação divina de um homem dividido em corpo e alma (eventualmente, na variante recente, segundo a qual a imissão da alma ocorre dentro do processo evolutivo) ou como a presença hiper-histórica de um “espírito” humano, à maneira dos idealistas metafísicos.

Uma vez que, no primeiro caso, teríamos assumido a linguagem e as línguas como condicionantes do processo histórico, por assim dizer, por baixo; e, no segundo caso, por assim dizer, por fora, restariam, para ser explicadas entre outro, as relações entre trabalho lingüístico e trabalho não-lingüístico. Isto é, caso admitíssemos que a linguagem e as línguas não pertencem à história, ou, ao menos, não inteiramente, ou não em suas raízes e em sua razão de ser, o que dizer então do trabalho não-lingüístico e de seus produtos?

Será ao menos ele característico da história humana como processo de troca orgânica entre o homem e a natureza e dos homens

entre si; ou teremos que vislumbrar nele também, uma raiz hipo ou hiper-histórica?

É-se induzido a colocar estas estranhas perguntas diferenciais pela impossibilidade de considerar o trabalho e a produção não-lingüísticos como algo de separado e independente da linguagem. Na tentativa de responder a elas, se cairia inevitavelmente em absurdos.

É possível descartar todas essas fantasias, lembrando com Marx e Engels que a linguagem, como a consciência, surge devido à necessidade das relações com outros homens⁶. É claro que aqui a palavra homem é usada dialeticamente, com o olhar voltado para a *formação* de seu significado. Quando se fala da necessidade das relações de um *homem* com outros homens, isso não quer dizer que todos esses homens já estejam formados. Pois eles se formam justamente no processo da instituição dessas relações. Quando dizemos que o *homem tem*, entre outras necessidades, também a de expressar-se e de comunicar, estamos descrevendo um fato *concreto* relacionado com a presente situação ou, de qualquer maneira, com uma situação já desenvolvida, em que os homens já existem com aquela medida de acabamento que a evolução concedeu. Remontando a necessidade para o passado, acaba-se encontrando uma zona em que as mesmas expressões adquirem um caráter dialético especial, a que chamaria de *prolepsis lógica*. Uma vez tendo-se ultrapassado a fase das primeiras formas, animais e instintivas, de apropriação imediata de objetos existentes na natureza, apenas o trabalho humano pode satisfazer uma necessidade humana; apenas um trabalho complexo como o lingüístico pode satisfazer a complexa necessidade humana de expressão e de comunicação. A complexidade do trabalho é determinada pela complexidade da necessidade, a qual por sua vez a determina — exatamente como ocorre com o trabalho que manipula e transforma. A linguagem, as línguas enquanto seus produtos, formam-se *na* dialética da satisfação das necessidades, ou seja, dentro do processo de instituição das relações de trabalho e de produção, também a linguagem é trabalho humano, e as línguas são a sua objetivação necessária.

6. KARL MARX e FRIEDRICH ENGELS: *Die deutsche Ideologie* (1845-1846), Berlim: Dietz Verlag, 1962, Band III dos *Werke* de Karl Marx e Friedrich Engels, às pp. 9-530, cf. p. 30.

Trata-se, portanto, em primeiro lugar, de uma atividade social, que requer o uso de técnicas coletivas e comunitárias. Deve-se dizer “coletivas” ou “comunitárias” de preferência a ‘inter-subjetivas’, porque este último termo levaria a pensar numa co-presença de sujeitos independentes que *chegariam depois* para empreender um trabalho e aplicar uma técnica: ou seja, um trabalho e uma técnica, suficientemente semelhantes para cada um deles, enquanto sujeitos já separados. Em outros termos, podemos chamar essas técnicas de inter-subjetivas somente *a posteriori*, quando pensarmos como novamente-reuníveis-em-uma-comunidade os indivíduos que tínhamos presumido como separados uns dos outros, na medida em que tínhamos deixado de lado o caráter social de sua origem e de sua formação. Sob este ponto de vista, a intersubjetividade é aquele tanto de impulso para o comunitário que o egoísmo burguês está disposto a exercer depois de ter projetado sobre o mundo o isolamento dos indivíduos, isto é, a ideologia que lhe concede o que é. Ao contrário, é apenas graças à aplicação dessas técnicas, ao desenvolvimento coletivo desse trabalho, que os sujeitos se diferenciam pouco a pouco e sempre mais nitidamente uns dos outros. É apenas devido ao fato de responder às necessidades da comunidade inteira que a linguagem responde às necessidades do indivíduo. O fato de que as línguas não são “criações do indivíduo”, mas sim produtos da comunidade, é uma proposição a respeito da qual, apesar dos despropósitos anti-hegelianos de alguns neo-idealistas, existe suficiente consenso. Muitos lingüistas e filósofos ainda aberta ou veladamente neo-idealistas teimam, curiosamente, em considerar *social o produto e individual o trabalho* que o produz. Na polêmica com eles é preciso insistir sobre a natureza social da própria linguagem, isto é, do trabalho lingüístico que preside à formação e à reutilização do material de que as línguas consistem. Compara-se a impossível posição contratualista de um Vendryès: “Il y a comme um contrat tacite établi naturellement entre les individus du même groupe pour maintenir la langue telle que la prescrit la règle”.⁷ Aqui, para dizer pouco, a regra se explica pelo contrato e o contrato pela regra, os indivíduos com o grupo e o grupo com os indivíduos, e tudo é confiado ao abraço da naturalidade.

7. JOSEPH VENDRYÈS: *Le langage. Introduction linguistique à l'histoire*, 1.^a ed., Paris: Renaissance du Livre, 1921, p. 283 (2.^a ed., Paris, Michel, 1950; ed. 1965, pp. 267-268). /v. agora *Semiotica e Ideologia*, 1979², cap. III/.

Na linguagem existe com certeza uma contribuição individual, que ninguém pretende contestar. Foi o Saussure "oficial" do "Cours de linguistique générale, quem o expôs, com o conceito de *parole* ou "fala" (também "falar"). Diria que essa contribuição deve ser vista principalmente como (i) aquilo que o indivíduo acrescenta excepcionalmente ao patrimônio da língua; (ii) ideoleto, estilo individual na construção das mensagens (incluindo-se a realização de obras literárias, na qual entram, porém, muitos outros elementos, estranhos ao presente discurso); (iii) afirmação tautológica do fato de se dizer que cada falante... é ele quem fala; (iv) mera atividade fisiológica de quem está emitindo ou gravando sons articulados, sem referência ao significado ("speech" the gross physical performance of talking (including its written substitute) without reference to meaning"). É claro que a presença do processo físico do falar (iv) e a tautologia individualista (iii) contribuíram para desviar a atenção do fato de que nem mesmo nos casos (i) e (ii) a contribuição individual consegue explicar o fato social de que nós *falamos* e falamos numa língua e por meio de uma língua já construída, e tanto menos pode a dita contribuição tomar o lugar desse fato. O equívoco da *parole* individual provém, portanto, do fato de que uma dada palavra é reutilizada por cada falante, isto porém torna individual o trabalho de cada falante, apenas no sentido de que assim é também o trabalho do artesão individual ou de cada operário que, reaplicando um dado modelo sobre materiais, com instrumentos e num ambiente que são sociais, produz *aquele* par de sapatos ou enche e lacra *aquela* garrafa de vinho. A operação, aquela operação, é individual porque é considerada individualmente; porém o *modelo de operação é social*. Aos que sustentam o caráter individual da *parole* escapa o fato de que, sem uma comunidade de indivíduos, *parole* em si não seria praticada. Pelos escritos inéditos até 1954 e 1957⁸, parece que Saussure estaria pensando nessa direção. Mas pode-se ir mais longe e remontar a 1845-46: na *Deutsche Ideologie*, a idéia de uma

8. JOSHUA WHATMOUGH: *Language. A Modern Synthesis*, New York. A. Mentor Book: (The New American Library), 1957, p. 102.

9. FERDINAND DE SAUSSURE: "Notes inédites de F. de S." *Cahiers F. de Saussure*, XII, 1954, pp. 49-71; "Cours de linguistique générale (1908-1909). Introduction (d'après de notes d'étudiants)", *Cahiers F. de Saussure*, XV, 1957, pp. 6-103 (as páginas 3-5 contêm uma premissa de Robert Godel).

língua particular é denunciada como contraditória (poderia se ver inclusive aí uma raiz da metafísica): “die Sprache ist das praktische, auch für andre Menschen existierende, also auch für mich selbst erst existierende wirkliche Bewusstsein”¹⁰, isto é: “a língua é a consciência, existente também para outros homens, que só desse modo consegue existir realmente também para mim mesmo”.

O trabalho lingüístico entendido socialmente deve então nos lembrar a *parole* do Saussure oficial e, em geral, os concretos atos lingüísticos individuais de que tanto falam os lingüistas, somente na medida em que a *parole* e os atos lingüísticos se opõem à *língua* como produto. O trabalho lingüístico está antes do lado do *langage*, na medida em que se opõe tanto à *parole*, por ser coletivo e não individual, quanto à *langue*, por ser trabalho e não produto. Tomando-se o *langage* como mera combinação de *langue* e *parole*, exclui-se o estudo das técnicas coletivas e comunitárias da linguagem. A bipartição entre língua e fala deve ser substituída por uma tripartição: o trabalho lingüístico (coletivo) produz a língua (coletiva) sobre a qual e por cujo meio se pratica a fala dos indivíduos, cujos produtos refluem para o mesmo reservatório coletivo de onde foram retirados seus materiais e instrumentos.

Se esta é a posição do trabalho lingüístico em relação a uma conhecida distinção da lingüística, qual será sua posição diante de uma distinção da filosofia analítica igualmente conhecida, como a que foi estabelecida por Gilbert Ryle entre o *speech* (fala) como *trade* (comércio, com referência ao trabalho de cada um) e o *language* (linguagem ou língua?) como *capital*? “O capital está para o comércio assim como a língua está para a fala”, sustenta Ryle; mas o que fica por fora é justamente o trabalho lingüístico. Provavelmente o que faz falta aqui é a diferenciação entre “linguagem” e “língua”, ambos cobertos pelo termo único *language*. O *speech* é entendido por Ryle como um comércio que ocorre pelo uso de uma língua considerada já existente e, por sua vez, considerada apenas como capital monetário ou, no máximo, apenas como capital constante. No uso de uma língua ele vê uma troca e não o trabalho que faz com que existam os produtos, objetos de troca. Quando aponta certas situações de trabalho, ele o faz em relação

10. *Die deutsche Ideologie*, cit. Dietz III, p. 30.

a uma segunda língua que está sendo aprendida por quem já tem o inglês como língua materna.¹¹ Compare-se esse *mercantilismo lingüístico* com aquilo que será dito nas secções 3 e 4 deste capítulo.

Estas últimas observações permitem acenar para um aspecto do trabalho lingüístico que tem importância particular na discussão filosófica contemporânea. Dentre todas as línguas reais ou possíveis, pode-se salientar, como parte constitutiva delas, necessária e fundamental, uma espécie de “*palavra coletiva*” que há tempo batizei por *falar comum* (*common speech*), para diferenciá-la seja da *parole* individual dos saussurianos, seja da língua ordinária ou cotidiana ou coloquial dos oxonianos, seja das línguas técnicas, especiais ou ideais dos construtores de modelos genéricos.¹²

Em certo sentido, trata-se da síntese das três concepções recusadas individualmente. O falar comum é uma especificação da linguagem, não apenas desta ou daquela língua; trata-se de uma especificação social e não individual. Por ser uma especificação alcançada por meio da investigação, o falar comum guarda, em parte, o caráter de uma língua especial. A oposição mais importante que permanece, porém, é a que se contrapõe às concepções oxonianas. As noções de língua ordinária ou cotidiana ou coloquial, e outras semelhantes, não podem deixar de referir-se a aspectos presentes no interior de uma dada língua natural, num determinado momento de seu desenvolvimento histórico: isto é, constituem abstrações construídas sobre a língua, a partir dela tal como se nos apresenta. O falar comum, ao contrário, é o conjunto de técnicas sociais às quais o indivíduo não pode deixar de recorrer, se quiser falar e comunicar, e sobre as quais se apoiam todos os desenvolvimentos lingüísticos especializados. É o discurso comum às várias línguas que garante a tradutibilidade de uma língua para outra — até que não se encontre uma situação de intradutibilidade devida a *diferenças* entre as línguas (considerando-se o diferente nível do tradutível e do intradutível, elimina-se a aparente contradição: é

11. GILBERT RYLE: “Use, Usage and Meaning”, *Proceedings of the Aristotelian Society*. Supplementary vol. XXV, 1961, pp. 223-230; cf. às pp. 223, 224, 226, 229.

12. Cf. *Significato, comunicazione e parlare comune*, Pádua: Marsilio, 1961, capítulos IV e VI; e os escritos precedentes, indicados nele na nota 4 à p. 33 /na segunda edição, 1980, eles figuram nas Referências no fim do livro/.

possível que B. L. Whorf¹³ tenha encontrado seu limite justamente aqui).

É no falar comum que se exprime o fato de que a linguagem, satisfazendo a necessidades sociais, é um instrumento da sociedade e já não do indivíduo. A própria co-presença de milhares de línguas muito diferentes entre si, mas desempenhando as mesmas funções, ou seja, satisfazendo todas às necessidades fundamentalmente semelhantes da expressão e da comunicação, não remete decerto a uma unidade mítica qualquer, da qual se teriam originado todas as línguas e menos ainda a uma unidade do gênero humano em termos de lei natural. A semelhança das funções desempenhadas pelas diferentes línguas provém do fato de que, no processo histórico do desenvolvimento da linguagem, estão necessariamente representadas as formas gerais da formação social, isto é, as relações fundamentais de trabalho e de produção que diferenciam qualquer sociedade humana de qualquer sociedade pré-humana (*apenas* animal). A natureza *humana* é sua história, que compreende a relação com a natureza não-humana. Disso tudo deriva também o significado social da palavra e o condicionamento social de suas próprias funções morfológicas e sintáticas, reparados por muitos lingüistas.

Leonard Bloomfield sustentava até mesmo que “a divisão do trabalho e com ela o inteiro operar da sociedade humana são devidos à linguagem”¹⁴. Estava certo, caso quisesse referir à unicidade do processo; mas estava certamente errado se, com a expressão ‘devido a’, pretendia afirmar a *prioridade* do trabalho lingüístico sobre aquele não-lingüístico. Tais prioridades não existem nem neste nem noutro sentido. Discutir sobre se e como se tenham constituído antes os produtos e os instrumentos físicos enquanto extensões do braço ou os signos e as palavras enquanto extensões da mente é duplamente absurdo: isso porque ambas as coisas se desenvolveram juntamente e porque a mente, fenômeno social, é ela mesma aquela dupla extensão, formando-se graças a ela. Digamos antes que o homem, ente que faz a si

13. BENJAMIN LEE WHORF: *Language, thought and Reality*, selected writings, edited and with an Introduction By John B. Carroll; Foreward by Stuart Chase; New York: John Wiley, 1956 (1959). Trata-se da conhecida tese sobre a “relatividade lingüística”, difícil tanto de apoiar quanto de rejeitar. /cf. a respeito disso o cap. X de *Semiotica e ideologia/*.

14. LEONARD BLOOMFIELD: *Language*, New York: Holt, Rinehart and Winston, 1964 (1933¹), cf. 2 . 2, p. 24.

próprio, animal produtor de instrumentos e palavras (de utensílios e de enunciados), fez-se e continua a fazer-se, produzindo-os e servindo-se deles. Para instituir relações de trabalho e de produção, o homem tinha que falar, comunicar, coisa que aconteceu no decorrer daquela instituição, de modo inextricável e solidário, uma vez que o homem só poderia falar e comunicar pela instituição daquelas relações. A produção dos signos é uma instituição de relações de trabalho e de produção, assim como essas relações são signos. A palavra é o objeto que pode ser usado e re-usado.

O sentido em que toda indagação quanto à origem da linguagem pode ser fútil está também, então, na impossibilidade de estabelecer-se um antes e um depois entre os dois tipos de trabalho que consistem em produzir objetos físicos, aptos a melhor satisfazer necessidades como a da nutrição e da proteção, e objetos sgnicos, lingüísticos e não-lingüísticos, aptos a melhor satisfazer a necessidade de expressar-se e de comunicar. *O processo é unitário* — deveria ser supérfluo acrescentar que ele é unitário também e principalmente, diante da dicotomia físico-mental: tanto uma lança para se atirar sobre a presa quanto uma palavra para se dirigir a outro homem são ao mesmo tempo físicas e mentais, num sentido constitutivo.

2. Trabalho, produto e uso do produto

É observação comum que o trabalho lingüístico, apesar de sua imensa complexidade, é habitualmente exercido por todos os falantes e os ouvintes, sem que estes dêem atenção às técnicas empregadas. No máximo, observa-se que falantes e ouvintes têm em mente o objetivo da conversação, o fim de sua comunicação, isto é, um certo efeito, quase sempre extra-lingüístico, que eles tencionam atingir ou que terão que aceitar. Frequentemente, porém, eles não têm em mente fim nenhum e, simplesmente, falando, eles exprimem a si próprios e se mantêm em contato comunicativo. O uso da linguagem apresenta-se como natural. À primeira vista o homem parece falar tal como o pássaro voa e o peixe nada.

Nessas observações pode haver algum equívoco. A naturalidade do falar é uma sociedade, e é o fruto de um exercício bastante longo por parte do indivíduo e de uma tradição bastante longa de vivência social. Trata-se de uma *pseudo-naturalidade social*. Nós não pensamos

na linguagem, ela parece sair por conta própria, não apenas porque todos aprendemos a lidar com ela muito bem e a servir-nos dela, após dez ou quinze anos de prática, durante os quais empregamos grande parte de nossos recursos, mas também, e em primeiro lugar, porque esse aprendizado teve preponderantemente como seu objeto um patrimônio já construído de instrumentos com regras para utilizá-los. Em nenhum caso, porém, o aprendizado individual da linguagem dentro de uma língua consistiu na produção dos instrumentos dos quais cada língua consiste hoje; isto conseguiu-se socialmente por dezenas e centenas de milênios e é completamente absurdo pensar que possa ser cumprido de novo por um indivíduo isolado. Seria como se pretendêssemos que um indivíduo consiga não apenas aprender a utilizar os instrumentos e os procedimentos, digamos, da mineração, contemporânea, mas até mesmo, fazer sozinho toda a história de tal extração. Com uma fórmula, o absurdo está nisso: tratar-se-ia de refazer individualmente “toda a história sob o ponto de vista da mineração”¹⁵.

Parece certamente fundado o apelo oxoniano à *nursery* como escola de linguagem; mas constata-se igualmente que boa parte daquelas pesquisas dizem respeito apenas ao uso de instrumentos já produzidos. Por outro lado, o estudo das assim chamadas “operações mentais” que regeriam a linguagem pode apresentar-se como o estudo de uma introjeção individualista que substitui o social. Nessa introjeção é assumido erroneamente (com certeza um resíduo idealista) que o indivíduo, exclusivamente pelo fato de ter aprendido a utilizar uma língua, tenha aprendido a produção lingüística; e, como no momento não a conhece, deve em seguida tê-la *esquecido*. Seria então possível levá-lo *de volta* à “conscientização” daquilo que fez quando fala. Na realidade, essa conscientização por si só não existe; consegue-se obtê-la apenas como resultado de um trabalho específico. Supondo que ela esteja presente, porém escondida dentro daquilo que faz qualquer falante, ela é atribuída gratuitamente ao próprio falante — quem sabe como extremo *Ersatz* da alma.

15. Cf. nesse contexto, os trabalhos de antropólogos como por exemplo, a “paleontologia da linguagem” proposta por ANDRÉ LEROI: GOURHAN em *Le geste et la parole*, I: Technique et language, Paris: Albin Michel, 1964, especialmente às páginas 161-166; e as explicações de GORDON CHILDE sobre o uso de produtos precedentes, p. ex. em *Man Makes Himself*, New York: The New American Library, 1961 (1936², 1941²) particularmente o cap. II.

Em termos de trabalho e de produtos manipulativos ou transformativos (isto é, conforme se tem dito, fazendo uso de uma fórmula oposicional: não-lingüísticos), a postura oxoniana consistiria em dizer, justamente, que desde a *nursery*, um indivíduo começa a aprender a servir-se de todos os objetos produzidos pela civilização à qual pertence: faca, interruptores, chaves, navalhas, automóveis, vitrolas. Mas, ao mesmo tempo, ela consistiria também em estudar o *uso* desses objetos todos, sem remontar à produção, sem ligá-los a ela. Desse modo os objetos produzidos são assumidos como naturais; o apelo que se sente em relação àquilo que é ordinário, cotidiano e comum tem então o caráter de um estudo do mercado. Por ser um estudo que se apresenta como social, enquanto na verdade pára num nível de pseudo-naturalidade, é que ele impede de remontar até o trabalho social, do qual aquela pseudo-naturalidade é, ao contrário, produto. Em termos de trabalho não-lingüístico, o estudo das operações mentais consiste, ao invés, em se supor que, enquanto aprende a *servir-se* de facas, interruptores, chaves etc., o indivíduo tenha também, subliminarmente, aprendido os procedimentos com os quais eles são produzidos.

É oportuno lembrar que a consciência de produção lingüística começa apenas em casos particulares como os que se seguem, que aqui resumo da forma mais breve: (i) quando estão envolvidas relações entre duas ou mais línguas, isto é, quando se traduz ou se ensina uma língua estrangeira; (ii) quando se ensina a falar, quando a criança é inteligente e formula perguntas; (iii) quando falar, e escrever se tornam um fim, cuja realização apresente dificuldades especiais na expressão e na comunicação (como mostram sobretudo os formalistas russos, está nesse caso a construção de mensagens poéticas); (iv) sobretudo, no estudo científico da linguagem, e, em segundo lugar, também de uma dada língua, ou, de qualquer maneira, quando nos propomos expressamente a finalidade de tomar consciência de seu funcionamento. Fatores comuns a esses grupos de casos são, em primeiro lugar, que uma dada língua ou um dado trecho de uma linguagem qualquer são *colocados* como objetos de atenção; fala-se deles e assim eles se tornam (trechos de) *lingua-objeto*, provisoriamente isolados do restante do organismo lingüístico ao qual pertencem; costuma-se então dizer que a língua *em que* se fala deles funciona como meta-língua (se a língua for a mesma, será então o restante dela; ou aquela parte do resto que se está empregando). Segundo fator: ocorre uma *desaceleração* no fluir da linguagem, como se estudássemos um fotograma isolado nas rela-

ções entre alguns poucos fotogramas, em lugar de assistir à projeção do filme do qual eles são parte. Ora, são justamente esses dois fatores que ficam excluídos do uso normal, cotidiano, da linguagem. Quando estudamos expressamente a linguagem, de um lado é *como se* tivéssemos que aprender novamente a falar em relação àquela parte que estudamos: quero dizer, tem-se essa impressão também em relação a quanto já sabemos. Por outro lado, porém, aprendemos algo exatamente pela primeira vez, e apenas como resultado de um estudo específico, que consiste em reconstruir algum processo histórico qualquer que se tenha desenvolvido socialmente num passado mais ou menos remoto. Retomando um exemplo dado mais acima: nós tomamos consciência de um processo histórico do tipo daquele da mineração, mas, naturalmente, o esquematizamos em função do objetivo presente e, com certeza, *não o revivemos ex novo*. Um outro exemplo, um pouco extravagante, seria o seguinte. Uma abelha muito esperta que se dispusesse a fornecer a teoria do sistema sígnico de que se servem as abelhas para sinalizar a posição das flores¹⁶, estaria realizando algo de novo em relação a um processo que se dá naturalmente para todas as abelhas; um certo sentido, ela estaria dando um salto para fora daquela naturalidade. Em nosso caso, ao contrário, o processo é social. No caso das abelhas temos uma pseudo-socialidade natural, naquele dos homens, uma pseudo-naturalidade social. Por isso, nós não percebemos sequer que se trata de saltar para fora de algo adquirido, enquanto que a abelha o perceberia e deixaria de ser abelha.

O que se passa no uso normal da linguagem, que é sempre uso normal de uma língua plenamente possuída como materna? (mesmo no caso de uma segunda língua não totalmente possuída, pode-se continuar diferenciando entre o uso normal e anormal da linguagem; trata-se porém de uma normalidade deslocada e reduzida). Acontece que, ingressando em novos processos de trabalho lingüístico como *objetos de trabalho* e de meios de *produção*, as palavras perdem o caráter de produtos e funcionam já agora apenas como fatores objetivos do trabalho vivo. O falante comum trata a palavra apenas como meio com o qual fala e como objeto que elabora, falando. É claro que não se pode falar sem material e sem instrumentos para falar; logo, quando se começa a falar, pressupõe-se a presença desses produtos. Mas *neste processo* do

16. KARL von FRISCH: *Aus dem Leben der Bienen*, Berlin — Göttingen — Heidelberg: Springer Verlag, 1953^o.

falar é indiferente que as palavras sejam *produtos de um trabalho passado*, “tanto quanto é indiferente, no ato da nutrição, que o pão seja *produzido* por trabalho já realizado pelo camponês, pelo moleiro, pelo padeiro, etc.”¹⁷. Quando as palavras, como meios de produção lingüística, fazem valer, no processo do falar, “seu caráter de produtos de trabalho passado, isso ocorre por meio de seus defeitos” (*ibid.*). Uma palavra que não funciona comunicativamente da forma que gostaríamos, por exemplo, (como se costuma dizer) que “não dá a idéia”, leva-nos a pensar no trabalho lingüístico específico da produção em que ela serve de instrumento ou naquele da produção de que ela provém. No primeiro caso, trata-se do trabalho do falante individual, no segundo daquele da sociedade que construiu aquela palavra. É preciso resistir à tentação de assimilar o segundo caso ao primeiro. A faca que não corta e a linha que quebra continuamente levam, a quem as usa, a pensar num novo processo de trabalho, num *outro trabalhador*, isto é, respectivamente naquele dado couteleiro e naquele dado fiandeiro. Isto equivale ao caso de uma dada palavra mal empregada naquele contexto que estou examinando. No caso em que eu mesmo tivesse produzido aquela faca, antes de usá-la para cortar, outro trabalhador, aquele do qual reclamo, seria eu mesmo, num momento precedente; disso também é fácil imaginar a contrapartida lingüística. Mas dizer que uma palavra não consegue dar a idéia em geral, que é palavra insuficiente, quem quer que a use e de qualquer modo que ela seja usada, corresponde a dizer que aquele dado *tipo* de faca não serve para aquele dado trabalho; então usam-se palavras ou facas de outro tipo, e, *in extremis*, inventa-se um tipo novo. Neste segundo grupo de casos, o defeito do produto de trabalho passado leva não já a um trabalhador isolado, mas à coletividade; pode-se inclusive tratar-se não de um defeito, mas de uma insuficiência diante de novos fins.

Para poder constatar que uma palavra não funciona, devo ter aprendido a usá-la; do mesmo idêntico modo, para constatar que uma faca não corta, devo ter aprendido a usá-la. Mas em nenhum caso eu *devo* (e na grande maioria dos casos é indiferente que eu *possa*) ter aprendido a produzir os objetos que eu agora estou usando bem ou mal, cujos méritos e defeitos estou agora constatando. Aprender a falar significa aprender a usar palavras, não a produzi-las; os processos,

17. KARL MARX: *Das Kapital*, vol. 1, Berlin: Dietz Verlag 1962, Band XXIII dos *Werke* de Karl Marx e Friedrich Engels, cap. 5, p. 197.

por meio dos quais as palavras se produzem, aparecem apenas ao se estudarem as línguas e a linguagem profissionalmente; aprendendo e continuando a falar, nós encontramos as palavras já feitas, assim como encontramos já feitos à nossa volta e prontos para o uso todos os produtos do trabalho não-lingüístico.

Referir-se a uma única palavra parece mais artificial do que referir-se a uma única faca ou a uma única meada de linha. Dir-se-ia que no caso da linguagem é muito mais apropriado referir-se a grupos coordenados de palavras, sendo por isso que habitualmente, (e com razão) fala-se em frases ou enunciados. Mas não subsiste nem ao menos essa diferença entre trabalho lingüístico e trabalho não-lingüístico. À parte o fato de que, em ambos os tipos de trabalho, os produtos são *fungíveis* (consideramos sempre os *tipos* ou *modelos*, não aquela palavra isolada ou aquela faca isolada), também os produtos físicos nunca são assumidos isoladamente por todos os outros. Por exemplo, uma faca, devido a suas propriedades, serve para cortar madeira, pão, fruta e assim por diante; não serve para cortar aço ou vidro; por diferentes razões não serve para cortar ar e água. Na *linguagem das coisas*, tudo aquilo em relação ao que a faca pode ser relacionada, no que diz respeito ao cortar, constitui a rede dos “enunciados” no qual ela pode ser colocada; não existem “enunciados” próprios em que “uma faca corta o aço”, mesmo que se trate de “enunciados” compreensíveis; absurdos, ou seja, metáforas, são, ao contrário, os “enunciados” em que “uma faca corta o ar e a água”. De fato, as facas servem para cortar madeira, pão, frutas e assim por diante; não para cortar o aço (para o nosso argumento é indiferente que se chamem ou não de “facas” os instrumentos aptos a “cortar o aço”); e, quanto ao ar e à água, não sendo eles sólidos, não são, em sentido próprio, objetos passíveis de corte. Note-se que aqui não empreguei “enunciados” para referir-me aos enunciados em que estamos *falando* da faca e de suas relações; empreguei o termo no *nível das coisas*, para indicar homologicamente relações que dizem respeito ao objeto faca por nós usado enquanto tal e não como objeto de discurso.

3. O capital lingüístico

O trabalho lingüístico, comum por definição a todos os homens, não pode desenvolver-se e não pode ser estudado se não em (ao menos)

uma língua. Conforme já se disse, uma língua é um conjunto institucionalizado de produtos de precedente trabalho lingüístico (como tal, tem semelhanças, mas também e mais diferenças, com o direito). Com suas partes constitutivas, isto é, com as palavras, com suas combinações e com as regras para usar e combinar tanto as palavras como as combinações, a língua fornece-nos *materiais e instrumentos*, no sentido técnico de produtos de um trabalho precedente *sobre os quais e com os quais*, respectivamente, se atua. Com esses materiais e instrumentos, nós construímos mensagens, que servem para nos expressar e comunicar. Os lingüistas, conforme é sabido, referem-se freqüentemente a este aspecto da língua, uma das declarações mais explícitas encontra-se em G. K. Zipf, que chega a ver “uma *palavra* equivalente a um *instrumento /tool/* e o significado de uma *palavra* equivalente a um *emprego /usage/* específico de um instrumento em termos de *trabalho /jobs/*”¹⁸.

Considerar a língua como instrumento significa afirmar seu caráter como produto de um trabalho precedente, que deve ser estudado por sua vez. Considerá-la porém *apenas* como instrumento leva a contrapô-la a alguma outra coisa como material, por exemplo, a uma experiência não melhor identificada¹⁹. Resulta, então, difícil explicar a retro-ação da linguagem (e até certo ponto das próprias línguas em sua diversidade) sobre o variar da experiência. Torna-se até mesmo impossível enfrentar o problema daquilo que, na ação da linguagem (e da língua), é necessário, por ser constitutivo, para a formação da experiência. O que vem a ser “a experiência enquanto tal, antes de qualquer tentativa de transmiti-la aos outros”²⁰ que Martinet abandona de bom grado a filósofos, psicólogos e outros “não-lingüistas”? Diante das dificuldades levantadas por essa “simples” pergunta, é-se tentado a

18. GEORGE K. ZIPF: “The Repetition of Words, Time — Perspective, and Semantic Balance”, *The Journal of General Psychology*, XXXII, 1945, pp. 127-148, cf. p. 147. As visões originais de Zipf (1902-1950) devem porém ser procuradas nos dois volumes *The Psycho-Biology of Language*, Cambridge, Mass.: The M.I.T. Press, 1965 (1935) e *Human Behaviour and the Principle of Least Effort. An Introduction to Human Ecology*, New York and London: Hafner, 1965 (1949). /Veja-se porém mais adiante, às páginas 193-196, uma crítica da equiparação entre instrumentos e *palavras/*.

19. Cf. também o mais recente André Martinet: *La considerazione funzionale del linguaggio*, trad. de G. Modonia, Bolonha: Il Mulino, 1965, pp. 41-42 e 48 (*A Functional View of Language*, Oxford; Clarendon Press, 1962).

20. *Ibidem*, p. 41.

dizer que a consideração funcional da linguagem consiste em deixá-las de lado. Torna-se necessário, ao contrário, considerar a língua também como material, isto é, como objeto *sobre* o qual se exercem novas elaborações. Isto, entre outras coisas, contribui para explicar seu indefinido caráter de elaboratividade. Se os instrumentos não fossem também materiais, o aparato instrumental da língua nos seria fornecido de uma vez por todas. Também no campo do trabalho não-lingüístico os instrumentos estão em contínua evolução; trabalha-se sobre eles também, isto é, são tomados como materiais e deles se tiram produtos ulteriores. Os pontos principais parece-me que são dois. O primeiro é, como escreve Marx, que “se um *valor de uso* se apresenta como *matéria prima, instrumento de trabalho* ou produto, depende exclusivamente (*ganz und gar*) de sua *função determinada no processo de trabalho*, da posição que *nele* ocupa, e, à medida que muda esta posição, mudam aquelas determinações”.²¹ O segundo ponto é que o lingüístico e o não-lingüístico estão juntos, eles se diferenciam pelo próprio operar da linguagem. Não pode haver um não-lingüístico que seja não-lingüístico antes que haja também o lingüístico.

Além disso, a língua, enquanto meio de troca universal para qualquer comunicação, apresenta também o aspecto freqüentemente observado do *dinheiro*, com o qual se compram e se vendem todas as outras mercadorias.²² Como material, instrumento e dinheiro, a língua constitui plenamente o *capital constante* de qualquer ulterior trabalho lingüístico, isto é, de toda e qualquer expressão e comunicação; e somente

21. *Das Kapital*, cit., Dietz XXIII, p. 197; /ed. it., cit., I/1, p. 201./

22. Veja-se, por exemplo, FRANCIS BACON: *De Augmentis Scientiarum*, em *Opere filosofiche*, org. por E. De Mas, Bari: Laterza, 1965, Livro VI, I, vol. III, p. 288. Ou então, pulando para um autor contemporâneo e para que se sinta em que ambientes diferentes se chegou a intuições e constatações semelhantes, eis um importante trecho de BRUNO LEONI tirado de “*Obbligo e pretesa nella dogmatica, nella teoria generale e nella filosofia del diritto*”, em *Studi in onore di Emilio Betti*, vol. I: Metodologia Ermeneutica, Problemi generali, Milano: Giuffrè, 1962, pp. 541-567: “As linguagens são, num certo sentido, como as moedas, e a linguagem — considerada em geral — poderia ser justamente comparada com a moeda em geral. Existem tipos de moedas de diferente cunhagem e metal, ou de papel, ou de outro material, diversas dependendo das épocas e dos países, é possível *cambiá-las* entre si, ao menos dentro de certos limites; é, além disso, possível *falsificá-las*, ao menos, aqui também, dentro de certos limites, e é finalmente possível (ou ao menos era e foi, para muitos, quando não até mesmo para todos) *produzir novas*, e

pode ser entendida como capital constante nos três aspectos de material, instrumentos e dinheiro. (Os casos de expressão e de comunicação hipo ou pré-lingüística, por exemplo, gritos, gemidos ou mesmo gestos mudos, não devem ser ignorados, porém por não serem lingüísticos, no sentido de não se servirem de uma língua como sistema, ficam excluídos do presente discurso.)

O capital lingüístico constante é algo morto se a ele não for acrescido um *capital variável*, constituído pela força de trabalho lingüístico despendida pelos homens que falam e entendem aquela língua, que nela se expressam e se comunicam — estejam eles na posição do falante, ou do escrevente, ou naquela do ouvinte, ou do leitor (em termos de comunicação, de emissor e de receptor). A adição do capital variável ao capital constante colhe-se com clareza, por exemplo, se considerarmos o que faz um lingüista, quando consegue interpretar uma língua morta: ele age como quem entra numa fábrica abandonada e repõe em ação as máquinas cujo funcionamento entendeu.

apresentá-las no mercado. Existem muitas linguagens, de naturezas diferentes, de signos diferentes, eles também, dependendo das épocas e dos países; é possível trocá-las, ou seja, *traduzi-las* em outras linguagens; além disso é possível *falsificar signos e linguagens*, de tal forma a enganar aqueles a quem a linguagem se destina e fazer com que creiam que ela tem significados diferentes dos que realmente aparenta; é finalmente possível (ou, ao menos, ainda é possível para muitos, quando não até mesmo para todos), *produzir novos e autênticos* e apresentá-los a seus semelhantes como signos e linguagens para serem adotados.

"Em ambos os casos, o da moeda e o da linguagem, o sucesso dos tradutores, o dos falsificadores e, enfim, o dos produtores de novas moedas ou dos proponentes de novas linguagens é devido, pensando bem, à mesma razão: *ou seja, ao fato de que existem, dentro dos limites de sua própria existência, significados mínimos comuns que são atribuídos, por todos os interessados no processo lingüístico ou naquele monetário, respectivamente à linguagem e à moeda.*

"As linguagens são, com efeito, *traduzíveis*, assim como as moedas são *cambiáveis*, com a condição de ter *um valor* ou *significado comum* (que, para as linguagens, redundava na possibilidade de transmitir, por exemplo, informações iguais ou semelhantes, qualquer que seja a particular linguagem empregada, e que, para as moedas, redundava na possibilidade de adquirir, por exemplo, bens iguais ou semelhantes, qualquer que seja o tipo de moeda que se tem para gastar.")

Além disso, quem falsifica moedas pode fazê-lo somente com a condição de desfrutar (em seu exclusivo proveito) o valor comum que, por engano, aquele que recebe a moeda falsa irá atribuir a esta última e àquela boa, assim

O capital constante e variável constitui o *capital lingüístico total* por meio do qual se dá a comunicação. A comunicação é produção e circulação de mensagens no âmbito de uma comunidade lingüística. As mensagens transmitidas podem esgotar-se no ato da recepção, isto é, do consumo ou fruição lingüísticos: no trabalho lingüístico como naquele não-lingüístico, há casos em que o consumo tende a identificar-se com a produção. Ou seja, as mensagens podem, por assim dizer, retro-agir sobre o capital constante da comunidade lingüística, acarretando modificações nas palavras e nas combinações de palavras que constituem a língua e nas regras para usá-las e combiná-las. Resta acrescentar que o termo 'constante' se refere a algo relativamente constante, quando comparado com o variável. As línguas mudam continuamente, assim como os capitais não-lingüísticos.

Surge aqui um interessante pseudo-problema. De onde vêm originariamente as palavras? Certamente de mensagens que deixam atrás de si um resíduo instrumental. Mas com que são construídas essas mensagens se não com palavras? Parece resultar disso um círculo vicioso que pode levar a perguntar se apereceu antes a palavra ou a mensagem. A lógica dessa pergunta não é diferente da famosa pergunta

como quem tem uma linguagem falsa e enganadora pode fazer dela uso com a condição de se aproveitar, em sua exclusiva vantagem, do significado comum que o interlocutor irá atribuir por engano à mesma palavra usada por quem o engana e por quem não o engana. Finalmente, quem cunhasse uma nova moeda, pode fazê-lo ou podia fazê-lo com sucesso, ou seja pode ou podia fazer com que as pessoas a aceitassem tão bem como aceitaram a antiga, com a condição de respeitar, em sua própria vantagem e na de outrem, o valor que a moeda tinha antes da nova cunhagem; por exemplo, usando para a nova moeda a mesma liga já usada para a antiga.

"Nem ocorre diversamente para quem propõe um uso relativamente novo e convencional de uma palavra: ele terá sucesso, ou seja, ele será ouvido e compreendido, unicamente com a condição de respeitar, ao menos dentro de certos limites, significados já em uso da palavra que ele propõe, ou, ao menos, das palavras com que ele define a palavra que propõe e que são comparáveis aos metais que constituem a liga de uma moeda de uma nova cunhagem. Em resumo, o que há de comum e de relativamente permanente na linguagem, ou respectivamente na moeda, consente uma quantidade de operações que pareceriam prescindir desse elemento comum, ou até mesmo desmentí-lo, e que, julgadas superficialmente, poderiam induzir a pensar que nada de geralmente comum existe entre as diferentes moedas de um lado, e as diferentes linguagens, do outro, existindo infinitas moedas e infinitas linguagens" (pp. 547-548).

sobre o ovo e a galinha. Ambos os pseudos-problemas se resolvem, considerando-se as antinomias que parecem constituí-los como totalidades que decorrem de totalidades precedentes. Provavelmente, a totalidade palavras-e-mensagens, típica do trabalho lingüístico, remete a uma totalidade precedente menos complexa signos-e-mensagens, típica de um trabalho sígnico-comunicativo que se encontra ainda hoje tanto entre os homens quanto entre os animais. (Diga-se, de passagem, que existem semelhanças interessantes entre os conceitos de signo e célula, palavra e sêmen ou célula reprodutiva, mensagem e organismo.) Aqui também, de resto o trabalho não-lingüístico nos acode com certas analogias: a mão é um instrumento com que se produzem instrumentos; e o primeiro instrumento, com o qual se trabalha, foi produzido pelo trabalho.

Voltando às mensagens, um outro caminho que elas podem tomar é o de se empilharem e de tomarem a forma de capital de um nível mais alto, disponível para ulteriores operações lingüísticas mais complexas, a serem levadas adiante com aquela língua e dentro daquela comunidade: refiro-me, é óbvio, ao patrimônio literário, prevalentemente mas não exclusivamente escrito, de qualquer comunidade lingüística. Nos limites em que é possível traduzir, esses patrimônios já estão traduzidos em medida considerável; nesses mesmos limites, eles são tradutíveis e, de qualquer modo, exercem influências recíprocas. Cabe aqui, então, acrescentar que, além dos mercados lingüísticos nacionais correspondentes às várias línguas, a pluralidade das línguas e as trocas que ocorrem entre elas determinam vários mercados lingüísticos internacionais e tendem a constituir um único mercado lingüístico planetário. As maneiras como nós acolhemos mensagens traduzidas em outras línguas apresentam de fato afinidades surpreendentes com aquela com que acolhemos mercadorias importadas de outros mercados.

4. *O mercado lingüístico*

A totalidade das mensagens que trocamos, ao falar uma dada língua, constitui uma comunidade lingüística, isto é, a sociedade entendida globalmente, considerada sob o aspecto do falar. Os conceitos de língua e de comunidade lingüística indicam dois elementos reciprocamente necessários no âmbito de uma totalidade considerada uma só. Dizer somente que se implicam uma na outra seria incompleto; além

disso, seria inexato, uma vez que uma língua pode sobreviver à própria comunidade lingüística originária, no momento em que ela é estudada no âmbito de outra comunidade lingüística — assim como sobrevivem os produtos do trabalho não-lingüístico e uma fábrica abandonada pode ser preparada para novos trabalhos.

Uma comunidade lingüística se apresenta como uma espécie de *imenso mercado no qual palavras, expressões e mensagens circulam como mercadorias*. Podemos perguntar-nos quais são as regularidades que regem a circulação das palavras, expressões e mensagens, começando pelos *valores* segundo os quais elas são *consumidas e trocadas*.

Enquanto os produtos de trabalho não-lingüístico não cobrem de maneira alguma o inteiro campo dos objetos aptos para a satisfação das necessidades não-lingüísticas, *todos* os signos lingüísticos são, por definição, produzidos pelo próprio homem. Usando alguns termos de modo estático, não dialético, existem “in natura” objetos “não produzidos” e “precedentes” ao “homem” ou “independentes” dele, como o ar e a água, que satisfazem justamente suas necessidades mais fundamentais. Apenas porém, os signos assim chamados “naturais” podem ser equiparados aos produtos assim chamados “naturais”: nem uns nem outros são produzidos em sentido próprio, isto é, graças a um trabalho especificamente humano. O fato óbvio de que, sem a atividade de um organismo que os “interprete”, nem mesmo os signos mais rudimentares seriam signos, é comparável a outro fato igualmente óbvio de que sem a identificação, a posse e o consumo por parte de um organismo, nem sequer objetos como o ar ou a água serviriam para satisfazer necessidades. Tudo isso não apenas não contradiz o caráter de produto dos signos *lingüísticos*, mas dá inclusive uma indicação útil para diferenciar o que é mera atividade do que é trabalho.

O fato de poder assumir um valor diferente daquele que lhe compete pela sua capacidade de satisfazer necessidades, isto é, diferente de seu *valor de uso* ou *utilidade*, é característico de todos os produtos do trabalho humano. Trata-se do valor costumeiramente dito *de troca* (no §5 será feita uma distinção ulterior entre valor de troca e *valor tout court*). Até mesmo os lembrados objetos não-lingüísticos, naturais no sentido de não produzidos, assumem um valor de troca quando se tornam, em alguma medida, eles também produtos. Tome-se, por exemplo, o ar engarrafado para usos especiais, a água transportada num deserto (trata-se de operações de manipulações, não transformativas

strictu sensu). É o valor de troca dos produtos que os torna *mercadorias*.

Esse valor emerge quando dois ou mais (tipos de) produtos entram em dada relação entre si, justamente a relação que rege o câmbio mercantil no nível de *troca* propriamente dita, cujos desenvolvimentos vêm constituir um *mercado*. Cuidado, porém: não é que o valor *derive* da troca, é a troca que se faz de acordo com o valor. O valor deriva do fato de os produtos serem justamente produtos, isto é, em última instância, do trabalho humano gasto para fazer com que aqueles produtos existam e que neles se “cristalizou”.

Como os outros produtos do trabalho humano, as palavras, expressões e mensagens têm um valor de uso ou utilidade na medida em que satisfazem necessidades; no caso, as necessidades fundamentais de expressão e de comunicação com todas as mutáveis estratificações que se acumularam historicamente e se emaranharam em volta delas. Sem signos lingüísticos, é impossível satisfazer essas necessidades *em nível humano*. Uma vez aceita a concepção da linguagem como trabalho, a primeira hipótese de indagação que se apresenta é que também as palavras e as expressões venham a ser empregadas, e as mensagens transmitidas e recebidas, não apenas segundo seu valor de uso, mas também, e principalmente, segundo seu valor de troca. Numa primeira aproximação, podemos dizer que, no caso das palavras e expressões, o valor de troca deverá ser procurado nas relações recíprocas em que elas entram no interior da língua de que fazem parte; no caso das mensagens, ele deverá ser procurado no fato de elas virem a ser transmitidas e recebidas no âmbito de uma comunidade lingüística, isto é, em sua circulação num mercado lingüístico que elas mesmas constituem.

Essa terminologia dos valores, obtida a partir dos textos dos economistas clássicos, e de Marx em particular, sobrevive justamente junto aos lingüistas. Para eles, é comum equiparar o *valor* de uma palavra ou expressão, e mesmo de uma mensagem, ao seu *significado*. O falar comum, ao menos tal como posso interrogá-lo em italiano e em algumas outras línguas européias ocidentais, nos assiste ele também nesse ponto, com muitas expressões idiomáticas e proverbiais. É difícil considerar apenas acidentais essas analogias e é curioso que a elas se tenha prestado tão pouca atenção (o próprio Saussure, que fala delas amplamente, não parece possuir uma teoria do trabalho lingüístico que, seria

a única a poder dar um fundamento à sua teoria do valor lingüístico²³). Disso poderíamos argüir que o campo do valor lingüístico corresponde por inteiro àquele do significado: ou um pouco mais concretamente, que “ter um valor” é o mesmo que “ter um significado” (ou seja, que ‘valer algo’ equivale a ‘significar algo’). Até aqui, nada a objetar. É preciso, porém, acrescentar logo que o bolo de tudo aquilo que é (ou tem) valor lingüístico se divide em fatias que não correspondem absolutamente às tradicionais fatias em que se costumava dividir ou ainda se divide o bolo do significado. Uma outra diferença é que o valor lingüístico é introduzido aqui em um certo nível de elaboração de uma estrutura geral, enquanto é típico das teorias do significado que ele seja colocado como base de toda uma estrutura, que é, em seguida, construída, para explicar o próprio significado. Seria portanto ilusório, ao menos neste estágio, tentar estabelecer comparações entre este ou aquele tipo de significado e este ou aquele tipo de valor lingüístico.

Digamos antes que os tipos de valor lingüístico que devem ser distinguidos irão constituir uma nova subdivisão, operada dentro do campo tradicionalmente indicado pelo uso genérico de “significado” (como de *meaning* ou *Bedeutung*); e que a teoria do valor lingüístico como produto do trabalho lingüístico é uma tentativa de explicar o significado, remetendo-o a alguma outra coisa. Desse modo, também a suspeita eventual de que os valores lingüísticos não devam ser chamados “de uso” e “de troca”, é afastada como sendo apenas uma questão terminológica. Parafraseando o célebre dito de Wittgenstein, “o significado de uma palavra é seu uso na língua”²⁴, o caminho desta indagação consiste, então, em afirmar não apenas que o significado de uma palavra é seu *valor*, ou melhor, seus *valores* na língua, mas também e sobretudo que tais valores devem ser reconduzidos ao trabalho humano que faz deles o que são. A noção de uso lingüístico passa assim a ser incluída na de trabalho lingüístico, que, como parte da

23. FERDINAND DE SAUSSURE: *Cours de linguistique générale*, publié par Charles Bally, Albert Sechehaye et avec la collaboration de Albert Riedlinger, Paris, Payot, 1915 (1931/1955), reedição 1964: capítulo III e especialmente IV. /Veja-se agora a tradução de T. de Mauro, Bari: Laterza, 1967 e a edição crítica cuidada por Rudolf Enger, Wiesbaden: Harrassowitz, 1967 e seg./

24. LUDWIG WITTGENSTEIN: *Philosophische Untersuchungen*, Oxford: Blackwell, 1953 (existe também o texto com uma tradução inglesa a frente, em seu conjunto pouco útil, de G.E.M. Anscombe): cf. I, 43.º.

noção de trabalho, já possui sua própria estrutura articulada. Não é perdida a distinção importante entre uso e significado (sobre a possibilidade de se reduzir o segundo ao primeiro *até mesmo* Wittgenstein tinha reservas²⁵); e não se corre o risco de ver no uso apenas aquilo que se faz com um produto já produzido, isto é, o risco de confundir o uso com a troca ou com o consumo — como dissemos ser freqüentemente o caso entre os analistas de tipo oxoniano.

Toda palavra, expressão ou mensagem apresenta-se no mercado lingüístico como *unidade* de valor de uso e de valor de troca. Deve, de fato, ter um valor de uso, isto é, estar em condições de satisfazer a uma necessidade comunicativa qualquer, para poder assumir um valor de troca, mas, para o caso oposto, deve apresentar-se como valor de troca, para que seja possível remontar a seu valor de uso e desfrutá-lo. É através de uma dialética complexa entre os dois tipos de valor que, quando eu digo alguma coisa, você a compreende. Deixo de lado aqui a elegante questão de saber se um valor de uso apenas expressivo é suficiente para a existência dessa dialética.

Quando examinamos palavras, expressões ou mensagens do ponto de vista e em função dos dois tipos de valores, de uso e de troca, que estão nelas contidos, achamos que a noção de trabalho lingüístico deve ser, por sua vez, fragmentada em correspondência aos valores que é chamada a justificar: a determinação do valor de troca deve recorrer a uma noção de trabalho diferente daquela que serve para determinar o valor de uso.

Os valores de uso satisfazem uma variedade de necessidades. O trabalho lingüístico que os determina deve ser portanto um trabalho que se diversifica com o variar de seus produtos: um trabalho concreto e específico, que dá produtos diferentes. Trata-se, no campo do lingüístico, do mesmo tipo de trabalho (sem levar em consideração aqui as variedades dos diferentes processos de trabalho) que no campo do não-lingüístico produz bens, ou seja, coisas úteis como valores de uso: objetos e situações com determinadas propriedades aptas a satisfazer necessidades humanas. As palavras e as expressões e as mensagens, enquanto coisas úteis, servem para satisfazer necessidades expressivas e comunicativas, como exprimir, denotar, conotar, informar, referir, qualificar, comandar, rogar, raciocinar, conectar entre si di-

25. *Ibidem*, I, 138.º e II, xi, p. 215.

ferentes pedaços do mesmo material lingüístico, e assim por diante. Na literatura da análise lingüística contemporânea, a exigência de estudar o funcionamento lingüístico do ponto de vista da satisfação das várias necessidades expressivas e comunicativas começa a ser sentida, porém, o imenso trabalho já realizado limita-se, de uma maneira geral, a este ou àquele aspecto do funcionamento enquanto tal.

A determinação dos valores de troca, mais próxima daquilo que costumam fazer os lingüistas, não apresenta, como pesquisa desenvolvida descritivamente e *a posteriori*, as dificuldades que parecem se opor à determinação dos valores de uso. Mas, a *noção* do valor de troca e do tipo de trabalho lingüístico que o justifica é mais difícil de ser percebida. Sobre ela posso adiantar aqui tão somente algumas breves observações. O recém-nascido se encontra imediatamente e inelutavelmente circundado por todas as coisas úteis que a sociedade à qual pertence já produziu e continua produzindo *segundo determinados modelos*. Isso diz respeito, indiferentemente, aos produtos do trabalho lingüístico e aos do não-lingüístico. A criança encontrará palavras e expressões já opostas entre si no sistema a ela pré-constituído da língua que está aprendendo como materna. Em seguida, elas se lhe apresentarão também como globalmente opostas, enquanto partes operantes dentro daquele sistema, a todas as palavras e expressões de qualquer outro sistema do gênero, isto é, de qualquer outra língua. Para ambos os tipos de trabalho, os modelos são planificações sociais de satisfação de necessidades. A criança aprende a servir-se dos produtos e com isso, em certa medida, torna a colocar em atividade também os modelos aos quais socialmente se atém, porém, é claro que não tem consciência do trabalho específico que está implicado na produção de acordo com um modelo e tanto menos aprende a construção de modelos novos (só irá conseguir isso muito mais tarde, e parcialmente, mesmo assim, só se aprender a fundo e com originalidade determinadas profissões). Conforme já foi visto, os objetos produzidos em conformidade com os modelos são, em geral, usados apenas em sua (nova) imediatez, como materiais e instrumentos; como tais, eles pertencem a sistemas institucionalizados de acordo com as *regularidades* sociais não necessariamente ligadas às regras que constituem as supra mencionadas planificações, mas, ao contrário, bastante distanciadas delas. Seja no mundo das mercadorias, seja no mundo das palavras, são essas regularidades, e não as regras operacionais para a satisfação das necessidades, que regem a troca e a

circulação e que determinam o valor de troca dos objetos produzidos. Quanto a seu valor de troca, mercadorias e palavras se apresentam desligadas das operações que as produzem.

O que têm em comum todas as palavras, expressões e mensagens, quando se prescinde de seu valor de uso, é justamente o fato de serem palavras, expressões e mensagens, isto é, meros *resultados* do trabalho lingüístico²⁶. Observando o mercado lingüístico, constatamos que todos estão aptos a utilizar palavras e expressões e produzir mensagens. Isto é, independentemente da relação particular de toda palavra-como-produto com o trabalho lingüístico específico que determina seu valor de uso. Dada a existência de uma língua falada por um certo grupo humano e do relativo mercado lingüístico, dá-se aqui um fenômeno que poderíamos batizar por “inevitabilidade do significar”²⁷: o fato de a compreensão ocorrer como algo natural (trata-se da pseudo-naturalidade social de que já falamos), isto é, o fato de que um ouvinte não pode não *começar* a interpretar de uma certa maneira uma expressão emitida por um falante de sua própria comunidade lingüística, qualquer que seja depois a interpretação ulterior que ele dará àquela mesma expressão em função da variação dos contextos e de suas inclinações pessoais²⁸. Caso eu escreva ou diga ‘água’, o leitor não irá entender “terra” ou “fogo”, e caso eu diga ‘se... então’ ele não vai entender ‘nem... nem’ ou “por definição, igual a...”. Ninguém de nós, enquanto falante, tem o poder pessoal de esquivar-se disso. Mas disso não decorre absolutamente que eu ou o leitor sejamos donos dos processos de trabalho lingüísticos com os quais aquelas palavras e expressões são produzidas. Ao contrário, é justamente discutindo que nos damos conta da imensa complicação daqueles processos e que encontramos desacordo mais grave sobre sua natureza e alcance efetivo e, conseqüentemente, também sobre a natureza de seus resultados. Todos nós sabemos empregar corretamente aqueles mesmos termos sobre os quais se acirra há milhares de anos a discussão entre cientistas e filósofos: termos como ‘número’, ‘causa’,

26. Esta intuição está esboçada também em Wittgenstein: cf. *ibidem*, I, 11.º, 12.º, 13.º; II xi, p. 224.

27. Aqui também se pode indicar uma intuição de Wittgenstein cf. *ibidem*, I, 98.º.

28. Trata-se da distinção entre “significados iniciais” e “significados adicionais”, tratada em *Significato, comunicazione e parlare comune cit.*, p. cap. VII.

‘dever’, ‘parte’, ‘movimento’ e muitíssimos outros (torna-se a ver aqui o possível engano escondido no idioma dos usos lingüísticos: num sentido importante, saber usar uma palavra não significa absolutamente conhecer seu funcionamento — *neste sentido*, o consumo não é produção).

A capacidade de falar e de entender o valor de troca de palavras, expressões e mensagens é mero dispêndio de força de trabalho lingüístico; isto é, trata-se sempre de trabalho lingüístico, considerado porém em seu caráter abstrato, como atividade produtiva genérica e não diferenciada. É em função desse tipo de trabalho lingüístico que os valores lingüísticos de troca se determinam enquanto distintos dos valores lingüísticos de uso. Uma abertura sobre essa determinação pode ser entrevista, considerando o fato de que algumas pessoas que “falam mal”, “conhecem pouco a língua”, “não conseguem se expressar de forma convincente”, e assim por diante, possam estar em condições de compreender a fundo este ou aquele setor do trabalho lingüístico específico como produtor de valores lingüísticos de uso. Nós todos sabemos que existem poetas gagos, lógicos que não conseguem montar um período, analistas da linguagem que parecem afásicos, etc. Trata-se de casos que lembram o do mau comerciante ou do banqueiro falido que se demonstram excelentes artesãos apenas num dos inúmeros campos em que se exerce a capacidade de produzir algo.

5. *Sobre a dialética dos valores lingüísticos*

A oposição entre valores de uso e valor de troca que foi empregada até agora é de todo insuficiente, não apenas diante da imensa complexidade da linguagem mas também para dar conta daquilo que resulta da mera abordagem de uma teoria do trabalho-valor-lingüístico. Nesse capítulo devo ao menos mencionar duas integrações que se fazem imediatamente necessárias.

A primeira diz respeito ao fato de que a oposição, até agora referida quase indiscriminadamente a “palavras, expressões e mensagens”, deve, ao invés, ser examinada para cada uma delas. A segunda refere-se ao fato de que, conforme sabem todos os que conhecem a teoria de Marx do trabalho-valor, os valores não são dois, mas três.

As duas emendas estão estritamente entrelaçadas, de modo que, após tê-las distinguido rapidamente, falarei das duas conjuntamente.

1. A dialética que encontramos na oposição de valor de uso e valor de troca está presente em vários níveis do trabalho lingüístico e de seus produtos. Estes níveis são co-presentes e circularmente entrelaçados, mas é útil distingui-los para melhor analisá-los. No *nível de cada palavra individual*, encontramos uma *primeira oposição* entre um significado e um significante: o trabalho lingüístico da *semantização* produz a palavra, como sendo sua unidade. Transferindo a este nível a dialética entre uso e troca, pode-se quem sabe ver uma forma embrionária do valor de uso no significado e do valor de troca no significante (os quais, não o esqueçamos, estão sempre juntos). Olhando-se para a palavra como já formada, ela apresenta uma *nova oposição* de valor de uso e valor de troca, sobreposta à precedente. Como na realidade não ocorrem palavras isoladas (fato que não deve ser confundido com o *uso isolado* de uma palavra), já estamos no *nível das palavras no plural*, tal como elas se apresentam uma ao lado da outra, no âmbito de uma língua. O valor de uso de uma palavra na língua é seu uso: um significado, como algo de exterior à palavra, não existe. Como porém, quando usamos uma palavra, usamo-la justamente como aquela unidade de significante e significado, o uso que dela podemos fazer depende, por sua vez, das propriedades que ela possui. A palavra como unidade de significante e significado é um produto do trabalho lingüístico, e seu uso é um ulterior trabalho lingüístico. O valor de troca que a palavra tem na língua advém de seu entrar em relação com outras palavras. Referia-me a isso, acrescentando constantemente ao termo 'palavras' o termo 'expressões' (mais extenso do que 'frases' ou 'enunciados'). Temos então uma *terceira oposição* de valor de uso e valor de troca no *nível da comunicação* (produção e circulação de mensagens): começando do mero fato que, quando eu digo algo, você compreende. Os principais saltos dialéticos são portanto *dois*, *dentre* os seguintes *três* níveis: (i) Quando uma palavra isolada é usada, ela já é uma unidade de pedaços juntados sinteticamente, ela já tem o valor

que lhe advém do fato de ser produto desse trabalho de síntese. (ii) Quando duas ou mais palavras aparecem unidas numa expressão, cada uma delas se liga às outras dentro da expressão, de acordo com o valor de uso e com o valor (de troca) que ela tem na língua: isto é, as palavras agem entre si com seus valores, e são essas ações que formam a unidade da expressão. (iii) Uma mensagem carrega, por seu turno, uma dualidade de valor de uso e de valor (de troca) quando é transmitida e recebida. 'Quero um copo d'água' é uma mensagem que possui seu valor de uso e seu valor (de troca) no processo da troca lingüística — sem que, a cada vez, se tenha que reconsiderar os valores das palavras que intervieram para formá-la.

2. Deve-se distinguir entre *valor de uso* e (simplesmente) *valor* de cada palavra, expressão ou mensagem, consideradas individualmente, e encontrar seu valor de troca no estabelecimento de relações entre elas. (Para evitar confusões devidas à presença do termo "valor" nos três casos, poder-se-ia, às vezes, substituir por 'utilidade' o 'valor de uso' e, conforme será visto mais adiante, por 'posição' o termo 'valor'). Convém aqui verificar as observações feitas por Marx nas "Randglossen zu A. Wagners *Lehrbuch der politischen ökonomie*" de 1881-82. Ele não parte do valor, mas da mercadoria: essa é "*a concreta figura social do produto do trabalho*". Analisando mercadoria "*na forma em que ela aparece /in der Form, worin sie erscheint/*", encontra-se em primeiro lugar a oposição entre valor de uso e valor de troca; em seguida, porém, "uma ulterior análise desse último... mostra que o valor de troca é apenas uma "forma fenomênica", um modo independente de apresentação do valor contido na mercadoria"²⁹. Descobre-se, isto é, que na realidade a mercadoria é valor de uso e "valor" (passo a utilizar as aspas para diferenciar o valor do valor de troca), e esta descoberta

29. KARL MARX "Randglossen zu A. Wagners *Lehrbuch der politischen ökonomie I*", Dietz XIX, pp. 355-383, de onde cito: uma tradução parcial nos *Scritti inediti di economia politica di Marx* organizada por M. Tronti. Roma: Editori Riuniti, 1963. Cf. Dietz, p. 369, ed. it. p. 175.

é possível na medida em que a mercadoria *aparece* como valor de uso e valor de troca, isto é, tem uma forma fenomênica independente que representa o seu “valor”. Uma mercadoria adquire sua própria forma fenomênica e o seu “valor” se exprime, na relação entre mercadorias diferentes (um dos lugares onde este trecho se encontra formulado com maior clareza é “A forma de valor”, de 1867)³⁰. A operação errada que Marx recrimina a Wagner consiste de ter partido do valor e tê-lo subdividido em valor de uso e valor de troca: como se o ente valor existisse por conta própria e nós pudéssemos captá-lo enquanto tal. A operação correta consiste, ao contrário, em *encontrar dentro da mercadoria* a oposição entre valor de uso e “valor”; o valor de troca é uma forma fenomênica do segundo.

Juntando num único discurso as duas emendas, observemos sua aplicação no nível das palavras (no plural). Enquanto distinto do valor de uso, o “valor” *de uma palavra* pode ser entendido *como sua posição dentro da língua*, assim como o “valor” de uma mercadoria é sua posição dentro do mercado (nem por isso a língua e o mercado devem ser pensados como precedentes às palavras e às mercadorias). A mercadoria não é apenas um objeto considerado fisicamente; é um objeto em relação potencial com o homem, porque dotado de propriedades aptas a satisfazer uma necessidade; de modo não diferente, a palavra como unidade de significante e significado carrega a propriedade de poder ser usada para comunicar, e nisto está seu valor de uso. A posição é colocada em evidência pelo valor de troca que a palavra assume ao entrar em relação com outras palavras.

Quando Saussure diante de *redouter*, *craindre* e *avoir peur* pergunta-se expressamente qual seria o valor de cada uma dessas palavras e concluiu que elas “n’ont de valeur propre que par leur opposition; si *redouter* n’existait pas, tant son contenu irait à ses concurrents, etc.”³¹, é claro que ele não está indagando sobre o que cada uma daquelas três palavras quer dizer, qual é sua *signification*, isto é, qual trabalho lingüístico específico tenha constituído aquelas três relações

30. Em *Scritti inediti di economia politica*, cit., cf. p. 133.

31. *Cours de linguistique générale*, cit. p. 160; cf. também ROBERT GODEL: *Les sources manuscrites du Cours de linguistique générale de F. de Saussure*, Genève, Paris: Droz-Minard, 1957, p. 90.

significante-significado. Caso ele se tivesse perguntado isso, não teria podido negar a elas um valor independente de sua oposição. Ele, ao contrário, se pergunta qual é seu valor no *campo semântico que lhes compete*; e o encontra representado por sua recíproca oposição, isto é, por seu valor de troca: “la valeur de n’importe quel terme est déterminée par ce qui l’entoure. . .”; “Un signe dépend d’un système de signes. . . Toutes les grandeurs dépendent les unes des autres”³². O “valor” das palavras depende então do modo em que o trabalho lingüístico abstrato se subdivide para constituir aquele campo semântico. Quando fazemos esta consideração quantitativa, referimo-nos ao trabalho em geral enquanto mero dispêndio de força humana lingüística, constituinte da substância de valor e mensuradora do valor de troca. É por isso que, se *redouter* não existisse, todo seu conteúdo iria para seus concorrentes: porque a *mesma quantidade* de trabalho lingüístico abstrato, continuando a ser despendida, se distribuiria sobre dois pedaços em lugar de três. Saussure não fala, porém, daquilo que está aqui pressuposto, ou seja, justamente do trabalho que continua a ser despendido e sua concepção continua sendo, no final das contas, uma concepção individual do trabalho, mesmo se se refere à sanção social que esse trabalho deve receber ou ao óbvio fato de que a língua é um produto social³³. O Saussure “oficial”, no lugar citado, dá a impressão de querer dizer que *existe* um campo semântico dividido em três significados; mas se estes já não fossem significantes-significados, reunidos daquele modo específico pelo trabalho lingüístico concreto da comunidade, o problema não seria sequer colocado.

É possível perceber que o “valor” das palavras se mede pelo trabalho lingüístico médio socialmente necessário³⁴, considerando como valor *total* de uma língua nada mais do que o trabalho social total da comunidade que fala aquela língua. A totalidade do trabalho lingüístico de uma comunidade faz com que exista a totalidade do valor de *todas* as palavras que constituem aquela língua. Não sendo habitualmente possível, em qualquer língua normalmente desenvolvida, ter presente a qualquer momento, ou mesmo no decorrer de uma

32. *Cours, cit.*, p. 160; e respectivamente “Cours de linguistique générale (1908-1909)” *cit.*, p. 20.

33. Vejam-se sobretudo os apontamentos do Curso de 1908-1909, *cit.*

34. *Das Kapital, cit.*, vol. I, cap. 5, Dietz XXIII, p. 204; ed. it., *cit.*, I/1, p. 208.

pesquisa qualquer, a posição de uma palavra isolada (seu “valor”) em relação a todas as outras palavras daquela língua, tal posição é determinada, estudando-se o limitado *campo semântico* da palavra. Cada campo semântico pertence, por sua vez, a campos semânticos mais vastos³⁵, e assim por diante, até a totalidade semântica daquela língua. O caminho oposto consiste em subdividir a língua em categorias organizadas de acordo com algum critério, para nelas alojar várias classes de palavras. O fato de que se tenha, em parte, que recorrer a essas subdivisões é mostrado pela identificação dos mesmos campos semânticos parciais.

Suponhamos que uma comunidade de animais disponha de um único sinal, por exemplo, de perigo. Toda a atividade sîgnica da comunidade iria para a emissão e recepção daquele único sinal. Tal atividade já pode ser vista de duas maneiras: segundo sua qualidade, isto é, segundo os processos fisiológicos, comportamentais, ecológicos, ou outros quaisquer, que fazem dela o que é, e no que ela consiste; ou ainda, segundo sua quantidade. Se os sinais se tornam dois, por exemplo, um para o perigo, outro para a presença de alimento, a abordagem se complica mas não muda: teremos as qualidades das atividades desenvolvidas para cada um deles, isto é, dois processos diversos; e teremos a quantidade de atividade global, divisível nas quantidades que competem separadamente aos dois tipos de sinais. Em outras palavras, dada *toda* a atividade sîgnica desenvolvida, encontrar-se-á, por exemplo, que dois terços dela vão para a produção de sinais para a alimentação e um terço na de sinais de perigo. Os sinais podem ser usados separadamente: diremos então que a quantidade de atividade gasta para um dos dois tipos é igual à quantidade total *menos* aquela despendida para o outro tipo de sinal. É claro

35. Vejam-se por exemplo, JOST TRIER, *Der deutsche Wortschatz im Sinnbezirk des Verstandes. Die Geschichte eines sprachlichen Feldes*, I: von den Anfängen bis zum Beginn des 13. Jr. Heidelberg: Winter, 1931; e ERNEST LEISI: *Der Wortinhalt. Seine Struktur im Deutschen und Englischen*, Heidelberg: Quelle e Meyer, 1961² (1952¹). A estas e outras pesquisas semelhantes devem ser acrescentadas úteis apresentações panorâmicas como as de STEPHEN ULLMANN: *The Principles of Semantics*, Oxford: Blackwell, 1951, 2.ª ed. 1957 (reimpresso em 1963) e, num nível mais elementar *Semantics. An Introduction to the Science of Meaning*. Oxford: Blackwell, 1962 /agora também em tradução de A. Baccarani e L. Rosiello, com introdução de L. Rosiello, Bolonha, Il Mulino, 1967/.

que, tão logo entrem em jogo estas considerações quantitativas, as diferenças qualitativas entre os dois processos devem ser postas de lado. Esta é uma primeira situação rudimentar em que nós homens podemos divisar um embrião de oposição entre valor de uso e “valor” em cada um dos tipos de sinais.

Um paradigma um pouco mais complicado nos é oferecido pela hipótese de uma comunidade humana completamente primordial (ou quem sabe fosse melhor dizer, por uma comunidade quase-humana), em que a “língua” inteira consista em apenas três grupos de sinais centrados nas noções de pedir, aceitar e recusar. Se agora eu designar estes três grupos pelas palavras “dá!”, “sim!” e “não!” do português, está claro que estou me valendo de uma prolepsis bastante forçada, na qual utilizo a língua portuguesa como meta-língua em relação àquela primordial, “língua” objeto. No caso descrito, todo o trabalho lingüístico da comunidade se distribui sobre aqueles três grupos de sinais, determinando seu “valor”, de acordo com a quantidade de tal distribuição. Os três grupos de sinais constituem três campos semânticos em que se esgota aquela “língua”, eles assumem portanto um valor recíproco de troca que depende daquela quantidade. Isso é indicado pelas combinações possíveis de sinais que pertencem a grupos diferentes. A um sinal do grupo “dá!”, responde-se com um sinal do grupo “sim!”, excluindo-se o grupo “não!”, ou vice-versa. A um do grupo “sim!” responde-se com outro do mesmo grupo, ou então com um grupo “não!”, mas torna-se inútil responder com um do grupo “dá!” E assim por diante. O importante é que o grupo de sinais provisoriamente excluído continua existindo: é justamente isso o que determina o “valor” do grupo cujo sinal se usa (note-se também que o exame das relações entre os grupos remete constantemente ao campo não-lingüístico).

É claro que se uma palavra não tivesse um determinado valor de uso, não teria igualmente seus possíveis valores de troca. Se “cão” não servisse a diferenciar os cachorros dos lobos e, numa outra direção, dos gatos, não seria possível reunir “lobos” e “cães” como canídeos, enquanto distintos dos “felinos”, ou “cães” e “gatos” como “animais domésticos”, enquanto distintos dos animais “selvagens”. Se “branco”, “preto”, “pardo” não servissem para diferenciar determinadas cores, não seria possível dizer-se “este cachorro é pardo” enquanto “aquele é branco e preto”. As conjunções, oposições e implicações das palavras põem em evidência seu “valor”, ou seja, a posi-

ção que cada uma delas ocupa na língua; fato, esse, que remete de novo à existência de um seu valor de uso. Dizer porém que “cão” serve para distinguir (entre outras coisas) os cães dos lobos e dos gatos, não significa fazer referência aos procedimentos complexos de diferenciação e catalogação pelos quais aquele valor de uso lingüístico na forma daquela unidade de significante e de significado, se formou na práxis de uma comunidade que, justamente, desempenhando aquele trabalho, *tornou-se* uma comunidade de falantes. Quando utilizamos uma palavra segundo seu valor de troca com outras palavras, pressuomos sempre um seu valor de uso; mas não por isso retomamos aqueles procedimentos.

Para que o “valor” de uma palavra chegue a *tornar-se extrínseco* como valor de troca, é necessário que intervenha o *falar*, isto é, o uso efetivo da língua com fins expressivos e comunicativos. Ora, o falar remete sempre ao já falado, ou melhor, o inclui. Desenvolve-se sobre a língua, nela e com ela, entendida em sua concepção institucional, utilizando as combinações que ela permite. O já falado, por seu turno, pressupõe sempre um falar passado. O valor de troca pode portanto já ser procurado na língua, vista como modelo do mercado de todas as trocas, isto é, de todas as mensagens nela possíveis. Aqui também nos ajuda a comparação com as mercadorias e o mercado no sentido ordinário. Na equação de valor, coloca-se uma mercadoria em relação a outra, que se torna o equivalente da primeira: ‘ x mercadoria A = mercadoria B’, ou seja “a quantidade y de mercadorias B equivale à quantidade x de mercadorias A”. Esta fórmula não se refere a um ato efetivo de troca: ela expressa o núcleo dialético, a estrutura de qualquer troca possível (para simplificar, digo “troca”, mesmo que já figure na equação o elemento quantitativo). Do mesmo modo, ou de modo *substancialmente não dissemelhante*, a equação de valor lingüístico ‘A é B’ — onde ‘A’ e ‘B’ são duas palavras e ‘é’ é uma terceira palavra que indica uma operação que diz respeito às duas primeiras (ou melhor, é aquela operação enquanto já representada pela relação entre as duas primeiras, como em “Carlos ri”) — não diz respeito a uma mensagem realmente comunicada: é apenas uma fórmula que exprime o núcleo dialético de toda mensagem possível.

Aqui também, então, como já ocorria para a mercadoria, o valor de troca é a *forma fenomênica do valor* que se realiza no falar (inclusive, no sentido que já foi visto, do já falado enquanto referido)

como forma externa da relação social entre os falantes de pelo menos duas palavras. Essa relação é equivalente àquela estabelecida entre dois falantes, pelo menos: assim como, “para se tornar mercadoria, o produto deve ser transmitido a um outro, para quem serve como valor de uso, mediante a troca”³⁶. “O valor de troca no singular não existe”³⁷; e é graças ao falar que se exprime ou se manifesta a oposição, interior a cada palavra, entre valor de uso e “valor”. O enunciado é a mensagem possível; esta possibilidade funda-se sobre o cruzamento dialético dos valores que as palavras trazem para a língua.

Lembrando que a língua resulta de uma produção comunitária, consideremos o seguinte trecho de Marx:

“Os meios de produção consumidos em comunidade cedem ao produto isolado uma menor parte constitutiva de seu valor, em parte porque o valor total que cedem distribui-se simultaneamente a uma maior quantidade de produtos, em parte porque eles *entram* no processo da produção com um valor que, em absoluto, é maior, mas que, tendo em conta seu possível alcance, é relativamente menor que aquele dos meios de produção isolados”³⁸.

Em português diz-se comumente “dê-me água” ou “a água é límpida”. Um consumo tão comum desses meios de produção lingüística distribui seu valor sobre grande número de mensagens. Em absoluto, o valor desses meios é maior, mas se torna relativamente menor se considerarmos o âmbito de sua ação. Acontece exatamente o contrário quando se dizem coisas inusitadas, como por ex. “água tingida e neve”, “não recuse/ abrir o coração às águas da paz” ou “uma montanha... alegre de água e de folhagem”³⁹; o valor, na medida em que provém de meios de produção isolados, vai todo ele sobre aquele produto, naquela mensagem. Este poderia ser o começo de um discurso em que as modernas teorias a respeito do consumo dos

36. *Das Kapital, cit.*, vol. I, cap. 1, Dietz XXIII, p. 55.

37. “Randglossen...”, *cit.*, Dietz XIX, p. 358.

38. *Das Kapital, cit.*, vol. I, cap. 10, Dietz XXIII, p. 334.

39. Respectivamente: *Inf.* VI, 10; *Purg.* XV, 131; *Inf.* XIV, 98.

objetos artísticos viessem a se fundar sobre uma teoria articulada do trabalho lingüístico que as produziu. Convém dar alguns exemplos acerca do que foi dito até agora, e especialmente neste parágrafo, sobre os valores lingüísticos. Exemplos esses que, em sua imediatez culturalmente intuitiva, podem ser mais úteis do que um discurso abstrato. São exemplos que pertencem àquilo que chamei de nível das palavras no plural, isto é, da expressão ou da enunciação; mais particularmente, eles dizem respeito à definição ou juízo de valor, casos particulares, mas extremamente importantes de enunciação. Trata-se de aplicar a esses casos a equação mais simples e fundamental, quantificar, por ex., afirmando que os deuses, ou um certo tipo e também um juízo de valor,

"Deus é o ser todo-poderoso".

Aqui, a quantidade (x, y) é reduzida a um para ambos os termos: existe um Deus único, e ele é o único ser todo poderoso. Seria fácil quantificar, por ex. afirmando que os deuses, ou um certo tipo e número de deuses, são seres todo-poderosos, ou seja, graduando a potência de vários seres divinos. O valor de uso das palavras "ser todo poderoso" é tornado equivalente à palavra "Deus"; como tal, ele "apaga" o valor de uso deste, exprimindo e espelhando tão somente o seu "valor". "Deus" adquire esse valor de troca relativamente a "ser todo poderoso", e pode ser introduzido na circulação lingüística como portador deste valor. Em termos de trabalho, a grandeza de trabalho humano lingüístico genérico médio (numa dada sociedade) com a qual se mede "Deus" (a importância de "Deus" naquela sociedade) é revelada por se ter colocado "Deus" em relação com o valor de uso de "ser todo-poderoso". A oposição interna da mercadoria lingüística vem representada por uma oposição externa. O enunciado (frase) como unidade foi criado, e poderá ser usado como mensagem.

Generalizando, pode-se dizer que isso corresponde a uma das maneiras em que as palavras são introduzidas na língua por meio da definição e dá, ao mesmo tempo, a seguinte definição de um tipo de definição: duas palavras ou grupos de palavras são colocados numa equação que institui entre eles uma relação, graças à qual o segundo grupo, enquanto valor de uso, revela o valor de troca do primeiro "apagando", ao mesmo tempo, o valor de uso dele; o sinal da relação é representado pela cópula "é", ou por "tem", ou por qualquer outro

verbo ou signo lingüístico que indica a parte ativa do primeiro termo da equação. (Quanto à maneira de se interpretar o signo “=” em termos lingüístico, remeto ao fundamental ensaio de Vailati “A gramática da álgebra”) ⁴⁰.

Pela *forma de valor total* ou desdobrada (aquela que Marx exprime com a equação múltipla ‘z mercadoria A = u mercadoria B ou então v mercadoria C... etc.’) passamos à *forma geral de valor*, na qual um certo número de mercadorias exprime o próximo valor por meio de uma única mercadoria excluída. A mercadoria excluída, baseada em cujo valor de uso dá-se a mensuração do valor de troca de todas as outras mercadorias, enquanto tempo de trabalho objetivado, corresponde lingüísticamente ao termo conhecido numa série de definições. Um bom exemplo pode ser encontrado nas seguintes definições da Arte:

“Arte é intuição, ou
sentimento encerrado numa imagem, ou então
particular momento teórico do Espírito.”

Isso significa que a arte se mede como termo desconhecido em relação aos outros como termos conhecidos e, invertendo, que pode ser o único termo conhecido da série. Desse modo, Benedetto Croce introduziu no mercado lingüístico o valor de troca “a arte *como* intuição, ou *como* sentimento encerrado numa imagem, ou *como* particular momento teórico do Espírito”. Depois os crocianos puderam escrever “a arte, que *conforme é sabido*, é intuição etc.”, assim como teriam podido escrever “cinco quilos de chá, que, *conforme é sabido*, valem dez metros de fazenda, etc.” O mercado lingüístico também, conforme se pode ver, está entre as coisas que “o tempo disfarça”.

6. Menção à alienação lingüística

Na dialética a que fizemos referência aqui, entre valor de uso e valor (de troca) de palavras, expressões e mensagens e entre os dois tipos de trabalho lingüístico que lhes correspondem, está a raiz de

40. GIOVANNI VAILATI, “La grammatica dell’algebra” *Rivista di psicologia applicata*, 1908 em *Scritti*, Florença: Lipsia, Seiber — Barth, 1911, pp. 871-889 /agora também em *Nuova Corrente*, 38.^a, 1966, pp. 131-157./

uma espécie de alienação à qual se referiam vários escritores e que, sob nomes diferentes, parece estar presente como objeto de estudo em muitas correntes, filosóficas e não, do pensamento contemporâneo. Que eu saiba, entretanto, até agora ela nunca constituiu o centro de um programa unitário de pesquisa, como sendo: *a alienação lingüística*. É preciso então (i) acrescentar este tipo de alienação aos outros já conhecidos e estudados (a alienação religiosa, filosófica, política, social e econômica, a alienação dos alienados, da qual se ocupam os pseudo-patologistas, especificada individualmente em relação a todas elas) e (ii) divisar na alienação lingüística o elemento de ligação entre os diferentes “defeitos da linguagem”, acerca dos quais diversas correntes da filosofia contemporânea desenvolveram separadamente um imenso trabalho de análise, com uma teoria geral da sociedade. Em outras palavras, pode-se achar que a alienação lingüística constitui o terreno comum, ao mesmo tempo lingüístico e não-lingüístico, individual e social, das diferentes tentativas de encontrar no mau funcionamento da linguagem a raiz de um grande número de males, a começar das pseudo-ciências filosóficas e metafísicas. Trata-se não apenas de constatar que a linguagem, como dizia Wittgenstein, “sai de férias”⁴¹, mas também de se perguntar porque isso ocorre. A este “porque” não se responde apenas com a denúncia de certos desvios de paradigmas precedentemente estabelecidos ou propostos no âmbito dessa ou daquela língua considerada como um sistema auto-suficiente, tanto diante dos outros sistemas lingüísticos, quanto diante dos sistemas não-lingüísticos. Não se responde igualmente construindo por conta própria um modelo qualquer de como a linguagem *deveria* ser. Estas são formas ideológicas inconscientes bastante pronunciadas: a primeira eu chamaria de mercantilista e a segunda de neo-capitalista. Para começar a responder, é preciso considerar o lingüístico no âmbito do sógnico e ligar o lingüístico ao não-lingüístico. Com efeito, não existe linguagem sem sociedade e vice-versa. A linguagem é uma forma e uma expressão da sociedade, é na linguagem, ou, mais amplamente, no signo, que a sociedade *se manifesta*. Podem ser lugares comuns, mas os estudiosos das línguas e da linguagem não parecem tirar deles todas as implicações que seriam desejáveis.

Uma das hipóteses de pesquisa, à qual creio se deva recorrer para o estudo da alienação lingüística, é que o falante se encontra

41. *Philosophische Untersuchungen, cit.*, I, 38^a.

numa posição semelhante àquela do trabalhador individual não-lingüístico. Quando entra para trabalhar numa fábrica, o trabalhador isolado não mais segue o processo de trabalho e de produção ao qual, contudo ele pertence. As várias fases de dada produção que constituíam o trabalho pessoal do artesão, articulam-se em outras tantas fases externas à pessoa, sendo que a fábrica primeiro, e a inteira produção capitalista depois, se tornam uma espécie de reprodução desumana, em escala cada vez maior, do homem enquanto trabalhador.

Quanto à objeção de que todos possuem em comum os bens da língua, enquanto são poucos os que possuem os bens econômicos, isto é, que não existe *propriedade privada* da língua, creio que possa começar a responder da seguinte forma:

1. Quando Jakobson adverte-nos que “la propriété privée, dans le domaine du langage, ça n'existe pas: tout est socialisé”⁴², a meu ver, ele se coloca numa posição que lembra a de um economista que sustentasse que capital e mercado *são construtivamente, desde o começo, privados e individuais*. Em economia, retrucar-se-ia a isso imediatamente, dizendo que um capital pode ser identificado como privado justamente porque o capital é um fato público, isto é, porque são públicos os instrumentos, os materiais, o dinheiro e que se pode agir individualmente sobre o mercado exatamente porque o mercado é um fato social. A idéia de um capital e de um mercado econômicos, constitutiva e originariamente privados e individuais é uma idéia absurda. Mas o mesmo tipo de argumentação, com os termos na mesma ordem, vale também para a linguagem: pelo fato de a língua, enquanto capital lingüístico constante ser um bem público e social e a comunidade, isto é, o mercado lingüístico, uma realidade pública e social, é que nelas se podem identificar uma propriedade lingüística privada e um uso lingüístico individual (ou de grupo).

Os pontos essenciais são portanto três: primeiro, que não tem sentido falar-se de privado e de individual se não se falar ao mesmo tempo de público, e, respectivamente, de social, e vice-versa. Segun-

42. ROMAN JAKOBSON, *Essais de linguistique générale*, aos cuidados de NICOLAS RUVET, Paris: Éditions de Minuit, 1963, “Le langage commun des linguistes et des anthropologues”, cf. p. 33. Deve-se notar que, ao contrário, quando logo antes ele declara que “l'échange verbal, comme toute forme de relation humaine, requiert au moins deux interlocuteurs”, isto confirma justamente aquela homologia entre troca de mercadorias e troca de mensagens de cujos aspectos parciais se trata neste ensaio.

do, que *se chega* a todas essas noções apenas na medida em que se torna evidente uma *oposição* entre individual e social, entre privado e público. Terceiro, que a manifestação de tal oposição procede daquilo que *é* constitutivamente público e social (mesmo que ainda não possa ser identificado como tal, o que ocorre como o formar-se de oposição — e conseqüentemente, por exemplo, não ocorre ou ocorre apenas em caráter embrionário, nas *comunidades* animais); e *não vice-versa*. Uma vez, porém, que essa dialética tenha ficado bem clara, nada impede, ou melhor, tudo aconselha, que se estude a formação do privado e do individual e sua retroação sobre a situação pública e social de partida, tanto na economia quanto na lingüística geral. A esse respeito, mesmo no que se refere à linguagem, Marx, nos *Grundrisse*⁴³ é completamente explícito.

2. Baseado nisso, pode-se dizer que o processo de trabalho lingüístico e, mais ainda, o inteiro processo da produção e da circulação lingüística se tornam externos ao falante individual, justamente pelo fato de adquirirem a forma institucionalizada de um capital e de um mercado lingüísticos que nenhum falante pode mudar a seu bel-prazer. O falante é, por assim dizer, empregado pela sociedade da qual nasce. Pede-se a ele e a ele se impõe que gaste sua força de trabalho lingüístico e ele não tem outra escolha a não ser a de aprender as modalidades de gasto que lhe são ensinadas: ele deve usar produtos já existentes e consumi-los, reproduzindo-os inconscientemente, de acordo com modelos que assim resultam confirmados e perpetuados. Caso ele venha a recusar esses modelos, a pena a pagar é simplesmente a expulsão da sociedade lingüística. Se não aprender a falar ou se falar uma língua de desvios pessoais ele, com efeito, não será entendido, nem conseguirá se fazer entender. Trata-se da *morte lingüística ou da morte comunicativa*, tão grave quanto a morte por fome ou aquela civil, dos trabalhos forçados, à qual são obrigados os dementes ou os afásicos crônicos e que se manifesta, ao menos como risco, para quem tentar vias lingüísticas radicalmente novas.

Enquanto repetidor de modelos obrigatórios e super-pessoais, o trabalhador lingüístico acaba encontrando-se na situação de não saber *o que faz* quando fala, de não saber *porque* fala *como* fala e de perder a processos de produção lingüística que o condicionam desde

43. Cf. neste livro às pp. 57-59 e 70-71.

o começo, que o obrigam a ver o mundo de determinadas maneiras e que lhe tornam difícil o trabalho original ou, simplesmente, diferente.

A esse respeito vale a pena meditar sobre o que diz o jovem Marx, numa página solene e desesperada:

“A única linguagem compreensível que falamos entre nós é aquela que os nossos objetos falam entre si. Não mais compreendemos uma linguagem humana, ela permanece sem efeito; por um lado é vista e sentida como se fosse uma oração, uma súplica, uma *humilhação* e por isso é proferida com um sentido de pejo e de repulsa; por outro lado é tomada e recusada como *imprudência* ou *loucura*. Somos a tal ponto reciprocamente estranhos para o ser humano, que a linguagem imediata deste ser aparece-nos como uma ofensa à dignidade *humana*, enquanto, ao contrário, a linguagem alienada dos valores objetivos aparece-nos como dignidade humana justificada e confiante em si mesma, que reconhece a si mesma.”⁴⁴

Milão, junho de 1965.

44. “Apontamentos sobre James Mill” de 1844-1845 em *Scritti inediti di economia politica, cit.*, p. 25, trad. de M. Tronti de *Marx-Engels Gesamtausgabe*, I, 3, Berlim: Dietz 1932, Zweiter Teil, pp. 530-547.

III

SOBRE A LINGUAGEM VERBAL E NÃO-VERBAL *

*In alles, was der Mensch zu dem Seinigen
hat sich die Sprache eingedrängt.***

HEGEL

1. *Premissa*

No capítulo precedente, comecei a desenvolver um esquema teórico que *pode ser visto* como uma aplicação da economia à linguagem; mais especificamente, como uma aplicação de algumas categorias da Ciência econômica na sua fase clássica, isto é, Ricardiano-Marxiana, à estrutura de uma língua e a seu *uso prático-comunicativo*. Essas descrições, não inexatas ao nível das fórmulas, podem dar lugar a equívocos. Pode-se, por exemplo, pensar no mero acoplamento de duas disciplinas diferentes, a economia e a lingüística, assumidas cada uma por sua conta, assim como se desenvolveram — o que acaba querendo dizer: numa determinada fase de seu desenvolvimento, e somente nela. Meu esforço, ao contrário, dirige-se para uma elaboração, a partir do interior daqueles dois modos fundamentais de comportamento humano social, que, com a ajuda de fórmulas provisórias, podem ser identificados como produção e circulação dos bens (em forma de mercadorias) e como produção e circulação dos enunciados (em forma de mensagens). Mesmo se esses dois modos costumam apresentar-se em campos separados, enquanto objetos de estudo

* Publicado primeiramente em *Nuova Corrente*, 37.^a, 1966, pp. 5-23.

** (Em tudo o que o Homem faz aos seus penetrou a linguagem).

de disciplinas diferentes, a meu ver eles são “a mesma coisa”, ao menos no sentido em que são os ramos principais de uma mesma árvore. O presente capítulo é dedicado a alguns aspectos dessa relativa identidade.

Preliminarmente, considero útil submeter ao leitor algumas idéias básicas às quais terei ocasião de recorrer. Da proposição “o homem comunica com sua inteira organização social” podem-se obter, por análise ou por síntese, várias outras proposições (juízos de fato, regras metodológicas ou sentenças programáticas) que reúno nos cinco grupos seguintes:

1. Os vários tipos de comunicação humana são unidos constitutivamente; não existem entre eles divisões “naturais” que nos obriguem a segregá-los em regiões separadas. Em particular, deve ser evitada justamente a separação aparentemente mais óbvia, aquela entre comunicação verbal (falada ou escrita, mas de qualquer maneira baseada no uso de uma língua) e comunicação não-verbal.

2. Em princípio, é sempre possível estudar comparativamente qualquer par ou grupo de diferentes tipos de comunicação, isto é, aplicar instrumentos conceituais elaborados no estudo de um dado tipo a qualquer outro tipo. Em particular, é possível estudar a comunicação humana não-verbal por meio daquela verbal, e vice-versa.

3. Da literatura resulta que instrumentos elaborados no estudo da comunicação verbal foram aplicados com bons resultados a vários tipos de comunicação humana não-verbal.

4. A abordagem se completa e os vários “separatismos” se eliminam, desenvolvendo-se também a aplicação oposta: ou seja, estudando-se a comunicação verbal por meio de instrumentos conceituais que se desenvolveram no estudo da comunicação não-verbal.

5. A comunicação econômica fornece um esquema particularmente sugestivo e fecundo para o estudo da comunicação verbal. Isso não é causal, se se consideram: primeiro, o caráter fundamental e insubstituível da produção, da troca e o consumo, tanto de bens, quanto de mensagens verbais para a constituição do humano; e, segundo, o poder hermenêutico e desmistificador da ciência econômica.

2. O signo: verbal e não-verbal

Deve-se, em primeiro lugar, salientar que, além das línguas como sistemas de palavras e do uso que delas se faz para transmitir mensagens *verbais*, existem também “línguas” não verbais, “mensagens” não-lingüísticas (melhor seria dizer, não línguas), modos de comunicar que não recorrem à linguagem em seu sentido normal. Os hábitos, os ritos, as modas, sistemas de etiqueta, os códigos como o do trânsito, a cozinha, todas as instituições sociais, políticas, jurídicas, o mercado econômico e assim por diante, são todos — entre outras coisas — sistemas de signos que se colocam como possíveis objetos de estudos de uma semiótica (ou semiologia¹) geral, e, ao mesmo tempo, de uma teoria geral da sociedade. É com sua inteira organização social, que o homem comunica; e é possível instituir, entre uma teoria geral da sociedade e uma semiótica geral, uma comparação tão estreita, a ponto de podermos dizer que, à parte as diferenças de formulação e de desenvolvimento, a primeira “é” a segunda.

Não se trata apenas do fato óbvio e admitido por todos, de que existem, por exemplo, uma linguagem política, uma econômica, uma jurídica e assim por diante: isto é, de que existem maneiras particulares e sistemáticas de usar certas técnicas lingüísticas e de desenvolvê-las de acordo com fins especiais e isto, em medida análoga, mesmo se não idêntica, dentro das várias línguas particulares daquelas línguas dominadas por aquelas maneiras.

1. Prefiro falar de *semiótica* em lugar de *semiologia* pelo fato que, mesmo estando a terminologia neste campo ainda longe da univocidade, já se manifestou a tendência para se considerar “semiologia” uma disciplina *post-* ou *trans-*lingüística que toma por objeto uma “linguagem segunda” que se formou depois e sobre a linguagem verbal comumente entendida, à qual é atribuída absoluta prioridade. Nesse sentido Roland Barthes fala até mesmo da possibilidade de considerar não a lingüística como parte da semiologia (segundo a nota proposta por Saussure e por outros), mas, ao contrário, a semiologia como parte da lingüística, e seria “cette partie qui prendrait en charge les grandes unités-signifiantes du discours” (*Éléments de sémiologie*, já em *Communications* 1964, agora re-editados juntamente a *Le degré zéro de l'écriture*, Paris, Gonthier, 1965, pp. 77 e seguintes; cf. p. 81 e *passim*). A diferença radical entre uma semiologia assim entendida e uma semiótica enquanto ciência geral dos signos verbais e não-verbais e de seus sistemas, é uma diferença que se apresenta em parte, logo à primeira vista; uma vez estabelecida, tudo aquilo que será dito no texto a respeito da semiótica poderá indiretamente servir para aprofundá-la.

Trata-se também do fato, quem sabe não igualmente óbvio (admitido, digamos, só pela metade) de que a política, a economia, a jurisprudência, as modas, a cozinha, etc., constituem *elas mesmas* estruturas comunicativas — independentemente da linguagem com a qual se fala; e que tais estruturas podem ser sujeitas a indagações diacrônicas e sincrônicas, assim como podem sê-lo as estruturas das várias línguas naturais e das várias linguagens especializadas. Passarei a chamar a essas estruturas de “sistemas sígnico-comunicativo não-verbais”, ou, mais simplesmente, de “linguagens não-verbais”, e usarei conforme o contexto outras expressões também. É importante lembrar que, além da oposição entre “sígnico-comunicativo” e “não sígnico-comunicativo” há também a oposição, que faz parte do “sígnico-comunicativo”, entre “verbal” e “não-verbal” (deixo de lado aqui, a oposição entre falado e escrito). O “não-verbal” é aqui uma *species* do *genus* “sígnico”: existem também comunicações *não-verbais*.

Tomemos o caso já bastante complexo da mercadoria — do “simples” objeto de uma troca ou de uma aquisição. O comerciante que expõe a própria mercadoria na vitrine, aceita e aplica convenções semióticas que lhe permitem “dizer-nos” que sua intenção é vendê-la. Isto é, independente do fato de a mercadoria estar ou não acompanhada por um canhoto com o preço e quaisquer outras informações, isto é, ser ou não a mercadoria portadora de signos *também verbais*. Toda mercadoria se apresenta no mercado com alguns significados “dentro” de si; a interpretação pode e deve distinguir esses significados entre si e incluí-los nos sistemas sígnicos aos quais pertencem. Uma mercadoria não vai ao mercado sozinha: ela necessita de um vendedor; e não é vendida até que não haja alguém que a compre, isto é, que a aceite e a troque por dinheiro, ou por outras mercadorias, se estivermos no nível da troca. Além disso, um produto não se transforma em mercadoria como uma larva em borboleta, e sim apenas quando os homens o colocarem em determinadas relações significantes; nem uma mercadoria pode ser usada como produto (ou antes, como mero bem) se ela era mercadoria, a não ser que se prescindia do fato de ela ter sido mercadoria. Em suma, conforme se verá melhor a seguir, uma mercadoria é *mercadoria* em lugar de mero produto, *na medida em que ela é mensagem*. Ao longo de toda a análise marxiana, a consideração das mercadorias enquanto mensagem pressiona, por assim dizer, do interior do pensamento para a superfície da expressão verbal, na repetição de cláusulas como “se

as mercadorias pudessem falar, diriam...” “a roupa, dentro da relação de valor com o tecido, significa mais que fora da própria relação”, “o tecido... revela-nos seus pensamentos na única linguagem que lhe é acessível, a linguagem das mercadorias”, e outras semelhantes.

De modo mais análogo, uma palavra deve ser dita e ouvida, uma mensagem verbal comunicada e recebida. Com a máxima clareza isso era declarado também por Saussure, nas suas investigações sobre o social, no *Cours de linguistique générale* de 1908-1909 (publicado apenas em 1957): quando, após ter insistido mais uma vez sobre a “double unité complexe”, do significante e do significado que juntos, formam uma palavra, observava que para servir-se da palavra assim constituída “il faut au moins deux individus; à un seul, la langue ne servirait de rien”². Além disso, o homem comunica-se por meio de seu comportamento não-verbal: basta pensar aos gestos, às expressões do rosto, a todas as especificações significantes em cada determinada situação — coisas essas que orientam nossa vida cotidiana, talvez até mais que a linguagem (como bem sabem os romancistas). Devido à continuidade com o mundo animal, a comunicação não-verbal ocorre também em modos que podem ser ditos “pré-sociais”, se por “social” entendermos algo de especificamente humano, isto é, de histórico: por exemplo, o fato de aparentar fome ou desejo sexual, o fato de afirmar pelo comportamento seu próprio território, o fato de utilizar objetos e assim por diante. Entre os autores que se ocuparam dessas formas de comunicação não-verbal lembrei aqui, pela riqueza dos exemplos, Edward Hall³, que mostra como nós continuamente “dizemos coisas” mesmo não verbalmente, comunicamos pensamentos e sentimentos ou mesmo apenas reações e atitudes

2. FERDINAND DE SAUSSURE: “Cours de linguistique générale (1908-1909) Introduction d’après des notes d’étudiants”, aos cuidados de Robert Godel, *Cahiers Ferdinand de Saussure*, 15.º, Genève: Droz, 1957, pp. 6-116; cf. a p-8 e vide pp. 24 e seguintes.

3. EDWARD T. HALL: *The Silent Language*, New York: Double day, 1959; Fawcett World Library, 1963 (Premier Books). Vejam-se particularmente os capítulos II e III. Sobre a comunicação por meio de expressões faciais, de gestos e de ações, há a vasta e curiosa documentação de JURGEN RUESCH e WELDON KEES: *Nonverbal Communication: Notes on the Visual Perception of Human Relations*. (Berkeley and Los Angeles: University of California Press. 1961).

inconscientes “pela linguagem de nosso comportamento”. Isso ocorre de modo diferente dentro de cada cultura. Neste sentido, cada cultura é uma vasta organização comunicativa distinta de todas as outras, uma espécie de enorme “língua” histórica que, mesmo quando se extingue, deixa suas mensagens globais a quem as queira estudar. Há, porém, sempre “sistemas de mensagens” comuns a todas as culturas por estarem enraizados no biológico ou na própria constituição do social”. Hall distingue dez deles, que denomina “primários”, dos quais apenas o primeiro dito “interação”, serve-se da linguagem em sentido estrito, isto é, de uma língua. Os outros nove sistemas primários de mensagens são “formas não-lingüísticas do processo comunicativo”: associação, subsistência, bissexualidade, territorialidade, temporalidade, aprendizado, jogo, defesa, exploração (no sentido de “uso de materiais”). Eles remetem a algo de mais elementar do que as “atividades humanas” de tradição filosófica, em parte porque neles se exprime a continuidade do homem com o mundo animal. Um dos fatores aos quais Hall se refere mais insistentemente é a realidade supra-individual, à qual o indivíduo recorre geralmente de modo inconsciente. Normalmente, sabe-se quando se está falando, muitas vezes, ao contrário, não se percebe que se está emitindo continuamente mensagens de outro tipo, que pertencem a sistemas diferentes do que aquele da língua.

Ninguém certamente nega as diferenças que existem entre signos lingüísticos e signos não-lingüísticos, entre signos voluntários e involuntários, entre comportamentos comunicativos verbais e não-verbais. Teremos ocasião de falar de algumas dessas diferenças daqui a pouco. Mas além, ou melhor, aquém dessas diferenças, resta o fato de tratar-se sempre de signos, e sempre organizados em sistemas que podem ser estudados “lógica e historicamente”, segundo a dimensão do “constante” e segundo aquela do “fluyente”, de modo “sincrônico” e “diacrônico” (estas três oposições não são idênticas, mas, é certo que se referem a atitudes e métodos de trabalho substancialmente semelhantes). Aqueles animais particulares que, reunindo-se em grupos comunitários onde se produzem utensílios e palavras, *tornam-se* pouco a pouco homens, operam de modo fundamentalmente semelhante quando organizam os próprios sistemas sígnicos, apesar de esses sistemas terem se apresentado diferentes desde o começo. Uma vez que esses sistemas exprimem as relações de organização social, seria estranho que isso não ocorresse. Não haveria divisão do trabalho sem

alguma forma de comunicação, esta porém não se formaria sem a divisão do trabalho. A concomitância, que é uma implicação recíproca, já é válida no nível dos macacos, ou melhor das abelhas, que comunicam entre si, na medida em que fazem ou percebem coisas diferentes, ou as mesmas coisas em momentos e lugares diferentes (os primeiros, note-se, já como indivíduos; as segundas, ainda apenas como grupos).

O estudo de um daqueles sistemas de signos revela-se útil para o estudo de qualquer outro. Isso é verdadeiro não apenas porque encontramos homogeneidades imediatas entre os objetos e as estruturas que são comparadas; não apenas porque as mesmas diferenças que encontramos podem fornecer indicações preciosas sobre a natureza de cada um deles e servir como recíprocos instrumentos de medida; mas, principalmente porque, estudando um ou outro sistema, *estuda-se fundamentalmente a mesma coisa*. Em princípio, portanto, devem-se considerar sempre possíveis e válidas tanto a operação de aplicar considerações especificamente lingüísticas, que se desenvolveram no estudo do verbal, a sistemas de comunicação não-verbais, quanto a operação oposta, que consiste em valer-se, no estudo da linguagem verbal, de considerações que se desenvolveram no estudo deste ou daquele sistema sógnico-comunicativo não-verbal. Com duas fórmulas, chamarei ambas as operações de “aplicação do verbal ao não-verbal” e “aplicação do não-verbal ao verbal”, entendendo “linguagem” em sentido próprio ou lato. Em ambos os casos, está-se no âmbito do sógnico e empregam-se instrumentos conceptuais elaborados especificamente para esse propósito. (Para a aplicação ao verbal, inclusive de instrumentos elaborados no estudo de processos não-sógnicos e vice-versa, questão essa que não cabe no âmbito desse ensaio mas que convém não ignorar, remeto à última parte desse capítulo.)

3. *Aplicação do verbal ao não-verbal*

Do primeiro tipo de aplicação existem exemplos ricos e numerosos. Na cultura italiana, é bastante conhecido o trabalho de Lévi-Strauss, que é tecnicamente mais rigoroso e culturalmente mais rico que aquele de Hall, menos amplo, porém, quem sabe, não igualmente fecundo e, além disso, enfraquecido por apelos excessivos e recor-

rentes ao *esprit humain*. Lévi-Strauss aplica estruturas glotológicas à antropologia, estudando as regras do matrimônio e os sistemas de parentesco “como uma espécie de linguagem, isto é, um conjunto de operações destinadas a assegurar um certo tipo de comunicação entre os indivíduos e os grupos”. O fato, conforme ele afirma em seguida, quiçá com algum exagero,

“de que a ‘mensagem’ é constituída aqui pelas *mulheres do grupo* que *circulam* entre um clã e outro, ou famílias (e não, como na própria linguagem, pelas *palavras do grupo* que *circulam* entre os indivíduos), não altera em nada a identidade do fenômeno considerado em ambos os casos.”

Lévi-Strauss generaliza essa abordagem comparativa, afirmando que “em toda sociedade a comunicação ocorre pelo menos em três níveis”: das mulheres, dos bens e serviços e das mensagens (propriamente ditas). No que concerne às outras duas formas, as trocas econômicas têm uma posição intermediária, uma vez que os bens e os serviços, à diferença das mulheres, não são pessoas enquanto, à diferença dos fonemas (mas nesse sentido, semelhante às mulheres), são valores. Contudo “tão logo o sistema econômico atinge um certo grau de complexidade” precisa-se de símbolos e de signos para trocar bens e serviços.⁴ Esta última afirmação é correta quando se refere ao *fato* óbvio de que o mercado econômico não existe sem o *uso de* uma língua; mas esconderia um erro se escondesse a idéia de que o mercado econômico tem algum resíduo não-sígnico *dentro seu ser mercado*, ou, então, a idéia de que o mercado não seria um sistema comunicativo se a língua não fosse uma de suas partes constitutivas.

Podemos nos livrar imediatamente da segunda idéia, repetindo a constatação que comunicações não-verbais *existem*. A primeira idéia, entretanto, indica uma situação bastante intrincada, que é preciso examinar mais de perto.

4. O resíduo corporal das mensagens não-verbais

As mulheres de que fala Lévi-Strauss, mesmo se “comunicadas” de família a família, e portanto funcionando como mensagens, são

4. CLAUDE LÉVI-STRAUSS: *Anthropologie Structurale*. Paris: Plon, 1958, pp. VIII-454, cf. pp. 69, 326, 327 e *passim*.

também pessoas, isto é (apenas para começar, mas é somente isso que nos interessa aqui) algo de extra-verbal e também de extra-sígnico. Por outro lado, a corporeidade das mensagens verbais está em seus veículos sígnicos: indispensáveis, mas relevantes apenas na medida em que veiculam algo (isso é válido também, em geral, no caso de poéticas que estudam a estrutura objetiva desses veículos; de qualquer maneira, conforme escrevi na premissa, eu me ocupo aqui do uso prático-comunicativo de uma língua). Ou então, podemos ver a corporeidade das mensagens verbais no fato de que elas são produzidas e emitidas por corpos humanos, dos quais elas são modificações (ou por máquinas produzidas por corpos humanos e, nesse caso, pode-se falar de modificações que ocorrem dentro de *extensões do corpo humano*). A corporeidade, por exemplo, dos frangos assados está no fato de eles poderem ser comidos, independentemente do valor sígnico que esses frangos assumem dentro de vários sistemas de comunicação não-verbais (por exemplo, na “linguagem” da etiqueta e da cozinha, por sua vez ligados às linguagens das mercadorias e da produção, mas independentemente de seu preço, os frangos ainda são considerados iguarias, em certos países, enquanto que em outros são considerados comida popular, se não de segunda categoria). O modo pelo qual nos servimos das palavras para formar mensagens verbais diz respeito ao corpo delas muito menos do que o modo pelo qual nos servimos do corpo de outros objetos, que, assim mesmo, também adquirem valor de signos em sistemas comunicativos não-verbais.

Ora, é verdade que o significado que um objeto não-verbal qualquer passa a adquirir num sistema comunicativo está ligado ao uso que dele se faz como objeto: se não se comesse um frango, nunca se poderia assumir o valor sígnico de comida rebuscada ou vulgar na “linguagem” de etiqueta ou naquela da cozinha. O mesmo ocorre para as mercadorias: o fato de qualquer produto adquirir um valor (de troca), isto é, sua transformação em mercadoria, requer, conforme é mais do que sabido, que ele tenha um valor de uso, mesmo se não depende disso diretamente. Trata-se de diferentes sistemas sígnicos não-verbais, isto é, de objetos não-verbais que adquirem este ou aquele tipo de valor sígnico, entrando, desse modo a formar seu próprio sistema. Resta contudo o fato de que criar um frango cu comê-lo não constituem, por si só, operações sígnicas. Um frango não surge na natureza nem é produzido e consumido como signo, mas sim, justamente, como frango.

Em aplicações de instrumentos lingüísticos a objetos diferentes daqueles que constituem uma língua, no sentido habitual, antropólogos como Lévi-Strauss e Hall defrontam-se com aquilo que vou chamar “resíduo corporal não-sígnico dos veículos sígnicos não-verbais” por eles estudados; ou seja, considerando esses objetos como mensagens completas e simplificando a expressão, “resíduo corporal das mensagens não-verbais”. O perigo estará então em se deixar envolver por aquela corporeidade, no sentido de assimilar a produção e o consumo daqueles objetos *como mensagens* à produção e ao consumo deles *como objetos*. Se não estou enganado, esta seria uma forma, e não simples, de naturalismo: uma porção do social seria considerada como natural, ou uma porção do apenas-social como social-natural. Desse modo algumas funções se apresentam como propriedades. Para evitar tal perigo, é preciso, em primeiro lugar, distinguir entre produção e consumo *do corpo* e produção e consumo *do signo*. A esta distinção se presta particularmente um exame do caráter sígnico de economia e conseqüentemente, do caráter semiótico da ciência econômica.

5. *A economia como estudo das mensagens-mercadorias*

À economia não concerne produção e consumo *enquanto tais*. Do ponto de vista da produção, descrever como se produz um determinado bem, cabe à tecnologia; descrever suas características cabe à tecnologia do comércio, e descrever o valor dos bens produzidos, levando em conta a situação geral, cabe à sociologia e à história. Do ponto de vista do consumo, o que acontece quando um bem é gasto, é o objeto da fisiologia, da psicologia e, novamente, da sociologia e da história. A economia é o estudo de algo que acontece entre a produção e o consumo, isto é, da troca e de seus desenvolvimentos: da transformação do produto em mercadoria, da constituição do mercado, como sistema de mercadorias, do dinheiro como equivalente universal de todas as mercadorias, e assim por diante. Obviamente, a economia não pode deixar de fazer contínuas *referências* também à produção e ao consumo; não os considerando a partir de dentro, porém, por assim dizer, de fora, enquanto constituem os dois setores sociais por entre os quais se inserem a troca e seus desenvolvimentos. Isso torna-se claro, quando se considera o paradigma de um com-

portamento real: se eu produzo algo e o consumo logo em seguida ou deixo que outrem o faça, isto é, se não existe sequer o embrião de uma troca, o momento econômico está simplesmente ausente. Houve apenas a produção de um bem, de um valor de uso; o produto não teve tempo de *adquirir* um valor de troca, isto é, de *tornar-se* uma mercadoria. Fazer coincidir produção e consumo significa eliminar o próprio objeto da economia. Se isso acontecesse integralmente, a economia seria substituída pela planificação como estudo científico dos consumos e, em função deles, da produção. A terminologia dos consumos daria lugar então àquela das necessidades.

Nos termos da dupla oposição entre *sígnico* e *não-sígnico* e entre *verbal* e *não-verbal* usada neste ensaio, o discurso pode ser resumido da seguinte forma: a economia, em sentido próprio, é o estudo daquele setor *não-verbal* que consiste na circulação de um tipo particular de mensagens, habitualmente chamadas “mercadorias”. Mais brevemente e numa fórmula: *a economia é o estudo das mensagens-mercadorias*. É esta sua *pertinência*. Fora das mensagens-mercadorias existe a produção e o consumo dos corpos *não-sígnicos* das mercadorias. Note-se que dizemos “*mensagens-mercadorias*”, não “*signos-mercadorias*”. Uma mensagem consiste de *signos* já completos, isto é, já constituído pela união de significados e significantes; ela é constituída e funciona, dentro da sociedade real. Fica, portanto, duplamente afastado o *perigo* denunciado com a devida energia por Marx (numa época porém, em que a ciência lingüística era bem mais rudimentar do que a atual e os próprios conceitos de semiótica e de teoria da informação ainda não se tinham formado, ou apenas em parte), de *considerar as mercadorias apenas como signos* (e não como mensagens), ou, *pior ainda, apenas como “significantes”* (e não como uniões de significantes e significados).

Naturalmente, existem também *produtos sígnicos*, isto é, produtos que são tais na medida em que são interpretados pelos homens, como sinais de trânsito; ou existem até mesmo *produtos verbais*, como os livros. O próprio valor de uso é aqui *sígnico*. Mas o sinal de trânsito e o livro, *enquanto mercadorias*, são “valores” que se acrescentam ao seu valor de uso, indiferentemente do fato de que este último seja um signo (verbal ou não). Aquilo que não deve ser confundido aqui são dois diversos tipos de presença do *sígnico*: 1) a presença do *sígnico* no valor de uso e a presença do *sígnico* com o valor de uso, sendo esta última acidental, isto é, não toca o caráter

de mercadoria do produto; e 2) a presença de um particular tipo de valor *sígnico como valor* (de troca), que determina o caráter de mercadoria, pois sem ele a mercadoria deixa de ser tal, e tem-se apenas um produto, um bem qualquer.

6. *A economia como setor da semiótica*

Parece surgir aqui uma dificuldade fundamental, cuja superação permitirá esclarecer melhor a situação. Uma semiótica como estudo *global* do *sígnico*, da comunicação (sejam eles verbais ou não-verbais, e qualquer que seja o setor considerado) deve ocupar-se diretamente não apenas da troca e de seus desenvolvimentos, mas também da produção e do consumo; não apenas dos valores *sígnicos* de troca, mas também dos valores *sígnicos* de uso. Uma vez dada a oposição entre valores *sígnicos* de uso e valores *sígnicos* de troca, está claro que os segundos não podem subsistir sem os primeiros (assim como os primeiros não podem se manifestar sem os segundos). Isso não quer dizer que, por exemplo, se as mercadorias e as mulheres são vistas como mensagens, a semiótica tenha que ocupar-se do modo como se produzem e consomem mercadorias e mulheres enquanto tais; quer dizer, isso sim, que a semiótica não pode ocupar-se apenas do modo como mercadorias e mulheres são trocadas enquanto mensagens, uma vez que deve ocupar-se também da maneira como essas mensagens (as mulheres e as mercadorias enquanto mensagens) são produzidas e consumidas. A tripartição entre produção, troca e consumo volta a ser encontrada exatamente tal qual (à parte os ajustes terminológicos que podem sempre intervir) também no campo do *sígnico*: é isso que se verifica quando se considera a produção, a troca e o consumo *de uma mensagem* qualquer, verbal ou não verbal. Poderia parecer então (o autor do presente ensaio se deteve sobre o assunto por mais de um ano) que o estudo da linguagem e da comunicação é *mais extenso* do que aquele da atividade econômica — mais extenso não apenas no sentido de cobrir numerosos outros campos além daquele da economia, o que é óbvio, mas também no sentido de ir aquém e além da fase de troca sobre a qual, ao contrário, a economia se concentra. Se este fosse o caso, a aplicação de categorias econômicas à linguagem diria respeito, em modo direto, apenas àquela parte do inteiro fato *sígnico* verbal que habitualmente se descreve como “troca lingüística”, e deixaria, porém, do lado de fora

tanto a produção quanto o consumo lingüísticos. Imensos fenômenos como a língua enquanto conjunto de materiais e instrumentos que procedem a troca, e como a interpretação, enquanto processo posterior à própria troca, seriam susceptíveis então de aplicações apenas indiretas, ou até mesmo forçadas, daquelas categorias.

A resposta já se encontra implícita naquilo que foi dito. Sabemos que o economista pode deixar de lado qualquer consideração sobre aquilo que acontece *dentro* dos processos de produção e de consumo dos bens, e considerar os valores de uso dos corpos das mercadorias apenas enquanto portadores de determinados valores de troca. Por que pode fazê-lo? Porque, como estudioso de mensagens, ocupa-se do modo como, *depois* da produção material, um produto (não sógnico) se torna mercadoria (isto é, signo) e em seguida, *antes* do consumo material, volta a ser produto (objeto não-sógnico, mero corpo). Numa terminologia útil, apesar de desgastada, poderíamos dizer que ele estuda o modo em que o produto é codificado em mercadoria e a mercadoria decodificada em produto⁵. Isto significa que ele estuda o modo como a mensagem é, não apenas trocada, mas também (enquanto mensagem) produzida e consumida. É portanto *dentro da troca*, em sentido lato, distinto da produção e do consumo em sentido lato, que ele encontra *aqueles* processos de produção e de consumo que o devem interessar como semioticista. Naturalmente, o caso da troca simples ao qual nos referimos aqui, é apenas a célula de um enorme processo: não há diferenças de dimensão entre atividade sógnica-econômica e atividade sógnica-verbal (ou não-verbal de tipo diferente daquela sógnico-econômica).

Uma parte da grandeza de Marx como pensador geral — do fato que em seus escritos aparentemente dedicados ao único problema econômico continua-se a encontrar estímulos incomparáveis para tantas pesquisas diferentes — pode ser explicada como segue. Tendo

5. Naturalmente, *pode* tratar-se também de um mero *bem*, no sentido que não *deve* tratar-se de coisa que tenha sido produzida. Pode-se vender inclusive uma pedra recolhida na encosta desabitada da montanha e "transmiti-la" como mercadoria: se dirá então que a pedra é um bem sem ser um produto porque não é um manufaturado, não consiste de materiais precedentes juntados pelo trabalho. (Apenas forçando idealisticamente o uso comum se poderia dizer que a pedra é "produto" no sentido que foi "assumida" pela atenção e recolhida por mãos humanas em lugar de ter sido "deixada" em sua naturalidade indistinta.)

eliminado da consideração econômica a produção como conjunto de processos tecnológicos e o consenso como conjunto de processos fisiológicos, ele descreveu pela primeira vez não apenas a troca, mas também a produção e o consumo das mercadorias enquanto mercadorias, isto é, o *inteiro processo* de seu funcionamento enquanto mensagens. Com efeito, uma ciência econômica, que não estude a mercadoria enquanto mensagem, limita-se a aceitá-la como dado simples ou “natural”; e uma ciência que, mesmo vendo na mercadoria uma mensagem, considere, nessa mensagem, apenas a troca e ignore a produção e o consumo, nunca conseguirá usar corretamente a teoria do trabalho-valor nem enfrentar a problemática da exploração. A economia marxista, enquanto ciência que estuda as mercadorias como mensagens e dessas mensagens considera o inteiro percurso, oferece o primeiro modelo dialético completo de um processo comunicativo socialmente real; é com esta economia que se inicia a exploração sistemática desse processo, que se começam a revelar as relações recíprocas entre os homens e aqueles seus produtos onipresentes que são as mensagens assim como as relações das mensagens entre si. Justamente o fato de ter deixado de lado a produção e o consumo dos corpos portadores daquelas mensagens é que faz da economia marxista uma ciência tipicamente semiótica, mas justamente o fato de ela ter considerado o inteiro processo comunicativo das mensagens-mercadorias é que faz dela uma ciência completamente humana, uma completa ciência do social.

Estão claras as razões pelas quais os economistas que foram referidos não podem ser outros que não os da assim chamada Escola clássica, Smith, Ricardo e Marx, com mais alguns seus contemporâneos e alguns seus continuadores (ou comentadores) atuais. (Permitimo-nos nomear — o que absolutamente não significa igualar — Baran, Dobb, Lange e Sweezy; na Itália, Napoleoni e Pietranera; um discurso particular requereria Piero Sraffa, cuja *Produzione di merci a mezzo di merci* é, no meu entender, o primeiro grande passo científico para a recondução do pensamento econômico às categorias da Escola clássica, após o longo parêntesis de marginalização devido à reação burguesa ao advento do marxismo como ciência desmistificadora). Por várias razões, a contribuição mais importante é de longe, a de Marx. A mais óbvia dessas razões é que em Marx encontra-se também Hegel — não apenas pela dialética, mas porque é a Hegel que deve ser atribuída a concepção antropogênica do trabalho e da lin-

guagem⁶, mesmo que seja em parte, devido ao modo pelo qual Hegel tinha assimilado Smith. Os pensadores da Escola clássica enfrentam diretamente e tentam resolver o problema econômico no âmbito de uma teoria da sociedade, que com Marx, depois de Hegel, tem inclusive o peso de uma teoria do homem e da história, isto é, enfrentam-no em todo seu alcance, como parte constitutiva da realidade humana, tal qual ela se nos apresenta.

7. *A tentativa marginalista de Calderoni*

Como um exemplo da limitação inerente a uma concepção marginalista da comunicação não-verbal, mesmo fora do campo da comunicação econômica, vale a pena lembrar uma interessante tentativa feita por Mario Calderoni em 1906: considerar a vida moral como um vasto mercado em que as ações ditas morais seriam julgadas não segundo seu valor total, mas segundo seu valor marginal e comparativo. Nós tendemos a conferir um valor moral mais elevado, não às ações habitualmente perpetradas por todos, dizia Calderoni, mas sim a ações tão raras, que se sua produção normal se tornasse muito maior, teríamos que reprimi-las. O valor moral das ações está ligado à *quantidade* com que elas são fornecidas, por isso no campo da moral temos fenômenos de renda semelhantes aos que existem no campo da economia (aqui Calderoni valia-se da teoria do *surplus* ou renda do consumidor de Arthur Marshall, como uma extensão da teoria ricardiana da renda do produtor⁷. Com sua extraordinária

6. O último ensaio que saiu sobre este argumento, até hoje de grande atualidade, é "Hegel e Smith" de PASQUALE SALVUCCI na excelente revista *Il Corpo* (1.º, 3, janeiro 1966, pp. 173-189). Não é certamente culpa de SALVUCCI, que bem delimitou seu argumento, se o *trabalho* domina a cena quase que por completo e nada é dito sobre a *linguagem*. O fato implica numa parcialidade simetricamente oposta àquela de considerar o homem como animal falante sem considerá-lo também como animal produtor de utensílios. No jovem Hegel, entretanto, essas parcialidades não existem.

7. MARIO CALDERONI: *Disarmonie economiche e disarmonie morali*, Florença: Lumachi, 1906, 116 pp. Para um elenco e uma discussão das análises éticas de Calderoni, cf. PAOLO BOZZI: "Il pragmatismo italiano: Mario Calderoni", *Rivista critica di Storia della filosofia*, XII, 3.º (julho-setembro 1917), pp. 292-322; e ANTONIO SANTUCCI: *Il pragmatismo in Italia*, Bolonha: Il Mulino, 1963, cap. V.

sagacidade, Calderoni abandonava assim os valores universais desejados pela tradição, que, justamente naqueles anos, eram reafirmados pelas categorias anti-históricas do neo-idealismo; segundo o princípio da utilidade marginal, ele reconhecia a variação individual e coletiva dos “gostos morais” dentro da sociedade. Era como passar de uma moral ainda fisiocrática a uma moral do mercado. Justamente por isso, Calderoni pressupunha sempre um mercado já constituído (mesmo se admitia que a “riqueza” circulasse aí, em lugar de pertencer necessariamente a alguns setores da sociedade). Entretanto, pressupor um mercado já constituído só pode significar aceitá-lo já constituído, *em um certo sentido*. Os dados de um mercado aceito dessa forma só poderão se verificar sempre *a posteriori*, curvando-se à sua realidade com tudo aquilo que ela possa implicar.

É necessário, ao contrário, estudar o processo pelo qual um mercado se constitui (em sentido próprio e em sentido lato). Ora, o processo pelo qual *um* mercado se constitui não pode ser percebido se, ao mesmo tempo, por assim dizer, ao longo do caminho, não conseguirmos o domínio teórico do processo pelo qual se constitui o mercado *em geral* (no sentido de *überhaupt*: “sem ulteriores especificações”) isto é, se não se explicar idealmente a diferença entre “humanidade-sem-mercado” e “humanidade-com-mercado” — um procedimento, é importante notar, onde só quem queira ignorar o pensamento marxiano poderá farejar a *Weltfremdheit* dos idealistas antigos e novos.

8. A abordagem não-marginalista à comunicação

Estendendo-se esse procedimento ao inteiro campo do sógnico (verbal e não-verbal), isto é, a tudo aquilo que se reúne no uso mais vasto do termo “língua” ou do termo “comunicação”, nota-se um sentido metodológico profundo e torna-se necessário falar dele “em geral”. O que deve ser evitado é justamente fazer derivar as categorias da linguagem e da comunicação desta ou daquela língua ou deste ou daquele sistema comunicativo não-verbal, enquanto historicamente dados. Tentar uma construção teórica, derivando categorias de um sistema comunicativo qualquer, dado historicamente, e modelizá-las sobre ele, não pode levar a uma descrição satisfatória da atividade lingüística e comunicativa como tal, justamente porque não

constitui um paradigma suficientemente geral. Conforme se encontra escrito em vários economistas marxistas a respeito exclusivamente da comunicação econômica⁸, enquanto os conceitos de trabalho e de mercado lingüísticos e comunicativos forem preenchidos por um conteúdo retirado diretamente das características que eles apresentam numa dada língua ou grupo de línguas ou num dado sistema comunicativo extra-lingüístico, e pior, se esse conteúdo for limitado a uma única fase do desenvolvimento histórico, a pretensão de fornecer uma abordagem válida para a linguagem e a comunicação em geral não encontra fundamento. O discurso sobre a linguagem verbal e sobre os outros sistemas sgnicos (lingüístico, antropológico, sociológico, lógico, filosófico, ou qualquer que seja esse discurso, conforme o objeto considerado, a maneira de considerá-lo e as divisões acadêmicas correntes) é um discurso que tende a tornar-se um exame das relações quantitativas entre palavras ou entre mensagens verbais ou não-verbais, entendidas como meros produtos de um trabalho sgnico-comunicativo, ao qual não é dada ulterior atenção. As palavras e as mensagens são então consideradas em si só, tal como se apresentam, diretamente e imediatamente (cf. a análise da língua ordinária e cotidiana) ou através de alguma elaboração matemática (cf. as recentes aplicações de métodos estatísticos às línguas). De tal maneira perde-se o contato com a realidade humana e histórica que faz com que aquelas palavras e aquelas mensagens passem a ser *aquelas* palavras e *aquelas* mensagens. Então, as conseqüências daquilo que podemos chamar de *caráter fetichista da palavra e da mensagem* se abrem diante de nós, incompreensíveis para nossos olhos. O caráter de fetiche está no fato de que, quando a produção e a troca de palavras e mensagens adquirem a regularidade e a sistematicidade daquilo que não mais requer um trabalho, sentido como especial e pessoal, as palavras e as mensagens, na realidade produtos do trabalho sgnico, assumem uma aparência de existência autônoma: e o sistema das relações entre elas, isto é, a língua com o conjunto das mensagens

8. Eles falam porém de *economia* e não de *comunicação econômica*. Contudo suas argumentações, derivadas que são de Marx, se prestam facilmente a serem aplicadas à comunicação. Cf. em particular, para alguns trechos da argumentação desenvolvida no texto, CLAUDIO NAPOLEONI: o verbete "Econômica" (ciência) no *Dizionario di economia politica* organizado pelo próprio NAPOLEONI, Milano: Comunità, 1956, especialmente às pp. 571-577.

verbais e dos canais por onde elas circulam, ou ainda, o sistema sgnico não-verbal em sua realidade imediata institucionalizada (as mercadorias, como dizíamos, ou as mulheres de Lévi-Strauss), encobrem o sistema das relações que os homens estabelecem entre si, falando e comunicando-se.

Se quisermos remover este encobrimento, se quisermos desmascarar o fetichismo da palavra e da mensagem e começar a demolir os muros da alienação lingüística e comunicativa, teremos que iniciar pelas determinações gerais da linguagem (verbal e não-verbal), pelas condições que devem ser satisfeitas para que o homem utilize signos, fale, comunique verbalmente ou não, e seja entendido e compreendido: temos que começar basicamente e em primeiro lugar, da comunicação *como trabalho*.

9. A econometria no uso da comunicação

Do ponto de vista que estou apresentando, verifica-se uma correspondência impressionante entre *econometria* — como levantamento empírico dos fatos econômicos e seu enquadramento *a posteriori*, por meio de algum tipo de formalismo, o que implica numa recusa em enfrentar o problema econômico — e *pesquisas formalísticas* sobre as línguas ou sobre outros sistemas de signos, que implicam numa recusa em enfrentar o problema lingüístico-comunicativo. Mais do que de uma correspondência, porém, a concepção da economia como estudo das mensagens-mercadorias permite falar aqui de uma identidade: recusando-se a enfrentar o problema econômico, o economista recusa-se, com efeito, a enfrentar o problema lingüístico-comunicativo de seu setor.

No campo da lingüística, o que vem à cabeça em primeiro lugar é certo estruturalismo americano que parece ter-se desenvolvido juntamente com a análise neo-capitalista do mercado como dado. Quem sabe o mesmo “achado” da circulação artificial do dinheiro não tenha algo em comum com a idéia da presença do significado como sendo um misterioso ente que “viaja” pela língua, mas do qual não se deve tratar. Stephen Ullmann observou acerca de pesquisas que *se limitam expressamente* à fonologia e à morfologia que “como resultado, a lingüística tende a tornar-se uma disciplina puramente

formalista, uma espécie de 'pseudo-matemática' sem qualquer conteúdo humano"⁹. Somos forçados então a ouvir, e bem de lingüistas que se tornaram justamente famosos por suas invenções técnicas, que "o sistema lingüístico de uma língua... não inclui a semântica", e que "tão logo estudamos semântica, já não estamos mais estudando a língua, mas o sistema semântico a ela associado"¹⁰. Ou ainda, cabe-nos descobrir que os "elementos semelhantes" que podem ser encontrados numa língua — as pedras fundamentais para a construção de uma lingüística como ciência rigorosa — são enfim os elementos aptos a suscitar as mesmas respostas por parte dos falantes nativos /*native speakers*/ daquela língua. É a eles que o lingüista rigoroso candidamente se dirige, e os deixa falar, evitando "sujar" suas estruturas (que, suponho, lhe devam parecer brilhantes de cromo e níquel) com o significado traçoeiro produzido para ele pelo suor dos trabalhadores lingüísticos¹¹.

Outros bons exemplos desses separatismos e formalismos nos vêm dos campos das máquinas para traduzir, quando seus cultores as acreditam capazes de interpretar as palavras pelo fato de *medir seu comprimento*. Às várias considerações limitadoras dos especia-

9. STEPHEN ULLMANN: *The Principles of Semantics*, Oxford: Blackwell, 1951, 2.^a ed. 1957 (3.^a impressão, 1963, pp. XII — 352): cf. às pp. 318-319. Obviamente, nem Ullmann nem o presente autor pretendem absolutamente recusar o uso *metodológico* de técnicas fonológicas e morfológicas no âmbito de pesquisas mais vastas; e deve ficar bem claro que aquilo que eu escrevo aqui sobre certo estruturalismo americano não se poderia aplicar a movimentos como as Escolas lingüísticas de Praga ou de Copenhagen, e, em geral, ao estruturalismo europeu, em cujo âmbito os problemas do significado têm sido ao contrário, enfrentados e muitas vezes de modo genial, em muitos de seus aspectos. Veja-se a respeito, especialmente para uma delimitação do estruturalismo americano o quanto já dizia o sempre agudo e claro ÉMILE BENVENISTE em 1954: "Tendences récentes en linguistique générale", *Journal de Psychologie normale et pathologique*, XLVII-LI, 1.^o-2.^o (Janvier — Juin 1954), pp. 130-145, especialmente às pp. 136, 138, 139-140 /Agora também em *Problèmes de linguistique générale*, Paris; Gallimard, 1966, pp. 3-17/.

10. CHARLES F. HOCKETT: discussão em "The Cultural Content of Language Materials", in *Language and Culture* (Conference on the Interrelations of Languages and Other Aspects of Culture), aos cuidados de H. Hoijer, Chicago: The American Anthropological Association, 1954, cf. p. 152.

11. ZELLIG S. HARRIS: *Structural Linguistics*, Chicago: The University of Chicago Press, 1963, cf. por exemplo, p. 20.

listas mais sérios, como, por exemplo, Mounin e Bar-Hillel¹², deve-se aqui acrescentar como conclusão que a própria idéia de se medir o comprimento de uma palavra é ainda mais absurda do que aquela de se pesar uma mercadoria, se for assumido que ao peso e à medida é que cabe estabelecer o valor. Trata-se, com efeito, de operações que concernem ao mero “corpo” desses objetos e nada têm a ver com os *valores* das palavras e das mercadorias. Para uma primeira abordagem desses valores, no caso das palavras e das mensagens, remeto ao capítulo precedente. Permito-me repetir aqui que, também em tal caso, não se pode fazer depender os valores de nada mais a não ser de atividade produtiva e precisamente: (i) o significado como valor de uso ou utilidade depende do trabalho específico, realizado para produzir palavras e mensagens como objetos capazes de satisfazer necessidades humanas (e aqui é preciso lembrar que, diferentemente do que ocorre com os bens não-lingüísticos, que podem também ser “naturais”, os bens lingüísticos são sempre produtos humanos); (ii) o significado como “valor” *tout court* (que se manifesta na comunicação efetiva como valor de troca) depende da porção de trabalho genérico e indiferenciado que cabe às palavras e às mensagens no âmbito da produção total, depende portanto da *posição* que elas passam a adquirir dentro do sistema ao qual pertencem: as palavras na língua, as mensagens na comunidade lingüístico-comunicativa, isto é, em seu mercado¹³.

12. GEORGES MOUNIN: *Teoria e storia della traduzione*, trad. de Stefania Morganti, Turim: Einaudi, 1965, pp. 227, cf. o capítulo sobre as máquinas de traduzir. YEHOSHUA BAR-HILLEL: “The present status of automatic translation of languages” in *Advances in Computers*, vol. I, org. por F. L. ALT, Nova York e Londres: Academic Press, 1960, pp. 91-163.

13. Para o valor lingüístico como posição, remeto não apenas a Saussure, mas também, por exemplo, a LOUIS HJELMSLEV: “Pour une sémantique structurale”, in *Essais linguistiques*, Copenhagen: Nordisk Sprog-og Kulturforlag, 1959 (“Travaux du Cerle linguistique de Copenhagen”, vol. XII), às páginas 96-112. É curioso que também Wittgenstein tenha acenado a este aspecto do significado: por exemplo, em GEORGE E. MOORE: “Wittgenstein’s Lectures in 1930-33”, *Mind*, LXIII, 249.º (janeiro 1954), pp. 1-5, cf. p. 6 (as anotações de Moore prosseguem *ibidem* 251.º /julho 1954/, pp. 289-316. LXIV, 253.º /janeiro 1955/, pp. 1-27) — Para quem, como o autor do presente, o valor lingüístico como posição na língua tinha sido *deduzido* da teoria marxista do valor-trabalho, estas confirmações de tão grande autoridade do *resultado* da dedução foram de considerável conforto.

10. *Pondo de lado o resíduo corporal*

Na parte precedente deste capítulo, o resíduo corporal não-sígnico dos objetos econômicos foi deixado de lado, já quando estávamos elaborando o conceito das mercadorias como mensagens. Com isso não se quis decerto negar que um produto, ou melhor, um mero bem, tenha ele também um significado ainda antes de se transformar em mercadoria: num produto existe todo o significado que lhe advém do trabalho que nele se cristalizou, em um mero bem está o significado de seu valor para a satisfação de uma necessidade. Conforme diz Hegel, a linguagem penetra em tudo aquilo que os homens tornaram próprio. Ouviu-se, porém, sem dúvida, afirmar que a transformação em mercadoria é uma semiotização, ou seja, é a constituição de uma “língua” especial, em que os homens trocam entre si com efeito e sistematicamente mensagens de certo tipo (que tenham ou não consciência disso, e apesar de serem quase vítimas disso). O fato de deixar de lado o resíduo corporal das mercadorias foi uma condição essencial para poder considerá-las como mensagens.

Isto significa que quando procedemos de modo a fazer valer no campo verbal considerações sígnicas não-verbais retiradas das mercadorias, achamos que o resíduo corporal *já foi posto de lado*: este fato precede, e deve preceder, a nova aplicação. Pôr em evidência as estruturas sígnico-comunicativas do mercado econômico significa prescindir de outros aspectos seus, ligados ao corpo dos objetos que se configuram naquelas estruturas; aplicar aquelas estruturas em outro lugar significa já ter prescindido daqueles outros aspectos. Pode-se discutir se isso é sempre e completamente necessário, no caso em que a aplicação se refira a outro tipo de linguagem não-verbal; é, sem dúvida, necessário no caso de sua aplicação à linguagem verbal e, portanto, de qualquer língua, uma vez que os aspectos não-sígnicos de uma língua existem *apenas* porque existem os aspectos sígnicos (se poderia dizer que na linguagem verbal a operação de pôr de lado deu-se natural e socialmente, no próprio ato de sua constituição).

Em outras palavras, foi possível estabelecer-se uma comparação entre a linguagem verbal e aquele setor fundamental da linguagem não-verbal que é a linguagem econômica, na medida em que se reconheceu a esta a natureza daquela. E este reconhecimento foi possível porque, de acordo com o ensinamento de Marx, olhou-se, por assim dizer, *através da densidade corporal* do mercado econômico para além

de seus aspectos não-sígnicos. É, em suma, lícito afirmar não apenas que, por exemplo, o capital é uma espécie de língua, mas também que a língua é uma espécie de capital (e assim por diante), porque as duas ordens de afirmação se chega partindo das mesmas premissas e desenvolvendo-as de maneira paralela; a comparação se dá, não entre duas atividades heterogêneas, mas sim entre duas linguagens.

A melhor conclusão, parece-me, está em repetir que o fato não nos deve surpreender. O homem chegou a produzir e a utilizar palavras e mensagens verbais no âmbito daquela mesma evolução histórica real, durante a qual também produziu e utilizou objetos não-lingüísticos e os organizou em sistemas comunicativos não-verbais. Como diz Lucrecio, *utilitas expressit nomina rerum*. Estudar, conjuntamente, aqueles dois aspectos fundamentais da atividade humana significa recusar admitir que o verbal e o não-verbal constituem dois domínios independentes. A produção e o uso de palavras de mensagens verbais sem a produção e o uso concomitantes de objetos sígnicos não-verbais, simplesmente *não existem*. Nós achamos que o trabalho de manipulação e de transformação com que se produzem objetos físicos apresenta durante todas suas fases, semelhanças e analogias impressionantes com o trabalho lingüístico; a razão é que os dois tipos de trabalho constituem as duas maneiras fundamentais da objetivação e da comunicação humanas. Abaixo dessas maneiras não se pode descer sem que o discurso cesse de ter o homem como seu objeto.

11. Nota sobre as relações entre verbal e não-sígnico

Considere-se o seguinte trecho:

"Cada língua forma um conjunto, um sistema unitário e fechado, cujas partes correspondem umas às outras e concorrem para a mesma ação final por meio de reações recíprocas. Nenhuma dessas partes pode mudar sem que mudem também as outras. Conseqüentemente, cada uma delas tomada separadamente indica e "dá" todas as outras... /As partes/ "dão-se" reciprocamente; e quem possuisse racionalmente as leis da economia lingüística poderia reconstituir a língua inteira, começando com qualquer uma delas... Os sistemas dos fatos lingüísticos concorrem, todos juntos, para um fim comum. As modificações de um deles exercem portanto uma influência sobre as modificações de todos os outros. Aquelas modificações que não podem subsistir juntas,

excluem uma às outras reciprocamente, enquanto outras, por assim dizer, se chamam entre si...

Não se trata, conforme se poderia crer, das palavras de um Saussure (editado, ou inédito, segundo os últimos achados de Robert Godel); e, tanto menos, de um moderno estruturalista. São palavras de cento e cinquenta anos atrás, escritas por George Cuvier, em parte no *Discours sur les révolutions de la surface du globe* e em parte, nas *Leçons d'anatomie comparée*. Sobre elas foi feito "o experimento mental muito interessante" de substituir os termos biológicos por termos lingüísticos, de modo a obter com isso "o programa do moderno estruturalismo lingüístico", conforme propõe Ernst Cassirer, em seu conhecido ensaio sobre o assunto. Por sinal nem foi preciso recorrer a terminologias técnicas: a substituição ocorreu no nível da fala culta comum ("língua" por "ser organizado", "economia lingüística" por "economia orgânica"; novamente "língua" por "animal"; "sistemas de fatos lingüísticos" por "órgãos" que poderiam ter sido substituídos também por "categorias" ou algo semelhante). Também Cassirer observa, e o faz com insistência particular, que aqui não interessam as diferenças óbvias entre os objetos estudados, diferenças essas que ninguém pretende contestar (concede imediatamente, por exemplo, que, mesmo sendo "orgânicas", as línguas não são certamente organismos; podia-se acreditar nisso quem sabe nos tempos do darwinismo lingüístico de August Schleicher e, em seguida, também de Max Müller, já suficientemente criticados por William D. Whitney). O interesse reside nas "conexões e relações que podemos estabelecer entre aqueles objetos... as quais nos mostram a mesma forma característica". Um dos méritos dos termos interdisciplinares como "*Gestalt*" ou "estrutura" está justamente no fato de nos ajudar "a ver a conexão entre problemas que, à primeira vista, parecem completamente afastados uns dos outros"¹⁴. Um dos pilões histórico-conceptuais que mais contribuíram para a formação do estruturalismo lingüístico consiste, então, de acordo com Cassirer, na aplicação à linguagem verbal de instrumentos elaborados no estudo dos seres humanos, das formas orgânicas.

14. ERNST CASSIRER: "Structuralism in Modern Linguistics", *Word*, I, 2.º (agosto 1945), pp. 99-120, cf. às pp. 106-108 para Cuvier e às pp. 107 e 120 para as citações.

Por outro lado, um modelo cada vez mais completo de comunicação está sendo desenvolvido na genética. Lá já é completamente normal falar-se em “ordens dadas” pelas moléculas de DNA às de RNA (do tipo dito justamente “mensageiro”), que as transferem, fora do núcleo do citoplasma, para os ribossomas, os quais “recebem a mensagem” e “executam a ordem recebida”.

É portanto claramente possível instituir relações, e em ambas as direções, também entre linguagem verbal e processos que são não apenas não-verbais, mas até mesmo não-sígnicos. A natureza dessas relações (por exemplo, verificar a existência ou não de uma solidariedade qualquer entre os processos estudados, ou por outro lado, saber se as recíprocas aplicações são *somente* metafóricas) é um problema que requer um tratamento à parte.

Milão, junho de 1965 (revisto em março de 1966).

IV

IDEOLOGIA COMO PLANEJAMENTO SOCIAL *

Eu me rio dos assim chamados homens "práticos" e de sua sabedoria. Se quiser ser um boi, é claro que você pode virar as costas para os tormentos da humanidade e cuidar apenas da própria pele.

KARL MARX a SIEGFRIED MEYER. 30 de abril de 1867.

I. IDEOLOGIA COMO FALSO PENSAMENTO

1. *Premissa*

Neste capítulo é proposto um esquema teórico que leva da constatação da doença histórica até uma redefinição do pensamento revolucionário, considerada particularmente adequada para a época em que vivemos, isto é, para a sociedade de capitalismo adiantado e de convivência ideológica.

Trata-se de um esquema bastante simplificado: muitos problemas foram deliberadamente postos de lado ou apenas esboçados; passou-se por cima não apenas do aparato filológico, mas também, salvo algumas breves exceções, da exemplificação, que teria podido ser bastante rica, especialmente no que concerne às contradições internas das ideologias conservadoras. Isso tudo foi deixado para estudos futuros. Espero, enquanto isso, que meus esforços de contenção tenham ao menos conferido ao esquema o caráter compacto que deve ter para transmitir com univocidade algumas idéias fundamentais, das quais se fala freqüentemente de modo confuso.

* Publicado primeiramente em *Ideologie*, 1967, I, 1.º, pp. 1-25; em seguida desenvolvido no volume *Ideologia*.

O principal objeto do discurso será a ideologia. Para captar e situar no discurso esse objeto, convém colocá-lo ao lado de outros, que, juntamente com ele, formarão uma totalidade no âmbito da qual será delimitado. A totalidade é a da situação humana alienada; os outros objetos são a falsa consciência e a falsa práxis (práxis: a “prática” oposta à “teoria”). Quando se fala em alienação, fala-se de falsa-práxis-e-falsa-consciência, ou de falsa-práxis-e-ideologia, ou de ambos os acoplamentos, ao mesmo tempo. É claro que se pode falar apenas em ideologia, porém é preciso que o resto seja ao menos levado em conta. Ao exame dessas relações é dedicada a primeira parte do ensaio, onde a ideologia é caracterizada como “falso pensamento e falsa práxis”.

Na segunda parte, a ideologia é examinada como “planejamento social”. A transição é necessária e as duas caracterizações são complementares: a primeira leva à segunda, a segunda requer o fundamento da primeira.

A subdivisão do ensaio em duas partes não indica, portanto, uma separação, ou pior, uma oposição, mas sim uma continuidade; não duas coisas diferentes, mas dois aspectos da mesma coisa. Para falar em ideologia é necessário ter uma visão geral da situação humana.

2. A situação humana alienada

Penetremos até o âmago da questão. As atitudes daqueles que escolhem não serem bois podem ser classificadas de acordo com alguns critérios estritamente inter-relacionados: (i) a medida em que os aspectos negativos, que todos percebem na situação humana, são considerados constitutivos da própria natureza do homem; (ii) a medida em que se considera que o negativo possa ser eliminado por obra do próprio homem; e (iii) a medida em que a fonte da capacidade humana de julgar esses aspectos é considerada estranha à história ou à natureza. A posição da qual se parte aqui é que uma natureza humana separada da história simplesmente não existe; segue-se disso, por um lado, que tudo o que há de negativo na história “faz parte” da natureza humana, mas dela faz parte também a capacidade de julgá-la; e também, do outro lado, que modificando a história, da qual os homens são os atores, modifica-se a natureza humana, e que, *em princípio*, os aspectos negativos podem ser eliminados por obra

do próprio homem. O que usamos aqui é um conceito bastante amplo da história, que inclui a pré-história, mesmo remota e equivalente ao conceito geral do social.

Neste capítulo, propõe-se como *minimum* para o uso do termo “alienação” uma referência *àquilo que se percebe como negativo, mas ao mesmo tempo como remediável na situação humana como um todo, considerada em sua realidade histórico-social*. A alienação faz parte da definição-em-progresso de “homem”, embora, é claro, não a esgote (uma filosofia do desespero seguiria esta alternativa). Ou seja, falando *materialiter*: a história do homem, assim como se desenvolveu até agora, não pode ser dissociada de formas sempre variadas, mas sempre presentes, da alienação.

Apesar da extrema generalidade do discurso, não se introduziu aqui algo de “especulativo”. Este seria o caso se, por exemplo, se introduzisse a idéia de que *primeiro* existe a alienação e *depois*, como aspecto dessa alienação, se manifestassem todos aqueles fatores negativos que se encontram na situação humana; ou propondo a idéia de um *primum* não alienado de uma espécie de paraíso perdido, do qual o homem se teria “afastado”, alienando-se, e para o qual deveria retornar. Em ambos os casos, com efeito, estaríamos subtraindo uma parte da natureza humana à história. Digamos, ao contrário, que a história humana se desenvolveu de certo modo que não nos satisfaz, *porque podemos imaginar um modo melhor*.

A alienação não diz respeito portanto somente à consciência, à falta, ao pensamento, ao conhecimento; ela existe realmente. Se negássemos isso ou mesmo se nos inclinássemos naquela direção, tornaríamos o estudo da alienação um trabalho apenas “para intelectuais”. É o caso de certo marxismo à francesa, quando vê toda a problemática da alienação em termos de modificações da consciência individual (ou coletiva, mas como soma daquelas individuais): os espectros de Descartes e de Bergson, evocados ou favorecidos pelo monadismo de Husserl, vagueiam até hoje por terras de França. Contudo, dizer que a alienação é real não significará dizer que ela existe por sua conta, *in re*. Admitir isto, sem qualificações, significaria admitir a possibilidade de se conhecer algo de apenas-natural, independente do histórico-social: isto é, marcar passo antes de Hegel, para resvalar, quem sabe, até mesmo a antes de Kant. O que temos que manter bem firme em mente é que a *res* da alienação não é natural mas sim histórico-social. A realidade da alienação é histórico-

social. Ele diz respeito à consciência, à fala, ao pensamento, ao conhecimento, porque diz respeito à história humana em sua totalidade, e não vice-versa. É claro que *só se pode falar* de alienação, como de qualquer outro assunto, só na medida em que, entretendo-a em nossa consciência, a tivermos identificado com o pensamento, de outra forma, por tautologia negativa, simplesmente não se falará dela porque ela não foi identificada.

A hipótese interpretativa que é assim adiantada em relação à história humana que até aqui se desenvolveu, é a seguinte. Na troca complexa que ocorreu entre natureza e homem e entre homem e homem, no decurso da qual o homem foi se formando, pouco a pouco, como algo de diferenciado da natureza e consciente dessa diferenciação, algumas operações reais fundamentais devem ter-se perdido, e outras operações fundamentais fictícias devem ter sido introduzidas: por isso, o curso das civilizações, incluindo as teorias de que o homem começou a formar-se sobre elas no período assim chamado histórico, em senso restrito, não foi o que teria podido ser sem aquelas perdas, confusões e introduções. Isto é, conforme se costuma dizer, o curso da civilização é *falsificado*. A alienação é, portanto, uma *disfunção* no modo em que o homem se separou da natureza, instituindo relações com ela e com os outros homens — no modo como ele estabeleceu essas relações, separando-se da natureza. A alienação é uma falsificação, uma disfunção geral na fundação e no desenvolvimento da história.

Nunca é demais repetir que considerar tudo isso como pertencendo unicamente à esfera da consciência, linguagem e pensamento ou sendo por ela explicável, não passa de idealismo. Porque se é verdade que, conforme observaram ironicamente Marx e Engels na *Ideologia alemã*, “desde o início, o ‘espírito’ traz consigo a maldição de ser ‘infectado’ pela matéria, que se apresenta aqui sob a forma de camadas de ar agitadas, de sons, e, enfim, de linguagem”, é igualmente verdade, conforme eles declaram mais adiante sem ironia, que nenhuma “dedução teórica” pode resolver dificuldades inerentes à linguagem e à consciência dos homens: essas dificuldades devem, ao contrário, ser resolvidas “através de uma situação transformadora”, na medida em que são apenas “*manifestações da vida real*”. Desalienar o homem significaria remediar ao que aconteceu, remediar imprimindo à história humana um curso marcadamente diferente daquele que se desenvolveu até aqui. Em princípio, isso não parece

impossível, visto que a natureza humana não é outra coisa senão esse curso, na totalidade de suas manifestações. (Estamos falando aqui de natureza *humana*, isto é, da soma de tudo aquilo devido ao qual os homens se separaram da mera natureza; e não da permanência nos homens da natureza, enquanto soma de tudo aquilo que faz com que eles sejam semelhantes ou idênticos aos animais e ao resto do mundo. Esta mesma distinção deve, entretanto, ser entendida dialeticamente).

A imagem de um desenvolvimento melhor e realmente possível, isto é, possivelmente real, da história humana, é portanto uma imagem que apresenta as seguintes características profundas:

(i) Faz parte ela mesma da história, assim como esta se desenvolveu: constitui a maior generalização possível, a partir de cada visão embrionária de um mundo diferente, porque não pára diante de nenhuma cidadela extra-histórica.

(ii) É constituída indutivamente a partir da história humana tal como esta se desenvolveu, a partir de seus resultados, tais como aparecem aos nossos olhos e não deduzida a partir de uma situação que se faz passar por não-histórica, tal como poderiam ser um passado paraíso perdido ou um futuro paraíso a ser alcançado (isto é, uma utopia, que também é uma ucronia).

(iii) Como produto de nossa consciência (e, dessa forma, como um produto indireto e imediato daquela mesma história humana, da qual nossa consciência é um produto), ele se põe em situação anti-tética diante da história humana, tal qual ela se desenvolveu.

(iv) Dá-se assim entre aquilo que foi e aquilo que poderia ser uma espécie de tensão, em que se explicita a tensão inerente àquilo que foi. A tensão, interna àquilo que foi, entre o que foi e o que não foi, mas teria podido ser, torna-se tensão externa — o passado se articula numa relação entre presente e futuro. Esse quarto item requer por sua vez, alguns comentários. Em primeiro lugar é preferível insistir naquilo que *poderia* ser, em lugar de introduzir *ex-abrupto* a idéia de *ter que ser*. A este ponto do discurso, a noção daquilo que deve ser implicaria num resíduo idealista, enquanto que aqui trata-se de constatar possibilidades, ou seja, generalizações conscientes de atitudes historicamente reais. Em segundo lugar, não há necessidade de contrapor toda vez, em bloco, aquilo que é àquilo que poderia ser: a contraposição, uma vez entendido o princípio, pode ocorrer perfeitamente em cada caso. Finalmente, a referida tensão dificilmente se presta a ser isolada como meramente intelectual ou cultural, sem,

com isso, provocar uma fratura na personalidade de quem assim a isola. Uma vez alcançadas as constatações das quais se origina este discurso, a escolha mais plausível consiste em se trabalhar na direção do desenvolvimento histórico considerado o melhor.

À medida que os tempos foram amadurecendo, a consciência da desalienação como algo de possível passou a fazer parte da natureza humana, justamente com a consciência da alienação, como algo de real. Os homens são alienados “desde sempre”, isto é, já o eram antes de começar tão somente a representar este seu estado de forma puramente mítica. Quando o interpretaram miticamente, propuseram remédios também míticos. Quando, finalmente, perceberam que sua alienação era real e não mítica, eles começaram a pensar na real possibilidade de não sê-lo (afirmação da historicidade da alienação, tal como a viu Rousseau). Assim, a visão da história tomou o lugar da teologia e ao menos a possibilidade de se operar dentro da história e para a história substituiu o operar-se dentro ou para um paraíso estático, ou no sentido da introdução na história de cópias desse estado estático, sob a forma de utopias a serem alcançadas. A consideração desse processo permite eliminar o assim chamado dualismo entre “alienação desde sempre” e “alienação da sociedade capitalista”, sem, por outro lado, cair numa concepção apenas hegeliana da alienação como mera objetificação. O ponto essencial é que alienação e não-alienação não apenas nascem, mas também *se desenvolvem juntas*; e é necessário que o mal seja grave, para que os remédios se tornem suficientemente nítidos para poderem ser aplicados. O não alienado coloca-se, primeiramente, como negação do alienado, o que é uma condição real; mas o alienado coloca-se como negação daquilo que teria podido ser. Uma vez que aquilo que teria podido ser não *poderá* ser, o não-alienado é novamente alcançado enquanto negação da negação, isto é, como resolução sintética de um processo dialético que abrange a humanidade na totalidade de sua história.

3. *Falsa consciência, falso pensamento, falsa práxis*

A distinção entre falsa consciência e ideologia instituiu dois pólos em volta dos quais é possível dispor, quase como a elipse em volta dos dois focos, a inteira noção de alienação. O mesmo vale

para a realidade social alienada: ela tem o mesmo caráter e está no mesmo nível da falsa consciência ou da ideologia.

Entre os dois verifica-se primeiramente uma diferença de grau: a falsa consciência é ideologia menos desenvolvida e menos determinada; a ideologia é consciência mais desenvolvida e mais determinada. A continuidade é a mesma que se dá entre consciência e pensamento *tout court*. Enfatizando este aspecto, podemos dizer que temos falsa consciência em baixo nível de elaboração conceitual e ideologia em nível mais alto.

Enfatizando, ao contrário, o aspecto da diferenciação, podemos dizer que a ideologia é uma racionalização discursiva, isto é, uma sistematização teórica de uma atitude ou estado de falsa consciência. Em segundo lugar, dá-se entre ambos uma diferença qualitativa, devida sobretudo à ausência ou à presença da linguagem: a ideologia é falsa consciência *tornada* falso pensamento por meio da elaboração sónica e do uso da linguagem numa língua, com tudo o que isso comporta, tanto em termos de condicionamentos quanto em termos de possíveis mistificações. Isto corresponde à intenção fundamental de Hegel, que põe entre a consciência e o pensamento a inteira elaboração do “espírito teórico” ou seja a intuição e a representação. É no segundo momento da representação, a imaginação, que surge o signo; e é em seu terceiro momento, a memória, que se forma a língua (em termos hegelianos, existe uma *fenomenologia* da falsa consciência e uma *psicologia* da ideologia — hoje poderia-se dizer, quem sabe, uma *semiótica*; a fenomenologia pode ocupar-se apenas daquilo que *precede* a linguagem).

Trata-se, de qualquer maneira, de uma separação da práxis, ou vice-versa: a falsa-consciência é *consciência separada da práxis*, e é portanto também *práxis separada da consciência*; a ideologia é *pensamento separado da práxis* e é portanto também *práxis separada do pensamento*. A ideologia é então *falso-pensamento-e-falsa-práxis*. Nas páginas seguintes, o uso de “ideologia”, mesmo sem qualificativos, carregará sempre consigo esta primeira definição; e o uso igualmente sem especificações de “falsa consciência” será o resumo da inteira situação descrita.

Já o falar comum representa a distinção e o dissídio entre a práxis, de um lado, e a consciência ou o pensamento do outro, e a ocorrência de uma “falsidade” para todos os três termos, em expres-

sões como “não faz o que sente, ou o que pensa”; “sente, ou pensa, uma coisa e faz outra”; “estas coisas geralmente não são ditas por razões práticas”; “Não sente, ou não pensa, (em) aquilo que faz”; e assim por diante. De modo análogo, mesmo se menos pregnante, já encontramos no falar comum também a indicação da unidade, ao menos provisória, ao menos tendencial, de práxis e de consciência ou pensamento em expressões que indicam coerência, sinceridade, caráter genuíno, caráter voluntário da ação, como justamente seriam: “faz (sempre) aquilo que sente, ou o que pensa”; “é tão espontâneo em fazer aquilo que sente, ou que pensa”; “quando tem vontade de fazer algo, ele faz”; e muitas outras do gênero.

Entre falsa consciência-ou-pensamento e falsa práxis dá-se uma implicação dialética recíproca. A falsa consciência e o pensamento falso, ou seja, ideológico, são imediatamente falsa práxis. Trata-se, na verdade, sempre de uma separação *entre as partes*, neste caso inicialmente duas, de uma só totalidade que é tomada em dois diferentes estágios de seu desenvolvimento, no nível da consciência, e, em seguida, no do pensamento. Refletindo sobre seu próprio passado de falsa consciência (e falsa práxis daquela consciência) e achando a si próprio em contraposição com uma falsa práxis, ou mesmo encontrando-se sob a pressão desses fatores, o pensamento procura salvar-se através de procedimentos racionalizantes, que lhe dêem a ilusão, ao menos, de ser membro ativo de uma família menos dilacerada. A definição que estou elaborando não é então, de modo algum, aquela de um pensamento que simplesmente seria falso por estar separado da práxis. É também, *ipso jure*, a definição de uma práxis falsa, enquanto separada do pensamento; e é, além disso, definição de um pensamento e de uma práxis que são falsos, enquanto resultados da elaboração que fez deles algo de dialeticamente posterior a um estado precedente menos complexo de falsidade da consciência (e da práxis dela). Não existe pensamento algum que goze, *por conta própria*, independente de suas relações com a práxis, das propriedades de *não ser falso*, de tal forma que em relação a ele, e somente a ele, fosse possível mensurar e denunciar o pensamento falso.

Seria então necessário, a rigor, falar sempre também de falsa práxis, distinguindo-se se ela é assim em relação, ou melhor, no nível, da consciência ou do pensamento. Comumente, porém, a separação é *vista* como atributo negativo da consciência ou do pensamen-

to, e a práxis como aquilo que permanece fora da totalidade à qual pertencem os dois opostos. Não faltam razões para justificar essa maneira parcial de focar o problema. Em favor da mente subsistem resíduos filosóficos, religiosos, metafísicos, que são também, na maioria das vezes, resíduos de classe e de casta em favor do trabalho intelectual. Graças ao hábito de atribuir a falsidade à consciência ou ao pensamento, em lugar de atribuí-la à práxis, a tradição terminológica representa então, significativamente, a noção originária contra o idealismo. Pode-se também admitir que, no caso da ideologia, a reciprocidade com a práxis se apresenta menor do que naquela da falsa consciência. Isso se deve ao fato de que, quando o pensamento é estudado em seu isolamento, o afastamento da práxis, devido à maior elaboração do pensamento em relação à consciência, resulta mais marcado. Isto quer dizer que a práxis *do* pensamento é mais difícil de ser captada do que a práxis *da* consciência. Além dessas razões, ainda resta o fato de que nós utilizamos o pensamento e a linguagem tanto para falar de falsa consciência-ou-pensamento, quanto para falar de falsa práxis. Também quando a investigação concerne um caso de falsa práxis (no sentido que se parta dele, ou que ele seja o centro de nossa atenção), estamos ainda lidando com uma investigação; e a inteira máquina do pensamento da linguagem está por isso presente.

A implicação dialética de falsa consciência ou pensamento e falsa práxis corresponde àquela entre consciência-ou-pensamento e práxis em geral, isto é, a seu necessário co-existir, mesmo naqueles casos (ainda que sejam a maioria) em que se apresentam separados. A união da consciência-ou-pensamento com a práxis é lembrada no próprio ato em que se indica sua fratura, justamente ao dizer-se que *consciência ou pensamento falsos* constituem uma relação separada, *vivida pelo sujeito ou pelo grupo, entre a própria consciência-pensamento e a própria práxis*. Pode-se estar num estado que é prevalentemente de falsa consciência ou então de falsa práxis: para esclarecer a situação será necessário procurar qual é a falsa práxis *daquela consciência* e, respectivamente, qual é a falsa consciência *daquela práxis*. Ou também, pode-se estar num estado já mais claramente separado, ou seja, que já, desde o começo, está articulado em falsa consciência e falsa práxis, contrapostas uma à outra. Neste caso, será necessário empreender uma pesquisa mais complexa para cada um dos

termos e suas implicações. A mesma classificação vale para os casos em que no lugar da falsa consciência está o falso pensamento.

Trata-se, sempre, de condições normais em sua anormalidade, ou anormais em sua normalidade, no sentido de serem condições universais, presentes em todo lugar. O passado está entrelaçado delas; e por esta razão manifestam o aspecto da anormalidade tanto mais claramente, quanto mais elas sejam medidas em função de uma interpretação da história que dê lugar a um projeto social revolucionário, isto é, fundado no futuro. Para que um projeto deste tipo possa formar-se, ter um sentido preciso e não ser confundido com outros, e para que seja possível determiná-lo univocamente todas as vezes, em sua estrutura interna, por baixo da variação inevitável de sua fenomenologia e além da relação contingente em que ele se encontra com o processo histórico do momento, é necessário instituir, atravessar e carregar consigo a inteira problemática das relações entre a práxis e a consciência-ou-pensamento. É apenas na medida em que for possível colocar-se no pensamento, enquanto fim último, a reunião do próprio pensamento e da consciência que o precede com a práxis que é própria de cada um deles, que a *direção* da intervenção a ser operada no processo histórico, e sobre ele, poderá ser determinada. E essa direção pode e deve ser determinada como uma operação prática.

A concepção ideológica como falso pensamento, acompanhada necessariamente por uma falsa práxis, transforma-se, sob nossos olhos, em uma concepção da ideologia como projeto social. Entre as duas concepções ocorre uma implicação recíproca não eliminável. Conforme se dizia anteriormente, a passagem da primeira à segunda é uma passagem necessária. Praticar o falso pensamento significa *também*, necessariamente, operar um planejamento social, ou aderir a um projeto em ato, ou remeter a ele. Por outro lado, operar um planejamento social significa *também*, necessariamente, utilizar o *falso pensamento*. No caso em que o planejamento social queira tomar como seu objetivo o próprio falso pensamento, ou seja, operar contra ele, para que o projeto tenha sentido deverá estar fundado sobre a clara consciência da inteira situação, a começar pelo fato de que não se *pode operar a não ser a partir de seu interior*.

4. Articulação da relação entre práxis e consciência

A relação entre consciência e práxis está no centro da questão inteira. A dialética dessa relação, e portanto, também, o andamento do discurso que a descreve, começam do seguinte: a relação rompe-se imediatamente em dois. Dado um caso de falsa consciência, temos a práxis que lhe competiria, mas também a práxis que de fato a acompanha: temos portanto *duas relações*, da consciência com a práxis que lhe competiria e da consciência com a práxis que de fato a acompanha. Se nos colocarmos do ponto de vista desta última, partindo, como é devido, dos fatos, a práxis que competiria àquela mesma consciência coloca-se para nós como algo a ser alcançado. O futuro faz sentir sua urgência na instituição da *relação ulterior* entre as duas práxis daquela consciência. Encontramo-nos diante de uma unidade perdida, ou postulada pelo pensamento como perdida, que a vontade nos impele a recuperar, mesmo que essa “recuperação” seja algo a ser alcançado pela primeira vez. O esquema se repete se partirmos de um caso de falsa práxis. Se no lugar da falsa consciência colocarmos o falso pensamento, as estruturas dialéticas podem ser mais complexas, mas o discurso não muda, uma vez que o falso pensamento pressupõe a falsa consciência, da qual é um desenvolvimento.

Como ocorre a duplicação inicial de relação? Segundo quais modalidades rompeu-se a unidade que conseguimos postular e que pretendemos reconquistar? Aqui posso apenas resumir os que me parecem ser os elementos essenciais para começar a responder a essas e outras perguntas semelhantes.

A consciência e a práxis formam um todo, em princípio, único e inseparável. O homem vem primeiro e em seguida vêm a consciência e a práxis. Ao falarmos de um homem segundo seu *Gattungswesen* ou “natureza global” (esta tradução parece bem mais pregnante dos que os comumente usados “ente genérico”, ou, pior ainda, “essência”) nós não precisamos estabelecer nenhuma distinção interna ao homem. Basta-nos mantê-lo separado de todo-o-resto-como-(mera)-natureza. O homem assim concebido é *consciência-práxis dialética*. Dos elementos que constituem a totalidade indicada por essa fórmula, pode-se servir separadamente e quando se queira; aliás, quanto mais peças se conseguir separar e dominar em suas relações, de modo consciente, por meio de abstrações e de especificações determinadas, tanto mais aumentarão a técnica e o saber. Mas quando este servir-se

separadamente ocorre *como se* a separação existisse *in re*, necessariamente e por conta própria, ou fosse independente dos conhecimentos que temos dela e do modo em que dela falamos, então tem lugar uma “falsificação”. Deve-se notar aqui que estamos falando de acontecimentos *socialmente reais*; e não (ou não apenas, e neste caso, de forma subordinada) de operações realizadas subjetivamente por este ou aquele cérebro às voltas com questões teóricas.

É a falsificação que aciona o mecanismo da alienação nas duas formas principais da falsa consciência e do falso pensamento, cada uma com a práxis que lhe competiria e com aquela que de fato a acompanha ou vice-versa. Toda vez que temos formas de consciência ou de pensamento de qualquer modo “falsas”, uma vez que estão separadas da práxis que a elas competiria e portanto acompanhadas *por outra* práxis, ou vice-versa, tem-se uma discordância ou desequilíbrio dialético ao longo de cada uma das direções de relação entre os vários termos. Chamamos a essa discordância ou desequilíbrio de “desdialética”. Trata-se de uma abstração indeterminada, devido à qual uma parte de uma dada totalidade é tomada por si só, como se não fizesse parte daquela totalidade (“destotalização”), isto é, passa a ser “separada”, ou “isolada”, ou ainda “segregada”, no sentido pregnante desses termos. Qualquer esforço no sentido de reunir posteriormente as peças separadas é destinado a fracassar e apenas confirma sua separação. Dado o caráter dialético e temporal da consciência-práxis, a desdialética pode também ser descrita como uma “des-temporalização” e portanto, no âmbito do *continuum* espaço-temporal, pode ser descrita como uma “especialização”. Ulteriores passos pseudo-dialéticos de afastamento da unidade inicial por meio de abstrações indeterminadas sucessivas são comumente indicados pelos termos “reificação”, “coisificação”, “entificação”, “fetichização”, e “mistificação”. O sentido em que se fala também de “desvalorização” e de “pseudo-valorização” ficará logo claro, se se pensar no modo em que as análises marxistas da mercadoria e do trabalho mostram o processo que torna a mercadoria produto do trabalho e, medida a partir dele, um valor independente, e que torna o homem, portador do trabalho-valor, uma mercadoria. As relações entre “desvalorização” e “destotalização” obtêm-se considerando-se o caráter sintético, totalizador, do processo de valorização e, portanto, do valor como produto desse processo (o valor, quer dizer, reside numa síntese realizada pelo valorizador, numa totalidade construída por ele). Sobre

cada um dos termos que foram colocados entre aspas neste parágrafo e sobre muitos outros, podem se ler páginas importantes e muitas vezes fundamentais não apenas em Marx e Engels, mas também no Lukács da *Geschichte und Klassenbewusstsein* (*História e consciência de classe*) e nos sucessivos principais pensadores de inspiração marxiana, sobretudo na Alemanha (Adorno, Benjamim, Horkheimer, Marcuse) e na França (Goldmann, Gurvitch, Sartre; e, por sua útil resenha sobre a falsa consciência, Gabel). Isso para não mencionar os economistas e os psico-patologistas mais avisados. Porém, sobre cada um desses termos muitas coisas deverão ser ditas no futuro, especialmente no sentido de sua delimitação recíproca e de uma fenomenologia interdisciplinar dos processos que descreve, mais analítica e sólida.

Alguns exemplos, propositadamente simples mas suficientemente típicos em seu gênero, servirão para indicar a articulação dialética concreta da consciência e do pensamento com a práxis, aliviando um pouco o leitor da aridez formal daquilo que foi exposto. O frade que não conseguia adequar sua consciência à práxis da igreja, passou agora a adequar sua própria práxis à consciência da igreja e entregou-se a obras filantrópicas sem mais ocupar-se com questões morais e teológicas. A “respeitável” senhora que, já adiantada em anos, descobre que fez muito pouco para os outros, perante sua própria consciência, passa a achar que fez pouco demais para a própria consciência, perante os outros. Começa então a fazer muito mais daquilo que sua consciência poderia exigir e dedica-se à beneficência, numa espécie de conluio entre sua “respeitabilidade” e sua eficiência, por exemplo, reencaminhando jovens transviadas. (Ocorre muitas vezes a ulterior complicação dialética que a salvação tem lugar ainda antes da perdição. As jovens encontram-se então impedidas por certa práxis, em nome de certa outra práxis, na qual nem elas nem a velha senhora acreditam; porém essa outra práxis é justificada em nome de uma consciência, a qual deveriam submeter-se, justamente porque a velha senhora tomou a decisão prática de nela acreditar.) Um exemplo bem sucedido de implicação recíproca de práxis e de consciência dentro da própria reiteração de sua separação é o assim chamado “rearmamento moral”, que já destoa enquanto sintagma. Partindo de uma situação de consciência falsa, por estar separada de uma prática vantajosa, os proponentes dessa idéia propõem e projetam uma nova e mais vasta ação prática. Desenvolvem, desse modo, por raciona-

lização, um falso pensamento encarregado de justificar a nova ação prática, fato esse que só pode ocorrer voltando aos mesmos “princípios” aos quais fazia implicitamente apelo a falsa consciência originária. A operação inteira coloca-se então como uma tentativa de conservar as vantagens da práxis originária e, ao mesmo tempo, de calar a própria consciência por meio de um suplemento prático projetado pelo caráter separado dessa consciência.

A dialética esboçada é de particular importância no campo da psico-patologia, em que as vítimas da sociedade, isoladas como indivíduos, são curadas como tais, enquanto o resto da sociedade permanece o mesmo. O neurótico encontra-se num estado de consciência separada da práxis; o perverso encontra-se num estado de práxis separada da consciência. Em ambos os casos, o inconsciente pode construir um aparato justificativo ao nível da ideologia (é por isso que o estudo da linguagem dos “doentes mentais” pode ter uma tão extraordinária importância geral). Tomemos aqui o caso do perverso: nele existe um excesso de práxis em relação à consciência, devido ao que ele é capaz de desenvolver muitas vezes comportamentos tecnicamente bons e socialmente rendosos, nos quais, porém, não pensa o suficiente e de cuja gravidade não desconfia. Dizemos então que o excesso é *quantitativo*. Entretanto, não se trata do fato de que a consciência do perverso deixa de existir; ao contrário, ela se exprime naquilo que ela é, ou seja, enquanto consciência insuficiente daquela práxis, insuficiente para aquela práxis. Acontece então ao perverso tentar *racionalizar* sua própria práxis, potenciando artificialmente aquele pouco de consciência que ele tem, com a finalidade e de modo a fingir que ela é adequada àquela práxis. Essa racionalização é uma construção de tipo ideológico e implica num salto *qualitativo* além da ligação entre motivações inconscientes (e como tais “reais” no sentido freudiano) da prática perversa e a própria prática. Isto é, essa ligação é ignorada ou negada e, em seu lugar, é posta uma construção de tipo ideológico, onde negação e substituição são, tipicamente, fatos qualitativos. O salto *qualitativo* nos leva de volta ao ponto de partida: a consciência em ato é insuficiente para aquela práxis, há uma diferença *quantitativa* entre a consciência-daquela-práxis e a consciência presente e usada para a racionalização; tal diferença ou “resto”, é *suprimida* (o que constitui o fato qualitativo). Uma análise simétrica pode ser empreendida em relação ao neurótico. Mais uma vez verifica-se quão longe enxergou o “velho Hegel”.

II. IDEOLOGIA COMO PLANEJAMENTO SOCIAL

5. *Premissa*

As proposições desenvolvidas nesta segunda parte provém daquelas descritas até aqui. Vou agrupá-las e antecipá-las brevemente como orientação de leitura.

Qualquer discurso é necessariamente mais ou menos ideológico. Isso significa que ele desenvolve de modo mais ou menos explícito alguma espécie de projeto social ou que remete a ele e pode, em última instância, ser a ele reconduzido. Os projetos devem ser diferenciados das modalidades de comportamento no que diz respeito ao processo histórico. Os dois projetos fundamentais, o inovador e revolucionário e o conservador e reacionário se diferenciam por sua relação com a dialética entre consciência e práxis (cf. secção n.º 6). Todas as ideologias privilegiam seu próprio discurso. As ideologias conservadoras o privilegiam estaticamente, fundando-o no passado e subtraindo assim seu objeto ao dever histórico-social, o único a poder sanar a discordância entre consciência e práxis. Elas são então levadas a se fazerem passar por não-ideológicas (cf. secção 7). É claro que também o discurso desse trabalho é ideológico e tem seu próprio "privilegiamento". Ele deve ser distinto de outros discursos ideológicos porque se reconhece completamente como tal e porque ocorre a um privilégio não extra-histórico, mas sim infra-histórico, isto é, fundado no futuro. Não existindo aqui subtração ao histórico-social, trata-se de um discurso que visa restaurar o pensamento revolucionário como projeto social, tendo em vista o fim último da reunião de consciência e práxis (cf. secção n.º 8).

6. *Caráter ideológico de qualquer discurso e planejamento social*

O caráter ideológico de qualquer discurso pode ser afirmado por meio de um simples silogismo. Qualquer discurso é situacional, isto é, pertence a uma situação histórico-social determinada. Qualquer situação está embebida de falsa consciência. Qualquer discurso espelha portanto uma forma qualquer de falsa consciência; e como é discurso, isso ocorre no nível do falso pensamento, isto é, da ideologia.

Do ponto de vista aqui desenvolvido, é impossível imaginar como poderia ser um discurso mantido *fora de* uma dada situação histórico-social. Não se poderia dizer o que significaria mantê-lo nem atribuir, naquele contexto, um sentido preciso à expressão *fora de*. A operação tipicamente social de manter um discurso é realizada por um indivíduo ou um grupo, que existe como aquele indivíduo e aquele grupo. Um discurso serve-se da linguagem na forma concreta dessa ou daquela língua, isto é, de uma estrutura sempre historicamente bastante determinada, social por definição, e portanto sempre ideologizada como produto e ideologicamente como instrumento (para esse aspecto da questão que leva ao problema da *alienação lingüística*, remeto aos capítulos precedentes). Dirige-se a uma audiência ou público também determinados Perelman e Olbrechts-Tyteca denunciaram oportunamente os absurdos filosóficos encerrados na noção de “audiência universal”, cujo mito logicista recorrente de uma *linguagem ideal*, na minha opinião, constitui a antecipação estrutural a *parte loquentis*.

Deve-se observar aqui também que o falante e o receptor são determinados não apenas e não tanto no sentido genérico de serem eles mesmos produtos sociais e de servirem-se de instrumentos sociais, mas também por razões mais sutis, que são freqüentemente empregadas para afirmar exatamente o contrário. Trata-se dos *próprios fins* que falante e receptor podem *livremente* propor um ao outro, *escolhendo* manter e, respectivamente, ouvir certo discurso em lugar de outro, e esses fins têm, necessariamente, um caráter histórico-social. Sem poder entrar aqui nos problemas da liberdade de escolhas, que ninguém pretende *negar*, deve-se dizer que o condicionamento histórico-social das próprias escolhas, aparece pelo menos das seguintes maneiras:

(i) As escolhas, além do aspecto da liberdade, têm também aquele do conhecimento: os dois aspectos estão ligados intimamente.

(ii) As *conseqüências ou resultados* das escolhas são, por sua vez, imediatamente submetidos ao condicionamento.

(iii) Faz parte da estrutura das escolhas e, com isso, também daquilo que entendemos por “escolha” o ato de se *prever* em que tipos de condicionamento suas conseqüências e resultados irão incorrer. De modo que, dizia Calderoni, mudando-se as conseqüências na previsão de quem está escolhendo, este, comumente, muda de escolha. Justamente aqui reside sua liberdade, porque se continuasse

fazendo a mesma coisa independentemente de tudo aquilo que disso decorria, não seria mais o caso de se falar em comportamento voluntário ou em livre-escolha. Trabalhando de modo direto ou indireto, imediato ou mediato em prol de qualquer finalidade escolhida livremente ou simplesmente aceita ou sofrida, o falante e o ouvinte inserem-se, em suma, em algum lugar em geral bastante preciso e identificável do *plenum* social, ou reiteram uma posição que eles já ocupam. Este, porém, é apenas outro modo, uma volta mais longa, para se dizer que se pensa apenas ideologicamente, de maneira necessariamente deformada da práxis (isto é, como vimos, pelas relações múltiplas que o pensamento tem inevitavelmente com a práxis). Volta-se, assim, a afirmar que em cada discurso há um projeto social explícito ou, ao menos, implícito, ou, como mínimo, que é sempre possível reconduzir cada discurso a um projeto social claramente distinguível de todos os outros.

É precisamente neste ponto que se costuma cometer um erro típico do *sociologismo* e do *psicologismo*. São essas duas desdialéticações sistemáticas que consistem em propor distinções referentes à sociedade e respectivamente a indivíduos, e, ao mesmo tempo, recusar uma abordagem dialética global-temporal da própria sociedade. A sociedade não é pensada como composta-de-indivíduos que com ela se formam e aos quais não tem sentido recorrer sem ela; mas sim como co-presença e soma *de indivíduos* de algum modo e nalguma medida pré-formados em relação à própria sociedade. O que escapa é o nexa dialético pelo qual os indivíduos *são* a sociedade e a sociedade é os indivíduos. Este erro pode ser analisado como confusão entre duas perguntas diferentes e, portanto, como tentativa de responder a elas ao mesmo tempo. Temos uma única resposta para as seguintes perguntas: 1) Quais são as modalidades fundamentais do comportamento de um homem em relação a um processo social que está se desenvolvendo diante dele? 2) Quais são as atitudes que um homem pode assumir em relação à sua sociedade entendida globalmente, ou seja, do processo real no qual ele se encontra imerso? Na primeira pergunta, quando confundida com a segunda, está o perigo de se considerarem os indivíduos como separados da sociedade; na segunda, quando confundida com a primeira, está o perigo de se considerar a sociedade como separada dos indivíduos. Na tentativa impossível de se responder conjuntamente a ambas as perguntas, pode-se chegar a considerar lícito este ou aquele elenco de atitudes

reais fundamentais que seriam ao mesmo tempo modalidades de comportamento, além das quais não seria possível remontar. Isto quer dizer que as modalidades de comportamento se fazem passar por atitudes.

Pode-se então ouvir dizer, por exemplo, que, diante do processo histórico é possível adotar atitudes segundo as duas modalidades principais da *intervenção ativa*, quando nos propomos a favorecer o curso do processo no sentido de seu desenvolvimento, com o fim de acelerá-lo e da *oposição*, quando se opõe uma resistência e se erigem obstáculos para o curso natural do processo, com a finalidade de atrasá-lo. (Uma terceira modalidade de comportamento pode ser dita da *abstenção* e consiste em se evitar agir no processo, que se realizará, portanto, sem a contribuição da ação que lhe foi assim subtraída e sob a única influência de ações pertencentes às outras duas modalidades. Neste caso, naquilo que lhe diz respeito, o ator permite que o processo prossiga por conta própria e se transforma, por conseguinte num espectador. Diferentemente das outras duas, esta modalidade apresenta a característica de exprimir ela mesma, por assim dizer diretamente, um projeto social que pode ter o mesmo nome da modalidade, isto é, um *projeto de abstenção*. Entretanto, exceto em casos especiais, este tipo de projeto, recai completamente nos limites de uma ideologia conservadora, que ele serve sob forma de “neutralismo” ou de “ideologia da ideologia”. Nas páginas que se seguem nada mais se dirá sobre essa modalidade-projeto da qual trataremos num outro trabalho).

A literatura sociológica abunda em classificações e em descrições que remetem, em última análise, a esquemas como o da intervenção ou oposição, acompanhados, obviamente, de toda espécie de complicações naturalistas, começando pelo próprio Max Weber e sem falar de Vilfredo Pareto. Daqui até as proclamações simplistas e facilmente refutáveis, que por exemplo, são modalidades inovadoras ou revolucionárias as que intervêm em favor do processo histórico e conservadoras ou reacionárias as que a ele se opõem, a distância é curta.

Não está dito, porém, que o revolucionário tenha sempre e somente que agir no sentido do desenvolvimento histórico no qual ele mesmo se encontra, ou que é reacionário quem a ele se oponha.

Casos opostos a esses, ou seja, em que a reação está em se favorecer o desenvolvimento histórico em ato e a revolução justamente

em se opor a ele, estão aí para serem vistos por todos. Ocorrem, além disso, os casos conhecidos de involução do próprio processo histórico revolucionário, exatamente onde parecia que a modalidade da intervenção ativa e a atitude revolucionária fossem se identificar, de alguma maneira. Os males que pode acarretar um processo histórico em pleno desenvolvimento saltam aos olhos nas sociedades de capitalismo adiantado, que se desenvolveram no Ocidente nas últimas décadas. Trata-se de formas cada vez mais graves de alienação e da progressiva absorção de qualquer tipo de protesto, a tal ponto que o sistema já predispõe em seus próprios meandros as jaulas onde é permitido à oposição levar sua vida espectral, diante de um público que pode até achar graça. O grande problema aqui consiste justamente em descobrir ações aptas a opor-se validamente ao processo em curso. Quem a ele não se opõe e o favorece, direta ou indiretamente, só piora a situação. O caráter conservador, no caso, está em deixar as coisas como estão e acomodar-se a elas.

Observemos mais de perto as estruturas do erro. Não se pode responder com uma única resposta às perguntas sobre as modalidades de comportamento e as atitudes, diante do processo histórico real. São perguntas que pertencem a dois níveis diferentes e, conseqüentemente, as respostas também devem ser dadas em dois níveis diferentes. Confundi-las seria erro gravíssimo. As modalidades de comportamento que distinguimos são esquemas formais que indicam diferentes relações fundamentais com um processo social em desenvolvimento. Se um processo social está em curso, eu posso favorecê-lo ou opor-me a ele (além disso, posso abster-me de ambas as ações). Mas este "eu", do qual se fala, é um eu abstrato, desligado da sociedade determinada à qual não pode deixar de pertencer, seu único lugar apropriado seria um laboratório biopsicológico. O processo social do qual se fala aqui é um processo qualquer, considerado formalmente em seu mero desenvolvimento, isto é, um processo por sua vez abstrato, desligado dos indivíduos que não podem compô-lo, em suma, um processo que convém apenas ao laboratório dos sociólogos positivistas.

Se voltarmos a juntar as partes enganosamente segregadas do todo ao qual pertencem, isto é, tornarmos a colocar os indivíduos em sua sociedade, justamente esta operação nos permite distinguir aquelas duas perguntas e responder a cada uma delas no nível que lhes compete. Isso equivale a passar-se de duas abstrações indeterminadas,

que tinham sido reunidas para formar uma totalidade espúria, para duas abstrações determinadas no âmbito de uma totalidade real. As modalidades de comportamento em relação a um processo social podem bem ser aquelas escritas; resta o fato de que elas são aplicadas para fins diversos e com diferentes resultados, conforme a situação real considerada globalmente. É apenas em relação a esta última que se podem distinguir atitudes por sua vez reais e capazes de gerar projetos sociais. As modalidades de comportamento e as atitudes para o processo real estão entre si como duas engrenagens contrapostas que rodam uma devido à outra e que se juntam formando um todo solidário dependendo das circunstâncias. Cabe ao homem decidir qual é o momento apropriado para sua função e portanto, para a transmissão do movimento desejado. Em outras palavras, *os mesmos fins podem requerer modalidades diferentes.*

As conseqüências desse esclarecimento são de importância considerável justamente porque são quase sempre negligenciadas. Em primeiro lugar, é bastante difícil reconhecer no processo histórico real uma direção constante e unitária de desenvolvimento, que vá além das variações do momento. Se essa direção pudesse ser identificada univocamente, seria suficiente favorecê-la para estar sempre do lado da revolução; quem mais se agilizasse, mais seria revolucionário. Não se quer negar aqui que seja possível vislumbrar no processo histórico uma espécie de movimento bastante geral em direção a metas quais a integração dos povos, o nivelamento social ou a abolição da guerra. Mas trata-se de um movimento tão vagaroso, tão vasto, complexo e cheio de imprevistos, atrasos, contradições e involuções e os perigos de que ele venha a ser interrompido são tão fortes, que só graças a uma presunção arrogante ou então a uma ilusão de caráter místico é que se pode sustentar de ser capaz de secundá-lo, em cada caso particular, apesar da enorme variação das circunstâncias. Não é, portanto, de uma pretensa visão desse movimento que se podem deduzir as modalidades das ações a serem cumpridas. Para determinar essas modalidades, são necessários modelos; e para poder dispor de modelos é necessário ter constituído um esquema teórico que diga respeito ao desenvolvimento histórico em seu conjunto, isto é, uma antropologia geral e uma teoria do homem e da sociedade.

Procuremos, então, baseados nisso evitar o erro naturalístico ou baixo-historicístico de distinguir a ação revolucionária daquela con-

servadora, de acordo com as modalidades e comportamento adotadas ou a serem adotadas. Distingamos antes os dois tipos de ação e de projeto social, retomando o discurso feito no começo, cuja função e essencial importância se conseguem ver agora mais claramente. *É revolucionária a ação que tende a reunir consciência e práxis; e conservadora a ação que, de qualquer modo, obstacula essa reunião.* São esses dois projetos sociais fundamentais, ambos internos à situação de falsa consciência e, portanto, ambos ideológicos. É a eles que devemos agora dar nossa atenção.

7. Ideologias conservadoras como “privilegiamentos” extra-históricos

Na medida em que é racionalização ou sistematização teórica de uma atitude ou estado de falsa consciência, o discurso ideológico costuma *privilegiar* a si próprio, isto é, auto-declarar-se mais importante, mais fundamentado, mais objetivo, mais representativo de todos os outros discursos que digam respeito ao mesmo tipo de situações. É claro que um princípio pode vir a ser privilegiado também por exibicionismo, vaidade, narcisismo, chamando a atenção sobre seus méritos formais, ou sobre os conteúdos aos quais remete, ou sobre o auditório ao qual se dirige, ou sobre o próprio falante. Tudo isso já é falsa consciência; ainda não é, entretanto, falso pensamento plenamente desenvolvido, não basta para caracterizar e fundar um discurso como ideológico. Para que isso aconteça é necessário (i) que o privilegiamento institua uma relação do discurso com a realidade e (ii) que tal relação se afirme de tal modo a subtrair-se ao condicionamento histórico-social. Para que ambas as exigências sejam satisfeitas, é preciso que a subtração diga respeito à dimensão semântica do discurso: “privilegiar um discurso” significa operar aquela subtração. É de tal maneira que se obtém o efeito de apresentar o *objeto* do discurso como sendo ele mesmo subtraído ao condicionamento histórico-social.

Mas o que significa subtrair o discurso considerado semanticamente e, por conseqüência, seu objeto, à dimensão histórico-social? Pode querer dizer duas coisas, que não são, porém, alternativas equivalentes, mas sim modos radicalmente diferentes de resolver a questão. Em primeiro lugar pode querer sustentar, e é o uso mais comum, que naquele objeto existe algo de extra-histórico, isto é, de

apenas-natural ou de supra-natural (note-se que tanto o supra-natural quanto o apenas-natural são também supra ou hipo-históricos; enquanto o natural é e não é o histórico; segue-se disso que não existem nem o apenas-natural, nem o supra-histórico; enquanto existem o natural e o histórico no âmbito de *natural-histórico*, quando é feita uma distinção no interior *desta* totalidade). Em segundo lugar, subtrair o discurso e seu objeto à dimensão histórico-social pode querer dizer subtraí-lo aos condicionamentos do passado, isto é, declarar que ele *pertence ao futuro*, e portanto, num certo sentido, que *ainda não está condicionado* uma vez que poderá ser produzido por nossa livre iniciativa, capaz de projetar (privilegiamento *infra-histórico*, sem tentativas de fuga para o apenas-natural ou para o supra-histórico). Desta segunda possibilidade nos ocupamos na última seção deste capítulo. Na presente seção, nos limitamos à primeira possibilidade.

Sustentar que num objeto existe algo de extra-histórico, significa operar um privilegiamento *baseado no passado*. Este é o primeiro ponto essencial para a interpretação de qualquer ideologia conservadora ou reacionária, independentemente das modalidades de comportamento segundo as quais ela pode manifestar-se contingentemente. Com efeito, os objetos que são ditos *hoje* extra-históricos, nada mais podem ser senão objetos construídos pela humanidade em alguma fase precedente de seu desenvolvimento social. São esses os objetos que se quer defender e conservar — e tanto melhor se o processo histórico do momento tiver instituído uma máquina social capaz de conservá-los automaticamente.

Uma vez que seu discurso deve referir-se a algo de extra-histórico, uma ideologia conservadora precisa apresentá-lo como não ideológico. Ele é o segundo ponto essencial para compreendê-la. Se, com efeito, existem objetos apenas-naturais ou até mesmo supra-naturais, o discurso que os descreve poderá inclusive ser reconhecido como ideológico devido a seus *defeitos técnicos* e às *modalidades contingentes* de sua realização; nunca, porém, poderá sê-lo devido à relação semântica que ele institui com aqueles objetos. Em outras palavras, o ideológico deste tipo poderá inclusive conceder que a mera máquina formal e sintática do discurso, de um lado, e a relação pragmática entre o discurso e quem o faz, e quem o recebe, do outro lado, não sejam subtraídos ao condicionamento histórico social, ou, ao menos, não inteiramente. Concedendo isto, ele dará provas de modernidade

e modéstia. Será sempre, porém, obrigado a sustentar que, ao contrário, é imune ao condicionamento a relação entre discurso e realidade extra-histórica por ele descrita ou tão-somente indicada. Apesar de qualquer possível defeito técnico-situacional do discurso, essa realidade poderá ser colhida além dele. Nasceram assim os mitos do Discurso Filosófico, ou Metafísico, ou Revelador e assim por diante. Mas nascem também os das ciências naturais, quando essas nos são apresentadas como não-ideológicas, justamente porque naturais — e aqui o equívoco mais ou menos sutil está no fato de que elas serem naturais não quer dizer que elas sejam por isso *apenas* naturais, ou então se esquece, convencionalmente, que o conceito de natureza que constitui seu fundamento é ele mesmo um objeto construído pela humanidade numa fase precedente de seu desenvolvimento, isto é, um objeto histórico.

O planejamento social às vezes declarado e às vezes ocultado pelo discurso privilegiado extra-historicamente consiste, então, em se contrapor ao presente o passado como mais forte e, sobretudo, em fazer com que o futuro se pareça com ele. O que se quer impedir é que do presente surja um futuro radicalmente diferente. O pedaço de passado a ser conservado é então imobilizado, estaticizado, des-dialetizado, justamente porque se quer subtraí-lo à mudança. Uma vez que o passado está todo entrelaçado de falsa consciência, este tipo de privilégio só pode perpetuar sua falsidade. Além disso, porém, a consciência é duplicada sobre si mesma, justamente pelo que ela tem de falso. O pensamento resulta ideologicamente desvalorizado, nas próprias palavras de quem está se iludindo ao reivindicar sua independência de qualquer ideologia. Em suma, este tipo de projeto social quer impedir que a consciência e a práxis, a longo prazo, se juntem porque, conforme sabemos, isso poderia acontecer apenas num futuro completamente diferente, uma vez que teria sido projetado para aquela finalidade suprema.

O caráter estático desse privilégio aparece claramente no fato que ele se alimenta de alguma forma de realismo ou de idealismo que não estão relacionados entre si e que são portanto ontologizantes, cada um por sua conta. A desvalorização do pensamento, a colocação de limites à sua força criativa estão em fazê-lo depender de algo ontologizado. Desse modo, uma zona da realidade é negada aos homens, esteja ela do lado de um Espírito supra-histórico ou de uma Natureza hipo-histórica. Nessa zona, sua função de construtores da

história nunca poderia penetrar. Obviamente, trata-se justamente da zona onde se aninham os interesses dos ideólogos desse tipo, os instrumentos de seu poder adquirido. O privilegiamento extra-histórico deveria convencer-nos de sua intocabilidade e a declaração de não ideologicidade do discurso deveria ocultar-nos o inteiro procedimento.

Mas o que vai acontecer com o objeto apenas-natural ou supra-natural? Será possível, após tê-lo indicado, continuar falando dele? A resposta comumente é sim, com certeza. Aliás, faz parte de quase todos os projetos conservadores que se fale dele o mais possível. É justamente por se falar dele, isto é, por se estar desenvolvendo uma operação histórico-social por excelência, é que se precisa atribuir a seu isolamento de todo o resto, isolamento esse no qual se deseja manter o objeto, um caráter extra-histórico; e quanto mais se fala nisso, tanto mais se confirma sua fixidez e se evita falar do resto. Constituem-se, assim, os objetos das ciências naturais ou naturalizantes, que são todas ciências particulares, isto é, bem separadas uma da outra. Ela são solicitadas a estudar o mais detalhadamente possível aquilo que “está parado”: não necessariamente no sentido de ser imóvel, pois pode também tratar-se de movimentos abstratamente periódicos; mas no sentido de não estar mais sujeito ao devir. Essas ciências farão uso então de técnicas lógico-quantitativas, mecanicistas, mensurativas, enfim, de técnicas da espacialidade enquanto isolada da temporalidade.

De um ponto de vista dialético, trata-se de um contínuo dar voltas em torno da tese, sem superar seus limites. Cada tese, historicamente, era uma síntese. Uma vez, porém, que ela foi assumida em sua nova imediatez, ela foi subtraída ao movimento e passou-se a ocupar-se apenas com ela, fragmentando-a internamente e complicando-a desmedidamente. A mesma operação é realizada sobre outras novas-teses. Desse modo, nunca se chega à antítese; sem se falar de novas sínteses, completamente obliteradas. É uma forma de agir que poderíamos batizar de *pluritética* e, ao mesmo tempo, de *monotética*, onde ambos os termos são negações de *dialética*: uma atividade reaplicada sem variações e diferentes objetos não relacionados entre si; é característica da conservação social em qualquer tempo e lugar em sua ritualidade e hoje tornada mais densa na sociedade de capitalismo avançado, até o ponto de esconder as alternativas. Do fato de serem exasperadamente pluritéticas as técnicas, denunciadas hoje como “neocapitalistas” por muitos marxistas (frequentemente tirando disso

uma boa desculpa para não estudá-las), é que derivam sua brilhante perfeição estrutural, seu silêncio humano e sua imensa estaticidade. Elas se tornam cada vez mais exigentes como especializações, porque examinam cada objeto “assim como ele é”, o que significa “como ele se apresentou a elas, naquelas dadas circunstâncias”; e é por isso que têm sempre menos a nos dizer sobre como ele poderia ser. Não se misturam nunca com nada de negativo e procuram ignorar o poder do negativo o maior tempo possível. Com isso contêm cada vez menos pensamento.

Se o privilegiamento consiste, em suma, numa subtração ao histórico-social, então não apenas as teologias e as filosofias, mas também as ciências naturais ou naturalizantes são ideologias que não se declaram como tais, portanto, ideologias conservadoras. Como se concilia um juízo tão duro com outros juízos que, descortinando no procedimento científico o que de mais inter-subjetivo o homem jamais tenha elaborado, reivindicam a independência deste procedimento justamente de tudo o que representa interesses de grupo ou de parte, antes do que universais, e o proclamam instrumento essencial para a desmistificação? Apesar da dificuldade desta conciliação escapar dos limites do presente discurso, pode acenar-se que a direção a seguir para resolvê-la não é, mais uma vez, a de descartar um dos termos contrapostos, mas sim a de uma sua compenetração e, portanto, de uma superação da própria contraposição. Respeitar o método científico e desejar sua livre e progressiva afinação e extensão a todos os campos, nada tem a ver com a acusação de ideologia disfarçada, isto é, conservadora, que as ciências particulares merecem quando as consideramos em sua realidade social atual. Diria, antes, que somente aquela extensão e aquela afinação podem expurgá-las de seus defeitos separatistas. Será, então, necessário distinguir, em primeiro lugar, as ciências como atividades socialmente reais de seu procedimento considerado abstratamente. Será, então, lícito afirmar que uma sociedade em que as próprias ciências que nos são colocadas como modelo por seu procedimento, a começar pela física, fossem praticadas por todos os cidadãos, excluindo outras ciências e outras atividades humanas, seria uma sociedade extremamente segregada, tornada estranha e sem dúvida, impossível; que, numa situação menos alienada do que a atual, teria lugar uma redistribuição completa das ciências assim como hoje as entendemos; que a presença real e a finalidade das ciências deveriam ser proporcionais às exigências humanas muito

mais adequadamente do que ocorre; que o procedimento mesmo das várias ciências deveria ser incomensuravelmente mais livre de como ele é hoje nas sociedades assim chamadas livres, onde esse procedimento é continuamente e de maneira não natural empurrado para frente ou puxado para trás, ou limitado em sua capacidade de captar o real, por fatores estranhos à pesquisa. Em suma, será lícito afirmar que as ciências não existem sem os homens que as praticam e que separá-las dos homens as torna algo de angélico ou de diabólico. A discordância entre especializações e totalidade, que constitui um dos problemas fundamentais do marxismo teórico, poderá ser sanada somente quando estivermos em condições de deduzir os limites de aplicabilidade das especializações, a partir dos princípios de uma *ciência geral do homem*, dirigida para o que há de melhor no homem, isto é, na reconciliação entre consciência e práxis.

8. *Privilegiamento infra-histórico e restauração do pensamento revolucionário*

Vamos inverter o discurso. Uma ideologia conservadora, fundada como está num privilegiamento extra-histórico, não pode não recorrer a uma distinção entre ideologia e não ideologia. Deve, com efeito, admitir que exista alguma coisa apenas-natural ou até mesmo sobre-natural, uma vez que deve admitir que existe algo que foi subtraído à mudança, ou seja, à história. É justamente fazendo essas distinções que uma ideologia conservadora revela esse seu caráter e geralmente investe com esse caráter tudo o que desejaria fazer passar por não-ideológico. De tal modo, uma ideologia conservadora, em teoria, se auto-destrói e é apenas a prática do privilégio e da opressão que pode conservá-la viva e ativa. Nisso é possível ver-se como, de que maneiras, uma ideologia conservadora se articula em falsa consciência e falsa práxis e não pode deixar de reafirmar justamente esta articulação. Pairando acima da práxis, a falsa consciência da ideologia conservadora gera uma práxis falsa que é justificada por um falso pensamento, que por sua vez requer falsa práxis. A impossibilidade de um privilegiamento extra-histórico confirma, no plano teórico, aquela *inaniidade social* das próprias tentativas de salvação individual, baseadas em extrapolações metafísicas que são documentadas por milhares de anos de história.

A dificuldade principal do discurso ideológico sempre foi aquela de referir-se a algo de não ideológico, de se fazer passar a si mesmo, ao menos, como não-ideológico. Mas, então, o caminho para superá-la consiste em se considerar a consciência humana, tal como se desenvolveu historicamente até aqui, intrinsecamente (mesmo se não diria constitutivamente) falsa; e, portanto, em se considerar a ideologia como sendo imediatamente presente tão logo um aspecto qualquer da consciência venha a ser de algum modo verbalizado, teorizado, racionalizado, justificado. Digamos, então, que também o discurso dessas páginas é ideológico: não pode deixar de pertencer à situação ideológica, nem de evitar de servir-se de instrumentos e materiais ideologizados; e a tensão que exprime é sempre a tensão que existe entre uma consciência e uma práxis não reconciliadas.

Uma vez admitido isso, como será possível diferenciar este discurso de todos os outros? Qual será seu particular privilegiamento? A resposta parece surgir esboçada nos seguintes termos. Se as condições descritas de falsa consciência, falso pensamento e falsa práxis devem ser consideradas historicamente reais e normais, e se não é possível basear no passado nenhum discurso privilegiado capaz de descrevê-los a partir de fora e de projetar uma superação sua, então o único caminho viável que resta é o de considerar essas condições a partir de dentro, *e de privilegiar aí um discurso a respeito delas, baseado no futuro*. Um privilegiamento baseado no futuro é *infra-histórico* porque o futuro ainda não existe a não ser na forma de antecipações nossas que podem adquirir a consistência de projetos acerca do próprio curso da história.

É, portanto, possível indicar uma série de diferenças entre este discurso e os outros. Este discurso reconhece ser ideológico em lugar de iludir-se em não sê-lo. Renunciando à própria máscara, encontra-se em boas condições para desmascarar os outros. Semanticamente considerado, exhibe relações que devem ser instituídas por nós mesmos, em vista de um futuro realizável, uma vez que sua relação com a realidade diz respeito a uma realidade que não existe ainda mas que poderá existir apenas historicamente. A tensão para superar o próprio caráter ideológico que este discurso carrega consigo e pretende comunicar, não provém de outra coisa a não ser do pleno reconhecimento de que ele mesmo é ideológico, como todos os outros discursos. Não é, portanto, a si mesmo, enquanto discurso, que ele propõe modificar, mas sim à inteira realidade que faz com que todos os discursos sejam

ideológicos. Tendo-se formado no interior da situação ideológica e tendo tomado consciência deste fato, a tensão desse discurso tende a duplicar essa situação, após tê-la aceito em sua totalidade. Não é uma tensão que provém da comparação ilícita entre duas partes da situação, uma julgada e a outra julgadora, onde apenas a segunda seria tomada como não-ideológica. Não se deseja partir aqui de nenhuma distinção já analisada entre o ideológico e o não-ideológico. Conforme foi visto a propósito da situação humana alienada em geral, a duplicação da situação ideológica inteira ocorre, ao contrário, considerando-se esta mesma situação em uma sua possível fase futura. Não é comparando-se uma parte da situação humana com uma presumível outra parte sua e fazendo-se da segunda o modelo da primeira, que se pode julgar o ideológico, mas antes comparando-se a inteira situação consigo mesma, enquanto submetida à operação abstrativa de colocá-la também como situação imaginária, mas realizável, enquanto tal, no começo apenas *desejada* e, em seguida, à medida que se torna mais articulada, também *projetada*. A comparação ocorre, então, entre a situação atual e uma situação futura que é a mesma, porque é um desenvolvimento da primeira, mas que dela difere graças a uma menor discordância entre práxis e consciência. Desta maneira, pode-se evitar partir de uma distinção já feita entre o ideológico e o não ideológico. Tal distinção é obtida não na medida em que se a aceite, mas na medida em que se a construa, olhando-se não para o passado, mas sim para o futuro.

Chegamos assim a formular um tipo de privilegiamento do discurso ideológico radicalmente diferente daquele examinado antes. Trata-se de ideologia como projeto social, fundado sobre o privilegiamento dinâmico, em lugar de estático, no futuro e não no passado, infra-historicamente e não extra-historicamente. A realidade à qual ele se refere não o vincula, a não ser no sentido em que o objeto a ser construído vincula o construtor. Este projeto dá lugar, portanto, não a uma ciência do já feito, mas sim a uma *ciência do que está para ser feito*, que exclui o apenas-natural e o sobre-natural, porque é justamente e unicamente como ciência pertencente por inteiro à história que a constituiu. Nela se exprime a exigência de reunir a práxis e o pensamento, isto é, a exigência de ser uma ciência geral do homem. Trata-se portanto de uma reviravolta pragmática que pressupõe o movimento: o privilegiamento é *in rebus*, pois diz respeito à realidade, mas encontra-se nas coisas dinâmicas antes do que nas está-

ticas. *Espera-se* superar a falsidade da consciência enquanto se *projeta* uma nova situação que até agora nunca se verificou historicamente, na qual essa falsidade se forme cada vez menos, até a meta ideal de não formar-se de vez. Trata-se de uma ideologia inovadora em lugar de conservadora, que implica na reavaliação intencional do pensamento como razão criadora da realidade.

A consciência e a práxis que se pretende reunir estão juntas apenas no futuro. Isto quer dizer que neste momento elas se encontram juntas apenas no pensamento — ou naquelas raras experiências de livre integridade que todos os revolucionários descrevem como típicas de uma ação histórica bem sucedida, e que a sociedade, fechando-se sobre si mesma à guisa de um mar poluído, imediatamente engole e apaga. Realizar este pensamento e tornar permanentes aquelas experiências por meio de projetos sociais, significa construir um futuro completamente diferente do passado e do presente que nos oprimem. Mas então não há mais escolha: *é preciso* construí-lo; e é este o sentido da revolução.

Milão, abril de 1967.

TRABALHANDO SOBRE A HOMOLOGIA DA PRODUÇÃO *

1. *Premissa*

A certa altura do ensaio “Técnica e literatura”, que saiu no fascículo de dezembro de *Lingua e Stile* (I, 3.º, 1966, pp. 323-338), Guido Guglielmi, creio que por causa de um daqueles descuidos de estilo em que todos acabam caindo, dá a impressão de atribuir-me algumas proposições que eu nunca sustentei (nem indireta ou subliminarmente). Trata-se de proposições que Guglielmi rejeita, e eu com ele. Valendo-me de suas próprias palavras (basta tirar *não* diante de *pode* ou abolir cláusulas, equivalentes a *é um erro que*), podemos formulá-las do seguinte modo:

(i) Goldmann tinha proposto uma homologia rigorosa entre a mercadoria marxiana e o gênero do romance (p. 323); pode-se *repro-*por a hipótese de uma língua-mercadoria (325).

(ii) A mercadoria pode ser invocada para prestar conta da língua (326).

(iii) Um sistema de equivalências, o mercado, pode ser levado a corresponder a um sistema de diferenças, a língua (*ib.*).

(iv) A dimensão pragmática da língua, na relação com a sociedade, resolve-se nas relações formais da mesma, ou seja, nas proprie-

* /Saído em *Nuovi Argomenti*, N.S., 6.º, abril-junho 1967, pp. 70-83/

dades combinatórias dos signos, é esta a vantagem do método genético (*ib.*).

Além do fato de nunca terem sido por mim sustentadas, estas quatro proposições têm a característica mais geral e importante, por ser inerente à sua própria estrutura e à sua função cultural, de não se prestarem absolutamente a ser sustentadas. Trata-se, na verdade, de proposições que não resistem a um exame ainda que superficial e exibem até mesmo contradições internas ou falácias categoriais. Está muito certo, então, Guglielmi, rejeitando-as.

Ocorre, por outro lado, que aquelas quatro proposições apresentam certo ar familiar (do tipo de uma caricatura do original) em relação a outras proposições diferentes, que eu pessoalmente considero sérias e importantes. A maneira mais simples de se explicar este ar familiar está, quem sabe, em dizer-se que aqui, de qualquer modo, se trata de relações reais ou supostas, entre a produção comumente dita “material”, aquela cujos produtos são objetos como pregos, cadeiras, carros e a produção lingüística, cujos produtos são objetos como palavras, enunciados e discursos (esta exposição simplifica aqui uma classificação mais complexa, na qual, entre outras coisas, deve ser considerada a distinção entre produção sígnica verbal e não verbal). Em ambos os casos, trata-se de *artefatos*, isto é, de “produtos do trabalho humano”, uma vez que qualquer traço dele, por menor que seja, funciona já como signo da intervenção do homem. Entra em jogo agora aquilo que achei lícito chamar de “a homologia da produção”, conforme a fórmula elíptica que coloquei como título deste capítulo. Trata-se da homologia entre as ordens principais da produção, no caso em questão, entre a produção material e a produção lingüística. Ora, como há anos estou trabalhando com essa homologia, agradeço a Guglielmi por ter salientado a inconsistência de proposições que a representam tão mal, ou melhor, não a representam de forma alguma. A esta altura, parece-me oportuno associar-me à obra dele. Desenvolvendo mais um pouco suas próprias críticas, ou críticas semelhantes às suas, cheguei, é verdade, a repetir idéias que já tive ocasião de expor mais demoradamente em outros lugares¹ — e pro-

1. No ensaio citado por Guglielmi “A linguagem como trabalho e como mercado”, *Nuova Corrente*, 1965, e também em dois outros ensaios que saíram antes do verão de 1966, “Sobre a linguagem verbal e não-verbal” *ib.*, 1966; e “Para um uso marxiano de Wittgenstein”, *Nuovi Argomenti*, 1966 (Trata-se dos primeiros três capítulos deste volume).

curarei fazê-lo o mais brevemente possível — mas quem sabe consiga igualmente melhorar a formulação de uma outra idéia ou de um ou outro aspecto da estrutura que as sustenta.

Nas secções que seguem terei ocasião de examinar na ordem, as quatro proposições, concluindo com uma curta digressão sobre o método genético.

2. *Mercadoria, língua e romance*

A primeira proposição institui uma relação entre a homologia “mercadoria-gênero romanesco” e a homologia “mercadoria-língua”.

Ela contém, no meu entender, três erros: aquela relação não existe e igualmente não existem aquelas duas homologias. A proposição afirma então nada entre dois nadas. Da não existência de uma homologia entre mercadoria e língua terei ocasião de ocupar-me na próxima secção deste capítulo. Vejamos agora os outros dois pontos.

A falta de uma relação entre as duas homologias (admitindo que se possa falar de algo assim, só para argumentar) se torna clara quando se considera a diversidade dos níveis comparados. Sem a língua não haveria enunciados nem discursos, sem estes não haveria comunicação lingüística, sem comunicação não haveria atividade literária e, portanto, não haveria romances e, sem romances, não haveria o gênero romanesco. Esta noção pertence à teoria da literatura e da sociedade, isto é, a duas atividades do mais alto nível. Se Goldmann tivesse instituído uma homologia entre mercadoria e gênero romanesco, está claro que ela teria se referido à circulação dos romances enquanto produtos de grande complexidade. Mas nem sequer neste caso a hipótese de uma língua-mercadoria teria com ela alguma relação. Quem resolvesse propô-la não estaria se limitando a retomar um tema de Goldmann, uma vez que teria transportado a homologia do nível mais alto ao nível de partida, que é aquele dos instrumentos primários com os quais se constroem todos os outros níveis. Ocorre, porém, que a homologia entre a “mercadoria marxiana” e o “gênero romanesco” não tem sentido, e Goldmann nunca pensou em propô-la naqueles termos. A homologia não tem sentido porque a mercadoria é a célula do mercado e como tal pertence a outra ordem que o gênero romanesco. Seria menosprezar a inteligência de Goldmann supor que ele tenha proposto uma homologia entre objetos tão disparatados. O

que, na realidade, fez Goldmann foi estudar o modo em que a vida cotidiana, da sociedade individualista nascida da produção para o mercado, é transportada sobre o plano literário. Quando se encontram relações significativas, ou melhor ainda, verdadeiras homologias (como justamente sustenta Goldmann), entre as *estruturas da vida econômica* e certas manifestações literárias como o romance de personagens, essas relações podem servir para revelar o caráter social da obra, para localizar seu autor coletivo num grupo social, do qual o escritor individual não passa de porta-voz, e para mostrar como são justamente as estruturas daquele grupo social (e não as da psique individual do escritor) que se refletem nas estruturas da obra. Esta me parece uma direção de trabalho inteligível, séria e importante. É claro que uma sociologia da literatura que propõe esse tipo de abordagem pode chegar a resultados abertos à discussão; algumas das reações negativas, porém, que ela suscitou na Itália, são devidas exclusivamente à persistência de resíduos neo-idealistas.

3. Mercadoria, linguagem, mercado e capital

É absurdo invocar a mercadoria para explicar a língua. A mercadoria, com efeito, é um objeto isolado *que pertence* a um sistema; enquanto que a língua, entre outras coisas é ela mesma um sistema. Contrapor língua e mercadoria significa não revelar o caráter coletivo do termo “língua” e cometer um erro categorial. Mas quem se obstinasse em colocar a mercadoria no mesmo plano da língua poderia, quem sabe, sustentar que também o termo “mercadoria” pode ser usado coletivamente para expressar a “totalidade das mercadorias”. Só que de tal maneira perde-se justamente o caráter sistemático da totalidade das mercadorias.

Quando muito, poder-se-ia invocar o esquema formal do mercado, ou seja, o sistema das mercadorias considerado abstratamente. No meu entender, isso também não resolveria. A língua é um sistema que é utilizado para fins determinados (expressar-se, comunicar... poetar). O mercado não é apenas um sistema a ser utilizado, é também uma situação social real, em ato, onde os homens, portadores de mercadorias, se encontram e realizam transações. Os homens não realizam transações *na* língua, mas *por meio* dela. Isso quer dizer que a relação que existe entre os homens e a língua não pode ser equi-

parada àquela que ocorre entre os homens e o mercado. Pode antes lembrar a relação que se estabelece entre os homens e a parte desta “constante” do capital, entendida como patrimônio ou riqueza lingüística acumulada e transmitida de geração em geração (como tal, existindo desde os primórdios) e com a qual, justamente, se realizam as operações de expressar-se, comunicar, poetar. Se, conforme eu acredito, a língua possuir um caráter homólogo àquele do capital ou patrimônio constante, o mercado tem, quando muito, um caráter homólogo àquele da comunidade lingüística como sistema em funcionamento, vista em seus produtos típicos, isto é, nas *mensagens* que nela circulam e que, circulando, tornam-na o que ela é. São as mensagens, não as palavras, que correspondem às mercadorias. (Meu ensaio de 1965 intitulava-se “A linguagem /não “a língua”/ como trabalho e (também) como mercado”. Os ensaios, de qualquer maneira, são feitos de título e de texto. Pois bem, no texto havia uma secção sobre a língua como capital lingüístico e outra sobre a comunidade lingüística como mercado. /cf. cap. II deste livro/).

A *estrutura orgânica* do capital oferece um bom modelo para o estudo da estrutura da língua e suas relações com aquilo que a língua não é. Conforme é sabido, a primeira distinção a ser feita é aquela entre capital constante e variável. Uma língua, como capital constante, divide-se em materiais (as assim chamadas unidades da língua) e instrumentos (as regras para usar aquelas unidades e seus agregados, regras essas que também fazem parte da língua e que são aprendidas comunitariamente por todos os novos falantes, justamente com os materiais). Além disso, existe o aspecto do dinheiro, estranho quando aplicado à língua e de difícil elaboração, mas que é justamente aquele que mais insistentemente tem atraído a atenção dos estudiosos desde os tempos clássicos. O motivo disso quem sabe possa ser entendido nos seguintes termos. A língua apresenta de modo macroscópico seu caráter de meio de troca universal: falando, eu posso dirigir-me a quem quer que seja e dizer qualquer coisa, um pouco como, tendo dinheiro, eu posso entrar em qualquer loja e comprar qualquer mercadoria. Deve ter sido muito mais difícil para as características da língua como material e instrumento superar a barreira da pseudo-naturalidade com a qual fazemos delas uso hoje. É claro que nisso tudo deverá ter desempenhado um papel importante também a primitiva concepção do dinheiro como riqueza real, ou, mais ainda, como *fonte* da riqueza.

Quando se fala em capital constante não se está querendo afirmar uma fixidez ontológica, mas apenas opô-lo a um capital *variável*. No caso da linguagem este é constituído pelos falantes, isto é, pela força de trabalho dispendida pelos trabalhadores lingüísticos. Constância e variação, ambas relativas, podem ser entendidas facilmente quando se considera a permanência da língua através das gerações que se sucedem. Se retirarmos o capital variável, o que sobra são apenas materiais, instrumentos e dinheiro, que sem trabalho são coisa morta. É justamente à noção de língua morta que *se chega*, deste modo (uma língua deve ter sido viva antes de tornar-se morta).

A comunicação, isto é, a produção, a circulação e o acúmulo de mensagens no âmbito da comunidade lingüística ocorrem com o capital lingüístico *total*. Nota-se o que pode ocorrer quando, conforme costuma acontecer, se diz que a comunicação dá-se com a *língua*, isto é, somente com o capital constante (ou, pior, apenas com uma parte dele: apenas com os materiais, ou com os instrumentos ou apenas com o “dinheiro lingüístico”, çasos esses em que sempre temos uma considerável distorção redutiva). Encontramo-nos a descrever separadamente a língua e os falantes, mas não podemos evitar de associar os segundos a nós que estamos descrevendo. Isto significa que dizemos: “aquilo é língua; agora vamos usá-la e falar”; e esquecemos, no próprio ato em que estamos usando as formas verbais na primeira pessoa do plural, que, sem falantes, a língua é coisa morta. Em outras palavras, encontramos-nos valendo-nos do “nós” que usamos meta-lingüisticamente, também no nível da língua objeto, ao qual o tínhamos, entretanto, subtraído indevidamente.

É claro que ninguém proíbe de se considerar a língua separadamente, isto é, “por conta própria” (conforme se costuma dizer); assim como ninguém proíbe de se estudar qualquer produção *em abstrato*, como uma suposta ação recíproca de materiais, instrumentos e dinheiro, prescindindo-se dos homens. Essas ficções separatistas são absolutamente indispensáveis em muitos casos, quando se tem em vista certas finalidades. Mas quem for pensar que, nesses casos, ele estaria excluindo o trabalho, sem o qual os objetos estudados permanecem coisas mortas, está esquecendo que ele mesmo é quem está entrando com o trabalho, com sua atividade de estudioso. O importante, então, é não se esquecer disso.

4. *Sistemas de equivalências e de diferenças*

A terceira proposição, contradizendo em parte a segunda, propõe exatamente aquela correspondência entre a língua e mercado, que a mim parece errada enquanto colocada no lugar da correspondência entre língua e capital constante. A proposição, apresenta, porém um outro aspecto que merece um exame a parte. Trata-se da definição do mercado como sistema de equivalências e da língua como sistema de diferenças. Aquilo que pode surpreender não (ou não ainda) o dialético, mas sim o estudioso de Locke e de Aristóteles é que nessa definição se fale, de um lado, apenas em equivalências e, do outro, apenas em diferenças. Na verdade, falar das equivalências, no plural, sem ao mesmo tempo falar das diferenças, e vice-versa, é *simplesmente ilegítimo*. Para que existam equivalências, é necessário que ao lado das duas ou mais coisas *entre* as quais são progressivamente estabelecidas equivalências, existam outras coisas *entre* as quais não pode ser estabelecida nenhuma equivalência, por se tratar de coisas *não* equivalentes. E para que existam diferenças, por sua vez, é necessário que ao lado das duas ou mais coisas *entre* as quais são estabelecidas progressivamente diferenças, existam outras coisas *entre* as quais não possa ser estabelecida diferença nenhuma, por se tratar de coisas irrelevantes quando medidas no metro daquela diferença. Ora, não ser equivalente significa ser diferente (a equivalência é uma forma da semelhança, como tal oposta à diferença). Concluindo, é preciso falar de equivalências e de diferenças *em ambos os casos*. E é preciso fazê-lo justamente porque se fala de equivalências e de diferenças no *plural*, ou antes, até mesmo de seus sistemas.

Mas há mais do que isso. É apenas considerando a língua sem o seu poder de referência para com o mundo, apenas enquanto mera máquina formal que se pode estar tentando falar nela apenas como de um sistema de diferenças. A língua como instrumento de comunicação (uso essa fórmula simplista, mas já foi visto que seria melhor dizer: como conjunto de materiais, instrumentos e “dinheiro”, isto é, como capital ou patrimônio constante, ao qual se acrescenta necessariamente um capital variável constituído pelos falantes), não pode não fundamentar-se igualmente em sistemas de equivalências, a começar por aquele das equivalências entre significantes e significados. Quando eu digo ‘séria’ entendo “séria” e não “postiça” e quando ligo esses adjetivos à “cultura” eu não os estou ligando à ‘barba’-

ou-seja-a-“barba”. Entendo o que eu digo; e aquilo que eu entendo não é contudo, numericamente, aquilo que eu digo. É tão óbvio que se trata de equivalências apenas convencionais que justificam a suspeita de que aqueles que se apressam em declarar a cada passo o fazem para reprimir ou esconder o desejo que, no final das contas, ao menos algumas daquelas equivalências se mostrem não mais convencionais mas até mesmo necessárias (não históricas e sociais, mas naturais; ou então constituindo o histórico-social e, portanto, também o natural, de acordo com a terminologia dos metafísicos, a quem, devido a isso, cabe o epíteto de “papagaios onomatopaicos do ser”). Uma vez, porém, que foi admitida a convencionalidade das equivalências, é preciso cuidar de considerá-la irrelevante para a vida humana. Trata-se, de fato, de uma convencionalidade histórico-social, inclusive justamente no sentido de supra-individual: um pouco como convencionalidade da linha de montagem da *General Motors*.

O mesmo princípio vale para o mercado: é apenas concentrando-nos nos valores de troca que se é tentado a falar deles como de um sistema de equivalências. Mas para que a situação de troca se realize, é necessário que entrem em jogo mercadorias portadoras de valores de uso, em primeiro lugar. Sem valores de uso não haveria valores de troca. Temos, então, logo um sistema de diferenças: aquelas entre os valores de uso isolados e os respectivos valores de troca. Além disso, os valores de uso fundam-se, eles mesmos, sobre diferenças: remetem a necessidades e a maneiras de satisfazê-las, são o resultado de elaborações e carregam propriedades eminentemente diferentes. Quando os valores de uso chegam a constituir um sistema, trata-se de um sistema de diferenças; mas, por isso mesmo, é também um sistema de equivalências e o outro aspecto desse sistema, aquele dos valores de troca, é um sistema de equivalências, e por isso mesmo, também de diferenças. Um mercado começa a realizar-se justamente no jogo dialético de todos esses fatores.

Se, então, considerarmos a língua e o mercado em sua inteireza, sem ignorar *a priori* esta ou aquela dimensão, veremos realizar-se o esquema, dado mais acima em forma apenas abstrata, segundo o qual tanto a língua quanto o mercado são sistemas de equivalências e ao mesmo tempo de diferenças.

Entretanto, uma vez denunciada a superficialidade de uma concepção do mercado como mero sistema de equivalências e da língua como mero sistema de diferenças, e após, além disso, ter indicado

que não se pode falar, nem sequer em geral, de diferenças no plural sem que, ao mesmo tempo, se fale de equivalências, e vice-versa, permanece o fato que se pode fazer corresponder o mercado à língua, já agora por razões mais pregnantes e de outra monta. Esta secção serviu apenas para mostrar o absurdo da constituição interna de uma das quatro proposições.

5. *Língua e Sociedade*

A quarta e última proposição é a mais complexa tanto por aquilo que diz quanto por aquilo que não diz, e, além disso, pelas relações internas entre suas partes. Nossa análise procederá portanto por etapas sucessivas.

Começemos pelos erros encerrados na idéia de que “a relação da língua com a sociedade se resolve nas relações formais da mesma”. Começaria distinguindo logo dois erros. Em primeiro lugar, estabelecer aquela relação significa já ter feito a distinção entre língua e sociedade; comumente, ao contrário, quando falamos de língua estamos também falando de sociedade e vice-versa. A idéia de uma sociedade sem língua é uma idéia impensável; do mesmo modo, a língua é possível só na medida em que haja (ou tenha havido) uma sociedade. Falar de algo que pode ser descrito como língua — sem sociedade é, no máximo, falar de uma língua *morta*. É como dizer: falemos das patas do cavalo separadas do resto. Para chegar a se colocar o problema das *relações* entre língua e sociedade como algo que se *acrescenta* à língua e à sociedade, é preciso já ter isolado a língua como algo isento daquelas mesmas relações; diga-se o mesmo para a sociedade. Então, tornar a colocar aquele problema não é apenas contraditório, mas também, e sobretudo, estéril. Estando assim as coisas, é claro que nenhuma relação pode ser estabelecida. Seria como dizer: estudemos as relações que se dão entre essas quatro patas, recém-cortadas a esse cavalo e o próprio cavalo.

É, ao contrário, legítimo dizer: estudemos as relações entre a língua e *o resto* da vida social (ou seja, entre-as-patas-e-o-resto: do cavalo). Com esta colocação, que é radicalmente diferente daquela que se pode entrever na proposição em questão, aquelas relações redundam em *ações recíprocas*, no âmbito de uma totalidade (com isso não se pretende excluir que esta ou aquela ação seja *prevalente*-

mente unidirecional, dadas as diferenças de idiosincrasia e de ritmo das várias concreções sociais). Posta a questão nesses termos, podem encontrar-se relações de interesse excepcional, como as indicadas por George Thomson em seus *Studies in Ancient Greek Society*, entre a estrutura da ação elementar de trabalho e a estrutura do enunciado, ou entre formação de uma economia monetária e formação do Uno de Parmênides e em seguida, da noção de substância. Tudo isso, porém, nada tem a ver com o que diz a proposição que está sendo examinada. Thomson, de fato, estuda as relações entre: a) um fato de língua, entendendo a língua como setor do social e b) um fato pertencente a outro setor. Ao contrário, a proposição que está sendo examinada fala da relação entre c) a relação da língua com a sociedade e d) as relações internas à língua, considerada como separada da sociedade.

O segundo erro é propriamente uma unilateralidade. A proposição, eventualmente, poderia ser vista *também* invertida. Os que sustentam a assim chamada *relatividade lingüística* (Sapir, Whorf e Lee, na América; Weisgerber e Schmidt-Rohr, Trier e Leisi na Europa de fala alemã, os primeiros ignorando Humboldt e os segundos baseando-se expressamente nele e uns ignorando aos outros) sustentaram efetivamente, entre outras coisas, justamente isto: que as relações formais da língua influenciam o restante da vida social e o modo de pensar dos falantes daquela língua. Caíram eles também em formas de separatismo de especialização, ou seja de “glotocentrismo”, quando acreditam que estavam fazendo c) depender de d). Descobriram, ao contrário, relações reais e interessantes quando estudaram as influências de a) sobre b); e o trabalho deles não pode ser reconduzido a uma concepção mais geral das ações recíprocas entre a) e b), cujos primeiros indícios se tornaram visíveis muito recentemente.

Procedendo, a proposição parece equiparar “a dimensão pragmática da língua” com “sua relação com a sociedade”. Acabou-se de ver quão pouco válido seja cortar as patas do cavalo e *em seguida* estabelecer relações entre as patas e o resto do cavalo. Mesmo porém, deixando de lado o cavalo, eu nunca equipararia a dimensão pragmática com a relação com a sociedade. Quem sabe se esteja lidando aqui com uma noção errada da dimensão pragmática de um signo (lingüístico ou não lingüístico) e, além disso, com os objetos não-lingüísticos ou também lingüísticos que ele designa ou denota (dimensão semântica). Se aquela relação é social, também as outras

passam a sê-lo, *ipso jure*. A compreensão plena da estrutura das dimensões deve levar a diferenciar entre o seu caráter sempre social e a relação particular que cada uma delas é levada a indicar. Parece-me claro que atribuir um caráter social apenas à dimensão pragmática sobre o caminho para uma concepção da língua apenas sintática, isto é, como mero esquema formal, e permite a utilização posterior da dimensão semântica para ligar, de modo naturalístico, aquele esquema formal a um mundo pré-constituído, anterior à própria língua. Ao erro que acabamos de denunciar, acrescenta-se, desse modo, outro, perfeitamente simétrico, que completa a operação: o erro de tomar apenas a dimensão semântica como portadora de significados. Para evitá-lo, será necessário, aqui também, distinguir entre o caráter sempre significante das três dimensões e a relação particular indicada por cada uma delas.

6. Sobre o método genético

A infeliz proposição que estamos examinando contém também uma referência ao método genético: a “resolução” da dimensão “pragmática ou social” da língua em suas relações formais seria uma instância do referido método.

Provavelmente o que está por baixo é o seguinte: uma vez que foram reificadas tanto a posição da língua dentro da sociedade, ou até mesmo fora dela, quanto a relação da língua como restante do social, o “método genético” é introduzido para suprir as diferenças e conferir novo fluído à situação. Trata-se de uma introdução postiza e completamente gratuita. Se, de fato, considerarmos a língua como um sistema apenas formal e, ao mesmo tempo, lhe atribuirmos uma espécie de “naturalidade” que lhe adviria do fato de ser resultado das abstrações realizadas sobre ela por quem a estuda segundo programas determinados, nós a tornamos, *tout court* algo de supra-histórico (o que eu adianto aqui é um *definiens* de “supra-histórico”: é supra-histórico tudo aquilo ao qual se atribui uma pseudo-naturalidade formalizada). Então, enquanto, por um lado, não nos resta senão procurar saber de que maneira o Pai Nosso tenha feito descer, graciosamente, até os homens o embrulho supra-histórico da língua (através de um furo praticado na casca do processo histórico?), por outro lado devemos reconhecer a labuta dos trabalhadores lingüísticos

dentro dos processos. A primeira tarefa, obviamente, cabe à perene teologia, a segunda, conforme vimos, caberia ao método genético. Entender nesses termos o método genético é indício indireto mas seguro de mentalidade teologal.

Confesso que eu não teria o que fazer de um método genético desta espécie. Se a algum método genético se deve recorrer, evidentemente ele terá que estudar a *gênese* de certas coisas. No caso em questão, terá que ocupar-se com a gênese das diferentes línguas, da linguagem em geral e em suas várias fases e com seus inúmeros aspectos constitutivos, considerando-os a todos como *produtos humanos*. Na medida em que isto é possível, um método genético parece-me indispensável. Quem o recusar estará recusando-se a considerar certas coisas como produtos humanos e sobre este assunto haveria muito a dizer. Mas é claro que o método genético não pode ser exercido às custas de outros métodos, que, por exemplo, estudem as relações em que os vários produtos humanos vieram a encontrar-se ('vieram', note-se; não "vêm"). Estamos todos de acordo que o estudo da gênese de qualquer objeto não deve ser confundido com o estudo de sua estrutura, tal como ela se apresenta, imobilizando aquele objeto sob o foco da atenção. Repito que esta operação de "imobilização" é absolutamente indispensável em numerosos casos em que se visam determinados fins. Acrescento que ela é favorecida pela relação entre o ritmo de desenvolvimento de alguns fenômenos e aquele muito mais rápido do homem observador. Tudo isso já foi afirmado por alguém, no começo da década de 50, que se esforçava por introduzir na cultura filosófica italiana não apenas um interesse para com a linguagem, mas inclusive justamente a noção de uma análise estrutural das idéias como relativamente independente do estudo de sua gênese e de seus condicionamentos históricos-sociais. Quem fazia isso atraía para si, na época, os raios dos representantes daquela mentalidade chã, surda e ao mesmo tempo onívora, que foi chamada mais tarde de "crocio-gramscismo", cujo aspecto central consistia talvez em recusar-se a pensar em termos de problemas, com o argumento de que cada problema tinha sua história (ora, essa!). Na polêmica contra os abusos do método genético, tal como ele era praticado então pelos crocio-gramscianos, era possível que alguns se excedessem e fizessem jus à acusação de formalistas, analistas, estruturalistas.

Agora que aquele clima cultural já desaparecera da consciência dos melhores e sobretudo dos jovens, uma vez derrubadas as barreiras

conservadoras que ele havia levantado, atrasando o ingresso na Itália das novas ciências do homem e, em suma, uma vez eclipsada a inteira operação que consistia em servir-se de Gramsci para manter vivo Croce, a polêmica contra o método genético parece estar finalmente superada. Pode-se temer, ao contrário, que o fato de se insistir nela demasiado possa dar lugar a novas formas de conservadorismo cultural. O que deve ser elaborado hoje é um método ou um conjunto de métodos que sejam, ao mesmo tempo, analíticos e contextuais, estruturais e genéticos e, enfim, *lógicos e históricos*.

Qualquer que seja a reação do leitor, principalmente se ele for lingüista, diante desses apontamentos para uma teoria marxiana da linguagem, espero que fará com que ele admita que estamos bem longe de quanto seria possível entrever, se nos limitássemos tão somente às quatro proposições examinadas.

Elas são proposições — repito como conclusão — que por sua superficialidade e caráter aproximativo beiram o não-significante. Desprovidas como elas estão de significados precisos, qualquer análise é capaz de explodi-las. Constata-se, então, que dentro delas não havia quase nada susceptível de uma recusa, ou mesmo aceitação, *de certa forma fundamentadas*. Mais do que de confutá-las (tratamento esse reservado para as proposições providas de significados precisos), tratava-se de recusá-las e de substituí-las. É isso que comecei a fazer. Não me resta outra coisa senão expressar meu reconhecimento a quem me ofereceu a oportunidade.

Milão, fevereiro de 1967.

VI

PARA UM ESQUEMA HOMOLÓGICO DA PRODUÇÃO

1. *Premissa*

Neste capítulo são analisados alguns aspectos centrais da noção de uma “homologia da produção”, esboçada aqui e acolá nos primeiros três capítulos e antecipada no quinto. Propõe-se o primeiro esboço de um esquema que, mediante complicações sucessivas, vá dos elementos mais simples aos mais complexos, tanto para a produção material (isto é, digamos, por enquanto, a produção de utensílios), quanto para a produção lingüística (isto é, por enquanto, a produção de enunciados). De tal modo teremos, por um lado, as modificações fundamentais, relativamente simples e sempre recorrentes, introduzidas nos diferentes materiais físicos que existem na natureza, por exemplo, o nivelamento de um terreno, o amontoamento de pedras para a construção, a modelação de um galho de árvore. Procedendo aos poucos, a partir disso, chegaremos mediante complicações sucessivas, até o nível da produção de protótipos únicos, como aquela de um monumento ou de um navio. Por outro lado, teremos os assim chamados “coeficientes acústico-articulatórios”, isto é, modificações — elas também fundamentais, relativamente simples e sempre recorrentes — introduzidas naquele particular material físico que existe na natureza e que é constituído por sons emitidos por um organismo animal humano. Procedendo aos poucos, a partir dessas modificações e de suas combinações, chegaremos até o nível de produção literária.

Deveria ser desnecessário salientar que o esquema da produção lingüística é completamente artificial; em que sentido isso ocorre e com quais limitações, será precisado na devida ocasião. Basta antecipar aqui que nele não há diferença nenhuma em relação a qualquer esquema da produção "material", ele também, naquele sentido, sempre e apenas artificial.

Se compararmos, em diferentes níveis, produção lingüística e produção material, encontraremos não apenas "relações inteligíveis" ou "significativas", mas também verdadeiras *homologias* (que não são *identidades*, mas nem tampouco meras analogias)¹. Por exemplo, as palavras e outras "unidades" lingüísticas são homólogas às partes ou às peças que constituem um utensílio. Compondo aqueles pedaços de acordo com determinadas regras e modalidades operacionais, obtém-se o *utensílio*², da mesma forma que compondo as palavras se

1. Com esta terminologia, no rastro de Lukács, ocupou-se LUCIEN GOLDMANN. (Cf. os ensaios "Introduction aux problèmes d'une sociologie du roman", de 1963 e "La méthode structuraliste génétique en histoire de la littérature", de 1964, em *Pour une sociologie du roman*, Paris: NRF Gallimard, 1964, pp. 21-57 e 337-363). Para o conceito de estrutura significativa na história da cultura, há um ensaio do próprio Goldmann sobre o assunto em *Recherches dialectiques*, Paris: NRF Gallimard, 1959, pp. 107-117.

2. Mesmo de acordo com a autoridade do *Vocabolario nomenclatore* de Premoli e do *Dizionario dei sinonimi* de Tommaseo, é preferível o termo "utensílio" ao termo "apetrecho" (*atrezzo*), porque o segundo indica aquilo que serve para *novas elaborações* e portanto exclui a idéia de um "objeto de uso", como os copos ou os calçados. Em nenhuma das línguas que tive ocasião de verificar parece existir uma terminologia rigorosa no nível do falar comum: *utensile*, *attrezzo*, *strumento*, *ordigno* (utensílio, apetrecho, instrumento, implemento) e assim por diante, em parte excluem-se e em parte se sobrepõem; o mesmo pode-se dizer de *tool*, *instrument*, *implement*, etc., em inglês, ou de *Werkzeug*, *Gerät*, etc., em alemão. *Utensílio* (ao qual faria corresponder *outil* fr., *tool* ingl., e *werkzeug* al.) parece ser, afinal, o termo mais geral. Não vale a pena levantar aqui questões de uso próprio ou impróprio. O importante é que não fiquem excluídas, de uma noção compreensiva do utensílio como produto material do trabalho humano (falar-se-á, mais adiante, mais detidamente sobre isso) seja a idéia do instrumento de trabalho, isto é, do objeto que serve expressamente para determinadas tarefas, como a lixa e a chave de fenda, seja a idéia da peça, completa em si mesma, mas destinada a ser englobada num conjunto maior, como o carburador ou o alto-falante, seja, finalmente, a idéia do mero objeto de uso (*Gebrauchsgegenstand*) como os jogos, as baterias e ou outros utensílios que nos circundam dentro e fora de nossas casas e dos quais nos "servimos" sem por isso

obtem o *enunciado* (uma frase completa ou significativa, a unidade principal do discurso). As peças e as palavras existem em função dos utensílios e dos enunciados, não vice-versa, é claro. O enunciado ocupa, na produção lingüística, a mesma posição central ocupada pelo utensílio na produção material. O fato de termos partido sempre de uma comparação entre utensílios e *palavras* (em lugar de enunciados) tem bloqueado, desde o início, muitas tentativas interessantes de comparação feitas pelos filósofos que se especializaram na análise do falar comum. As “elaborações” que levam às peças e depois aos utensílios, da mesma forma que das palavras levam aos enunciados, são, relativamente falando, sempre as mesmas. A formação do utensílio e a passagem do utensílio à máquina, sobre o que Hegel³ teve ocasião de voltar repetidas vezes e de maneira brilhante, encontram-se também no campo do lingüístico. Isso ocorre toda vez que se considera a formação de “máquinas enunciativas”,

realizar com eles verdadeiras novas elaborações. Poderia se discutir a incluir ou não nessa noção também os bens de consumo, de cujos exemplos nos servimos definitivamente, consumindo-os, como um copo de vinho ou pedaço de pão. Evidentemente, estes bens servem para a produção do próprio consumidor. A noção geral de utensílio está contida, em suma, naquela do *artefato*, correspondendo inteiramente a ela, *mas apenas num determinado nível* (de complexidade relativamente baixa).

3. Veja-se na *Jender Realphilosophie, Vorlesungen zur Philosophie der Natur und des Geistes von 1805-1806*, herausgegeben von Johannes Hoffmeister, Hamburg: Meiner, reed. 1967 da edição de 1931 (que tinha o título de *Jenenser Realphilosophie II*), todo o tratamento do espírito subjetivo, em particular, as páginas dedicadas à vontade e à sua efetivação no trabalho (especialmente as páginas 197 e seguintes e 213 e seguintes): onde, por exemplo, se lê que a um certo momento o trabalho do homem “se torna completamente mecânico ou pertence a uma determinação simples; mas quanto mais ele se torna abstrato, tanto mais ele é apenas atividade abstrata e, graças a isso, o homem tem a possibilidade de subtrair-se ao trabalho e de colocar no lugar de sua atividade, a atividade da própria natureza. Necessita apenas do movimento, e este ele o encontra na natureza exterior, ou o movimento puro é justamente a relação das formas abstratas do espaço e do tempo — a atividade exterior abstrata, /a/ máquina” (*Jenaer Realphilosophie*, S. 215). Sobre o processo mecânico Hegel teve ocasião de voltar várias vezes (veja-se, por exemplo, uma referência iluminadora também na *Philosophische Propädeutik*, Jubiläumsausgabe, aos cuidados de H. Glockner, Stuttgart: Frommann, 1961, III, S. 161. O tratamento mais importante permanece o da *Wissenschaft der Logik*, onde podem ser vistos os capítulos dedicados ao mecanismo e à teleologia na segunda secção do Livro Terceiro (Hamburg Meiner, reed. 1963 da edição de 1934, aos cuidados de Georg Lasson, II, S. 359-376 e 283-306).

que num certo sentido, semelhante ao das máquinas materiais, “funcionam por conta própria”, mesmo continuando, conforme é óbvio, a exigir, para seu uso, o dispêndio de trabalho humano por parte de, ao menos, dois trabalhadores lingüísticos (o emissor ou falante e o receptor ou ouvinte: que *parecem* reduzir-se a um só, o receptor-intérprete, nos casos em que a construção daquela máquina enunciativa é vista como “já feita”, ou seja, assumida como “trabalho passado”; mas esses casos sempre remetem à existência deste trabalho passado ou prévio e, conseqüentemente, à idéia de pelo menos um outro trabalhador).

As páginas que se seguem organizam-se em volta do esquema homólogo da produção, constituindo sua apresentação e seu comentário. Devido à minha tentativa de transmitir a idéia central da homologia do produzir de modo apropriado, sem levantar problemas falsos, já foi necessário examinar inúmeras questões tão somente laterais ou propedêuticas na aparência. Não é este, portanto, o lugar para um aprofundamento das estruturas internas do esquema segundo as técnicas desta ou daquela determinada especialização, a começar pela própria lingüística. Isso poderá ser feito em seguida. O que importa notar, por enquanto, é que ocorre freqüentemente, para quem trabalhe no âmbito de dada especialização, descuidar de um grande número de questões que lhe parecem estar fora de sua alçada, e cujo exame poderia até acarretar-lhe a desagradável sensação de estar saindo de seus próprios limites e, com isso, incorrer na reprovação de seus colegas. Mas é justamente esta a forma de perpetuação do separatismo acadêmico e cultural e contra ele não há senão pôr-se a trabalhar de modo cada vez mais interdisciplinar, sem nunca perder de vista a raiz das coisas, isto é, o homem que trabalha e que produz.

Começemos com algumas considerações que nos permitem enfrentar a construção do esquema homológico, por assim dizer, com a maior serenidade metodológica possível.

2. Ampliação da noção de artefato

Considerar a linguagem como sendo algo de separado, em lugar de estudá-la “juntamente com” todo o resto da produção humana significa já ter erigido obstáculos que impedem de captar seu funcionamento. Recusar a separação da linguagem do resto da produção

não significa, por outro lado, ter a pretensão de estudar “junto com” a linguagem, todas as outras coisas que os homens, de fato, produzem. O que se recomenda é que se tenha em mente algumas estruturas da ação humana em geral quando se quer compreender as estruturas fundamentais da ação lingüística. Falando em termos um pouco mais solene, a direção da pesquisa não é decerto aquela de um enciclopedismo panlogístico, mas sim a de uma consideração unitária do logos. A dificuldade, conforme Bruno teria dito, está toda ela em se entender “o mágico ponto da união”.

Consideremos, em primeiro lugar, um alargamento da noção de *artefato*. Um artefato no sentido mais geral, de *arte* e *factum*, é qualquer produto de um trabalho humano, isto é, algo que não existe “in natura”, que para existir requer (requereu) a intervenção do homem. A idéia do artefato está portanto ligada àquilo que, quem sabe, seja o mais profundo de todos os problemas, a relação-distinção entre “homem” e “natureza”. São termos que remetem, um ao outro, às dificuldades de sua relação. Poderíamos, com efeito dizer, no sentido inverso, que a natureza é tudo aquilo que *não* é artefato, e que portanto, o homem, na medida em que não é artefato, é natureza; entretanto, na medida que o homem é produto de seu próprio trabalho, ele não é natureza, mas sim ele próprio é o mais importante dos artefatos.

Para os fins que se propõe este capítulo, podemos facilmente reconhecer um aspecto metodológico essencial da noção de artefato no uso que dela se faz em paleontologia e arqueologia, quando se diz que um artefato é um objeto pré-histórico produzido pelo homem *enquanto distinto de um objeto semelhante que se formou naturalmente*⁴. Como se trata aqui dos primórdios da humanidade e por-

4. No *Dictionary of the Social Sciences* (ed. by Gould and W. L. Kolb, London: Tavistock Publications, 1964), lê-se entre outras coisas, no verbete *artifact*, redigido por Bert Gerow, que “o termo *artefato* é usado no campo da antropologia cultural particularmente em arqueologia, para denotar uma forma individual da cultura material, ou um produto da capacidade humana de trabalho */workmanship/*, em contraste com os objetos produzidos incidentalmente pelas forças naturais (p. 37). Gerow procede observando como, na prática, não seja sempre fácil distinguir entre formas realizadas intencionalmente pelo homem e formas naturais; e conclui com a afirmação, de interesse particular no presente contexto, que “mesmo que, historicamente a maior parte dos artefatos seja produzida por indivíduos isolados, e esses

tanto de objetos extremamente simples, aquela que conta é uma diferença *de* algo parecido. Assim, por exemplo, é suficiente que um seixo carregue um traço humano qualquer, isto é, que o trabalho do homem tenha sido modificado para um fim qualquer, para que se trate de um artefato; e isto, mesmo que existam na natureza muitos seixos quase idênticos ou até mesmo indistinguíveis.

A esta altura podem ser colocados muitos problemas sutis de interpretação — às vezes até por demais sutis. Por exemplo, pode-se sustentar que a cláusula “para um fim qualquer”, enquanto dá conta, sem dúvida, de grande parte daquilo que pode ser entendido por “trabalho”, não é estritamente necessária. Pode-se admitir que o homem trabalhe — no sentido que nos interessa modificar de qualquer modo, um objeto — mesmo sem ter em mente uma finalidade precisa. Entretanto, para distinguir o trabalho da mera atividade, será preciso que no processo de contato com o objeto ocorra ao menos uma dialética entre um “antes” e um “depois”, onde o antes não apresente as modificações típicas do depois. Mesmo no caso de dois objetos que se apresentam idênticos em todas as suas propriedades observáveis — assim mesmo isso ocorre raramente e é dificilmente imaginável, num nível não rudimentar —, pode-se igualmente distinguir um dos dois objetos como artefato se resultar que, diferentemente do outro, este *passou por* uma modificação, graças à intervenção do homem

sejam, portanto, relativamente pequenos, não parece haver nenhuma base objetiva para excluir formas maiores, produzidas por grupos, como castelos, aviões, etc.” Para ulteriores informações vejam-se IRVING ROUSE: “The Strategy of Culture History”, in *Anthropology Today*, An Encyclopedic Inventory, aos cuidados de A. L. Kroeber, The University of Chicago Press, 1953, reed. 1965, pp. 57-76; ou qualquer tratado razoável de antropologia, por ex. DAVID BIDNEY: *Theoretical Anthropology*, New York and London: Columbia University Press, 1953, reed. 1964; entre as monografias mais especializadas, KENNETH P. OAKLEY: *Man the Tool-Maker*, The University of Chicago Press, Phoenix Books, 1959, reed. 1964. Comparar, substancialmente, os principais dicionários gerais, por ex. o *Oxford English Dictionary* e o *Grande Dizionario della Lingua Italiana* (que dá inclusive o verbo *artefare*); ausente dos dicionários filosóficos de Lalande e de Abbagnano, como igualmente da *Enciclopedia filosofica* do Centro de Estudos de Gallarate (ed. Sansoni) e da *Encyclopedia of Philosophy* (ed. Macmillan & Free Press, o verbete *artefato* aparece bastante bem apresentado no *Dictionnaire de la langue philosophique* de Foulquié e Saint-Jean e no *Wörterbuch der philosophischen Begriffe* de Hoffmeister.

(o caso de dois ou mais exemplares idênticos do mesmo modelo não está em questão aqui, uma vez que se trata de dois objetos dos quais não se sabe sequer se um teve algum modelo ou se o outro não teve nenhum). Como poderemos então distinguir entre os artefatos e os “produtos” apenas naturais da presença humana, como suas pegadas na areia ou suas fezes? Por acaso não são esses também signos do homem, pelo fato de resultarem de modificações por ele introduzidas, num caso andando, e no outro digerindo, em materiais precedentes à sua intervenção? A resposta pode partir da constatação que o uso de “produto” para as pegadas e as fezes não é um uso próprio. É aqui que é preciso distinguir entre o trabalho que nos dá produtos, em sentido próprio, e a mera atividade, que, quando muito, apenas deixa traços. A modificação introduzida pelo trabalho é geralmente desejada, planejada, tencional (mesmo que se possa desejar, planejar e ter intenções de modo inconsciente, por imitação passiva de modelos recebidos); como mínimo, ela pertence a um processo que pode ser rearticulado em partes ou passos constitutivos e compreendido, conforme ficou dito, entre um antes e um depois, onde se situa a diferença introduzida. Um ponto essencial é que o trabalhador deve *ter aprendido como* provocar aquela diferença, mesmo que, em seguida, ele a provoque sem querer. O trabalho distingue-se da mera atividade porque resulta em produtos e isto quer dizer que o trabalho se situa necessariamente numa dimensão social que ele mesmo, em sua origem constitui. O trabalho é atividade humana social. A atividade fisiológica, ou de qualquer maneira, a atividade não fundamentada num aprendizado, não o é.

Entretanto, esses problemas e essas dificuldades, apesar de essenciais em outros discursos, não nos interessam diretamente. O que importa salientar aqui é que aquilo que foi dito se presta também para aquele tipo particular de material natural que é constituído por sons emitidos por organismos humanos. É suficiente que um som carregue a marca de um homem para que se passe a considerá-lo, de qualquer maneira, como produto e não como simplesmente emitido e seja possível, portanto, reconhecer nele o caráter do artefato. Naturalmente, nós não temos traços dos sons produzidos antes do advento da vitrola e não podemos sequer imaginar abstratamente seu sistema antes do advento da escrita. Esta circunstância retardou, com certeza, a consideração dos sons lingüísticos como artefatos, quem sabe, para que sua caracterização se apresentasse em toda sua evi-

dência, fosse necessária a formação das técnicas da gravação e da interpretação de línguas desconhecidas, apenas faladas⁵. Mas o ponto não é este. O fato de que os artefatos de cerâmica duram milênios enquanto que os de madeira se dissolvem, não impede certamente de considerar artefatos também os segundos, assim como não duvidamos que o homem pré-histórico possuía um cérebro, mesmo que não tenha sido encontrado seu invólucro ósseo. O material sonoro existe na natureza, digamos, como o geológico; ambos podem ser trabalhados, com procedimentos cada vez mais complexos, nos quais entram como materiais numerosos produtos de elaborações precedentes, até alcançar as alturas, respectivamente, de um poema e de um templo. Todo o material sonoro que constitui a linguagem é fruto de trabalho humano: ele não existe na natureza *daquele modo*, com aquelas modificações que o tornam apto à finalidade para a qual ele é forjado. O fato aparece ainda mais claramente com a escrita, que permite ver uma língua na forma de objetos especialmente disponíveis, que podem ser compostos e decompostos como outros objetos "materiais".

Não levantamos, por enquanto, a questão do *significado* desse ou daquele fragmento do material sonoro que constitui uma língua; assim como não fizemos questão do significado desse ou daquele fragmento do material, digamos, geológico, que constitui as casas, as cerâmicas, e assim por diante. Interessa-nos a diferença entre um seixo ou um som naturais, e um seixo ou um som aos quais caiba, *überhaupt*, o título de artefatos. A diferença está no fato de que os segundos são produtos do trabalho humano: é justamente este seu

5. Para se ter uma idéia das dificuldades dessas gravações, pode-se ver os trabalhos de KENNETH L. PIKE como *Phonemics: A Technique for Reducing Languages to Writing*, Ann Arbor, Michigan: The University of Michigan Press, 1947; LEONARD BLOOMFIELD: *Outline Guide for the Practical Study of Foreign Languages*, Baltimore: Linguistic Society of America, 1942; BERNARD BLOCH e GEORGE L. TRAGER. *Outline of Linguistic Analysis*, *ib*, 1942; EUGENE A. NIDA: *Morphology: The Descriptive Analysis of Words*, Ann Arbor: The University of Michigan Press, nova ed. 1949 /a esses podem ser acrescentados agora o pequeno manual de SARAH C. GUDSCHINSKY: *How to Learn an Unwritten Language*, New York: Holt, Rinehart and Winston, 1967, com referências bibliográficas essenciais e, principalmente, o texto de WILLIAM J. SAMARIN: *Field Linguistics. A Guide to Linguistic Field Work*, New York, Rinehart and Winston, 1967, com ótima bibliografia, que se ocupa expressamente da colheita de dados lingüísticos/.

significado mais geral, está justamente aqui sua disponibilidade em assumir significados cada vez mais precisos.

A primeira parte da tese deste ensaio é portanto aquela, bastante semelhante à de Vico, de que a noção de artefato se aplica, tal e qual, à linguagem. As palavras, os enunciados, os discursos e assim por diante são igualmente produtos humanos, artefatos: eles não existem na natureza sem intervenção humana; e sua presença denuncia imediatamente e sem possibilidade de equívocos, a presença do homem.

3. Artefatos “materiais” e artefatos lingüísticos

Os dois tipos de artefatos podem ser chamados “materiais” e “lingüísticos”. A extensão da noção de artefato que estamos considerando vai, justamente, do material, onde já está difundida, ao lingüístico, onde constitui uma novidade⁶

A oposição entre material e lingüístico, é preciso admiti-lo, é incompleta, simplista e, a rigor, inexata. Ela resume, de maneira assimétrica, uma classificação bastante complexa, na qual deveriam emergir e encontrar seu lugar considerações como as que se seguem. Antes de mais nada, há outras e mais complexas ordens de “artefatos”, que não são consideradas aqui: refiro-me sobretudo às instituições sociais e jurídicas, cuja inclusão na noção de artefato implicaria numa ulterior extensão desta e que, de qualquer maneira, não é necessária. No âmbito de quanto é indicado sumariamente aqui como “lingüístico”, deveria encontrar lugar uma distinção entre artefatos sígnicos não-verbais e artefatos lingüísticos em sentido estrito, “língua”, isto é, verbais no sentido em que pertencem a uma dada língua; e, além disso, entre artefatos apenas línguo-verbais, e *também* escritos ou *apenas* escritos. Além disso está claro que “material” é um termo de conveniência, um atalho lógico. A rigor, todos

6. Entretanto, tive ocasião de encontrar uma referência explícita ao caráter de artefato do material lingüístico numa velha e perdida anotação de MORRIS BENTRAM: “Concerning Communication and the Community”. The Philosophical Review, LIII, 4.º (316.º), July, 1944, pp. 591-599, onde, à p. 292, se lê “The sounds, marks, gestures, are symbols or human artifacts”. Mas o discurso de Bentram se desenvolve numa outra direção.

os artefatos são necessariamente materiais, se com isso quisermos dizer que não pertencem a nenhum outro domínio que não o da matéria (não existe uma *res cogitans* ontologicamente diferente da única *res extensa*; mas, ao contrário, é a mesma oposição entre as duas, que não agüenta; e é já quando se fala privilegiando a *res extensa* que se comete o engano). Ao mesmo tempo, existe um conjunto de sentidos que justifica o fato de dizer-se que *nenhum* artefato é apenas material, porque uma descrição e uma explicação de qualquer artefato não pode limitar-se à sua estrutura fisicamente descritível. Para que seja realçada justamente aquela característica que faz do artefato um artefato, é necessário explicar que ele foi produzido para servir para algo (e, mesmo que seja, nos casos-limite, para a simples manifestação de si próprio), que pode ser empregado em determinadas maneiras e assim por diante: em suma, que se trata de um resultado de trabalho e, portanto, conforme vimos, de algo não apenas material, mas já também social. Digamos então, resumindo, que tanto os artefatos lingüísticos quanto os chamados “materiais” são completamente materiais e, além disso, constitutivamente sociais. Se, tendo em conta essas advertências, diferenciamos os artefatos (simplesmente) lingüísticos e os artefatos (simplesmente) materiais, é porque “materiais” é um termo que remete de maneira intuitiva e unitária aos bens comumente descritos como “materiais”, dos quais *mais comumente* se fala como de produtos ou de artefatos. Isso corresponde ao uso de “cultura material” em antropologia e arqueologia, onde, com este termo, nos referimos justamente àqueles aspectos da cultura que governam a produção e o uso de objetos comumente considerados materiais. A mera contraposição entre artefatos materiais e artefatos lingüísticos tem o mérito de indicar a principal sub-divisão do produzir e de chamar a atenção sobre a homogeneidade de seus dois ramos.

Chegamos, com isso, à segunda parte da tese deste capítulo, que é o ponto principal do discurso inteiro. Entre os artefatos materiais como madeira, calçados ou automóveis, e os artefatos lingüísticos como palavras, enunciados ou discursos, existe e não pode deixar de existir uma homologia profunda e constitutiva que, numa expressão braquiológica, pode ser batizada com o nome de “homologia do produzir”. Trata-se de uma homologia *interna ao ato de produzir*, geralmente entendido, e portanto presente, *entre* os dois tipos ou ramos de produção que foram aqui diferenciados. Trata-se de *homo-*

logia e não, é claro, de *identidade*: porque, caso se tratasse de identidade, não teríamos dois termos distintos e portanto não teríamos igualmente os extremos que tornam possível falar em homologia. Mas disso não decorre de modo algum que se trate de mera *analogia*, isto é, de semelhanças levantadas apenas empiricamente, aplicando *a posteriori* um critério qualquer a situações heterogêneas e geneticamente desconexas⁷. Trata-se de um método genético, propriamente entendido, isto é, acoplado ao estudo estrutural das fases sincrônicas e simétricas dos processos, que permite a *dedução* da homologia. Na verdade, na raiz das duas ordens de artefatos, ou melhor, dos desenvolvimentos que levam a elas, há uma raiz antropogênica comum, tanto em sentido filogenético quanto em sentido ontogenético.

A homologia pode parecer surpreendente. Para aceitá-la, é preciso admitir, em nossos pensamentos básicos, a total e indivisível unidade do homem e de qualquer produção sua. Quem não admite, até o fundo, essa unidade, encontra-se diante de uma conjunção assimétrica de elementos heterogêneos e da tarefa de explicá-la; entra então em ação a impossível procura de causas extra-humanas do humano; o processo da auto-geração do homem permanece excluído, ou, permanece excluída ao menos sua raiz; e justamente esta exclusão, na forma de uma negação infeliz — uma “negativa falsa” em termos tradicionais —, parece confirmar a não-unidade. Trata-se do velho preconceito ou ilusão, ou perversão do dualismo ontológico de alma e de corpo, na qual se expressa, ultimamente, a subdivisão da humanidade em, pelo menos, uma classe dominante e, pelo menos, uma subalterna. Conforme é conhecido, a nível ideológico essa subdivisão torna a apresentar-se nas formas mais imprevistas, aninha-se inclusive nas teorias mais modernas, freqüentemente sob a roupagem de novas terminologias, difíceis de serem desmistificadas. Até mesmo certas reivindicações materialistas recentes encontram seu próprio fundamento num resíduo de dualismo ontológico — se tam-

7. Digo-o apenas por escrúpulo: não se trata igualmente sequer de um *isomorfismo* entre língua (ou, até mesmo, linguagem em geral) e “realidade”: isto é, da doutrina, bastante debatida entre os filósofos que se inspiram no *Tractatus* de Wittgenstein, de acordo com o qual as estruturas de um mundo entendido ontologicamente e como tal, por definição, separado da produção humana e depois, por assim dizer, “recuperado” pelo procedimento de uma comparação *post-eventum* de duas ordens de produtos.

bém o *medo* de algo for um resíduo: o medo que o *outro* termo daquela mesma oposição possa ainda tornar a apresentar-se, e fazer valer seus direitos, de modo que convém continuar exorcizando-o (e esta posição também é traduzível imediatamente nos termos da luta de classes, assim como se desenvolve *ou não se desenvolve* num determinado momento e lugar). Diante de uma situação tão complexa, parece oportuno dedicar algumas considerações à raiz antropogênica unitária do produzir. Vou passar a distinguir quatro pontos estritamente interligados que, em seu conjunto mostram, a meu ver, não apenas que a homologia entre produção material e lingüística é lícita, mas que precisamente *em princípio* não é lícito negligenciá-la.

Em primeiro lugar, o homem nunca produziu artefatos lingüísticos sem, ao mesmo tempo, produzir também artefatos materiais, e vice-versa. É apenas por abstração que examinamos uns sem os outros. Quero dizer que, onde quer que se olhe, encontram-se sempre juntos artefatos materiais e artefatos lingüísticos. O fato de que os primeiros resistem ao desgaste do tempo mais que os segundos e que podem portanto, só eles, serem testemunhos de civilizações desaparecidas, não diz respeito à sua produção. Uma civilização “apenas material” ou “apenas lingüística”, *de fato*, não existe. Esta é uma razão fatural, histórica: é assim que se passam as coisas, não é absolutamente possível provar algo diferente.

Em segundo lugar, a produção dos dois tipos de artefatos está na origem da separação do homem dos outros animais e está, portanto, na origem do social. Os fatores de caráter psico-social que poderiam ser acrescentados a essa altura, devem ser considerados secundários à emergência do uso de utensílios e de enunciados⁸.

8. Entre esses fatores costuma-se lembrar sobretudo a proibição do incesto, considerada necessária para a exogamia e assim, através de uma mais ampla troca matrimonial, para o aumento e a consolidação das comunidades humanas. Essa doutrina remonta ao menos até a E. B. Tylor; agora pode ser visto, por exemplo, WESTON LA BARRE: *The Human Animal*, Chicago: University Press, 1954, sobre ela pronunciou-se depois, amplamente, Lévi-Strauss. Para NORMAN O. BROWN o homem é, seguindo e desenvolvendo o pensamento do último Freud “o animal que reprime a si mesmo e que cria cultura ou sociedade com a finalidade de se reprimir” (*Life Against Death: The Psychoanalytical Meaning of History*, New York: Vintage Books, Randon House, 1959, p. 9; e seria o caso de perguntar “o que nos pode-

(Negligencia-se aqui, mas não por *ignoratio elenchi*, a presença de certa espécie de sociabilidade entre muitos animais. O fato em si que ela seja encontrada precisamente em termos de suas capacidades produtivas e comunicativas, confere-lhe o caráter de uma zona adjuntiva a ser explorada com as mesmas técnicas, e não aquele de um exemplo em contrário). Este fator, considerado unitariamente, goza de um poder de definição privilegiado em relação a qualquer outro fator. Nenhuma definição ou caracterização do homem é radical quanto aquela que põe no *definiens* sua capacidade de produzir artefatos materiais (*faber*) e lingüísticos (*loqueis*). Esta também é uma razão histórica, mas no sentido que concerne à própria constituição da história, isto é, a relação entre história e não-história (neste uso, "história" está obviamente incluído na "pré-história" mais remota, e o que é, às vezes, chamado de *história verdadeira* — no sentido de ser uma história plenamente realizada — deveria ser difençado como "post-história" ou como "história futura", *tout court*).

ríamos tornar se a realidade parasse de reprimir" (p. 23). Sem querer minimamente negar a importância de fatores desse gênero, não vejo como eles teriam podido se desenvolver, ou melhor, formar-se na comunidade humana se não, justamente, entre homens já em condições de desenvolver, apesar que de forma ainda rudimentar, uma atividade de trabalho e de comunicação. GEORGE THOMSON escreve que, *desde o início* não houve relações sexuais entre homens e mulheres de gerações sucessivas, por que isso "teria impedido o desenvolvimento da cooperação não-sexual": "o desenvolvimento da cooperação tornou necessária a abolição da relação sexual entre gerações sucessivas" (*Studies in Ancient Greek Society*, vol. II: *The First Philosophers*, London: Lawrence & Wishart, 1961 /1955/, pp. 43-44). Se esta é a mais remota proibição do incesto em que seja possível pensar, o é precisamente porque *remete* à colaboração no trabalho, que, conforme sabemos, é também colaboração comunicativa; e, portanto, as pressupõe a ambas. Quanto mais aprofundarmos a análise do incesto e de sua proibição, tanto mais nos encontramos a pressupor uma sociedade já, de qualquer modo, encaminhada, isto é, trabalhando e se comunicando. Isso também ocorre se o observarmos que o desejo incestuoso, como também a sedução entre pessoas de idade muito diferente, carregam consigo uma recusa da cooperação não-sexual que deve ocorrer entre as gerações e implicam, portanto, numa espécie de "impulso para trás" em direção ao pré-humano. A cooperação sexual é com efeito, requerida, e portanto estendida, para cobrir o campo daquela não-sexual; as gerações recusam-se a cumprir sua tarefa específica e se opera uma dilaceração no tecido da civilização — de uma civilização que, justamente já deve, de algum modo, ter começado.

Em terceiro lugar a produção de artefatos materiais não é sequer passível de ser pensada sem a produção concomitante de artefatos lingüísticos, e *vice-versa*. O homem não teria podido trabalhar sobre nenhum objeto a não ser comunicando com outros trabalhadores (e mesmo em línguas rudimentares, quem sabe, no início, com línguas muito próximas dos gestos; mas estas não passam de especulações); e, por seu lado, a comunicação lingüística pressupõe um mundo de objetos reais aos quais se refere o discurso e portanto, o emergir da capacidade de defenciá-los e manipulá-los, o que remete obviamente à divisão do trabalho, isto é, à subdivisão da horda primordial em embriões de indivíduos humanos. Estes indivíduos trabalham juntos e continuam mantendo-se em contato e a formar um grupo, justamente por meio da linguagem — o que leva a nossa espiral descritiva de volta ao eixo de partida. George Thomson sustentou que o ritmo *humano* (e enquanto tal diferenciável daquele *apenas* fisiológico, que o homem tem em comum com os outros animais) teve origem no uso de utensílios. Retomando uma idéia de Bücher, que foi em seguida desenvolvida também por Paget para a parte fisiológica, ele sustentou a homologia originária entre articulação das mãos e dos órgãos vocais como premissa para a elaboração feita pela consciência de tais ações refletidas em sistemas comunicativos socialmente aceitos. Chamaria a esta razão, que me parece a mais decisiva, uma vez que se refere à estruturação interna de um processo unitário, de lógico-genética.

Finalmente, em quarto lugar, as operações sociais que sustentam os dois tipos de produção são idênticas em muitos aspectos, ou quando não, ao menos homogêneas. O infante, *in fans*, que é também *inficiens*, entra no mundo dos artefatos lingüísticos por meio do mesmo processo que lhe permite entrar no mundo dos artefatos materiais; ele aceita, ou melhor, *suporta* os sistemas de produtos de ambas as ordens; sua *atividade* está em despender a força de trabalho necessária para usá-los. Não poderia aprender a falar sem aprender a distinguir e manipular objetos, e não aprenderia a distinguir e manipular objetos sem aprender a falar. É uma razão estrutural e sociológica, na qual se pode captar a reprodução ontogenética de fatores filogenéticos; com efeito, ela remete ao conjunto de todas as outras razões. A criança reproduz o ingresso no mundo da espécie. O mundo em que a criança entra não é, porém, apenas natural (nunca o foi, desde o começo; desde que um começo se consolidou, de qualquer

forma, e passou a ser herdado): é um mundo natural-social, cujos sistemas de produtos são aceitos pela criança como materiais, naquela “nova imediatez” da qual já se falou e a respeito da qual teremos ocasião de voltar, neste capítulo.

Podemos resumir essas considerações, afirmando que a homologia entre produção material e lingüística é uma homologia ao mesmo tempo lógico-estrutural e histórico-genética. Os achados etnológicos e arqueológicos parecem indicar uma contemporaneidade surpreendente (que deve ser medida, naturalmente, em termos de grandes unidades temporais) no advento de produtos da mesma ordem de complexidade nos vários ramos da produção⁹; seria possível, assim, obter-se uma confirmação dos resultados alcançados exclusivamente por meio da elaboração dialética do esquema.

As semelhanças entre as duas ordens de artefatos, a material e a lingüística, são muito mais marcantes do que as diferenças: *apresentam-se* como mais notáveis, porque as segundas, que ninguém pretende negar, são aceitas por todos como óbvias (e entretanto não são completamente óbvias, mesmo se assim possam parecer, valeria a pena analisá-las); enquanto as semelhanças, quando são por nós verificadas, pela primeira vez, no nível da reflexão, pegam-nos como que de surpresa e freqüentemente provocam suspeita ou aversão. A insistência nas semelhanças, o fato de se dizer, por exemplo, a um lingüista que um par de calçados “é feito como” um enunciado ou que a sola dos calçados “corresponde a” (“é homóloga com”) um lema, ou que as penas da cabeça de um martelo são uma espécie de lexema, mas que podem ser vistas também como um morfema tem

9. Devem ser lembrados aqui, além dos trabalhos de Thomson citados na nota anterior, os de Gordon Childe e de André Leroi-Gourhan, alguns dos quais foram citados nas notas do segundo capítulo. Um reparo de GORDON R. WILLEY é particularmente significativo: “As formações geológicas podem ser explicadas funcionalmente de modo semelhante àquele aplicado ao artefato. Com a formação, naturalmente, o arqueólogo começa a percorrer uma parte que o leva para dentro das complexidades espaciais e temporais. As dimensões do espaço e do tempo podem ser correlacionadas com as mudanças nos artefatos, aspectos */features/* e formações, e ajudam a explicá-los (“Archeological Theories and Interpretation: New World”, em *Anthropology Today*, cit., pp. 361-385, cf. p. 380). Seria possível pensar aqui que a formação de grupos de artefatos sempre mais complexos corresponda à formação de sintagmas e enunciados pertencentes a uma ordem de complexidade equivalente.

assim um poder metodológico e desmistificador. As diferenças *corretas* entre as duas ordens de artefatos, corretas, por assim dizer, do ponto de vista de ambas, deveriam ser explicitadas e organizadas somente depois que as semelhanças tivessem sido bem examinadas. Ao contrário, fala-se comumente das diferenças sem ter levado absolutamente em conta as semelhanças. Com isso, o discurso pende, desde o começo, numa única direção. Ou, pior ainda, fala-se apenas daquilo que *resultaria* de diferente, caso se levassem em conta, ao mesmo tempo, ambas as ordens da produção, fato que, ao contrário, não acontece. Disso decorre que o discurso concerne apenas a uma parte separada de uma totalidade, que permanece na sombra. Considerações dessa natureza levam-me a achar útil, nesta primeira apresentação da homologia da produção, o fato de me ocupar expressamente e quase exclusivamente com as semelhanças entre as duas ordens.

A partir de certo nível de complexidade, qualquer artefato material consiste de partes pré-produzidas (ou então, pré-reunidas, pré-existentes, pré-distinguíveis), que são agrupadas de acordo com um projeto consciente ou simplesmente desenvolvido por imitação ou hábito, de modo a constituir uma totalidade. Esta totalidade funciona de uma maneira nova em comparação com as maneiras em que funcionavam ou poderiam funcionar suas partes isoladas; e é comumente utilizada para um certo número de fins ligados entre si, todos eles dependentes de sua estrutura. É importante a ressalva de que as partes podem ser inclusive pré-reunidas, pré-existentes ou pré-distinguíveis — isto é, que não é necessário que elas tenham sido realmente produzidas precedentemente, por conta própria. O caso mais comum é, de fato, aquele em que já se parte com uma totalidade que é utilizada assim como a encontramos; apenas, para certos fins, nós quebramos a totalidade em suas partes constitutivas e discorremos sobre elas, independentemente. A caracterização pode ser repetida quanto aos artefatos lingüísticos e pode ser desenvolvida em todas suas ramificações com uma pertinência que a mim parece extraordinária. Vale a pena portanto, procurar validar também no campo dos objetos lingüísticos aquilo que já sabemos da estrutura, do significado e do uso dos objetos materiais e do trabalho com que se produzem. A idéia do objeto lingüístico como produto do trabalho que o produz permite empregar no estudo da linguagem a terminologia e o aparato conceitual do trabalho: será possível falar, além do que de produção, do processo de trabalho, materiais, instrumentos, etc., *lingüísticos*;

e as próprias noções de uso e de significado das unidades lingüísticas de nível variado, objeto controverso de muitas discussões apaixonadas atuais sobre a linguagem no âmbito de várias disciplinas, demonstrar-se-ão possíveis de serem enquadradas numa estrutura nacional mais ampla; que as englobe e as justifique.

Para remontar ao trabalho também no campo da linguagem e poder considerar os objetos lingüísticos como artefatos, é necessário recorrer ao pensamento clássico alemão e a seu rebatimento em termos de práxis. Foram, com efeito, Hegel e Marx os primeiros a falar conjuntamente de linguagem e trabalho, a intuir a possibilidade de estudar um por meio do outro; e é deles que nos vêm os instrumentos conceptuais que nos permitem desenvolver essa possibilidade e extrair dela todas as implicações. Na estrutura deles pode-se sustentar não apenas que na homologia entre produção material e produção lingüística não há nada de forçado, mas, pelo contrário, há algo de forçado em recusá-la, na medida em que, recusando-a, os processos de trabalho que ela poderia revelar mesmo no que se refere à produção lingüística, são obliterados e tornados falsos, pelo fato de se querer enquadrá-las em esquemas pré-constituídos em função de interesses exclusivos de especialização ou de ideologia, esquemas esses que permanecem justamente por causa de seu caráter.

A exigência de uma abordagem também homológica para com a linguagem foi advertida por aqueles estudiosos cuidadosos do falar que são os assim chamados filósofos analíticos ou lingüísticos da escola “de Oxford e Cambridge” (Wittgenstein, Moore, Ryle, Wisdom, Austin; e a grossa fileira de seus seqüazes, de ambos os lados do Atlântico). A mesma noção fundamental de muitas daquelas pesquisas, a noção de *uso* da linguagem, levava espontaneamente à consideração também do uso de objetos não lingüísticos. No decorrer do primeiro capítulo, viu-se como o maior inspirador das pesquisas desenvolvidas por essa escola neste pós-guerra, Wittgenstein, deve ser aceito, ao mesmo tempo, por aquilo que permanece fora de seu discurso. Isso pode significar também que ele pode ser aceito inteiramente mas com a condição de que seu ensinamento seja inserido num quadro muito mais amplo, ao qual esse ensinamento remete necessariamente, mas do qual existem nesse ensinamento pouquíssimos traços. O preconceito empírico — mercantilista inerente à inteira abordagem da linguagem empreendida pela escola de Oxford e Cambridge fez com que aqueles filósofos parassem sempre, diria inevitavelmente, no nível, justamente,

do uso. A reivindicação do uso da linguagem revelou-se bastante útil na crítica de concepções prévias do significado, concepções essas que (de acordo com a analogia que utilizei) não hesitaria em chamar de fisiocráticas. Mas do uso não se chegou ao *trabalho*. Os filósofos mencionados limitaram-se em ver como se usa o artefato; nunca se propuseram a reconstituir como ele tenha sido produzido frequentemente e como seja reproduzido ontogeneticamente. A produção lingüística como processo social global e o caráter antropogênico da linguagem e do trabalho permaneceram alheios a seus interesses; com isso, sua própria atenção para com o processo individual do aprendizado ficou depauperada de seu fundo necessário. Devido a isso, ou a isso ligada está sua persistente e absurda defesa de um estudo da linguagem que *fosse apenas lógico-lingüístico num sentido filosófico residual*, rigorosamente independente dos desenvolvimentos das ciências do homem, ignorado e desconfiado de tudo o que tivesse o matiz de economia, sociologia, psicologia ou arqueologia. Seu inacreditável separatismo, às vezes até denunciado (indiretamente, porém) mas nunca resgatado por um sério trabalho interdisciplinar que lhes permitiu continuar por várias décadas na ignorância sistemática dos formidáveis desenvolvimentos que a lingüística apresentou no século XX (fique bem claro que ela lhes pagou na mesma moeda). Como resultado disso, também deve ser levado em conta, devido àquela honestidade analítica e àquela precisão que freqüentemente acompanham o estreitamento dos interesses, o valor excepcional de muitas de suas análises particulares: um valor ainda insuspeito nos países não de língua inglesa e por parte daqueles mesmos sociólogos, psicólogos e lingüistas (incluindo-se os anglofones, até poucos anos atrás) que foi falta deles negligenciar.

O erro técnico dos analistas, como foi dito antes, foi aquele de partir sempre de uma comparação entre *utensílios* e *palavras*. *We use a word much as we use a tool*¹⁰. Nada disso. Nós usamos um uten-

10. É uma fórmula que se encontra em mais ou menos todos os escritos dedicados ao assunto, no ambiente da análise filosófica da linguagem. Repare-se: não dizemos que naquele ambiente não se tenham ocupado também do uso dos enunciados e de outras unidades lingüísticas, mas sim que o uso das palavras foi sempre (ou quase sempre?) considerado homólogo ao uso dos utensílios. Lembro a propósito, entre os muitos, alguns ensaios particularmente significativos. KURT BAIER: "The Ordinary Use of Words", *Proceedings of Aristotelian Society*, 1951-52, N.S., vol. XLII, pp. 47-70 ("compare a word

sílio como uma totalidade composta por partes que não nos interessam: assim como usamos um enunciado, isto é, uma frase enquanto a totalidade que expressa um sentido completo, sem ligar para as partes que o compõem. Palavras isoladas nós quase nunca as usamos, mesmo que, mas num outro sentido, nós nos servimos delas para construir enunciados. Isto porém o dizemos *depois*, quando já atingimos certa maturidade e nos pomos a refletir sobre aquilo que fazemos quando já falamos; a totalidade que comumente já encontramos pronta para o uso é o enunciado, ou seja, o utensílio. Ensinar a uma menina que aquele objeto ali, indicado ostensivamente, se chama 'boneca' significa transmitir-lhe as proposições "aquilo é uma boneca" ou "aquilo se chama 'boneca'", isto é, prepará-la para servir-se dos respectivos enunciados "aquilo é uma boneca" ou "aquilo se chama 'boneca'". Mesmo quando se transmite à criança o uso de palavras isoladas elas não são percebidas, decerto como palavras, se entendermos por 'palavras' tudo o que delas acham os lingüistas. O que pode aqui induzir em erro é que a criança costuma aprender antes a *produção* das palavras isoladas e apenas em seguida, por volta dos dezoito meses, começa a enunciar efetivamente as primeiras proposições de maneira lingüisticamente reconhecível. Poderíamos dizer que a criança aprende aos poucos a inteira dialética entre palavras e enunciados, tal como ela aparece praticada na língua em que se dá sua formação lingüística; e que, justamente por isso, as unidades que lhe serão apresentadas, prontas para o uso, como resultados obtidos aplicando regras que lhe são igualmente transmitidas, isto é, dispendendo sua força de trabalho lingüístico de acordo com esquemas predispostos, são justamente os enunciados — pelo menos na maioria gritante daqueles casos que os filósofos analíticos gostam de examinar como "comuns", "cotidianos", "coloquiais" e assim por diante.

and a tool...", p. 47); GILBERT RYLE: "Ordinary Language", *The Philosophical Review*, LXII, 2.º (362.º), April, 1953, pp. 167-186 ("if I want to talk about a non-stock use of a word or fish-knife...", p. 169); G. P. MEREDITH: "Words as Instruments", *Proceedings of the Aristotelian Society*, N.S., vol. LXII, 1961-62, pp. 241-260 (aqui basta o título). Algumas indicações em contrário podem ser encontradas justamente em Wittgenstein (*Philosophische Untersuchungen*, p. ex. 421.º) mas não são decisivas, uma vez que, também em Wittgenstein, o acento decisivo cai sobre a equação palavra-utensílio (cf. *ib.*, 11.º); e, de qualquer maneira, não foram desenvolvidas por seus seguidores.

Conforme teremos ocasião de ver melhor no esquema homológico, as palavras são, portanto, homólogas às partes construtivas de um utensílio. Considerando-as homólogas aos utensílios, os filósofos analíticos fecharam para si, desde o início, um caminho que poderia ter-se revelado bastante fecundo. Resultava claramente que não apenas os utensílios mas também as palavras se *utilizam*; mas logo começavam a apresentar-se diferenças que tornavam impossível a continuação da reconstrução homológica. Assim os dois domínios, tão logo eram aproximados precariamente, voltavam a repelir-se um ao outro. Na verdade, o erro era semelhante àquele de quem comparasse o uso de uma panela ao uso do mero cabo de um martelo, ou o uso de um carrinho ao uso de uma roda enquanto tal.

Trata-se de um erro peculiar, bem motivado e sumamente instrutivo. Atrás dele está a tendência em concentrar a atenção no uso que inclui mal e mal o trabalho e que, portanto, exclui a consideração independente e frontal do trabalho em si. Diria que é nisso que se exprime o desejo de não estender o olhar aos processos da produção, o que exigiria a derrubada de barreiras interdisciplinares e, portanto, uma renúncia ao privilégio intelectual. A isto bem se acompanha uma atitude de desconfiança, quando não de aberta recusa, no que diz respeito à dialética como estudo da formação da recorrência das totalidades.

A abordagem apresentada neste capítulo quer ser complementar sobretudo para as cada vez mais freqüentes e profícuas aplicações da lingüística em outros campos. Poderia indicar essa complementaridade com a seguinte fórmula: *é preciso estudar a linguagem inclusive com instrumentos não lingüísticos*, para, por assim dizer, *entrar nela* aos poucos e por fora, ao invés de entrar logo nela e considerá-la apenas de *per si* só. Como se fala em negações determinadas, assim pode-se falar em extensões determinadas: a extensão que proponho aqui é determinada sobretudo pela existência de uma ciência da linguagem que chegou a assumir as funções de uma ciência-piloto no campo da renovação das ciências do homem.

4. O caráter artificial do esquema e a noção de trabalho

A exibição da homologia do produtor é feita, pondo-se ao longo de duas colunas verticais a produção lingüística e a produção mate-

rial e cortando horizontalmente as colunas em níveis que resultam correspondentes. Esses níveis seguem-se, portanto, de modo apenas unidirecional, indo do mais simples (porque menos elaborado) ao mais complexo (porque mais elaborado). Diferenças também qualitativas aparecem à medida que aumentam e se complicam as elaborações. Isso equivale a dizer que quebrar os produtos de um dado nível em suas partes constitutivas implica na destruição desses produtos. Este tipo de disposição dá lugar a metáforas como “de nível mais alto” ou “de nível mais baixo”, “superior” ou “inferior”: e deve-se entender que a referência é feita ao esquema, e não à produção enquanto tal. Certo caráter metafórico, de resto, cabe até mesmo à idéia de que *existam* níveis mais ou menos complexos.

Nós esclarecemos essas metáforas quando lembramos que o esquema é artificial. Igualmente artificial é qualquer esquema de uma produção material. Por exemplo, a descrição das operações que se devem realizar sucessivamente para chegar a produzir um automóvel completo e que funcione, é artificial se comparada ao próprio automóvel como objeto concreto pronto para o uso, ou então se comparada ao funcionamento desse objeto. Quero dizer, as operações por meio das quais, na linha de montagem, se juntam as várias peças, não são de modo algum as operações das mesmas peças. Com maior razão é artificial o esquema de um processo natural como a respiração: a fisiologia da respiração extrai um processo de quase todo o resto que se realiza no organismo, generaliza para todos os organismos algumas condições mínimas comuns, faz com que acabem convergindo nas próprias explicações resultados de origem diferente (por ex.: descrição mecânica do inflar-se e desinflar-se dos pulmões e descrição química de transformar a hemoglobina em oxi-hemoglobina). O caso da linguagem apresenta a característica de processos que são naturais no sentido de desenvolver-se prevalentemente dentro de um organismo, ao invés de desenvolver-se prevalentemente fora dele, como na construção de um artefato material; e que, contudo, não são apenas naturais por serem sociais. A artificialidade do esquema homológico da produção é válida, em suma, tanto para a produção material quanto para a produção lingüística, apresentando-se, porém, de modo ainda mais conspícuo em relação à segunda, já que pode parecer mais espontâneo esquematizar aquilo que o homem fez e continua fazendo sobre objetos exteriores a ele, do que esquematizar processos que já ocorrem dentro dos vários organismos humanos.

Socorre-nos aqui o fato de que é igualmente necessário apresentar esquemas explicativos para outro processo “interno” qualquer.

É importante levar em conta a artificialidade do esquema homológico da produção, principalmente para evitar o equívoco que se queira fazer corresponder à sua unidirecionalidade uma unidirecionalidade imanente à produção enquanto tal. Convém afirmar de maneira explícita que só o esquema pode ser unidirecional. A produção não o é em absoluto e seria de todo errado considerá-la tal. Seria um típico erro reducionista o querer reconduzir a qualquer preço o mais complexo ao mais simples, um desejo de querer encontrar a todo custo pontos de partida obrigatórios e garantidos. A produção, tanto mais quanto mais ela for madura é, ao contrário, constitutiva e continuamente circular, oblíqua, retroativa. Na realidade da produção, tanto material quanto lingüística, o nível do qual se parte mais comumente não é o da maior simplicidade no esquema, mas sim, quando muito, conforme acenamos, aquele do enunciado ou do utensílio completo (os quais, *no esquema*, figuram num nível médio-baixo). Além disso, a produção pode ir do mais simples ao mais complexo como do mais complexo ao mais simples, por assim dizer, resvalando sobre si mesma. Mas esse resvalar pode ser captado com clareza com a ajuda de um esquema unidirecional; na práxis inconsciente ou parcialmente consciente pode acontecer — e costuma acontecer — que não se repare nele. Produtos de um nível mais alto são usados inclusive justamente para produzir produtos de nível mais baixo: é com maquinários complicados que se estampam hoje simples chapas de metal, e é com raciocínios longos expostos em livros ou ensaios especializados que se delimitam os significados de palavras isoladas ou se discute sobre a natureza de fonemas e morfemas. Faz parte da estrutura circular e dialética dos processos produtivos e das relações entre processos produtivos, o fato de que máquinas complexas e raciocínios longos sejam eles mesmos compostos de objetos como aqueles que servem para produzir.

Há, contudo um sentido em que o esquema, embora artificial em relação à produção real, não o é em relação a algo estranho à produção (diria que a sua é uma artificialidade bem determinada). A isso voltaremos no item 7, comparando o esquema homológico do produzir com a doutrina lingüística da dupla articulação.

Qualquer objeto ou material é então considerado, no esquema, como um artefato que deriva, por síntese de elaboração, de objetos

precedentes. Isto significa reencontrar as “peças” mais simples do objeto do qual se parte, e considerar a este como produto delas. Colocadas as coisas nesses termos e considerando que a precedência dos materiais em relação aos produtos — isto é, a simplicidade e a complexidade respectiva — é medida por meio de um esquema artificial, não pode deixar de ser colocada a questão do *tipo de trabalho* que será chamado a justificar as passagens, isto é, do trabalho, por meio do qual “os peças” são combinadas nas maneiras adequadas, para obter o produto que estamos examinando.

A noção de trabalho que se deve ter em vista aqui é aquela de um *trabalho social*, como tal, bem distinta daquela de um trabalho individual, é noção essa de um trabalho considerado abstratamente e não a do trabalho efetivamente realizado por trabalhadores em conjunto ou isolados, num momento e num lugar estabelecidos. Convém formular, a respeito dela, algumas precisões que sirvam para diferenciar a presente abordagem de outras aparentemente semelhantes. Em nenhum caso, o trabalho lingüístico social e abstrato, do qual se fala aqui, deve ser entendido como atividade interior do sujeito, como “atos intencionais” ou “operações mentais” que se realizariam necessariamente na psique consciente ou inconsciente dos indivíduos isolados, no sentido realista (isso implica numa dose considerável de idealismo subjetivo residual). Em nenhum caso, o *estudo* desse trabalho deve ser visto como tomada de consciência de atos ou operações já existentes; e, finalmente, em nenhum caso, os *resultados* desse estudo devem ser vistos como iluminações proporcionadas a quem já estivesse cumprindo, sem saber, aqueles atos ou operações. Seguimos profundas indicações de Hegel e de Marx, indicações essas radicalmente estranhas ao espírito do neo-realismo (especialmente o italiano), o trabalho de que se trata aqui é, ao contrário, práxis social de um lado e construção de modelos de outro. É aquela *práxis social* super-individual e comunitária da qual se pode dizer que, pela separação dos hominídeos dos outros animais, produziu os homens e com eles a história. É *construção de modelos* na medida em que é construção teórica de modelos aptos a nos fazerem compreender e interpretar aquela mesma práxis. Desenvolvendo a dialética do abstrato-concreto teorizada na *Introdução* de 1857 e reaplicada em pequena escala por Wittgenstein em seus “jogos (ou modelos) lingüísticos”, essa construção de modelos busca estabelecer as considerações necessárias e

suficientes para que, dados aqueles materiais e aqueles instrumentos, se tenha determinado produto.

Somente o uso de uma construção de modelos conhecida apropriadamente torna consciente o trabalho. Mas, convém repetir, isso não ocorre no sentido que uma atividade de trabalho já existente por conta própria passe de um estado de inconsciência para um de consciência, dentro da psique de um indivíduo, mas antes no sentido que ela, por assim dizer, é *identificada e articulada ex-novo, pela primeira vez* à medida em que procede a construção de modelos e somente porque ela procede a tanto.

5. Esboço de um esquema homológico da produção

(i) *Nível do Pré-Elaborado como Pré-Significante:*

Material fônico (ou gráfico) "traços pertinentes", "coeficientes acústico-articulatórios", "fonemas" isolados¹¹. Trata-se das "unidades distintivas" que formam a "segunda articulação" de Martinet. O número das combinações é limitado.

Distinções operadas *entre* e *nos* materiais físicos que existem na natureza, obtidas por meio de um número limitado de operações perceptivas e, além disso, de operações de trabalho como cortar, juntar, inserir, achar, dobrar, afiar, etc.: ou seja, os resultados dessas operações.

11. Temos aqui alguns termos usados por especialistas em lingüística. É bom que fique claro que o problema aqui não consiste em efetuar seleções terminológicas, mas sim apenas em identificar certas situações que são descritas de maneiras bastante divergentes e freqüentemente não conciliáveis pelas várias escolas lingüísticas e também por psicólogos, psiquiatras, antropólogos, arqueólogos, semioticistas, filósofos e outros pesquisadores. Como regra geral, quando se impunha uma escolha terminológica para evitar longas perífrases, adotei a proposta por ANDRÉ MARTINET, entre as mais conhecidas na Europa, ao menos, e que apresenta a vantagem de permitir que a doutrina da dupla articulação, elaborada pelo próprio Martinet, seja exposta e discutida sem ter que mudar de terminologia. Os principais trabalhos em que Martinet tratou da dupla articulação são "La double articulation linguistique" *TCL Copenhague 5 (Recherches structurales)* 1949, pp. 30-37, *Economie des changements phonétiques*, Berne: Francke, 1964² (1955); "Arbitraire linguistique et double articulation", *Cahiers Ferdinand de Saussure*, XV, 1957, pp. 105-116; *Éléments de linguistique générale*, Paris: Colin, 1966⁶ (1960), *The Functional View of Language*, Oxford, Clarendon, 1962; *La linguistique synchronique. Études et Recherches*, Paris: P.U.F., 1965.

Sobre as fantasias terminológicas nem que seja apenas dos lingüistas, veja-se: JEAN MAROUZEAU: *Lexique de la terminologie linguistique*, Paris;

Este é o “lugar” da *segunda articulação* ou articulação dos monemas em fonemas e das partes ou peças de utensílios em resultados de operações materiais.

(ii) *Nível das peças iniciais semi-trabalhadas:*

“Monemas” (“semantemas” ou “lexemas” e “morfemas”) ou outro material inferior (em alguns casos igual) à palavra: combinações já significantes de coeficientes acústico-articulatórios.

Modificações estáveis, caracterizantes e completas introduzidas em materiais físicos (por ex. boca, olho e aresta (pena) da cabeça de um martelo), mais tarde identificáveis na “peças” de nível sucessivo. Cada uma dessas peças já é uma “unidade significativa” mesmo que seu significado não seja completo; em conjunto formam o que podemos chamar de “primeira articulação” dos artefatos materiais.

(iii) *Nível das peças completas e separáveis:*

Palavras ou “lemas” e outras “unidades” lingüísticas como “sintagmas”, “locuções”, e “dicções”. A diversidade entre as diferentes línguas, desde o extremo das mais analíticas até aquele das polissintéticas, torna irrelevante para os fins desta classificação a diferença de tamanho que ocorre dentro de uma dada língua entre uma palavra-monema construída por um único fonema e um extenso e complexo sintagma.

Peças constituintes de um utensílio, separáveis umas das outras (por ex. cabeça e cabo do martelo, parte superior e sola do calçado). Pode-se distinguir entre famílias de sistemas de utensílios analíticos e polissintéticos. Considerem-se expressões como “a língua da carpintaria”, língua operativa a ser aprendida.

Geuthner, 1963 (1951); G. MATORÉ: *La méthode en lexicologie. Domaine français*, Paris: Didier, 1953; JOSEF VACHEK: *Dictionnaire de linguistique de l'école de Prague*, Utrecht-Anvers: Spectrum, 1966, MARIO PEI: *Glossary of linguistic Terminology*, New York and London: Columbia University Press, 1966. Quanto ao problema daquilo que deve constituir “uma unidade lingüística”, C. L. EBELING: *Linguistic Units*, s' Gravenhage: Mouton, reimpressão 1962 (1960); para uma visão geral onde se apresenta com clareza a sobreposição de diferentes terminologias, veja-se MILKA IVIC: *Trends in Linguistics* The Hague: Mouton, 1965 (na nota 1 à p. 203 o autor observa que nos começos de 1930 havia mais de 160 definições apenas para o enunciado).

Este é o “lugar” da *primeira articulação*, ou articulação dos enunciados em monemas e dos utensílios em suas partes ou peças. A articulação ocorre através do nível (iii).

(iv) *Nível dos instrumentos usáveis:*

Enunciados simples, constituintes da *forma das mensagens* simples, acabados e autônomos em si (“a água é quente”, “Amélia ri”, “chove”, “que viva a Europa!”, “vem aqui!”, “vem aqui?”).

Utensílios simples, aptos para *usos* completos ou *elaborações* simples por terem em si a *forma do uso ou da elaboração* (martelos, lixas, calçados, panelas, cachimbos, gaiolas, banquinhos).

(v) *Nível dos agregados de instrumentos:*

Enunciados compostos ou inter-conexos (“não diria que as coisas estão assim”, “Roma é a capital da Itália, tem mais de dois milhões de habitantes, situa-se a cerca de metade do caminho entre Florença e Nápoles”).

Utensílios compostos, acessórios ou instrumentos para uso múltiplo ou complexo, ou também, uso sucessivo ou contemporâneo de dois utensílios distintos na mesma elaboração (sofá-cama, bateadeiras elétricas com cabeças substituíveis, calças, coletes e paletó formando um terno, os instrumentos de jardinagem).

(vi) *Nível do mecanismo:*

Silogismos, argumentos e todo tipo de relações dedutivas, indutivas, formais, sintáticas *em ato*; isto é, grupos organizados de enunciados, completados por alguma finalidade, capazes de *comunicar* algo relativamente unívoco a qualquer intérprete ou a uma pluralidade de intérpretes, prescindindo de seu emprego imediato e efetivo por parte de quem os emitiu e organizou daquele modo e prescindindo também, do contexto em que são colocados. A mensagem, quer dizer, *já está inserida em sua estrutura*. Possível ligação com o advento da escrita ou, pelo menos, com técnicas para a transmissão oral.

Máquinas, isto é, utensílios ou instrumentos compostos e organizados para um determinado fim, capazes de *trabalhar* de modo uniforme mesmo prescindindo de como e de onde sejam utilizados e independente de quem os une: a *elaboração* que são chamados a desenvolver *já está presente de modo constitutivo em sua estrutura* (teares, bicicletas, vitrolas, tornos, serras elétricas, máquinas para escrever).

(vii) *Nível do mecanismo complexo e auto-suficiente:*

Discursos, ensaios, lições, livros. Aqui tudo é organizado em vista de complexos conjuntos de fins que variam grandemente de caso a caso e se prestam a diversas aplicações. Permanece contudo uma diferença entre modelo e exemplares.

Máquinas que executam múltiplas elaborações determinadas univocamente em cada ocasião e para fins variáveis (automóveis de tipos diferentes e teares automáticos, máquinas tipográficas, máquinas de calcular para escritórios)

(viii) *Nível do mecanismo total*

É um desenvolvimento ulterior de (vi), não possível porém antes de (vii): códigos completos e auto-suficientes, funcionando na realidade social de modo a condicionar e absorver completamente os indivíduos.

O mesmo: máquinas automáticas auto-reguladas, capazes de substituir completamente o homem. Antes que a tecnologia mecânica e eletrônica as tornasse possíveis, essas máquinas eram realizadas socialmente (cerimoniais, rituais, etc.).

(ix) *Nível da produção não repetível:*

É um desenvolvimento ulterior de (vii), não possível porém antes de (viii): produção literária, artística, científica, ou em qualquer caso, *original* (isso descritivamente: não é necessário que ela seja original também em sentido avaliativo). Quer dizer, produção pessoal ou de grupo individualizado, projetada e realizada apenas uma vez, com finalidades e modalidades únicas. O modelo se identifica com o exemplar realizado.

O mesmo, ou seja, produção "de um protótipo único", ou, no máximo, com um número extremamente limitado de exemplares cuidados individualmente, cada um.

(x) *Nível da produção global:*

Toda a produção de uma "totalidade produtiva", isto é, de um homem de um grupo, de uma civilização; no limite, e teoricamente, toda a produção lingüística da humanidade.

O mesmo, com as mesmas distinções.

6. Comentários ao esquema

Alguns, entre os comentários que seguem, exigem que se torne a percorrer o esquema, outros, que se o tenha em mente em seu conjunto.

Em primeiro lugar: por que se começa a trabalhar e por onde se começa? Parte-se do nível do material pré-trabalhado *como pré-significante*, como imediatamente tal. Quero dizer que tão logo se desça abaixo do nível em que aparecem os significados mais elementares, é lá que se deve parar. Não há razão para se considerar níveis ainda mais baixos, porque esses níveis concerniriam materiais “virgens na natureza”, cujo estudo pertence a outras disciplinas, como a física, a química ou a biologia.

Examinando o material do primeiro nível pode-se perguntar se lá estaria considerado o fônico como material já produzido pelo homem, diferentemente daquele apenas natural. Convém lembrar aqui que ambos os tipos de material “existem na natureza”: o homem emite material sonoro *também* de modo completamente natural, como os animais; por outro lado, um macaco tem capacidade para furar uma folha como a tem para modular um som. Não é aqui que se deve procurar alguma diferença relevante entre os dois tipos de materiais pré-trabalhados.

No esquema nada se diz do significado dos materiais inicialmente semi-trabalhados, isto é, das peças que pertencem ao segundo nível. Da mesma forma, porém, nada se diz do significado das modificações introduzidas num pedaço de ferro para dele tirar, por exemplo, a pena, a face e o olho que irão constituir a cabeça de um martelo. O significado de todos esses objetos reside justamente no fato de serem *produtos de trabalho*. Isso inclui o modo deles serem produtos de trabalho, as funções que devem poder realizar e o fato deles se prestarem para diversos usos e para finalidades diferentes, as relações em que os objetos se encontram e assim por diante. São estes, e não outros, os fatores constitutivos de seu significado, em sentido geral. Ao contrário, a tendência para atribuir-lhes um significado *que os acompanhe* e que se ligue a eles num domínio diferente daquele material, funda-se necessariamente numa concepção dualista do fazer humano e, portanto, traz à baila algum fator não humano do humano. É certamente legítimo perguntar qual é o significado

dos monemas "escrev-" e "emos" que constituem a palavra "escrevemos", assim como é legítimo perguntar qual é o significado de pena, face e olho que constituem a cabeça do martelo. Da mesma forma que nem sequer pensaríamos em colocar num domínio o significado dessas peças "materiais", assim temos que evitar de fazê-lo com as peças "lingüísticas".

No terceiro nível encontramos palavras completas, enquanto distintas dos monemas (que é, lembramos, o termo europeu para o que os lingüistas americanos chamam de "morfemas"). É aqui que entram em consideração peças lingüísticas como "casas", "tivessem", "desjuntêmo-lo" ou "carregue-mo". É com essas peças e não com as do nível precedente que se procede para constituir enunciados, mesmo se é justamente *nessa* construção que elas são escolhidas e definidas. No campo material passamos das meras modificações significantes de modo genérico, como o ter preparado um objeto plano com certa forma, o ter construído uma peça real destinada para um uso ou uma elaboração particulares, como o ter realizado aquela peça em couro, visando fazer dela a parte superior de um calçado, ou então ter juntado duas ou mais peças materiais do segundo nível com a finalidade de torná-las utilizáveis no quarto nível.

Como já foi visto antes da construção do próprio esquema, todas as peças que podemos agora agrupar como "pertencentes aos primeiros três níveis" têm em comum o fato de que, habitualmente, elas não são usadas por conta própria, não são fins em si mesmas. Trata-se antes de peças instrumentais, que servem para produzir peças de nível mais alto, isto é, de nível quarto: enunciados e utensílios. *Habitualmente* não sabemos o que fazer com uma palavra ou um pedaço de utensílio, isolados. Disso não segue que não se saiba qual seja o seu significado ou a sua função. Mas é claro que é preciso ter a idéia do utensílio para estar em condições de regredir ao primeiro nível e depois subir, através do segundo e do terceiro até o quarto, onde ocorre a realização da própria idéia. Do mesmo modo, as palavras e os monemas pressupõem o enunciado. Num sentido diferente, contudo, o utensílio pressupõe suas partes: e o mesmo se deve dizer do enunciado. De maneira alguma a noção de uma idéia pressuposta deve ser absolutizada, como é típico dos idealismos, velhos e novos. A idéia que a um certo momento se apresenta como pressuposta, só pode ter-se formado aos poucos ela mesma. Seria ridículo imaginar que uma bela manhã um homem tenha acordado

com a idéia de um enunciado (por ex. o enunciado de uma proposição geométrica) e tenha procedido em sua realização *enfrentando pela primeira vez uma natureza intata*. Nesta dualidade, reside o caráter central do enunciado e do utensílio no processo de produção. Deles pode-se dizer que são as peças acabadas de nível mais baixo onde a referida dualidade se apresenta plenamente (ou seja: ela se apresenta plenamente também em peças de nível mais alto; e se apresenta na relação entre monemas e palavras, entre fonemas e monemas, mas não plenamente). Quanto à distribuição entre o nível dos agregados de instrumentos (v) e aquele imediatamente precedente dos instrumentos (iv), poder-se-ia quem sabe decidir que eles não se diferenciam uns dos outros de tal modo a justificar sua disposição em dois níveis diferentes — se o metro da disjunção dos níveis é aquele indicado por diferenças importantes como a que existe entre fonemas e monemas ou entre palavras e enunciados. A distinção, de qualquer maneira, foi feita para mostrar como, passando do nível quarto ao quinto, surge pela primeira vez a questão das relações *entre* enunciados e *entre* utensílios reunidos por um propósito que não pode ser preenchido por um simples enunciado ou por um simples utensílio. A dialética interna ao enunciado ou utensílio isolado *começa* a tornar-se dialética externa; com a plena intuição dessa dialética como externa, passaremos ao nível sucessivo, o sexto, com isso teremos alcançado o mecanismo.

A diferença qualitativa entre o nível do mecanismo e os dois precedentes pode ser percebida, no campo lingüístico, considerando-se tão somente um trecho narrativo elementar (não há sequer necessidade de atingir a formalidade do verdadeiro silogismo): “João queria tomar banho, mas sente frio, pôs o pé na água para sentir a temperatura e o tirou logo, exclamando: ‘a água está fria!’ e desistiu”. Diferentemente do que acontece com um enunciado simples ou com um agregado de enunciados, nos encontramos aqui diante de uma *completa máquina de enunciados* que funciona “por conta própria”. Está claro que o advento do mecanismo não exclui o trabalhador, pelo contrário, continua a exigi-lo. Enquanto porém, nos níveis precedentes o trabalhador tinha que *executar ele mesmo* a elaboração, aqui basta que *ponha em movimento* a máquina. Isto também, é claro, deve ter sido aprendido, mas a máquina, funcionando, coloca-se como coisa pseudo-natural, gerada pela sociedade. A modificação que uma máquina material ou lingüística deve poder

proporcionar, se funciona bem, é uma modificação constante: o tear tece sempre, impessoalmente; e o trecho referido nos conta sempre a mesma coisa, impessoalmente. Pode-se supor que os homens tenham aprendido a arte de referir algo de maneira impessoal só quando aprenderam a construir as primeiras máquinas materiais.

Quando um produto não é usado para e em novas operações, mas sim por conta própria, isto é, consome-se, temos uma saída lateral da produção que se estava considerando e portanto, por assim dizer, uma saída do esquema. Sair do esquema, porém, não quer dizer sair da produção em geral. É justamente com a finalidade do consumo que, habitualmente, se produz, e não temos que esquecer que se a produção é consumo, o consumo, por sua vez, é produção¹².

Existem, porém, casos em que a saída do esquema assume um outro caráter. Os materiais e os instrumentos indicados nos níveis (i), (ii), (iii) são usados para produzir produtos de nível (iv), se não, costuma-se dizer que seu uso é especial, ou que é impróprio no que diz respeito ao processo (embora não decorra disso que seja inútil, ou até mesmo desnecessário, *em certos casos*): isto é, que a consequencialidade do processo produtivo é de algum modo interrompida. Exemplos deste uso especial são o uso de palavras exclusivamente por seu som, de cabos de vassoura para bater em cachorros, de couros de sapatos para alimentar caçadores de ouro famintos. Um caso importante é aquele em que um produto qualquer é usado apenas enquanto objeto de estudo, e como tal isolado artificialmente de todo o resto. Além disso, usar produtos do nível (ix) e (x) quer dizer envolvê-los em processos que voltam a um nível inferior de produção (exemplo, uso da produção de um literato ou de um técnico por parte de uma igreja ou de um partido político); tratando-se de produtos de um protótipo único, só excepcionalmente eles poderão ser usados como materiais ou instrumentos em procedimentos produtivos ulteriores e mais complexos. Mesmo essas limitações mostram o caráter central dos enunciados e dos utensílios e dos vários tipos de mecanismo, isto é, dos produtos que servem mais comumente na vida social.

12. Para o sentido tríplice em que consumo e produção se identificam, cf. KARL MARX: *Zur Kritik der politischen Ökonomie*, in KARL MARX e FRIEDRICH ENGELS: *Werke*, Band XIII, Berlin: Dietz, 1964, "Einleitung von 1857", 2.º, pp. 622-626.

A cada um dos níveis que foram distintos, os produtos saem para fora do processo produtivo e se dispõem em *sistemas de materiais* que novos trabalhadores aprendem a utilizar, em certa medida, como naturais. Isso quer dizer que os produtos são utilizados prescindindo-se do fato de serem produtos: “em sua nova imediatez”, de *per si*. A coisa é particularmente conspícua quando se trata de produtos destinados ao consumo imediato, mesmo se não devem ser esquecidos os sentidos em que o consumo é produção. Quanto mais baixo for o nível, tanto mais inter-subjetivo será o sistema. Os sistemas mais vastos e multiformes ocorrem aos níveis quarto e sétimo: uma curva que descrevesse a vastidão dos sistemas ao longo do eixo das abscissas, teria suas ordenadas mais altas correspondendo a esses níveis.

7. A pluralidade das articulações nos dois ramos da produção

Quando os lingüistas falam de “dupla articulação”, referem-se a dois níveis distintos de elaboração lingüística, cada um dos quais requer um sistema de materiais e instrumentos com os quais trabalhar. Trabalhando de trás para frente, os objetos do quarto nível, os enunciados, são “articulados” em objetos de terceiro e segundo níveis, isto é, respectivamente, em palavras e monemas; e esses, por sua vez, são “articulados” em objetos de primeiro nível, isto é, em fonemas. O argumento é por demais interessante para que possa bastar uma simples referência. Vejamos de novo essas idéias, sob o ponto de vista da unidirecionalidade de nosso esquema.

Procedendo do mais simples ao mais complexo no esquema, ou seja, começando do nível mais baixo; encontramos em primeiro lugar aquela que Martinet denomina de *segunda articulação*, isto é, a articulação dos monemas em fonemas. Por exemplo, a palavra-monema “testa” se articula em cinco unidades / t e s t a/. Isto quer dizer que procedendo segundo o esquema, do primeiro ao segundo nível, teríamos a seguinte situação de trabalho:

materiais: os fonemas ou unidades fônicas chamadas “unidades de segunda articulação” ou “unidades distintivas”; são poucas dezenas (de vinte a quarenta) em qualquer língua “a lista dos fonemas é... uma l i s t a f e c h a d a”¹³;

13. MARTINET: *Éléments de linguistique générale*, cit., p. 24.

trabalho: combinação dos fonemas em monemas;

produto: os monemas, isto é, as partes das palavras que carregam um significado distintivo, por vezes idênticas às próprias palavras (como no caso de “testa”), outras vezes constituindo apenas partes de palavras (em “escrevemos”, “escrev-”, é um semantema ou lexema, “emos” um morfema: ambos são monemas, mesmo se não são palavras no sentido comum; mas, como dizíamos, esta é apenas uma das terminologias possíveis); numericamente inferiores às palavras, os monemas são alguns ou muitos milhares em cada língua e constituem as assim chamadas “unidades significativas”. Abaixo do monema, não se encontram pedaços significativos.

Note-se imediatamente que a situação de trabalho acima descrita diz respeito apenas à forma “fônica” ou “vocal” dos monemas: nada é dito sobre seu “conteúdo semântico” (a expressão é de Martinet: limito-me apenas a referi-la aqui). Seria como descrever a fabricação das partes constitutivas de um martelo sem dizer para que servem ou qual é seu uso.

Passando-se em seguida do segundo e terceiro níveis ao quarto, do esquema, encontramos aquela que Martinet chama de *primeira articulação*, isto é, a articulação dos enunciados em palavras e monemas. Por exemplo, o enunciado “estou com dor de cabeça” se articula nas cinco unidades “estou”, “com”, “dor”, “de”, “cabeça”. A situação de trabalho seria a seguinte:

materiais: os monemas, “unidades de primeira articulação” ou “unidades significativas”; conforme dissemos, são alguns milhares em cada língua.

trabalho: construção das palavras por meio de monemas (lexemas mais morfemas) e seu ordenamento em enunciados;

produto: enunciados, em número indefinido “uma vez que não há limite quanto ao número dos monemas sucessivos que podem comparecer num enunciado”¹⁴. Poder-se-ia acrescentar que os enunciados constituem as “unidades comunicativas” já que neles, conforme está esboçado no esquema, se encontra presente a forma das mensagens.

Aqui também, a situação de trabalho descrita diz respeito apenas ao agrupamento dos monemas e das palavras em enunciados; nada

14. *Ibidem*, p. 24.

é dito do “conteúdo semântico” adjuntivo dos enunciados em relação à mera soma do “conteúdo semântico” dos monemas e das palavras isolados. Além disso, falta totalmente a distinção entre materiais e instrumentos (cf. II, 3 e 4, acima). Trata-se, portanto, de uma situação de trabalho em que *não* aparecem alguns materiais, alguns instrumentos e algumas operações que, ao invés, seriam indispensáveis para a produção precisamente desses produtos. Com isso, a parte mais delicada e, quem sabe, a mais difícil, qual seja o processo de trabalho, recebe não maior atenção do que uma simples menção de que existe.

O fato é que, do ponto de vista do nosso esquema, a descrição da dupla articulação é feita na direção oposta, Martinet parte dos enunciados como totalidades que expressam lingüisticamente um “fato de experiência” ou uma “necessidade”¹⁵; ele quebra essas totalidades em seus elementos constitutivos e descobre que se trata de palavras, ou melhor, de monemas. É esta, de fato, sua primeira articulação. Em seguida Martinet procede com os monemas: trata-se de totalidades dotadas de sentido, mas ele as considera apenas em sua “forma vocal” ou “fônica” e, quebrando esta forma descobre que são constituídos por fonemas.

Temos assim duas maneiras diferentes de abordagem. Podemos partir de uma totalidade funcionante e voltar aos seus elementos constitutivos; diremos então que analisamos, ou, como escreve Martinet, que “ordenamos” os enunciados *em* palavras e monemas e estes *em* fonemas; ou então, podemos partir dos elementos constitutivos, e então diremos que nosso trabalho consiste na combinação de fonemas *em* monemas e palavras e estas *em* enunciados. A abordagem de Martinet indica uma direção de estudos; o trabalho que ela descreve é o trabalho de análise e de reconstrução do estudioso. A outra abordagem, ao invés, indica uma direção que corresponde à realidade: descreve um trabalho lingüístico sintético realizado pelos falantes tanto filogenética quanto ontogeneticamente. Com efeito, a humanidade não partiu, nem as crianças podem jamais partir, de enunciados que viriam a ser quebrados em monemas e depois em fonemas, à medida que a fala vai sendo gradualmente construída. A humanidade começou, e cada criança recomeça, por sons primeiro

15. *Ibidem*, p. 17; cf. Capítulo II, 3, acima.

desarticulados, depois, cada vez mais articulados que se tornam palavras que, em seguida, são combinadas em frases e enunciados sempre mais complexos e perfeitos. É claro que coisas como os monemas e suas partes (semantemas ou lexemas e morfemas) só são alcançados a nível da pesquisa científica.

Conforme se sabe, a não-unidirecionalidade da produção permite, ou melhor, exige uma relação dialética constante entre aquilo que no esquema aparece antes e aquilo que aparece depois. Uma criança mostra claramente que “entretém o embrião de uma proposição” bem antes de sabê-la expressar não por meio de enunciados tecnicamente perfeitos, mas tão somente por meio de seqüências de palavras mais ou menos reconhecíveis. Sabemos também que as unidades que se *apresentarão* prontas para o uso do jovem falante são os enunciados e não as palavras: da mesma forma que, no campo da produção material, são os utensílios que se apresentam prontos para o uso e não as peças que os constituem. Com meros elencos de palavras não é possível comunicar, do mesmo modo que com meros amontoados de peças de utensílios não se realiza nenhuma elaboração. Não podemos, porém, confundir a homologia estrutural nos vários níveis da produção, ou então a função, por assim dizer, nuclear, que a intuição de uma proposição exerce sobre a estruturação gradual dos enunciados capazes de expressá-los, e o caráter gradativo do aprendizado e portanto da produção real. Mesmo nos casos em que é lícito afirmar-se que o enunciado “vem *antes*” das palavras que o compõem, não se deve esquecer o fato de que tal afirmação a fazemos nós *depois*, quando já nos pusermos a refletir sobre a linguagem.

Mesmo depois de termos devidamente precisado que o aprendizado de enunciados e de palavras tem caráter dialético e não unidirecional, permanece o fato de que a *aquisição* da linguagem *dentro de uma língua qualquer* — o fato de se aprender efetivamente a falar — segue o caminho que vai do mais simples ao mais complexo e não o oposto. O segundo é o caminho do estudioso que deve perceber a inteira estrutura de fenômenos que se lhe apresentam em toda sua complexidade. É justamente aqui que o estudioso corre o risco de colocar seu próprio trabalho especializado no lugar do trabalho que, se pode supor, esteja se desenvolvendo no nível do objeto estudado, na medida em que sua descrição serve para explicar diretamente a formação real desse objeto. Trata-se de um risco duplo, uma vez que pode dizer respeito tanto à natureza do trabalho de que se

fala, quanto às suas limitações, isto é, ao fato que o trabalho do estudioso é restrito e parcial, se comparado com o trabalho socialmente necessário que seria preciso para a recriação efetiva do objeto em questão.

Uma comparação entre o tipo de reconstrução oferecido pela doutrina puramente lingüística da dupla articulação e o tipo de reconstrução (potencialmente interdisciplinar, por ser propositadamente “pré-disciplinar”) oferecido pelo esquema homológico da produção, pode servir para lançar luz sobre as razões porque, no primeiro, clamorosamente falta justamente o momento mais importante, o momento da emersão dos significados. Pela única razão de ter partido de uma alternativa como aquela entre enunciados e fatos de experiência ou necessidades, demasiado frequentemente o lingüista acha que disse tudo o que lhe cabia dizer. Como seu ofício é ser lingüista, ele procede na direção da língua enquanto mera máquina formal: os fatos de experiência de necessidade e, com eles, os problemas que o falar comporta, são abandonados; nada se diz da instituição da relação de significado. Permanecem apenas os enunciados como unidades de um certo nível — unidades da fala, na verdade, mas vistas sob o prisma da estrutura formal da língua à qual pertencem; procede-se, portanto, à decomposição dos enunciados em monemas que, o lingüista admite, ainda “têm sentido”. Quando, porém, procedemos a uma fragmentação ulterior não mais nos ocupamos do sentido dos monemas, mas apenas de sua “forma fônica” ou “vocal”. Isso é como dizer que quem quisesse cuidar inclusive do sentido dos monemas só teria que voltar ao fato que, no começo, fora *dito* que não apenas os enunciados, mas também os fatos de experiência e de necessidade iam ser tomados em consideração. Acontece, porém, que esta disjunção é grosseira e extremamente problemática; nela não há pista, nem sequer terminológica, daquele problema fundamental de todo pensamento contemporâneo que pode ser esboçado nos termos da oposição entre “enunciado” e “proposição”, ou então nos termos da concepção da idéia como significado¹⁶; além disso nada se diz das

16. Uma visão profunda da formação e da função da idéia como significado é oferecida por FRANCIS HERBERT BRADLEY em seus *Principles of Logic*, de 1883, Oxford University Press, 2.^a ed. de 1922, reed. 1958, em dois volumes (cf. sobre o assunto, o terceiro capítulo “Empirismo e idealismo no estudo da significação” em meu livro *Significato, comunicazione e parlare*

diferenças que ocorrem entre o sentido dos monemas, o sentido das palavras que se obtêm a partir deles e o sentido dos enunciados construídos com elas. Nossa conclusão poderia sugerir que algumas correntes da lingüística se constituem exatamente na medida em que elas excluem o problema da linguagem. Mas isso ocorre com todas as tecnologias “separadas”.

Procedendo-se, ao contrário, segundo o esquema homológico — que é artificial o quanto se queira mas apenas em relação à produção real e no sentido de expressar uma abordagem a ela estranha — não pode deixar de ser colocada a questão de como o sentido é atribuído aos monemas, questão essa que por si só justifica a criação sintética de monemas pela reunião e organização de fonemas.

Quanto se passa de /t e s t a/ isto é, de cinco fonemas desprovidos de significado ao monema-palavra “testa” é completamente óbvio que, além de combinar os primeiros no segundo, nós “acrescentamos” algo de essencial. O mesmo pode-se dizer quanto ao ulterior “acrécimo de sentido” que se obtêm combinando-se em seguida monemas e palavras em enunciados. As “situações de elaboração” descritas há pouco em correspondência às duas articulações deveriam, portanto, ser completadas, acrescentando-se não apenas a distinção mencionada entre materiais e instrumentos lingüísticos (para não falar aqui da difícil noção do dinheiro lingüístico); mas acrescentando também — entre os materiais bem como entre os instrumentos — “unidades” que correspondam àquilo que normalmente se entende pelo emprego, em alguns de seus muitos sentidos, dos termos “significado”, “sentido” e “significação”; e, finalmente, acrescentando os procedimentos de elaboração que regem todos esses tipos do totalidades¹⁷.

comune, Pádua: Marsilio, 1961, 1980²). Comparada com aquilo que diz Bradley, a noção de Saussure do *signifié*, como estado de consciência ou evento psíquico que acompanha o *signifiant* parece bem pouca coisa: muito mais complexa seria uma comparação com o *interpretant* de CHARLES SANDERS PEIRCE (para Peirce, *vide* seus *Collected Papers*, ed. Charles Hartshorne e P. Weiss, Cambridge, Mass.: Harvard University Press, reed. 1965).

17. O “acrécimo de sentido” de que se fala no texto é completamente metafórico: em nenhum caso se trata de um significado formado antes do signifiante. /Sobre este ponto remeto à nota de semiótica “Su enunciato, proposizione e contesto”, *Nuova Corrente*, 41.º, 1967, pp. 93-99 e ao ensaio “Significato, ideologia e realismo artistico” *Nuova Corrente*, 44.º, 1967, pp. 300-342

Tudo o que se disse a cerca das duas articulações e de suas limitações, aplica-se muito bem também no campo da produção material. Há um número indeterminado de utensílios simples e de enunciados. Não existe limite para o número dos utensílios porque não existe limite para o número das peças que podem compô-los e para às formas que tais peças podem assumir. A articulação dos utensílios simples em suas peças e elementos constitutivos (do nível quarto aos níveis terceiro e segundo) diz respeito a milhares de casos: seria como dizer que a “língua” dos utensílios, ou melhor a “língua” que serve para constituir os utensílios consiste num número bastante elevado de peças ou unidades significativas, provavelmente ele também na casa dos milhares. Poderíamos chamar peças de “monemas materiais” e distinguir neles uma parte fundamental em vias de modificação a ser chamada “lexema material” e outra parte adjunta e modificante a ser chamada “morfema material”. É a presença de “línguas” desse gênero que permite reencontrar aproximadamente os mesmos utensílios junto a todas as principais culturas e reconhecê-los, assimilando-os uns aos outros, isto é, operando uma espécie de “tradução material”. Aquele conjunto de “monemas materiais” corresponde a, ou melhor, é traduzível naquele outro conjunto de “monemas materiais”: isso significa que um utensílio pertencente a uma dada cultura equivale, *mutatis mutandis* a um utensílio pertencente a outra cultura. A construção de máquinas extremamente complexas, característica das últimas décadas, comporta naturalmente a criação das “línguas artificiais” dos utensílios, às quais, justamente, correspondem ponto por ponto as línguas artificiais — línguas tomadas aqui em sentido próprio — das técnicas com que se constroem aquelas máquinas.

A ulterior articulação dos elementos ou peças de utensílios (de “palavras” e “monemas materiais”) em modificações introduzidas a materiais físicos de partida, isto é, a passagem para trás dos níveis terceiro e segundo para o primeiro, concerne um número extremamente menor de distinções: provavelmente aqui também, como no caso das línguas, trata-se de poucas dezenas, correspondentes às operações fundamentais que se podem realizar sobre e com um ou mais objetos físicos. Seria porém absurdo procurar uma verdadeira cor-

(ambos reimpressos em *Semiotica e Ideologia* como capítulos V e VIII, Bompiani, 1979); e aos capítulos II e IV do presente livro/.

respondência biunívoca entre os dois processos: o que importa é constatar em geral sua homogeneidade que permanece válida também na ordem das grandezas consideradas e que destrói o dogma lingüístico segundo o qual a dupla articulação seria uma característica peculiar somente à linguagem. O homem tem condições para articular e reconhecer apenas algumas poucas dezenas de fonemas porque seus aparatos acústicos e articulatórios são o que são; do mesmo modo só tem condições de operar algumas poucas dezenas de modificações sobre o material que a natureza lhe fornece porque suas mãos, seus sentidos e seu cérebro são o que são (poderíamos chamar essas modificações fundamentais e sempre recorrentes de “materiemas” — mas não é minha intenção encher estas páginas de neologismos).

Realiza-se, plenamente, mesmo no campo da produção material, aquela economia sobre a qual tão acertadamente insistem os lingüistas a propósito da produção lingüística, quando observam como poucos milhares de monemas são suficientes para produzir um número indeterminado de enunciados e poucas dezenas de fonemas são suficientes para produzir todos os monemas necessários. Se, para cada elaboração, fosse necessário um utensílio completamente novo em todas suas partes constitutivas, isto é, diferente de qualquer outro utensílio; e, pior ainda, se fossem precisas modificações inteiramente novas, diferentes de todas as outras, para a construção das partes de cada utensílio — então a tecnologia entendida como o domínio do homem sobre a natureza e como a “linguagem” material na qual o homem expressa e realiza a si próprio, jamais teria se formado. Ao contrário, a linguagem em sentido próprio, de um lado, e a tecnologia de outro, formaram-se homologicamente, realizando, tanto num como no outro caso, diversas ordens sobrepostas de economização dos materiais, dos instrumentos e dos processos de trabalho. Até mesmo a observação de que a forma do significante, articulando-se em fonemas desprovidos de significado se subtrai ao valor do significado correspondente e adquire, de tal forma, uma maior estabilidade¹⁸, pode ser considerada válida no campo da produção material: as modificações do primeiro nível, com efeito, não são significativas em si mesmas — são modificações que qualquer um pode introduzir num material mesmo independentemente do uso que dele poderá fazer, como parte significa-

18. MARTINET: *Éléments de linguistique générale*, cit., p. 22.

tiva de um instrumento qualquer; e são modificações estáveis. Um pedaço de madeira cortado permanece cortado independentemente do uso que dele se fará, ou melhor, independente do fato dele vir a ser usado ou não.

Uma vez que saímos dos limites estreitos de uma dupla articulação considerada apenas sob o ponto de vista de especialistas, não podemos deixar de colocar o problema da eventual extensão da noção de articulação mesmo acima do nível da língua. Se por “língua” entendermos apenas o sistema das palavras ou locuções em que “se analisa a experiência humana”, no âmbito de uma determinada comunidade lingüística, ou ainda mais limitativamente, o sistema dos monemas e dos fonemas, fica claro então que além desse sistema existem pelo menos os dois seguintes. Em primeiro lugar, o sistema dos enunciados mais comuns (nível quarto), que a criança logo aprende junto com as palavras, assim como aprende logo o uso dos utensílios simples mais comuns e difundidos. Em segundo lugar, o sistema dos agregados e dos mecanismos de enunciados que, digamos, são os mais populares em qualquer dada comunidade lingüística (níveis do quarto ao oitavo). Diremos que estes sistemas são possíveis *como língua* e que requerem a noção de um *falar coletivo* como momento essencial da noção mais geral de trabalho lingüístico (cf. a secção 8, logo em seguida). É interessante observar como a criança aprende aos poucos a usar enunciados e utensílios, agregados de enunciados e utensílios, e em seguida máquinas lingüísticas e materiais cada vez mais complexos, com uma notável homologia mesmo no processo do aprendizado. Assim, por exemplo, a criança aprende a reconhecer o sentido genérico de um discurso que lhe façam para que se comporte de certa maneira, como ela aprende homologicamente o uso genérico de um aparelho de televisão ou de um material — mesmo se forem precisos muitos anos para que aprenda a estrutura interna daquele discurso, bem como a da televisão ou a do automóvel. E ela aprenderá a fazer um uso *superficial* da televisão, do discurso (repetindo-o, por sua vez) e do automóvel, bem antes de começar a lançar um olhar para seu funcionamento. Cada um dos sistemas aqui descritos ou mencionados pode, como o da linguagem em sentido estrito, ser articulado em vários subgrupos e em elementos constitutivos, isto é, em unidades das quais se parte para reunir unidades pertencentes ao nível daquele sistema ou de um subgrupo seu. Os sistemas são todos ligados entre si pelos processos de trabalho e o

todo entra no processo geral da produção. Dá-se assim, entre os sistemas, um jogo dialético contínuo, graças ao qual as modificações introduzidas em qualquer nível acabam, mais cedo ou mais tarde, fazendo-se sentir em todos os níveis — mesmo se cada sistema, justamente enquanto tal, constitui, todavia, uma totalidade cuja casca pode opor uma resistência mais ou menos durável à penetração de influências exteriores.

Podemos ilustrar este fluxo do processo de trabalho através dos níveis da produção, por meio de uma rápida discussão das relações entre “significado” e “uso” em relação às “palavras” e em relação aos “enunciados”¹⁹. Como acontece de uma palavra, que já possui por sua conta um uso e um significado, passar a ser usada junto com outras palavras para constituir um enunciado que, uma vez construído, terá um significado e um uso superior à soma dos significados ou usos das palavras que o compõem, ou, de qualquer maneira, diferente deles?

Tanto o significado quanto o uso nós os encontramos em cada nível da produção, seja ela lingüística, seja material. A única exceção é que, no nível de partida, abaixo das peças semi-elaboradas, nós podemos falar de uso e de significado apenas no sentido que aqueles objetos podem ser pensados como pertencentes a unidades mais complexas, em função das quais eles são por nós considerados. É uma exceção que só é válida no esquema pois, se prescindirmos da produção que o esquema pretende descrever, permanece o fato de que também um grito escassamente articulado ou uma mera modificação física introduzida num objeto natural qualquer, podem assumir um significado, podem ser usados. Ter significado é uma característica

19. Uma discussão um pouco mais ampla pode ser encontrada em “Uso e significado de palavras e enunciados”, *Ricerche Metodologiche*, III, n.º 1 (abril 1967), pp. 33-45 (reimpresso em *Semiotica e Ideologia*); mas já anteriormente, no capítulo VIII (“A situação comunicativa e a inserção de uma transmissão num contexto”) do livro *Significato, comunicazione e parlare comune*, cit.; Aqui eu digo “palavras” e não “monemas” porque, para os fins da exemplificação, nos limitamos aos dois níveis representados por palavras completas (iii) e por enunciados (iv). Podemos fazer as mesmas observações considerando as relações entre os dois níveis precedentes, isto é, entre monemas e palavras: quais são o uso e o significado de “escrev-” e “-emos”, enquanto distintos do uso e do significado de “escrevemos”? O caso das palavras e dos enunciados se apresenta contudo mais complexo e mais interessante.

constante de tudo o que é produzido pelo trabalho humano; e qualquer produto pode ser usado tanto em novas elaborações quanto por si mesmo. A possibilidade de se usar o produto deve ser vista prescindindo-se do fato que ao uso possa ou não seguir um consumo, no sentido da desagregação de sua estrutura de produto. De qualquer maneira, é sempre o *exemplar* que é eventualmente consumido, uma vez que o *tipo* ou *modelo* exemplificado costuma permanecer em outros exemplares. (A desagregação do mesmo tipo ou modelo é um discurso completamente diferente: é um discurso histórico, que implica em fatos como a transição de uma civilização). Essas formulações são válidas de modo quase óbvio no campo da produção material. Naquele da produção lingüística achamos que as palavras, produtos de trabalho humano (isto é, *entre outras coisas*, do uso de peças de um nível inferior ao delas), já têm significado justamente enquanto produtos. Em casos especiais, as palavras podem ser usadas também por si sós; normalmente são usadas na produção de enunciados e estes, enquanto produtos, têm um significado e podem por sua vez ser usados por si sós (fato esse normal, ou melhor, central, que os mostra homólogos aos utensílios), ou seja, na produção de organizações lingüísticas de nível mais alto (e isto também é normal e homólogo ao que se faz com os utensílios). Convém lembrar aqui que usar palavras *na* produção de enunciados não significa usá-las com a finalidade de produzi-las, isto é, não é dito, ou melhor, habitualmente não ocorre, que quem, falando, usa enunciados e, portanto, também palavras-em-enunciados, tenha consciência do caráter de peças constitutivas que as segundas têm em relação aos primeiros.

Para começar a esclarecer as dificuldades e complicações que emergem quando se reflete sobre a dialética de uso e significado referidos a unidades lingüísticas de nível diferente — como justamente aquele das palavras e dos enunciados, onde encontramos o caso central, mais típico e mais discutido —, é preciso começar a estabelecer diferenças entre *uso*, *trabalho* e *o significado*, e é preciso, além disso, conservar estas distinções quando aplicadas aos diferentes níveis. Pode-se imaginar que tipos de dificuldades surgiriam se não tivéssemos condições de estabelecer diferenças entre o uso de um cabo na construção de um martelo (isto é, o trabalho realizado com e sobre o cabo) e o uso de um cabo como parte de um martelo já construído; entre o trabalho com o qual é produzido o martelo e o trabalho com o qual é produzido o cabo; entre o trabalho com o qual é produzido

o martelo, enquanto objeto acabado para finalidade não diretamente produtivas, e o uso do mesmo martelo para ulteriores finalidades produtivas das quais ele é parte integrante (isto é, o trabalho que se realiza com o martelo).

O fato de que o uso de um enunciado possa variar e que modifique, com isso, o significado global do próprio enunciado, isto é, a proposição que ele enuncia, sem que isso repercuta sobre suas partes constitutivas, isto é, sobre as palavras, não é mais misterioso que o fato de que, quando usamos realmente um martelo ou um par de sapatos, o cabo e a cabeça e respectivamente a parte superior e a sola, e as partes às quais são por sua vez redutíveis essas peças constitutivas, permanecem aquilo que são, ou seja, peças de níveis inferiores que serviram para fazer um martelo e um par de sapatos. Com efeito, na maioria dos casos e dentro de limites bastante amplos, nós podemos inclusive desfazer todos aqueles produtos e tornar a obter as peças soltas, ou, pelo menos, podemos reproduzir peças soltas idênticas (o que, para o discurso em questão, dá na mesma).

Naturalmente, nós continuamos a falar em termos de *tipos* ou *modelos*, não em termos dos exemplares que estão sendo continuamente produzidos e que estão sujeitos ao consumo material, leve isso um ano para os sapatos, um instante para a palavra pronunciada (mas alguns milhares de anos para a palavra esculpida no mármore). Quem quiser realmente ver algo de misterioso no caso do enunciado, deveria vê-lo também no caso do utensílio. O ponto mais importante parece ser este, ou seja, que nem o enunciado nem o utensílio são a mera soma de suas partes. São *totalidades*, isto é, os resultados de somas *dialéticas*, e, entre os adendos dessas somas é necessário também incluir o trabalho que os juntou e que se “cristalizou” naqueles produtos. Encontramo-nos, assim, novamente diante da noção do trabalho lingüístico como a única capaz de dar razão às distinções encontradas, de ligar entre si de modo homogêneo todos os pontos que examinamos.

8. *A noção da fala coletiva e o uso dos modelos*

Vamos concluir, indicando uma operação que, do ponto de vista que foi exposto, é possível realizar sobre um instrumento crítico conhecido e discutido como a oposição, atribuída a Sausure, entre uma

língua coletiva (langue) e uma fala *individual (parole)*²⁰. Foi observado que a oposição não é suficiente para explicar sistemas de nível superior àquele da língua enquanto sistema de palavras e de locuções. Se a fala é individual, devemos perguntar o que é que mantém unidas as inúmeras “falas” individuais, gerando o sistema dos enunciados que todos os falantes aprendem a produzir univocamente e, em seguida, também os outros sistemas mais complexos. A esta pergunta, em geral, procurou-se responder, enriquecendo-se o sistema da língua com regras operativas e gerativas e introduzindo idéias intermédias que ligassem a língua coletiva com a fala individual (por exemplo, a idéia de um pacto ou contrato entre indivíduos já capazes de estabelecê-lo... e portanto, infelizmente, já falantes entre si)²¹. Isto é, a oposição “saussuriana” foi aceita e se procurou remediar a suas deficiências por meio de correções ou integrações.

A noção geral de um trabalho lingüístico que se desenvolve do começo ao fim de qualquer processo produtivo lingüístico, homologicamente ao que acontece na produção material, oferece um remédio bem mais radical, que consiste em substituir a própria oposição por outra oposição. Para fazer isso, é suficiente substituir apenas um dos termos opostos. Trata-se de colocar uma *fala coletiva* no lugar da

20. Conforme é conhecido, a oposição comparece no *Cours de linguistique générale* cuidado por CH. BALLY e A. SECHEHAYE (Paris: Payot, 1915, reimpresso em 1964), cap. IV (“*Linguistique de la langue et linguistique de la parole*”), onde podemos ler que “il n’y a donc rien de collective dans la parole”, e que “le tout global du langage est inconnaissable” (p. 38). O trabalho útil, ou melhor, fundamental, realizado há cinquenta anos por Bally e Sechehaye foi porém submetido a revisões cada vez mais aprofundadas que culminaram com o trabalho de ROBERT GODEL: *Les sources manuscrites du Cours de linguistique générale de F. de Saussure* (Genève: Droz, e Paris; Minard, 1957); e, mais tarde, na monumental edição crítica da *Cours* cuidada por RUDOLF ENGLER (Wiesbaden: Harrassowitz; os primeiros dois grandes fascículos, que chegam até o cap. VIII da Segunda Parte, apareceram em 1967). Vejam-se as páginas dedicadas ao “Saussure inédito” na *Introduzione alla semantica* de TULLIO DE MAURO (Bari: Laterza, 1965, ano em que surgiu também a monografia de GIORGIO DEROSI: *Segno e Struttura linguistica nel pensiero di Ferdinand de Saussure* (Udine: Del Bianco).

21. Para um desenvolvimento desta questão, veja-se a nota de semiótica “Sul pregiudizio contrattualistico”, *Nuova Corrente*, 41.º, 1967, pp. 99-109 (cap. III de *Semiotica e ideologia*).

fala, ambas coletivas²². A fala coletiva, produzindo enunciados, produziu a língua. Os “gritos primordiais” de uma comunidade quase-humana que já começa a trabalhar e vai se subdividindo, aos poucos, em indivíduos, podem ser vistos como quase-enunciados, isto é, enunciados primordiais de tipo pré-lingüístico, a partir dos quais as primeiras palavras “precipitaram” como resíduos instrumentais. A fala individual é segunda em relação à fala coletiva; ela requer a existência de indivíduos bem isolados, cada um deles capaz de aprender e utilizar a língua por conta própria. Mas os indivíduos se formam como portadores do falar coletivo. Não há falante sem ouvinte, nem ouvinte sem falante, nem ouvinte e falante sem mensagens que vão de um a outro, e assim por diante. A situação inteira vai se formando aos poucos em seu conjunto e o indivíduo dela se distingue e atribui a si mesmo uma posição particular dentro dessa situação somente muito mais tarde.

A homologia com a produção material é bastante marcada, aqui o homem primitivo serve-se de utensílios rudimentares que podemos analisar apenas *a posteriori*, em partes potenciais de futuros utensílios menos rudimentares — partes através das quais será necessário passar quando chegaremos ao estágio em que o utensílio foi analisado e passa a ser reconstruído segundo um projeto de repetição que concerne sua estrutura inteira. Formando-se assim, pouco a pouco, tanto uma “língua” quanto uma “fala” *dos utensílios*, uma “linguagem” deles. O trabalhador produz o utensílio e o utensílio produz o trabalhador.

Naturalmente, enquanto os utensílios permanecem desde o início como objeto no mundo exterior, os enunciados começarão a permanecer fora de seus falantes somente após o advento real do selo que os resume e da escrita que os reproduz, mais tarde, também fonicamente, com o advento do fonógrafo. No começo, o armazém, ou simplesmente, o “lugar” dos enunciados lingüísticos como unidades significantes era apenas interior ao corpo dos falantes, residia em seu

22. “Comunitário”, “comum”, “intersubjetivo”, “supersubjetivo”, ou simplesmente “social” são termos que se poderiam analisar como alternativas e integrações. O termo melhor talvez seja “comum” e por ter achado isso eu o introduzi na noção alguns anos atrás. Aqui emprego o termo “coletivo” porque me parece assinalar melhor a oposição com a fala individual à *la Saussure*.

sistema nervoso em forma de memória. Deve-se notar que neste contexto “interno” e “externo” eles nada têm de metafórico: trata-se, com efeito, de uma localização definida *dentro e fora do organismo*.

Mas esta é apenas uma primeira abordagem. Os utensílios que permanecem como objetos no mundo exterior são *exemplares* de utensílios; os enunciados que permanecem como objetos no mundo exterior em forma de registros ou de escritas são *exemplares* de enunciados. Nesta sua permanência, tanto os utensílios quanto os enunciados estão desprovidos de significados até que o homem os use e o homem poderá utilizá-los, apenas, quando souber *interpretá-los* e *conhecer* seu uso, isto é, se pertencer a uma comunidade em cujo âmbito este uso lhe tenha sido *ensinado*. O ensinamento diz respeito a *modelos*, tanto no caso dos enunciados quanto no caso dos utensílios. Ele consiste na transmissão de uma fala constitutivamente coletiva — um “falar” em sentido próprio no primeiro caso, e entendido homologicamente no segundo caso²³. O falar coletivo ou comum é um trabalho social que consiste em utilizar os mesmos modelos.

O fato de ter podido dispor desde o começo de um aparato ou “máquina” de complexidade e perfeição até agora não igualadas, como o sistema nervoso²⁴, fez com que se perdesse de vista a condição sempre material desse aparato. A *rapidez* do consumo dos exemplares dos produtos lingüísticos em comparação com a permanência dos produtos materiais não podia decerto ser medida, em remotos milênios, em função da rapidez da máquina que os produz da qual nada se sabia e cujo funcionamento mal começa a ser por nós conhecido, agora

23. Considerações análogas encontram-se freqüentemente nas partes teóricas dos tratados de antropologia. Escreve, por exemplo, A. L. Kroeber que os objetos materiais, enquanto distintos das instituições e das idéias, não representam algo de diferente, nem funcionam de modo significativamente diferente dentro de uma cultura. O que conta não são o machado, a massa corrida ou o trigo, enquanto físicos, mas a idéia deles, o saber como se produzem e se usam, o seu lugar na vida. São aquele saber, aquele conceito, aquela função, o que se passa de geração a geração ou se difunde para outras culturas; enquanto os objetos como tais se desgastam ou se consomem rapidamente” (*Anthropology*, New York: Harcourt, Brace, 1948, p. 295). Mas é preciso cuidado para não se criar um reinado das idéias a partir disso.

24. Eu estou discutindo de propósito o fato de que estas observações têm o caráter “profético” de referir-se a coisas como se elas já tivessem emergido, quando nós estamos ao invés, reconstruindo sua emergência gradativa. Obviamente o homem primitivo não sabia como era construído seu sistema nervoso, nem quais podiam ser suas potencialidades.

que conseguimos reproduzir alguns de seus segmentos amplificados no mundo exterior por meio de máquinas de calcular. O fato, dizíamos, de que a palavra pronunciada desapareça logo e que antes do advento da escrita não houvesse mais nenhum meio para “pará-la”, deve ter contribuído para envolver os próprios produtos lingüísticos numa aura de imaterialidade. A qualidade de ser material foi projetada para o exterior e limitada a objetos mais facilmente manipuláveis, aqueles do assim chamado mundo exterior. A apropriada *restituição* da materialidade à máquina interior, apagando qualquer traço de dualismo ontológico e, portanto, tornando inútil (a não ser para fins polêmicos contingentes) o mesmo *falar de matéria* é uma das idéias fundamentais, quem sabe a mais importante, entre as que tornam possível reconsiderar de modo unitário a inteira produção humana, a começar pela instituição de uma homologia da produção.

Cada um de nós, falando *sua* própria língua *na* própria língua, põe novamente em ação a fala coletiva relativa, isto é, desenvolve um trabalho lingüístico ulterior, utilizando como materiais e como instrumentos, e além disso como “dinheiro” o *capital lingüístico* constituído pela língua em si. Para evitar um equívoco bem possível, convém falar também de “patrimônio”, “herança”, “riqueza acumulada”, além de “capital”. É óbvio que o capital lingüístico usado numa época pré-capitalista não é homogêneo ao capital “material” usado na época capitalista. Mas mesmo em épocas pré-capitalistas existiam formas de produção que tinham necessariamente que utilizar materiais e instrumentos provenientes do trabalho das gerações precedentes e, neste sentido, constituindo uma espécie de capital acumulado, utilizado e transmitido. Preferimos dizer que se trata de um patrimônio, de uma herança, de uma riqueza. Mas não podemos esquecer que mesmo um homem da idade da pedra, se ao nascer e ao crescer não tivesse começado a fazer parte do patrimônio tanto material quanto lingüístico de sua gente, teria recaído imediatamente num nível pré-humano: com um salto ainda maior do que aquele que hoje nos separa dele.

Entretanto, a conclusão a que se chegou acima a respeito do armazém ou lugar dos enunciados e, com isso, da linguagem e da fala no nosso sistema nervoso propriamente dito, como sendo uma máquina material ainda não igualada, permite, porém, formular uma hipótese que justifica, parece-me, o emprego do termo “capital”. Trata-se de supor que uma espécie de capital, com uma estrutura orgânica de

algum modo semelhante àquela que reconhecemos hoje no capital material, tenha começado a formar-se desde os primórdios, ou seja, que ele se tenha acumulado com uma imensa antecipação temporal sobre a formação de um capital em sentido próprio, um capital interior sob a forma de modificações em nosso sistema nervoso, considerado sob o aspecto da assimilação que cada geração não pode deixar de fazer do saber que provém das gerações precedentes, começando justamente pela língua e pela fala. Não somente do fato de os homens entrarem em comunicação uns com os outros, de se construir uma realidade social e dela se participar é que teria se originado, desde o começo, o processo de exploração. Os trabalhos lingüísticos, produzidos com o capital interno, teriam, desde o início, determinado a formação de uma espécie de mais-valia. Esta, provavelmente, é a idéia mais radical entre aquelas que se podem ter no que se refere à alienação lingüística. No fundo disso tudo, é possível entrever o grande problema da alienação, como *não* passível de ser reduzida à mera objetivação. Mas teremos ocasião de falar mais longamente disso noutro lugar. Aqui direi somente que, se a hipótese que adianto faz sentido, então a produção material poderia ser em parte concebida como uma realização progressiva que projetasse e imitasse uma produção lingüística já existente. Quanto mais conseguirmos manipular a natureza exterior, tanto mais reconstruiremos nela conscientemente estruturas precedentemente construídas em nós mesmos, sem sabê-lo. Não existe nisso nenhum idealismo, uma vez que a “máquina interna” é completamente material e suas modificações dependem, de qualquer maneira, da instituição social. A identidade de natureza e história realizar-se-ia, portanto, revirando-se completamente para o exterior o nosso sistema nervoso, seria este, quem sabe, o sentido em que “a sociedade é a verdadeira ressurreição da natureza”. Todo este discurso, aqui apenas referido, deve ser visto à luz da complexidade e da perfeição da máquina interna, em comparação com qualquer máquina externa e pode servir para explicar fatos de outro modo inexplicáveis, ou até mesmo misteriosos, como a presença de línguas excepcionalmente complexas e elaboradas também junto a populações completamente primitivas do ponto de vista da produção material, as quais não teriam conseguido projetar na natureza as complexidades da “máquina interna” (realizando, muitas vezes, alguns setores dela sob a forma de cerimoniais, ritos, costumes).

Cada um de nós, ao falar, torna a acionar não apenas uma

língua coletiva, mas igualmente uma fala coletiva. É justamente por isso que nós nos entendemos. Se as modalidades de trabalho, isto é, os processos de trabalho que se especificam em elaborações por um lado, e os materiais, os instrumentos e o dinheiro, por outro, já não fossem todos coletivos, nunca chegaríamos a nos compreender. O capital ou patrimônio constituído por uma língua tem uma estrutura orgânica própria, cujo exame, conforme foi visto, apresenta resultados úteis no que concerne seja à estrutura e ao funcionamento da própria língua e dos outros sistemas, seja à posição e à função dos que dependem o trabalho lingüístico ou seja, os trabalhadores lingüísticos, isto é, os falantes.

Para voltar mais uma vez a Saussure, ou melhor, a seus intérpretes, é curioso que no *langage* se visse a mera soma ou co-presença de *langue* e *parole*, e que essa soma fosse declarada "incognoscível"; da mesma forma que é revelador que a *parole* tivesse que ser necessariamente individual, enquanto a fala coletiva estava livre disso pela invenção da ambígua e amorfa figura da "massa falante". Existe, num esquema desses, um matiz ideológico marcante, cujo núcleo encontra-se na recusa do poder fundador do trabalho e portanto também do poder explicativo e revolucionário da noção de trabalho.

Alguém, porém, dirá: e as inovações individuais? e os produtos dos níveis que tomam até mesmo nome daquilo que não é repetível e é global? — Ninguém os nega. O fato, porém, é que aquelas inovações e aqueles produtos são compreensíveis justamente e apenas porque, entre os falantes, já existe uma compreensão em ato, que, por sua vez, depende da condição de *totalidade não-reduzível* da linguagem, enquanto *co-presença dialética* de língua e fala, ambas coletivas. Não é por nada que "nós *falamos* ou *não falamos* (no plural) a mesma linguagem" é sinônimo de "nós nos compreendemos ou nós não nos compreendemos". A linguagem portanto, não apenas não é incognoscível, mas é, em princípio, plenamente compreensível, como qualquer outra atividade humana; e isso, em termos das *ações recíprocas* entre língua e fala coletiva e do trabalho que rege essas ações. É, ao contrário, justamente a noção de um "falar- apenas-individualmente-uma-língua-coletiva" que, já em sua formulação verbal, aqui polemicamente exaltada, mas não por isso tornada irreal, declara incompreensíveis as inovações lingüísticas e as criações pessoais dos indivíduos.

Milão, inverno de 1966-67.

VII

CAPITAL E PROPRIEDADE PRIVADA NA LINGUAGEM

I. PARA UMA ABORDAGEM SISTEMÁTICA

1. *Um olhar para a literatura*

Referências mais ou menos diretas aos complexos fenômenos sociais que me parece oportuno reunir no conceito de *alienação lingüística*, existem, pode-se dizer, desde o começo da formação da reflexão consciente. Até porém, que aquelas que eram chamadas de doenças, disfunções ou inadequações da linguagem chegassem a ser vistas como formas de alienação, muitas coisas deveriam chegar à maturação. Era necessário que emergissem tanto um conceito *histórico* da alienação, quanto uma moderna consciência da linguagem e da comunicação. Apenas com a retomada e a difusão da crítica marxiana da alienação, das profundas intuições de Peirce, Saussure e outros acerca da natureza da linguagem, no âmbito de uma teoria geral dos códigos e das mensagens, além disso, com os novos desenvolvimentos da psicologia profunda, isto é, somente no último pós-guerra foi possível tentar ligar os dois conceitos de alienação e de linguagem, de uma forma consciente e sistemática. Trata-se, naturalmente, de uma tarefa interdisciplinar que adquire muitas vezes um caráter pioneiro. Apesar de sabermos pouco a esse respeito, os fatos estão lá; a alienação lingüística abre-se diante de nossos olhos com sua onipotência

característica. Apenas o receio de novas idéias, muitas vezes encoberto por um caráter de seriedade e de especialização pode levar alguém a negá-la. Se quisermos tentar reconduzir a fenomenologia da alienação lingüística a qualquer esquema teórico que a explique em sua gênese e em sua estrutura, é preciso que nos atiremos no meio das coisas, sem levar em conta os preconceitos desta ou daquela pesquisa já constituída.

As intuições mais profundas quanto à alienação lingüística podem ser encontradas *in nuce* entre os fundadores do materialismo histórico. Não me refiro aqui apenas à tese de que nenhuma crítica da alienação (em suas várias formas de falsa consciência, ideologia, reificação, fetichização, transformação em mercadoria, etc.) pode ter sentido hoje em dia sem ter que remontar à desmistificação marxista da economia burguesa. Estou me referindo também a algo de mais específico. Na *Ideologia Alemã* pode-se ler páginas incrivelmente atuais sobre as maneiras como uma questão lingüística toma o lugar de uma questão real, sobre técnicas lingüísticas mistificatórias utilizadas pelos ideólogos burgueses e, finalmente, sobre o modo de combater essas mistificações. Que estas análises tenham sido até agora descuidadas pelos filósofos da linguagem e pelos estudiosos da comunicação social é um fato surpreendente ou profundamente significativo. A eles devem ser acrescentadas as referências feitas por Marx à linguagem e à comunicação em sua obra maior, principalmente na análise da mercadoria e algumas intuições fulgurantes sobre as relações entre produção econômica e produção lingüística, que afloram aqui e acolá nos *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie* de 1857-58.

A partir de Marx, desenvolvem-se vários filões de pesquisa. Lembro os três que considero os mais importantes. Em primeiro lugar temos o Lukács de *História e consciência de classe* e seus continuadores diretos ou indiretos, sobretudo na Alemanha e na França, mas também na Itália (e a grande produção, parte da qual precedeu a de Lukács, de Karl Kraus, uma verdadeira fonte de idéias sutis; vejamos particularmente *Die Sprache e Literatur und Lüge*). O conceito lukácsiano da reificação retoma e alarga o conceito marxiano de fetichismo da mercadoria; a crítica que Lukács fez dele oferece não apenas pistas preciosas, mas também uma esquematização teórica que se presta para ser utilizada no estudo da reificação lingüística. Os continuadores de Lukács aproximaram-se ainda mais desse estudo, mas ninguém, que eu saiba, jamais tentou construir uma teoria geral

da alienação lingüística. Vamos dar alguns exemplos, escolhendo aqui e acolá numa literatura já bastante vasta. A relação entre mercadoria, pensamento e linguagem está bastante presente na *Dialektik der Aufklärung* de Horkheimer e Adorno. Eles vêem na linguagem uma extensão da divisão do trabalho e seu tratamento da “indústria cultural” implica necessariamente na idéia de uma “industrialização” da linguagem. O ensaio de Adorno sobre “O caráter de fetiche na música e a regressão da audição” (em *Dissonâncias*) pode facilmente ser transposto para um estudo sobre o caráter de fetiche da linguagem e sobre a regressão da leitura. Devem igualmente ser lembradas as páginas dedicadas por Walter Benjamin à obra de arte como mercadoria e muitos pontos esclarecedores que se encontram em seu ensaio “Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem dos homens” (em *Angelus Novus*). Um dos capítulos mais esclarecedores de *One dimensional man* de Marcuse refere-se ao fechamento do universo do discurso e estuda argumentos como “a linguagem da administração total”, o caráter a-histórico da “linguagem funcional”, a “linguagem ritual-autoritária”. Trata-se de problemas cuja ulterior clarificação requer *uma teoria* da alienação lingüística.

Muitos marxistas franceses estão ligados a esses estudiosos alemães. Aqui também daremos alguns exemplos esparsos. Sartre toca questões referentes à alienação na linguagem em sua monografia sobre a literatura, na *Crítica da razão dialética* e em outras obras.

O ensaio de Lucien Goldmann sobre a reificação contém os princípios de um estudo do “mecanismo psíquico” através do qual ocorre a reificação. A distorção que torna o homem um espectador se exprime também lingüisticamente, diz Goldmann, pode-se logo acrescentar que a ruptura, devida à reificação da unidade entre sujeito e objeto e entre produtor e produto não pode não dizer respeito imediatamente também à linguagem. Se as classes dominantes se servem dos meios da influência ideológica que detêm, para impedir o desenvolvimento da consciência da classe operária, a tendência da reificação para se apoderar inclusive da mente dos operários é, *ipso facto*, uma tendência para se apoderar deles enquanto falantes. Henri Lefebvre, mesmo que de modo aproximativo e às vezes enganador, propôs alguns elementos para um paralelo entre economia e comunicação e tentou uma interpretação da linguagem como objeto de transformação em mercadoria (algo assim, pelo menos no que se refere à “comunicação econômica”, já se encontra em George Herbert

Mead: um pensador ao qual valeria a pena voltar). Em seu livro *Le langage et la société*, o último capítulo tem o título significativo de “La forme marchandise et le discours”. A importância de sua abordagem não passou despercebida a um crítico agudo como George Steiner. Recentemente, nas revistas *Tel Quel* e *La nouvelle critique* surgiram não poucos artigos sobre questões que pertencem à alienação lingüística, mesmo se a abordagem que exemplificamos permanece por enquanto mais intuitiva e literária do que lógica e científica — aliás, o fim declarado é o de elaborar uma teoria da literatura. Veja-se, por exemplo, o que escrevem Jean-Pierre Faye e Jean-Louis Baudry sobre “dinheiro e sentido”.

Entre os autores italianos, além de tudo aquilo que ainda têm a aprender sobre as disfunções técnicas e sociais da linguagem em Vailati e em Gramsci, e exemplos diretos dessas disfunções podem ser procurados nos filosofemas de Croce e Gentile, lembremos alguns escritores recentes. Em seu ensaio sobre a nova vanguarda, Gianni Scalia trata da “miséria da poesia” e da “transformação da palavra em mercadoria”; seu discurso ainda é confuso, mas algumas de suas intuições são profundas. Edoardo Sanguineti chamou um volume seu de *Ideologia e linguaggio* e nele examina, mesmo que brevemente, a situação dos produtos artísticos entre mercado e museu. Finalmente, é sintomático que um lingüista de tipo clássico como Giacomo Devoto, na premissa a uma coletânea de artigos, tenha aludido à “alienação mais característica de nosso tempo, a alienação lingüística”.

Uma segunda linha de pesquisa é constituída pelos assim chamados filósofos analíticos ou lingüísticos, isto é, por George E. Moore e Ludwig Wittgenstein e por alguns de seus continuadores, especialmente na Inglaterra. Conforme tentei mostrar no primeiro capítulo deste livro, nos trabalhos do filósofo de Viena, como também nos de Moore, John Wisdom e Gilbert Ryle, está presente uma forte carga de desmistificação lingüística. Ela é, porém, raramente apresentada enquanto tal; ao contrário, costuma-se limitá-la à linguagem considerada por si só, ou pior, a alguns aspectos da língua “natural” de que nos coube falar. É preciso *trazer à luz* este potencial de desmistificação: então nós descobriremos que ele se encaixa perfeitamente, e que, melhor, adquire força e significado, no âmbito de uma crítica geral das ideologias. Isso quer dizer que o objeto de que realmente se ocuparam aqueles filósofos na parte mais válida de suas pesquisas é a linguagem alienada, a ideologia lingüística. Com uma fórmula,

Wittgenstein afirma que as dificuldades filosóficas e metafóricas se formam quando a linguagem “gira em falso” e “vai em férias”, em lugar de “trabalhar”. Pois bem, se, em lugar de nos contentarmos em registrar este fato e de combatê-lo no nível em que o registramos, nós nos perguntarmos também *porque* ele ocorre e nos propormos a combater também suas *causas*, nós passaremos do terreno da análise apenas lingüística para o terreno da crítica das ideologias como algo de socialmente real. Então, as doenças e as disfunções da linguagem não se nos apresentam mais na roupagem provisória e individualizante dos “maus usos lingüísticos” e das relativas “cãimbras mentais”. De modo bem mais completo e compreensível, elas mostram pertencer a uma verdadeira e própria alienação da linguagem — da linguagem considerada como fator constitutivo do real.

Uma terceira linha é tão óbvia que vou lembrá-la ainda mais sucintamente. A linguagem alienada está no centro da atenção dos psicólogos e dos psiquiatras, a começar pelo próprio Freud. É lícito sustentar que a psicanálise se tenha se constituído como indagação sobre a linguagem alienada. Os nomes de Lacan e de Ricoeur estão entre aqueles que vem à mente de imediato. Entre as contribuições mais recentes, lembramos *Insight and responsibility* de Erik H. Erikson; a trilogia dedicada por Jurgen Ruesch à comunicação como matriz social da psiquiatria (justamente com o antropólogo Gregory Bateson), à comunicação “perturbada” e àquela terapêutica; a indagação de Julius Laffal sobre a linguagem normal e patológica e aquela de Sergio Piro sobre a linguagem esquizofrênica. Entre os infinitos modos de levar os outros a rirem de nós está o de ir dizer aos psiquiatras que a alienação lingüística não existe.

Se, na busca de esquemas explicativos, nos esforçarmos para descobrir o que têm em comum todos esse autores mesmo tão diferentes, acharemos que eles compartilham pelo menos duas teses. Primeira, que na linguagem há algo que “não vai bem”, que não funciona como deveria e como poderia; segunda, que um estudo atento do comportamento de comunicação lingüística, entendido globalmente em si mesmo e em suas relações com os outros comportamentos comunicativos, deveria nos colocar em condições de encontrar algum remédio. Ora, esse comportamento apresenta as duas características substanciais de servir-se de uma língua e de ser por ela condicionado; é, portanto, também, a estrutura objetiva (superpessoal) da língua que deve se tornar objeto de estudo. Até mesmo aqueles entre

os autores citados que não tocam expressamente em questões lingüísticas ou que o fazem apenas de relance, pelo próprio fato de verem na alienação uma condição humana geral, admitem implicitamente que também a linguagem, como fator constitutivo do humano, está igualmente a ela sujeita.

Para que o estudo da alienação lingüística não se limite à sua fenomenologia e para que os remédios dos quais se está à procura sejam teoricamente consistentes, é necessária uma abordagem que não seja apenas glotológica ou lógico-lingüística, ou apenas psicológica, ou mesmo apenas sociológica. Não basta denunciar certos desvios de paradigmas precedentemente estabelecidos, ou propostos no âmbito de uma língua considerada como sistema auto-suficiente; não basta descrever aquilo que aparece e igualmente não basta construir por sua conta um modelo qualquer de como a linguagem deveria ser. Como não existe linguagem sem sociedade e vice-versa e é, aliás, na linguagem que se manifesta a sociedade (no sentido positivo de *erscheint*), emerge como fundamental o seguinte princípio: é preciso que nos coloquemos numa posição que nos permita ver as coisas também em termos histórico-políticos, isto é, possuir e aplicar uma teoria geral da sociedade e das ações aptas a mudar a própria sociedade.

2. Breve discussão da produção lingüística

Resumimos aqui algumas das considerações que foram feitas nos capítulos precedentes, especialmente no II, III e VI. O homem é caracterizado por seu próprio trabalho. Mesmo sua linguagem é trabalho humano, uma vez que seus produtos não existem na natureza. Pode-se falar em produção lingüística e considerá-la um dos dois fatores fundamentais da própria constituição da vida social no âmbito da divisão do trabalho. O outro fator é a produção de utensílios e de outros artefatos (se tivéssemos que tratar também do problema do incesto, isso não alteraria substancialmente nossa abordagem).

Comparando a produção lingüística com a produção material, descobrimos que são homólogas, ou seja, que se desenvolvem segundo modalidades e graus de complexidade paralelos, suscetíveis de explicações unitárias. O trabalho é sempre trabalho — ele não pode deixar de articular-se nos materiais sobre os quais ele é aplicado, nos instrumentos utilizados e nos produtos. Um produto não pode sub-

trair-se à possibilidade de adquirir, por sua vez, a função de instrumento ou de material. Pois bem, essas articulações internas do trabalho valem para ambas as ordens da produção, tanto a material quanto a lingüística. Parte-se em ambos os casos de um material “pré-elaborado” que na produção lingüística é “pré-significante”. Em seguida há um nível do “semi-elaborado”, onde aparecem, por um lado, modificações estáveis e completas introduzidas em materiais físicos e, por outro lado, coisas como os monemas. Depois vem um nível das peças completas e separáveis. Trata-se das peças que constituem um utensílio e, correspondentemente, das palavras. O grau de complexidade do utensílio é o mesmo do enunciado. Continuando por esta linha, acha-se, por exemplo, que um silogismo funciona como uma máquina (conforme já notara Hegel). Abreviando, os produtos lingüísticos podem ser vistos como conjuntos de artefatos; por outro lado, os outros sistemas de artefatos, aqueles materiais, podem ser vistos como códigos não-verbais. A abordagem, conforme pode se ver, é aquela de uma semiótica global dos códigos sociais, mas é também aquela, complementar, que consiste na interpretação de todos os códigos sociais, inclusive os verbais, em termos de trabalho e de produção.

Baseado nisso torna-se possível introduzir no estudo da linguagem o aparato conceitual desenvolvido no estudo do trabalho e da produção materiais. Quem começar por um exame da produção lingüística, chegará gradativamente a considerar coisas como a propriedade privada e a exploração lingüística. Por outro lado, quem se proponha a explicar a alienação lingüística, não pode não levar em conta outros tipos de alienação e acaba procurando um fundamento na produção lingüística, enquanto homóloga à produção material. Dirigindo-me a lingüistas, diria que a operação intelectual que estou descrevendo é complementar à operação, já agora bastante comum de aplicar a coisas não-lingüísticas (no sentido específico de não verbais) instrumentos conceptuais de origem lingüística. Exemplar é a possibilidade de interpretar tanto *as mercadorias como mensagens* quanto *as mensagens como mercadorias*, no primeiro caso estendemos instrumentos lingüísticos além do campo da produção lingüística; no segundo, estendemos à linguagem verbal instrumentos de outro tipo. Se a homologia entre as duas ordens de produção é válida, estas aplicações se apresentam como conseqüências dos princípios mais gerais.

Algumas advertências importantes para que não se entenda erroneamente a homologia entre produção lingüística e produção material são as seguintes: (i) Ninguém pretende negar a existência das línguas enquanto conjuntos relativamente neutros de instrumentos e materiais (e, conforme vimos, de “dinheiro” lingüístico). Como tais, elas podem ser estudadas *também* por conta própria em suas estruturas relativamente objetivas e em seu funcionamento. Quer-se, porém, afirmar que, do mesmo modo, existem as máquinas materiais com suas estruturas e seu funcionamento e que, da mesma forma, nós todos, em nossa vida cotidiana, nos servimos de artefatos materiais, de máquinas também bastante complexas e de dinheiro. O uso comum da língua corresponde ao ato comum de servir-se de todos os objetos que nos circundam na sociedade em que nascemos e em que vivemos. (ii) Não é uma ou outra fábrica ou empresa industrial que é comparada à produção lingüística, porém a inteira produção não-lingüística de uma comunidade considerada em sua fase inicial e formativa. (iii) Está claro, além disso, que é possível servir-se dos produtos também para fins que não os de trabalho. Podem ser usadas palavras pelo prazer de seu som, sem na realidade, satisfazer nenhuma necessidade além daquela talvez encontrada no prazer em si, assim como é possível entreter-se com vários objetos e retirar de seu uso um prazer qualquer que nada tem a ver com a produção enquanto tal. Mas produção deve ser diferenciada das outras coisas que se podem fazer com os objetos produzidos. A base está na produção. Se não existissem objetos produzidos não haveria nada para ser usado de modo indiferentemente produtivo ou não produtivo, e isto também vale para a linguagem. (iv) Finalmente, estamos falando no nível dos modelos e não no dos espécimes: de coisas como os sapatos ou os martelos *em geral* (do fato de que existem sapatos e martelos) ou desse e daquele enunciado *em geral* (do fato que existe este ou aquele enunciado), não dos sapatos que eu calço neste momento ou de eu enunciar, *hic et nunc*, um certo enunciado. Estas e outras observações semelhantes são ou deveriam ser dadas por descontadas — tanto no caso da produção lingüística quanto no caso da produção material, elas se referem às premissas dos processos a serem examinados — isto é, dos processos que *levam* à alienação. Digamos que a exploração lingüística segue a produção lingüística, como a exploração econômica segue a produção material: estamos reafirmando

assim, quase tautologicamente, que uma sociedade não pode existir sem ambas as produções.

O restante do capítulo é dedicado a dois tópicos: o capital lingüístico e a propriedade privada lingüística. Minha intenção é exemplificar algumas idéias que surgiram do estudo da alienação lingüística e ao mesmo tempo submeter ao leitor alguns problemas. Mesmo sendo um desenvolvimento de idéias já expressas em vários capítulos anteriores, o que diremos terá um caráter bastante condensado. Para desenvolvimentos mais analíticos em várias direções, remeto a meus livros *Semiotica e ideologia*, *Linguistics and economics* e *Nuovi saggi sul linguaggio e l'ideologia*.

II. O CAPITAL LINGÜÍSTICO

3. *Capital lingüístico constante*

a. Instrumentos e materiais lingüísticos. — A concepção da língua como sistema de signos e de regras para o uso dos signos e para sua combinação é conhecida: desse sistema nos servimos para comunicar, ou seja, para construir, transmitir, receber e interpretar mensagens. Em termos de produção lingüística, aquilo que acontece no interior da língua ao empregá-la, isto é, as relações dinâmicas entre os vários elementos que a constituem, pertence ao tratamento do processo de trabalho lingüístico em geral e das várias elaborações lingüísticas. Disso não me ocuparei aqui. Desejo, ao invés, dizer alguma coisa sobre a atribuição costumeira de um caráter instrumental à língua em sua totalidade. De acordo com esse caráter, nós trabalhamos *com* a língua e *sobre* algo de diferente. A língua, assim, apresenta-se portanto como inserida numa totalidade mais vasta, de que ela constitui uma parte, junto com outras partes. Mas qual é a natureza dessas outras partes? Qual é sua relação com a parte construída pela língua? A primeira resposta é que se a língua é um instrumento (ou um conjunto de instrumentos), as outras partes devem ser materiais e produtos. Colocadas as coisas nestes termos, os materiais não podem ser lingüísticos, por sua vez. Isso significaria simplesmente estender para trás a concepção da língua como instrumento: isto é, ao mesmo tempo contradizer o que foi assumido (que a língua é um instrumento) ou retomar o discurso num outro ponto, deslocando o

lugar da distinção entre materiais e instrumentos. De acordo com essa abordagem, então, a construção de mensagens por meio da língua consistiria na elaboração de materiais não-lingüísticos por meio de instrumentos lingüísticos. Quanto à natureza das mensagens, ela seria em parte lingüística e em parte não-lingüística: lingüística, porque as mensagens são produtos de um trabalho lingüístico, mas também não lingüístico porque — e na medida em que — materiais não lingüísticos nela interferem. À questões dessa espécie, e particularmente à natureza não-lingüística dos materiais, se referem as definições correntes da língua como instrumentos para organizar e comunicar sentimentos, experiências: isto é, precisamente, materiais que muitos lingüistas relegam prontamente a outros campos de estudo.

A concepção que estamos examinando se presta a severas críticas. Em primeiro lugar, é muito difícil, se não impossível, precisar quais seriam os sentimentos ou os pensamentos ou as experiências estranhas à linguagem e sobre os quais se aplicaria o instrumento da língua. Por acaso não se formam eles e não se tornam individuais só na medida em que se aprende a falar? Será que eles não variam *em alguma medida* justamente em função da língua que falamos como língua materna, ou até mesmo da língua que nos acontece falar num dado momento? (Esta é a tese da “relatividade lingüística”, para cujo exame remeto ao cap. X de *Semiotica e ideologia*) Em segundo lugar, está claro que os instrumentos da língua não são instrumentos em absoluto. Com isso quero dizer que tanto eles são produtos de um precedente trabalho lingüístico quanto são suscetíveis de se tornarem novamente materiais. Cada língua pode ser elaborada indefinidamente. Se consistisse apenas de instrumentos que permanecem sempre instrumentos, isso seria impossível. Melhor ainda, se os instrumentos não fossem por sua vez produtos e não resumissem nunca a condição de materiais, nos veríamos obrigados a chegar à curiosa conclusão que o aparato instrumental inteiro da língua nos foi fornecido de uma vez por todas. Sempre igual a si mesmo, ele se prestaria para encapsular e transmitir sentimentos, pensamentos e experiências. Todas as variações nas mensagens produzidas dependeriam, então, apenas da variação do material não-lingüístico sobre o qual está se trabalhando. (Quando muito, também de pequenas variações pessoais no uso de instrumentos superpessoais.)

Para superar essas dificuldades, parece razoável admitir que a língua consiste ela mesma não apenas de instrumentos, mas também

de materiais, ambos produzidos por um trabalho lingüístico precedente. Utilizando a língua, nós trabalhamos com instrumentos lingüísticos sobre materiais (ao menos em parte) lingüísticos. O grande problema que se deveria enfrentar a esta altura é aquele da origem do lingüístico — seja no sentido da origem da linguagem em geral, seja no sentido da maneira pela qual os elementos não-lingüísticos são observados na função lingüística, toda vez que se recomeça a falar. Parece-me que, por considerar a linguagem não apenas um conjunto de instrumentos, mas igualmente um conjunto de materiais, nós estejamos dando um passo em direção ao princípio fundamental que o lingüístico e o não-lingüístico estão necessariamente juntos. Eles podem ser diferenciados e opostos entre si somente dentro de uma única totalidade que os compreenda a ambos. Uma grande consequência disso é que nós carregamos conosco a inteira experiência lingüística da espécie; que cada criança, quando começa a falar, utiliza logo materiais e instrumentos imensamente complicados. O mesmo ocorre, porém, com a produção material.

Digamos, então, que a língua consiste de materiais e de instrumentos e que é portanto homóloga com a parte dita constante ou fixa do capital. Mas nós sabemos que um capital constante consiste também de dinheiro. Temos então que nos perguntar se uma dimensão que corresponda ao dinheiro pode ser encontrada na língua — se o “dinheiro lingüístico” também existe.

b. Dinheiro lingüístico — A idéia de dinheiro aplicada à língua soa algo estranha: sua formulação não é fácil. Mesmo assim é este justamente o aspecto que mais chamou a atenção de vários estudiosos e homens de letras. Horácio falava na “cunhagem das palavras”, Francis Bacon na “moeda das coisas intelectuais”. Hegel, na lógica como moeda do pensamento. Bacon chegou mesmo a escrever que “as palavras são fichas correntes e aceitas como conceito, como as moedas para os valores”. Lévi-Strauss lembra-nos que enquanto nós /europeus e americanos/ falamos sempre, abusando da linguagem “a maior parte das culturas que nós chamamos de primitivas, servem-se da linguagem com parcimônia; nelas não se fala a qualquer momento e a respeito de qualquer coisa. As manifestações verbais são frequentemente limitadas a circunstâncias prescritas, fora das quais as palavras são poupadas”. (*Anthropologie Structurale*, p. 78) O jurista Bruno Leoni tentou estabelecer um paralelo não apenas entre a lin-

guagem e a moeda em geral, mas também entre produção, troca e falsificação de moedas e de palavras (veja-se a nota 22 ao capítulo II). São conhecidas as não poucas páginas em que Saussure compara o valor dos signos ao valor econômico e já se mencionaram os jovens literatos franceses que tornaram a propor a questão de um ponto-de-vista marxista.

Vale a pena perguntar como é que o dinheiro lingüístico tenha conseguido atrair a atenção mais do que outros fatores do capital lingüístico. Farei referência a duas explicações possíveis. A primeira é que nós nos servimos da língua “naturalmente”. Trata-se, obviamente, de uma pseudonaturalidade, mas esta pseudonaturalidade é uma zona bastante difícil de ser ultrapassada: é difícil reconhecer, numa atividade cotidiana fundamental comum a todos como falar a própria língua materna, um trabalho com suas várias articulações ou tão somente o uso de produtos prévios. A segunda razão é que a concepção primitiva do dinheiro como riqueza real, ou mesmo como fonte de riqueza, pode ter contribuído para pôr em evidência justamente apenas o aspecto de riqueza da linguagem. Na ausência de uma teoria que levasse o valor de volta ao trabalho, a distorção da realidade social determinada pela exploração permitia não apenas que se visse na língua uma riqueza, mas também que se antepusesse esta riqueza a outros aspectos, ou mesmo fazer com que estes dela dependessem.

O fato é que com o dinheiro se compram e vendem todas as outras mercadorias. A língua apresenta de modo macroscópico o próprio caráter de meio de troca universal. Quem fala pode se dirigir a quem quer que seja, pode dizer o que bem entender — é um pouco como quem está com dinheiro no bolso e pode entrar em qualquer loja e comprar a mercadoria que quiser. As mesmas limitações dessas liberdades, das quais falaremos em seguida, acentuam, ao invés de atenuar, a pregnância da homologia. Além disso, o patrimônio da língua está presente de maneira universal e necessária dentro de cada comunidade lingüística. Não apenas todos podem se servir dele; é verdade também que ninguém pode se subtrair a ele completamente. É em relação à língua que se medem todas as mensagens que se trocam entre as pessoas. As mensagens têm valor na medida em que essa mensuração seja possível e dê um resultado ao menos em parte positivo (cf., os capítulos V e VI de meu livro *Significato, comunicazione e parlare comune*). Sem chegar até o ponto de considerar o

dinheiro lingüístico como uma verdadeira e própria “mercadoria excluída” (como faz Marx, quanto ao dinheiro em geral, nos primeiros capítulos de *O Capital*), pode-se dizer, quem sabe, que ele é o equivalente geral de todas as comunicações possíveis no sentido que ele regula a todas elas, pondo limites a cada uma. Em segundo lugar, é razoável admitir-se que alguns valores lingüísticos assumem a função de mercadorias privilegiadas que podem ser trocadas imediatamente por qualquer outra mercadoria, ou pela maioria delas — um pouco como ocorre no mercado das pedras preciosas. Refiro-me, por exemplo, aos termos ditos justamente de valor, ou ao uso existencial do verbo *ser*. Pode-se ver aqui o que diz George Thomson sobre a relação entre formação de uma economia monetária e formação do Uno Parmenídeo e, em seguida, da noção de substância.

Alguns outros elementos homólogos são os seguintes. A troca corresponderia ao intercâmbio comunicativo de um ou mais significados de maneira imediata. Se obteria, ao contrário, um esquema semelhante àquele do intercâmbio através do dinheiro, isto é, numa transação Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria, no caso em que a troca lingüística simples seja quebrada em duas partes pelo fato das palavras permanecerem na língua, isto é, pelo fato das palavras serem registradas nos dicionários ou, ao menos, herdadas de geração em geração, quais elementos constitutivos indispensáveis. O dinheiro lingüístico estaria nesta permanência das palavras fora da verdadeira e própria transação comunicativa.

Introduzindo a noção de necessidade lingüística, a passagem da troca lingüística ocasional para níveis sucessivos e mais complicados aconteceria da maneira que segue. Correspondendo à *troca ocasional*, isto é, à satisfação das próprias necessidades graças a um intercâmbio particular entre produtores isolados, teríamos uma troca lingüística, realizada para satisfazer necessidades expressivas ou comunicativas imediatas. O fato de que já nesse caso são empregadas palavras é semelhante ao fato que na troca, os vários tipos de bens já devem ter sido produzidos e são susceptíveis de serem considerados objetos de troca. Correspondendo à *produção mercantil simples*, onde o dinheiro foi instituído e a produção se dirige ao *consumo*, teríamos a institucionalização das palavras, isto é, a possibilidade social de mantê-las à parte, ou “conservá-las” separadamente de seu significado vivo, independentemente do uso que se possa fazer delas — procedimento esse que se realiza pela escrita ou mesmo pela memorização e

transmissão de fórmulas ritualísticas ou de fórmulas tecnológicas que não mais representam de uma maneira imediata o trabalho lingüístico específico que produziu as palavras. Aqui, então, a comunicação enquanto troca lingüística imediata e dirigida é interrompida por “palavras guardadas”: socialmente, a circulação lingüística é interrompida por quem “possui” aquelas palavras. É difícil que, nesse nível, surjam crises lingüísticas reais. Teríamos, finalmente, uma *produção lingüística “capitalista”* — um capitalismo lingüístico correspondente à produção capitalista que visa o *lucro*, com suas crises e depressões. Numa produção lingüística que visasse o lucro, este seria exclusivo de quem possuísse as fontes e os meios da comunicação, isto é, o controle dos códigos e dos canais; enquanto que o trabalhador lingüístico, isto é, o falante comum, continuaria a produzir, visando o consumo.

Em outras palavras, o dinheiro lingüístico é aquele aspecto da língua que permite comunicar com quem quer que seja, mesmo fora das necessidades que se formam no âmbito da divisão do trabalho e que, por sinal, promove este tipo de comunicação. Isto permite o desenvolvimento de um número indeterminado de necessidades lingüísticas, cada vez mais complicadas e, em grande parte, artificiais.

Chegamos a reconhecer na língua os aspectos dos instrumentos, dos materiais e do dinheiro. Podemos portanto descrever a língua como capital fixo ou constante. Qual será a natureza do capital lingüístico variável que, acrescentado ao capital constante, determine um capital lingüístico total?

4. *Capital lingüístico variável*

O capital fixo ou constante é coisa morta se a ele não se acrescentar um capital variável. No caso da linguagem, o capital variável só pode consistir no valor da força de trabalho lingüístico despendida pelos homens que falam e entendem uma dada língua, que nela se expressam e se comunicam — estejam eles na posição do falante ou do escrevente (remetente) ou naquela do ouvinte ou leitor (receptor). Quando se fala em capital constante, não se pretende certamente afirmar uma fixidez ontológica ou mesmo apenas naturalística, mas sim indicar uma diferença em relação ao capital variável. Constância e variação, ambas relativas, podem ser captadas perfeitamente, consi-

derando-se a permanência da língua de geração em geração. Se eliminarmos o capital variável, ficaremos apenas com os materiais, instrumentos e dinheiro, que, sem o trabalho, são coisa morta. Antes de estar morta, uma língua deve ter sido viva; é justamente à noção de língua morta que *se chega* quando se elimina o capital variável. Por outro lado, o *acréscimo* do capital variável ao capital constante aparece com clareza quando se considera o caso de um lingüista que consegue interpretar uma língua morta: ele é como quem entra numa fábrica abandonada e aos poucos volta a acionar as máquinas das quais compreendeu o funcionamento e torna a utilizar os materiais que tinham ficado relegados à espera.

O ponto mais importante, em termos de capital lingüístico variável, é o modo como ele é transmitido. Para que o capital da linguagem continue a funcionar, é preciso que seja preservada não apenas a parte constante, ou seja, a língua, mas também a parte variável, isto é, os trabalhadores lingüísticos. Mas como se produzem trabalhadores lingüísticos? A resposta apenas aparentemente óbvia é que eles são produzidos justamente *com* a linguagem, isto é, associando-os à produção lingüística, tornando-os um elemento controlável e espoliável. Se realizarmos as operações que em economia levam a distinguir o salário de outros preços e considerarmos a classe operária como mercadoria, então nos chama a atenção o fato de que se trata de uma *mercadoria falante*. A língua, em suma, deve continuar funcionando; para que isto aconteça devem continuar existindo aqueles que a falam; transmitindo-se a língua de geração em geração, transmite-se também a alienação lingüística.

A relação entre capital lingüístico constante e capital lingüístico variável, isto é, a *estrutura orgânica* do capital lingüístico, presta-se, por sua vez, a interessantes considerações. Pode-se supor uma língua realmente primitiva (isto é, bem mais primitiva do que aquelas das sociedades que nós habitualmente chamamos de primitivas), constituindo um capital constante de valor modesto, e como tal, deixando certa liberdade aos falantes. A mesma parcimônia discursiva dos primitivos é indicio de certa proximidade com as elaborações lingüísticas específicas, graças às quais se obtêm valores de uso, isto é, com a relativa independência e integridade do artesão. Com o crescimento do capital constante, qualquer interrupção, defeito ou modificação no funcionamento das máquinas compromete um valor cada vez maior. Não é por nada que os puristas são conservadores e os van-

guardistas, revolucionários. Quanto mais complexa e regulada for a estrutura do capitalismo constante, tanto mais o falante passa a ser atomizado, reduzido à condição de indivíduo que trabalha sem liberdade, dentro de uma máquina imensa. A este ponto, como diz Marx em *Grundrisse*, a atividade do trabalhador “limita-se a mediar o trabalho da máquina”: é uma atividade “determinada e regulada em qualquer direção pelo movimento da máquina...” “A acumulação do saber e do talento, das forças produtivas gerais do cérebro social é, desse modo, em relação ao trabalho, absorvida no capital e se manifesta, portanto, como qualidade do capitalismo, e mais precisamente, do *capital fixé*, na medida em que este entra no processo produtivo como verdadeiro meio de produção” (pp. 584, 586). A condição extrema à qual parece possível chegar é aquela de se voltar a acreditar que a língua seja algo de apenas natural: uma força à qual não nos podemos opôr, uma condição necessária. A esta altura os valores lingüísticos de troca tornam a apresentar-se eles mesmos como valores lingüísticos de uso. A resignação do trabalhador é completa porque não é sequer sentida como resignação. A transição do capitalismo ao neo-capitalismo, tanto lingüístico como não-lingüístico, está feita.

5. *Capital lingüístico total e sua operação*

A operação do capital lingüístico total, isto é, da língua como capital lingüístico constante e dos falantes como capital lingüístico variável, constitui a comunicação. A comunicação é produção, circulação e acúmulo de mensagens no âmbito de uma comunidade lingüística, num mercado comunicativo. O processo deve ser visto como algo unitário e circular; não há falante sem ouvinte, nem ouvinte sem mensagens que vão de um ao outro, nem mensagens compreensíveis sem um código em comum, nem um código em comum sem prévio trabalho lingüístico-comunicativo. A inteira situação forma-se pouco a pouco como um todo e o indivíduo se distingue nela e atribui a si mesmo uma posição particular dentro dela só bem mais tarde.

Se a comunicação é a operação do capital lingüístico total, não é possível caracterizá-la em função de uma parte apenas desse capi-

tal. Se, por exemplo, dissermos que a comunicação ocorre *com a língua*, ou seja, apenas com o capital constante e, em seguida, se acrescentarmos que a língua é *utilizada* pelos falantes, estaremos descrevendo separadamente a língua e os falantes. O que se perde, no caso, é a influência recíproca de duas partes da mesma totalidade. Quanto se estuda uma língua em si, enquanto estrutura relativamente imóvel e como tal isolável como objeto de atenção, ocorre que, neste como em outros casos de separação postiça, não é absolutamente possível eliminar o trabalho. Quando acreditamos tê-lo eliminado, como mínimo o estamos reintroduzindo nós, enquanto estudiosos. Contudo o que ocorre a maioria das vezes é que a língua e os falantes são apresentados como entidades separadas que se encontram no ato do falar. O capital fixo dos Dados Sensoriais, ou indiferentemente, dos Momentos Do Espírito, transferiu-se para as Estruturas da Língua. Aqui, ao contrário, propõe-se como originária e mais importante uma totalidade que compreende a língua e os falantes como suas partes intrínsecas e constitutivas. O capital lingüístico total é uma realidade que procede em seu próprio movimento e arrasta consigo a língua e os falantes, sua porção constante e sua porção variável.

Voltemos por um momento aos produtos da operação do capital lingüístico total, ou seja, às mensagens. As mensagens podem esgotar-se no ato da recepção, isto é, do consumo ou da fruição lingüística. Isso significa que podem retroagir sobre o capital constante da comunidade lingüística, introduzindo modificações nas unidades e nos conjuntos que constituem a língua bem como nas regras para usar e combinar umas e outras. Um outro caminho que as mensagens podem seguir é o de se acumularem e se organizarem como capital de nível mais alto, disponível para ulteriores e mais complexas elaborações lingüísticas, a serem realizadas com aquela língua e dentro daquela comunidade. Refiro-me ao patrimônio cerimonial, ritual, folclórico, literário, tanto oral quanto escrito, e penso que aqui seria possível encontrar elementos homológicos como o capital financeiro. Nos limites em que é possível a tradução, esses patrimônios exercem influências recíprocas. É este, portanto, o lugar para acrescentar que, além dos mercados lingüísticos nacionais correspondentes às várias línguas, a pluralidade das línguas e as trocas que ocorrem entre elas determinam vários mercados lingüísticos internacionais e tendem a constituir um único mercado lingüístico planetário. As maneiras como nós acolhemos mercados traduzidos de outras línguas apresentam

afinidades surpreendentes com as maneiras pelas quais nós acolhemos mercadorias importadas de outros mercados.

III. A PROPRIEDADE PRIVADA LINGÜÍSTICA

6. *Condicionamento do discurso*

Existe ou não existe uma propriedade privada no campo da linguagem e da comunicação? Como todos falam a língua, todos se servem dela e as palavras estão a disposição de todos, a resposta pareceria negativa. Mas, por outro lado, todos consomem um bem qualquer, todos compram ou utilizam uma mercadoria qualquer, todos podem manusear dinheiro — entretanto continua-se falando em propriedade privada.

Os pontos essenciais parecem ser dois. Em primeiro lugar, as operações acima — tanto as econômicas quanto as lingüístico-comunicativas — não são realizadas livremente; em segundo lugar, não é possível falar-se de privado sem ao mesmo tempo se falar de público. Vejamos separadamente esses dois pontos.

O uso da língua é livre apenas na aparência, ou melhor, apenas num nível superficial, da mesma forma que apenas aparente ou superficial é a liberdade de quem tem dinheiro no bolso e “decide” comprar um objeto em lugar de outro. A operação tipicamente social de fala não pode não ser executada por um indivíduo ou um grupo historicamente determinados; não pode não ser executada numa dada língua, isto é, numa estrutura ela também determinada e portanto sempre em certa medida já ideologicizada como produto e ideologizante como instrumento; enfim, o auditório também é sempre determinado (Perelman e Olbrechts denunciaram a propósito as idiossincrasias filosóficas que estão encerradas na noção de “auditório universal”). É impossível imaginar como poderia ser um discurso mantido fora de qualquer situação histórico-social. Mesmo que a língua fosse apenas um conjunto de instrumentos neutros para comunicar materiais não-lingüísticos, o condicionamento seria exercido sobre esses materiais e, além disso, sobre os falantes; se, ainda, considerarmos a língua como conjunto não apenas de instrumentos mas também de materiais e de dinheiro, chegamos a ver como o condicionamento do discurso deve ser procurado dentre todas as partes que

compõem o capital lingüístico total. Fala-se, tem-se discurso, na medida em que o capital lingüístico funcione em sua totalidade. Mesmo a emissão de uma mensagem verbal extremamente simples, abaixo do nível do enunciado, já requer que a grande máquina inteira esteja funcionando. O sentido, portanto, em que as palavras estão “a disposição de todos” é apenas o sentido que, toda vez que começamos a falar, a língua permanece ali, encerrada, por um lado, em nossa memória de falantes e, por outro, nos livros que a descrevem. Mas do mesmo modo as lojas estão repletas de mercadorias mesmo quando não podemos comprar; a produção continua em seu movimento independente de qualquer intervenção nossa; e as possibilidades de um mundo melhor se nos apresentam à imaginação mesmo quando não sabemos por onde começar para realizá-las.

7. *Caráter público da propriedade privada*

O segundo ponto a ser examinado é o do caráter público da propriedade privada. Aquilo que nós chamamos de privado é tal somente enquanto é público. Foi e deve continuar sendo algo de público, justamente para poder tornar-se, por um instante ou durante mil anos, algo de privado.

Consideremos o caso do privado e do público onde mais comumente deles se fala — na economia. O capital e o mercado não se formam certamente desde o início, constitutivamente como algo de privado ou de individual. Para isolar um capital como privado é necessário poder-se dispor da riqueza como de uma coisa pública: como são os materiais, os instrumentos, o dinheiro e como são os trabalhadores. Pode-se agir individualmente num mercado, por exemplo, conquistá-lo, exatamente porque o mercado é um fato social. A idéia de um capital e de um mercado econômicos originariamente e constitutivamente privados e individuais não apenas não explicaria nada — seria ela mesma inexplicável. A ação privada coloca-se como tal e desloca algo mais como privado porque quebra internamente uma totalidade que é pública.

Conforme Marx em *Grundrisse*:

“O indivíduo relaciona-se com uma língua como sendo a *sua própria* apenas enquanto membro natural de uma comunidade

humana. A linguagem como produto de um indivíduo isolado é um absurdo. Mas a propriedade também o é. A própria linguagem é tanto produto de uma comunidade, quanto, sob outro aspecto, o é a própria existência dessa comunidade — seu modo natural de existir." (p. 390)

E ainda:

"Um indivíduo isolado não poderia possuir propriedades na terra mais de quanto ele conseguisse falar. Quando muito poderia consumir sua substância, como fonte de suprimento, como fazem os animais" (p. 385).

Assim, a constituição de uma propriedade privada lingüística não contradiz o caráter constitutivamente público da língua, mais do que a formação de uma propriedade privada, em sentido econômico, contradiz o caráter público da riqueza. Justamente devido ao fato de a língua, como capital lingüístico constante ser coisa pública e social, justamente devido ao fato de o mercado lingüístico pressupor indivíduos unidos pela língua, é que nela se podem isolar uma propriedade privada lingüística e um uso lingüístico pessoal ou de grupo. Naquilo que diz respeito à língua, é preciso tomar cuidado para não confundir a noção de uma *língua privada* com aquela de uma *propriedade privada da língua* (que é pública). A propriedade privada lingüística da qual se fala aqui é uma língua privada como aquela combatida por Marx e em seguida por Wittgenstein; é a tomada de posse, que se concretizou, por parte de um grupo social privilegiado, de uma parte de um bem intrinsecamente público e social.

IV. ALGUMAS CONCLUSÕES POSSÍVEIS

Acredito ser possível sustentar que em todo mercado lingüístico comunicativo, a classe dominante possui privadamente a linguagem nas três dimensões de (i) controle do código ou códigos das modalidades de codificação, (ii) controle dos canais, isto é, das modalidades de circulação das mensagens, (iii) controle das modalidades de decodificação e interpretação. A classe dominante aumenta a redundância das mensagens que confirmam sua própria posição e ataca com ruído ou, perturbando se necessário, a codificação e a cir-

culação das mensagens que poderiam, ao contrário, desestabilizá-la. A classe subordinada é colocada em condições de decodificá-las com particular facilidade, e portanto, de considerar “reais” ou “naturais”, aquelas mensagens que são suficientemente redundantes para superar o ruído ou a perturbação que possam falsear a recepção, ou seja, aquelas mensagens que lhe são transmitidas por meio de modalidades codificadoras e por meio de canais particularmente isentos de ruídos ou de perturbação. Para essas mensagens, a operação de subtrair a operação espúria à informação total, ou não é necessária, ou encontra-se reduzida ao mínimo. Com base nisso, pode-se, também, propor uma definição de “classe dominante” como sendo a classe que detém os controles mencionados acima. (Vejam-se, a esse respeito, também, o ensaio “*Significato, ideologia e realismo artistico*” e a nota “*Sui programmi della comunicazione non verbale*” cap. VIII e XII da segunda edição de *Semiotica e Ideologia*).

Pode-se observar que a redundância não é devida à livre escolha do remetente, mas sim às regras estatísticas que regem o uso dos signos em questão, em nosso caso, das palavras. Isso, porém, nada muda. Aqui, realmente, quem se encontra na posição de remetente é a própria classe dominante, que impõe a si mesma e às outras classes a aceitação de certos sistemas de signos em lugar de outros; ou então, se trata de remetentes subordinados que, submetidos pela classe dominante, limitam-se a utilizar seus códigos *ou então calam-se*.

O que se passa então é que o falante isolado, que não possui nenhum controle sobre os códigos e os canais, encontra-se numa posição análoga àquela do trabalhador não-lingüístico isolado. Tornando-se operário, este não mais partilha do processo de trabalho e de produção ao qual pertence. As fases de uma determinada elaboração, que constituíam o trabalho pessoal do artesão, articulam-se então em outras tantas fases externas à pessoa. Com isso, antes a fábrica e, em seguida, a inteira produção capitalista, se tornam uma espécie de reprodução desumana do homem enquanto trabalhador numa escala cada vez maior. Retomando o final do capítulo II, podemos dizer, de modo semelhante, que o processo de trabalho lingüístico e, com maior razão, o processo inteiro da produção e da circulação lingüística, tornam-se externos ao trabalhador lingüístico isolado justamente devido a se ter admitido a forma institucionalizada de um capital e de um mercado lingüísticos que nenhum falante pode mudar a seu bel prazer. O *falante* passa por assim dizer a ser *admitido em serviço*

pela sociedade em que nasce: pede-se a ele e a ele se impõe que gaste sua força de trabalho lingüístico e lhe são ensinadas obrigatoriamente as modalidades desse gasto. Grande parte do comportamento lingüístico consiste justamente no uso de *produtos já existentes*, no seu consumo, reproduzindo-os inconscientemente segundo modelos que, de tal modo, são confirmados e perpetuados. O falante deve transmitir aquelas e não outras mensagens, pode entender apenas aquelas e não outras mensagens. Sua liberdade é limitada ao uso de objetos cotidianos em ambos os campos da produção. Mesmo quando ocorre que o falante isolado, operando em si mesmo uma espécie de inversão lingüístico-comunicativa, consegue recusar os modelos que lhe são impostos, o preço que ele deve pagar é a expulsão ou a marginalização da sociedade lingüística. Quem não aprende a falar como os outros ou então põe-se a falar uma língua pessoalmente desviada dos modelos, não mais é entendido.

Produção como mero uso de produtos: eis o que é transmitido. Os materiais admitidos como originários no processo da produção lingüística são transmitidos tais como eles se apresentam sem que se remonte aos processos de trabalho dos quais foram os produtos. Com isso, a separação entre homem e natureza e entre homem e homem se cumpre e se aperfeiçoa, se transmite, se institucionaliza, torna-se definitiva. É barrado o caminho pelo qual poder-se-ia tentar voltar à própria relação que foi substituída pela separação. Trata-se de um impedimento perfeito, que consiste em tornar disponíveis — imediatamente e facilmente disponíveis — os produtos daquela relação; mas não como produtos e sim como algo de natural, sobre o qual o homem não mais intervém. Que o homem, ao contrário, tenha intervindo e que sem sua intervenção aqueles produtos nunca se teriam formado, é justamente o que é ignorado. E uma vez que a intervenção da qual se fala — a intervenção da linguagem na divisão do trabalho — é constitutiva do humano, a inversão faz com que o homem negue a si próprio enquanto homem. Na pseudo-totalidade em que essa negação ocorre, isso significa que o homem se afirma, então, enquanto mera engrenagem: enquanto porta-voz, repetidor e vítima do processo social da produção lingüística. Como seus próprios produtos se organizaram em sistema acima dele e contra ele, sua agitação, por baixo deles, o empurra cada vez mais ao fundo, cada vez mais em direção àquilo que, não podendo mais ser lingüístico, necessariamente torna-se sub-humano.

Um aspecto essencial do novo desejo e do novo protesto que caracterizam os movimentos da juventude do mundo inteiro está em se querer devolver um sentido às palavras na instituição de novas mediações construtivas entre o lingüístico e o não-lingüístico ou no reencontrar mediações perdidas, em combater aquela que Marcuse chamou de “lingüística política da repressão”. Trata-se não apenas de uma primeira tomada de consciência, intuitiva, mas coletiva, da alienação lingüística. Trata-se também da formação de uma conflitualidade dirigida para a desalienação da linguagem e da comunicação. A desalienação lingüística, com efeito, pertence ao futuro: ela requer necessariamente uma práxis revolucionária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS *

- ADORNO, Theodor W. *Philosophie der neuen Musik*, Frankfurt a.M., Europäische Vergaganstalt, 1966, 201 pp. *Filosofia della musica moderna*, com um ensaio introdutório de Luigi Rognoni, trad. de Giacomo Manzoni Turim, Einaudi, 1959, XXVI + 227 pp.
- ADORNO, Theodor W. *Dissonanzen, Musik in der verwalteten Welt*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1963, 160 pp. *Dissonanze*, trad. e introd. de Giacomo Manzoni, Milão, Feltrinelli, 1959, XXIII + 212 pp.
- ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max: cf. HORKHEIMER. *Avanguardia e neo-avanguardia*, de vários autores, introd. de Giansiro Ferrata, Milão, Sugar, 1966, 263 pp.
- BACON, Francis. *De augmentis scientiarum*, in *Opere filosofiche*, org. por E. De Mas, Bari, Laterza, 1965 (cf. Livro VI, I, in v. II, p. 288).
- BENJAMIN, Walter. *Schriften*, Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag, 1955. Trad. e introd. de Renato Solmi: *Angelus Novus. Saggi e frammenti*, Turim, Einaudi, 1962, XXXVIII + 289 pp.
- COHEN, Jonathan L. *The diversity of meaning*, Londres, Methuen, 1966, (1962¹), XII + 369 pp.
- Communication and culture*. Readings in the codes of human interaction, ed. por Alfred G. Smith, Nova Iorque, Holt, Rinehart e Winston, 1966, XIII + 626 pp.
- DEVOTO, Giacomo. *Civiltà di parole*, Florença, Vallecchi, 1965, 234 pp.
- ENGELS, Friedrich e MARX, Karl: v. MARX.
- ERIKSON, Erik H. *Insight and responsibility*, Lectures on the ethical implications of psychoanalytic insight, Londres, Faber & Faber, 1964, 256 pp.
- GOFFMANN, Erving. "Alienation from interaction", cap. 10, pp. 103-118 in *Communication and culture*, ed. Smith, q.v.
- GOLDMANN, Lucien. *Recherches dialectiques*, Paris, Gallimard NFR, 1959, 357 pp. (O ensaio "Sur la réification", de 1958, às pp. 64-106).

* Estão também incluídos alguns títulos não diretamente nomeados no texto do capítulo.

- GOLDMANN, Lucien. *Pour une sociologie du roman*, Paris, Gallimard NRF, 1965 (1964), 373 pp. Trad. bras. *Sociologia do romance*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- GRAMSCI, Antonio. *Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce*, Turim, Einaudi, 1955, XXIII + 299 pp.
- GRAMSCI, Antonio. *Gli intellettuali e l'organizzazione della cultura*, Turim, Einaudi, 1966, XV + 203 pp. Trad. bras. *Os intelectuais e a organização da cultura*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- GRAMSCI, Antonio. *Letteratura e vita nazionale*, Turim, Einaudi, 1954, XX + 400 pp. Trad. bras. *Literatura e vida nacional*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- GRAMSCI, Antonio. *Passato e presente*, Turim, Einaudi, 1952², XVIII + 274 pp.
- GURVITCH, Georges. *Les cadres sociaux de la connaissance*, Paris, PUF, 1966, VIII + 313 pp.
- GURVITCH, Georges. *Déterminismes sociaux et liberté humaine*, deuxième édition revue et complétée, Paris, PUF, 1963 (1955¹), 327 pp.
- HEGEL, G.W.F. *Wissenschaft der Logik*, Hamburg, Meiner, reed. 1963 da edição de 1934 org. por Georg Lasson, 2 volumes de VII + 405 e VIII + 512 pp.
- HERTZLER, Joyce O. *A sociology of language*, New York, Random House, 1965, XII + 559 pp.
- HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W. *Dialektik der Aufklärung, Philosophische Fragmente (1942-1944)*, Amsterdam, Querido Verlag, 1947 (ed. rev.).
- KRAUS, Karl. *Die Sprache*, Munique, Kösel Verlag, 1962⁴ (1954); é o segundo volume das *Werke*, org. por Heinrich Fischer.
- KRAUS, Karl. *Literatur und Lüge*, Munique, Kösel Verlag, 1958, 360 pp.; é o sexto volume das *Werke*, org. por Heinrich Fischer.
- LACAN, Jacques. *Écrits*, Paris, Seuil, 1966, 924 pp. Trad. bras. *Escritos*, Perspectiva, São Paulo, 1978.
- LAFFAL, Julius. *Pathological and normal language*, New York, Atherton Press, 1965, XXI + 249 pp.
- LEFEBVRE, Henri. *Le langage et la société*, Paris, Gallimard NRF, 1966, 377 pp.
- LENIN, V.I. *Filossóvskie tietrádi*. Trad. ital. *Quaderni filosofi*, com introdução de Lucio Colletti, Milão, Feltrinelli, 1958, CLXVIII + 517 pp.
- LEONI, Bruno. "Obbligo e pretesa nella dogmatica, nella teoria generale e nella filosofia del diritto", in *Studi in onore di Emilio Betti*, v. I: Metodologia, Ermeneutica, Problemi generali, Milão, Giuffré, 1962, às pp. 541-567.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Anthropologie structurale*, Paris, Plon, 1958, VIII + 454 pp. Trad. bras. *Antropologia estrutural*, Tempo brasileiro, Rio de Janeiro, 1975.
- LUKÁCS, György. *Geschichte und Klassenbewusstsein. Studien über marxistische Dialektik (1919-1922)*, Berlim, Malik-Verlag, 1925.

- MARCUSE, Herbert. *One-dimensional man. Studies in the ideology of advanced industrial*, Boston, Beacon Press, 1964, Boston Paperback, 1966, XIX + 260 pp. Trad. bras. *Ideologia da sociedade industrial*, Zahar, Rio de Janeiro.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Die deutsche Ideologie* (1845-1846), in *Werke*, Band III, Berlim, Dietz-Verlag, 1962. Trad. port. *Ideologia alemã*, Martins Fontes, 2 vols. São Paulo.
- MARX, Karl. *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie* (Rohentwurf 1857-1858), Berlim, Dietz-Verlag, 1953, XVI + 1102 pp.
- MEAD, George Herbert. *Mind, self, and society from the stand-point of a social behaviorist*, University of Chicago Press, 1934, ed. e com introd. de Charles [W.] Morris, 13.ª st. 1965, XXXVIII + 401 pp.
- MOORE, George Edward. *Some main problems of philosophy*, London, Allen and Unwin, 1953, XII + 380 pp. [a series of lectures delivered in 1910-1911].
- MOORE, George Edward. *Philosophical studies* (1903-1920), London, Routledge & Kegan Paul, 1922, 1965⁵, VIII + 842 pp.
- MOORE, George Edward. *Philosophical papers* (1923-1955), London, Allen and Unwin, 1959, 325 pp.
- La nouvelle critique*, v. em ordem cronológica. "Tel quel nous répond", 8.º-9.º (189.º-190.º), novembro-dezembro 1967, pp. 50-54; FAYE, Jean-Pierre: "L'argent de la langue", 10.º (91.º), janeiro 1968, pp. 47-49; HOUDEBINE, Jean-Louis: "Texte, structure, histoire", 11.º (192.º), fevereiro 1968, pp. 42-46; SOLLERS, Philippe: "L'écriture fonction de transformation sociale" 12.º (193.º), março 1968, pp. 48-50 (v. também do mesmo autor *Logiques*, Paris, Seuil, Collection "Tel Quel", 1968, 302 pp.); KRISTEVA, Julia: "La sémiologie science critique ou critique de la science", 16.º (197.º), setembro 1968, pp. 15-20; HOUDEBINE, Jean-Louis: "De la notion de reflet su concept de processus (sur une lecture de Lénine)", 18.º (199.º), outubro 1968, pp. 37-42. Esses textos tinham sido antecipados em parte numa entrevista a GEORGES MOUNIN: "Linguistique, structuralisme et marxisme", 7.º (188.º), outubro 1967, pp. 19-24.
- PEIRCE, Charles Sanders. *Collected papers*, org. por Ch. Hartshorne, P. Weiss e A. W. Burks, 8 vols., Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1930-1966.
- PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Traité de l'argumentation. La nouvelle rhétorique*, Paris, P.U.F., 2 vols. de IV + 350 + II e IV + 351-734 pp.
- PIRO, Sergio. *Il linguaggio schizofrenico*, Milão, Feltrinelli, 1967, XII + 590 pp.
- RICOEUR, Paul. *De l'interprétation. Essai sur Freud*, Paris, Seuil, 1965, 534 pp.
- ROSSI-LANDI, Ferruccio. "Note di semiótica: 1. Perché semiótica; 2. Su enunciato, proposizione e contesto; 3. Sul pregiudizio contrattualistico", *Nova Corrente*, 41.º, 1967, pp. 90-109 [agora in *Semiótica e ideologia*, caps. I, II e III].
- ROSSI-LANDI, Ferruccio. *Significato, comunicazione e parlare comune*, Pádua, Marsilio, 1961, 291 pp. [1980²].

- ROSSI-LANDI, Ferruccio. "Significato, ideologia e realismo artistico", *Nova Corrente*, 44.º, 1967, pp. 300-342 [*Semiotica e ideologia*, cap. VIII].
- ROSSI-LANDI, Ferruccio. "Ideologie della relatività linguistica", *Ideologie*, 4.º, 1968, pp. 3-69 [*Semiotica e ideologia*, cap. X].
- ROSSI-LANDI, Ferruccio. "Note di semiotica: 19. Sui programmi della comunicazione non-verbale", *Nova Corrente*, 46.º-47.º, 1968, pp. 304-319 [*Semiotica e ideologia*, cap. XII].
- RUESCH, Jurgen e BATESON, Gregory. *Communication. The social matrix of psychiatry*, New York, W. W. Norton & Co., 1951, VI + 314 pp.
- RUESCH, Jurgen. *Disturbed communication. The clinical assessment of normal and pathological communicative behavior*, New York, W. W. Norton & Co., 1957, VIII + 337 pp.
- RUESCH, Jurgen. *Therapeutic communication*, New York, W. W. Norton & Co., 1961, XVII + 480 pp.
- RYLE, Gilbert. "Systematically misleading expressions", *Proceedings of the Aristotelian society*, XXXII, 1931-32, pp. 139-164; reed. in *Logic and Language*, ensaios org. por A. G. N. Flew, I Serie, Oxford, Blackwell, 1949, pp. 11-36.
- RYLE, Gilbert. *Philosophical arguments*. An inaugural lecture, Oxford, Clarendon Press, 1945, 20 pp.
- RYLE, Gilbert. *The concept of mind*, London, Hutchinsons's, 1949, 334 pp.
- RYLE, Gilbert. *Dilemmas*, Cambridge University Press, 1954, VI + 129 pp.
- SANGUINETI, Edoardo. *Ideologia e linguaggio*, Milão, Feltrinelli, 1965, 105 pp.
- SARTRE, Jean-Paul. *Qu'est-ce que la littérature?*, Paris, Gallimard, 1948, 375 pp.
- SARTRE, Jean-Paul. *Critique de la raison dialectique* (précédé de *Question de méthode*), Tomo I: *Théorie des ensembles pratiques*, Paris, Gallimard, 1960, 755 pp.
- SARTRE, Jean-Paul. *Les mots*, Paris, Gallimard, 1964, 213 pp. Trad. bras. *As palavras*, Difel, São Paulo, 1964.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*, édition critique par Rudolf Engler, Wiesbaden, Harrassowitz, 1.º, 1967, XII + 146 pp. duplas; 2.º, 1967, pp. duplas 147-316; 3.º, 1968, pp. duplas 317-515. Trad. bras. *Curso de Linguística Geral*, Cultrix/USP, São Paulo, 1969.
- SCALIA, Gianni. "La nuova avanguardia (o della "miseria" della poesia)", in *Avanguardia e neo-avanguardia*, q.v. às pp. 23-84.
- STEINER, George. "Babel and after", anônimo sobre o *Times literary supplement*, 10 de novembro de 1966, reed. in *T.L.S., Essays and reviews from the Times literary supplement*, 1966, ver às pp. 199-204.
- STEINER, George. *Language and silence, Essays 1958-1966*, London, Faber and Faber, 1967, 545 pp.
- Tel Quel*: escritos de BAUDRY, Jean-Louis. "Le sens de l'argent", 32.º (Hiver 1968), pp. 87-91; e de GOUX, Jean-Joseph. "Marx et l'inscription du travail", 33.º (Printemps 1968), pp. 77-94; e as relações com *La nouvelle critique* (q.v.).
- THOMSON, George. *Studies in ancient Greek society*, London, Lawrence and Wishart, 1949-1955. I. *The prehistoric Aegean*, 1949, new edition 1954,

- reimp. 1961, 626 pp.; II. *The first philosophers*, 1955, new edition 1961, 367 pp.
- VAILATI, Giovanni. *Scritti*, Florença-Lipsia, Seeber-Barth, 1911, XXXVI + xxxii + 976 pp. em 8.º grande, org. por M. Calderoni, U. Ricci e G. Vacca, com uma biografia de O. Premoli; uma coletânea de onze ensaios em *Il metodo della filosofia. Saggi di critica del linguaggio*, org. por F. Rossi-Landi, Bari, Laterza, 1967 (1957¹), 223 pp.
- WISDOM, John. *Philosophy and psycho-analysis*, Oxford, Blackwell, 1953, VI + 282 pp.
- WISDOM, John. *Paradox and discovery*, Oxford, Blackwell, 1965, IX + 166 pp.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Schriften*, Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag, 1960, 545 pp. (reed. 1963); contém *Tractatus, Philosophische Untersuchungen* e escritos menores.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophische Bemerkungen* (1930) Aus der Nachlass herausgegeben von Rusch Rhees, Oxford, Blackwell, 1964, 348 pp.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Bemerkungen über die Grundlagen der Mathematik* (1937-1944), Oxford, Blackwell, 1956.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophische Untersuchungen* (1945), Oxford, Blackwell, 1953.

ÍNDICE ANALÍTICO E ONOMÁSTICO

OBS.: Neste *Índice não* figuram os nomes dos autores elencados nas referências bibliográficas do Cap. VII (pp. 244-8).

- ABBAGNANO, N.: 23, 177
Adorno, Th. W.: 142
Agostinho, Santo: 36, 47
alienação como falsificação ou disfunção: 133, 141, 224-226
alienação lingüística: 59, 61-62, 101, 103-104, 122-123, 132-133, 144-146, 151-152, 219, 221-226, 240-243
Alston, W.P.: 56
Alt, F.L.: 125
Amaduzzi, R.: 46
análise da língua cotidiana: *v.* escola filosófica de Oxford-Cambridge
Anscombe, G.E.M.: 16, 17, 18, 26, 40, 87
Antiseri, D.: 25
antropocentrismo, contra o: *v.* continuidade do homem com o mundo animal
antropogênico: *v.* caráter "aposição": 53-54
Aristóteles: 66, 165
artefatos: 160, 174, 176-188
— materiais e lingüísticos: 180-8, 226, 227
articulações lingüísticas e materiais: 203-5, 208-212, 226, 227
artificialidade do esquema homológico da produção: 173, 191-3
atomismo lógico: 25, 26
atividade: *v.* em trabalho
Austin, J.L.: 188
BACON, F.: 81, 231
Bagiotti, T.: 65
Baier, K.: 189
Bally, Ch.: 87, 215
Baran, P.A.: 119
Bar-Hillel, Y.: 125
Barone, F.: 23, 26
Barthes, R.: 29, 108
Bateson, G.: 225
Baudry, J.L.: 224
Beard, R.W.: 27
Belli-Nicoletti, E.: 33
Benjamin, W.: 142, 223
Bentram, M.: 180
Benveniste, E.: 124
Bergmann, G.: 32
Bidney, D.: 177
Black, M.: 26, 59
Bloch, B.: 179
Bloomfield, L.: 73, 179
Bobbio, N.: 64
Böhm-Bawerk, E. von: 65
Bozzi, P.: 120
Bradley, F.H.: 24, 49, 207
Brown, N.O.: 183

- Bridgman, P.W.: 65
 Bruno, G.: 176
 Bücher, K.: 185
- CAIMBRAS mentais: 29, 30, 59, 61
 Calderoni, M.: 120-121, 145
 campos semânticos: 57, 94-7
 capital ou patrimônio lingüístico: 74-9,
 162-7, 218-220, 229-238
 — complexo: 82, 83, 163, 164,
 236-8
 — constante: 81, 82, 162, 163, 229-
 234
 — variável: 82, 163, 234-6
 caráter antropogênico da linguagem e
 do trabalho: 66, 119, 120, 182-5,
 187
 Carroll, J.B.: 73
 Cassirer, E.: 128
 Castro, Fidel: 39
 Caton, C.E.: 40
 Ceccato, S.: 51, 65
 Chappel, V.C.: 31
 Chase, S.: 73
 Childe, G.: 65, 75, 186
 Chomski, N.: 56
 Classes sociais: 138, 182, 183, 241, 242
 código genético: 129
 Codino, F.: 68
 Colombo, G.C.M.: 40
 comportamentos significantes: 32, 45
 comunicação: v. produção lingüística;
 — econômica: 106
 — e econométrica: 123-5
 — e marginalismo: 120-3
 — e produção: 74, 75, 117, 118,
 160, 224, 227-9
 — não-verbal: 109, 110
 comunidade lingüística: 85, 87; e v.
 mercado lingüístico
 conferência de sentido: v. semantiza-
 ção
 condições do significar: 49-51
 conscientização da produção lingüísti-
 ca: 27, 28, 29, 30, 75-7, 90-1, 202,
 206-7, 212, 213, 241-3, 215, 216
- Conte, A.G.: 20
 continuidade do homem com o mun-
 do animal: 65, 67, 96, 97, 110, 111,
 112, 134, 183-5, 215, 216
 Copi, L.M.: 27
 corporeidade das mensagens: 113-5
 consciência e pensamento: 135, 136
 consciência "falsa": 136, 150
 Cranston, M.: 27
 Croce, B.: 101, 171, 224
 croce-gramscismo: 168, 169
 Cuvier, G.: 128
- DELLA VOLPE, G.: 64
 De Mas, E.: 81
 De Mauro, T.: 27, 87, 215
 dinheiro lingüístico: 59, 81, 82, 163,
 164, 208, 220, 231-4
 Derossi, G.: 215
 Devoto, G.: 224
 dialética dos valores lingüísticos: 91-
 101
 — da aquisição de uma língua:
 206, 207
 Dilthey, W.: 55
 dimensões do significar: 50, 51, 151,
 168, 169
 Dingler, H.: 36, 65
 discurso, seu caráter ideológico: 103-4,
 144-6, 150-2, 155-8, 240-2
 distribuição da força de trabalho lin-
 güística: 91, 95, 103-4, 175, 220
 Dobb, M.: 46, 119
 doença da linguagem: 28, 29, 54, 55,
 61, 101, 221, 225 e v. alienação
 lingüística
 Dryson, F.: 35
 dualismo ontológico: 31, 32, 67, 74,
 181
 — e divisão em classes: 138, 182-
 183
 Dummett, M.: 40
- EBELING, C.L.: 196
 econométrica e comunicação: 123-5

- economia marxista: 43, 44, 118-120, 122
 — e linguagem: 106, 107, 222
 — e semiótica: 115-120, 122, 221-4
 Engels, F.: 31, 50, 51, 52, 68, 78, 133, 142, 202
 Engler, R.: 87, 215
 enunciados: 45, 173, 174, 200, 201
 — e palavras: 204, 205, 213, 214
 — e utensílios: 28, 79, 80, 172-5, 189, 190, 196, 209, 210, 213-216, 218, 219
 equação de valor lingüístico: 98, 100, 101
 equivalências e diferenças: 165, 166
 Erikson, E.: 225
 escola filosófica de Oxford-Cambridge: 15-23, 71, 72, 75, 76, 87, 188-190, 224, 225
 esquema homológico da produção: 172, 173, 175, 196-199; e v. homologia da produção
 esquizofrenia intelectual: 40, 143
 estruturalismo: 29, 30, 60, 124, 125, 128, 129, 168, 170
 estudo não glotológico da linguagem: 106, 107, 112, 113, 121-3, 187, 188, 190, 191

 FALAR comum ou coletivo: 49, 72, 211, 215, 216, 218
 falar e pensar: 30, 31
 Faye, J.P.: 224
 feitiço lingüístico: 46, 122-123, 223
 Feuerbach, L.: 31
 Feyerabend, P.: 31, 36
 Findlay, J.N.: 18
 fisocracia lingüística: 58; e v. pseudonaturalidade da linguagem
 força-trabalho lingüística: v. distribuição de força de trabalho lingüística
 Foulquié, P.: 177
 Fraser, L.M.: 65
 Frege, G.: 19, 36
 Freud, S.: 36, 235
 Frisch, K. von: 75

 Furth, P.: 64
 futuro, uso do: 134, 139, 156-8

 GABEL, J.: 143
 Gargani, A.G.: 24
 Gasking, D.A.T.: 21
 Geach, Mrs.: v. Anscombe, Miss G.E.M.
 Gehlen, A.: 65
 Gentile, G.: 224
 Gerow, B.: 176
 Geymonat, L.: 26
 Giannotta, M.A.: 65
 Glockner, H.: 174
 glotocentrismo: 123-5, 168, 192, 207, 208, 210, 220, 225, 226, 230, 231, 237; e v. separatismo das ciências
 Godel, R.: 70, 94, 110, 128, 215
 Goldmann, L.: 142
 Gomperz, H.: 36
 Gould, J.: 176
 Gramsci, A.: 171, 224
 Gudschinsky, S.C.: 179
 Guglielmi, G.: 159, 160
 Gurvitch, G.: 142

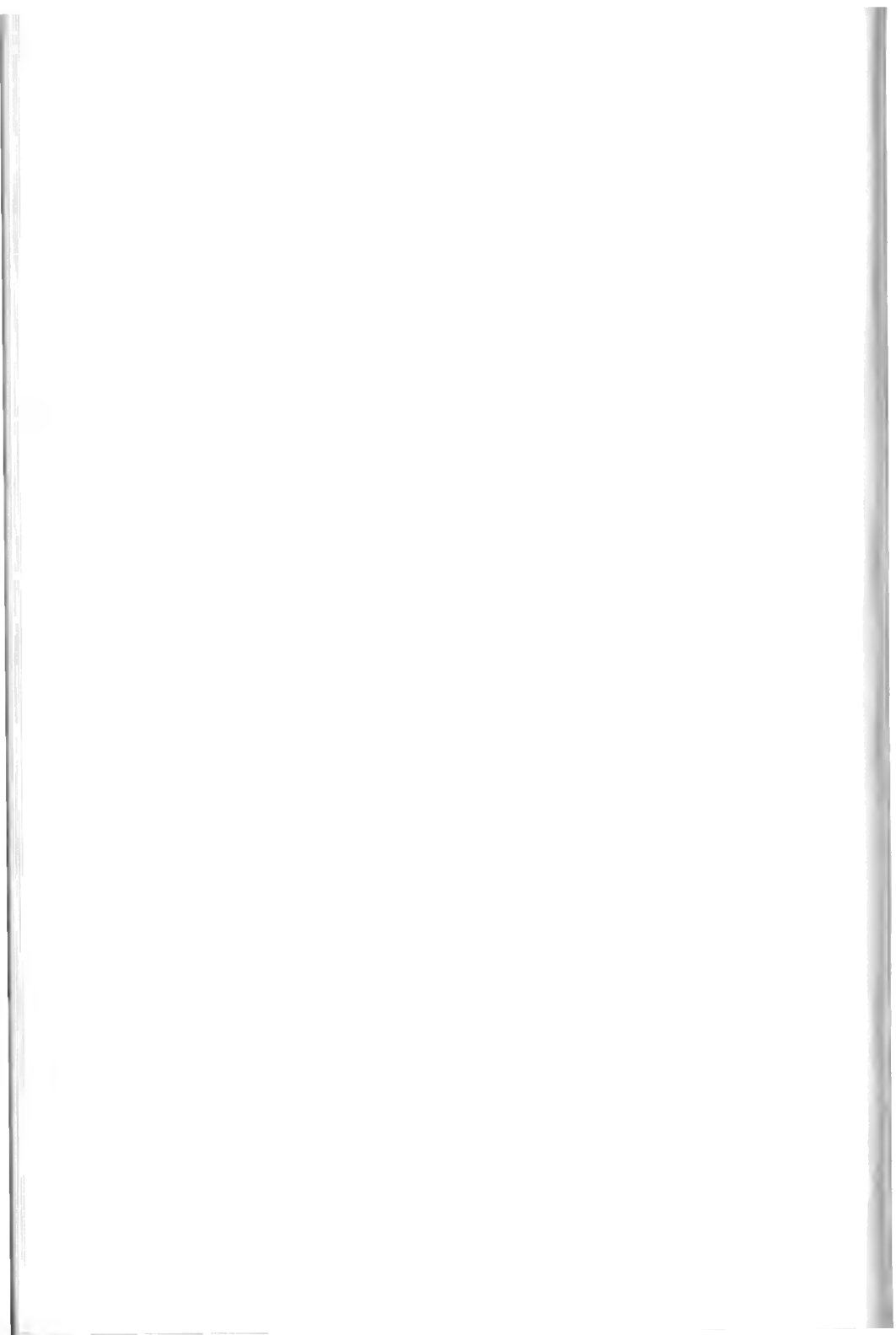
 HALL, E.T.: 110, 112, 115
 Hallett, G.: 16
 Harris, Z.S.: 56, 124
 Hartnack, J.: 27
 Hartshorne, Ch.: 208
 Hegel, G.W.F.: 24, 31, 64, 66, 106, 119, 120, 126, 132, 136, 143, 174, 188, 194, 227, 231
 Herbst, P.: 16
 Herder, J.G.: 55
 Hertz, H.: 36
 Hintikka, J.: 45
 Hjelmslev, L.: 125
 Hockett, Ch. F.: 124
 Hoffmeister, J.: 66, 174, 177
 Hoijer, H.: 124
 homologia e analogia: 173, 183
 homologia da produção: 79, 127, 160-6, 172-5, 182, 183, 186, 187, 215, 226-8, 233, 234
 Horkheimer, M.: 142, 223

- Humboldt, W. von: 55, 168
 Hume, D.: 25
 Hutten, E.: 16
- IDEALISMO: 24, 31, 51, 60, 75, 76,
 100, 101, 132, 133, 135, 138, 141,
 152, 153, 162, 194, 218, 219
- ideologia:
 — como falso pensamento: 135-143
 — como projeção social: 37, 144-
 158, 242, 243
 — dominante: 37, 183, 239, 240
 e *v.* alienação
- incesto: 183, 184
- instrumentos: *v.* materiais e utensí-
 lios;
 — neocapitalistas: 42, 153
- Ivic, M.: 196
- JACKSON, A.C.: 21
 Jakobson, R.: 102
 Jevons, W.S.: 43
- KANT, I.: 27, 38, 132
 Kees, W.: 110
 Keynes, J.M.: 33, 43, 48
 Keyt, D.: 45
 Kolb, W.L.: 176
 Kraus, K.: 222
 Kroeber, A.L.: 177, 217
- LA BARRE, W.: 183
 Lacan, J.: 225
 Laffal, J.: 225
 Lalande, A.: 177
 Lange, O.: 119
 Lasson, G.: 66, 174
 Lee, D.: 168
 Lefebvre, H.: 223
 Leisi, E.: 57, 96, 171
 Leoni, B.: 81, 231
 Leroi-Gourhan, A.: 75, 186
 Lévi-Strauss, Ch.: 113, 123, 183, 231
 Lichtenberg, G.C.: 36, 55
 Lieber, H.-J.: 64
 língua: *v.* capital lingüístico constante;
 — e sociedade: 167, 168
- linguagem: *passim*;
 — alienada: *v.* alienação lingüís-
 tica;
 — das coisas: 79, 80, 109, 209-211,
 225
 — e necessidades: 67-9, 128, 205,
 207
 — "em licença": 28, 60, 61, 63,
 101, 224
 — não-verbal: 108-109, 113, 114; e
v. homologia da produção, tra-
 balho, produção;
- Locke, J.: 165
 Lorenzen, P.: 36
 Lucrécio: 127
 Lukács, G.: 66, 142, 173, 222
- MAQUINAS enunciativas: 174, 175,
 197, 201, 202
 Mace, C.A.: 59
 Mach, E.: 36
 Mais-valia lingüística: 219
 Malcolm, N.: 21, 31, 34, 35, 36, 37, 55
 Malthus, R.: 48
 Marcuse, H.: 142, 223, 243
 marginalismo e comunicação: 120-3
 Marini, A.: 27
 Marouzeau, J.: 195
 Marshall, A.: 120
 Martinet, A.: 80, 196, 203, 205, 210
 Marx, K.: 31, 43, 51, 52, 54, 58, 62,
 64, 68, 78, 81, 86, 91, 94, 99, 101,
 104, 116, 118, 119, 120, 122, 126,
 130, 133, 142, 188, 194, 202, 222,
 236, 240
 materiais e instrumentos lingüísticos:
 79, 80, 203, 208, 230-2
 materialismo: 32, 52, 133, 134, 226-228
 e *passim*
- Matoré, G.: 196
 Mauthner, F.: 56
 McGuinness, B.F.: 18
 Mead, G.H.: 223
 mercantilismo lingüístico: 58, 71, 72,
 101
 mercado lingüístico: 46, 47, 85-91, 163

- mercadorias:
 — como mensagens: 109, 110, 115, 116, 118, 119, 126, 127, 236
 — como produtos: 86, 110, 118
- Meredith, G.P.: 190
- mensagens: 63, 85, 99 e *passim*
 — e mercadorias: 109, 110, 115, 116, 163, 227
 — e objetos: 114, 115
 — e palavras: 63, 83, 122, 123
 — e sua corporeidade: 113-5
 — não-verbais: 108, 110, 112-4
- método genético: 169-171
- Meyer, S.: 130
- Mill, J.: 105
- Mises, L. von: 65
- modelos: 46, 47, 194, 200, 218, 219
 — lingüísticos: 28, 29, 60, 79, 89, 104, 194
- monemas: 196, 199, 203-5
 — materiais: 209
- Moni, A.: 174
- Moore, G.E.: 19, 20, 24, 38, 125, 188, 224
- Morganti, S.: 125
- morte lingüística ou comunicativa: 105, 242; e *v.* alienação lingüística
- Mounin, G.: 125
- Müller, M.: 55, 128
- Mundle, C.W.K.: 31
- NAPOLEONI, C.: 43, 46, 119, 122
- "naturalidade" da linguagem: *v.* pseudo-naturalidade da linguagem
- necessidades lingüísticas: 23, 67-9, 85, 86, 88, 89, 127, 205, 207, 208, 233
- Negri, A.: 66
- neutralismo: 142
- neuróticos e perversos: 143, 144
- Nida, E.A.: 179
- Nohl, H.: 66
- nova imediatez: 67, 78, 92, 154, 183, 203
- OAKLEY, K.P.: 177
- Oddera, B.: 21
- Ogden, C.K.: 18, 33
- Olbrechts-Tyteca, L.: 145, 238
- operações mentais: 30, 31, 51, 75, 76, 194
- PACI, E.: 26
- Paget, R.A.S.: 185
- Pareto, V.: 147
- palavra individual (palavras): 49, 69, 70, 71, 214-6, 220
- palavras ou lemas: 196, 200, 205
- Parsons, T.: 65
- Pascal, B.: 36
- patrimônio lingüístico: *v.* capital lingüístico
- Pears, D.: 18
- Pei, M.: 196
- Peirce, Ch. S.: 49, 208, 221, 238
- pensamento "falso" (ideologia): 135
- Perelman, Ch.: 145, 238
- Pietranera, G.: 119
- Pike, K.L.: 179
- Piro, S.: 224
- Pitcher, G.: 27
- Platão: 24, 36
- Plebe, A.: 66
- Poggi, G.: 65
- Poincaré, H.: 36
- Pole, D.: 19, 31, 33
- posição na língua: *v.* valor lingüístico como posição
- praxis "falsa": 137, 138
- Premoli, P.: 173
- Prior, A.N.: 40
- privilegiamento do discurso:
 — extra-histórico: 155, 156
 — infra-histórico: 156-8
- produtos:
 — lingüísticos de trabalho transcorrido: 78, 187, 193, 213, 214, 242
 — sua produção e uso: 58, 71, 72, 74-9, 187, 188, 213, 214, 241-3
- produção lingüística: 172-5, 188, 226-7, 127
 — conscientização da: *v.* conscientização

- e produção material: 84-5, 106, 107, 183-6, 226-8
prolepsis lógica: 68, 97
proposições: 18, 25, 26, 49, 50, 208, 209
propriedade privada lingüística: 45-6, 52, 57, 58, 103-5, 151, 152, 153, 238, 239, 240
pseudonaturalidade da linguagem: 58, 60
público e social: 58, 104
- RADETTI, G.: 174
Ramsey, F.P.: 32, 33, 39
relatividade lingüística: 51, 60, 61, 72, 73, 167, 168, 230
representação de um mundo melhor: 132, 134, 135, 156-8, 239, 242-243
resíduo corporal das mensagens não-verbais: 113-5, 126, 127
Ricardo, D.: 43, 46, 119
Richards, I.E.: 33
Ricoeur, P.: 225
Riedlinger, A.: 87
Riepe, D.: 40
Riverso, E.: 27
Roosevelt, E.: 39
Rossi, Pietro: 55
Rouse, I.: 177
Rousseau, J.J.: 135
Ruesch, J.: 110, 225
Russell, B.: 24, 25
Ruvet, N.: 102
Ryle, G.: 20, 39, 59, 72, 188, 190, 224
- SAINT-JEAN, R.: 177
Salvucci, P.: 120
Samarin, W.J.: 179
Sanguineti, E.: 224
Santucci, A.: 120
Sapir, E.: 168
Sartre, J.-P.: 142, 223
Saussure, F. de: 49, 56, 69, 70, 71, 87, 108, 110, 128, 215, 220, 221, 232
Scalia, G.: 224
- Schleicher, A.: 128
Schlick, M.: 21
Schmidt-Rohr, G.: 168
Schopenhauer, A.: 36
semantização (e conferência de sentido): 91, 150, 200, 207
semiótica: 108-112, 136
— e economia: 115-120
— e semiologia: 108
separatismo das ciências: 38, 39, 146, 147, 153-5, 175, 208; e *v.* glotocentrismo
Seriani, L.: 46
Shils, E.A.: 65
significado: 48-50, 87, 88, 189, 190, 200, 207, 213-215
— e contexto: 27, 44, 45, 50-51
— e uso: 28, 30, 88, 212
— e valor: *v.* em valor
v. também uso da linguagem
signos lingüísticos e não-lingüísticos: 110, 111, 189, 190
"sinonímia": 53, 54
situação humana alienada: 131-5
Smith, A.: 43, 46, 66, 119, 120
Smythies, Y.: 37, 40
Solmi, R.: 66
Sraffa P.: 33, 34, 35, 43, 44, 119
Steiner, G.: 224
Stenius, E.: 26
Stocker, M.A.G.: 31
Strawson, P.F.: 31
subdivisão da atividade sgnica: 96, 97, 106-111
Sweezy, P.: 46, 119
- THOMSON, G.: 184, 185, 186, 233
Tolstói, L.: 36
Tommaseo, N.: 173
totalidade:
trabalho: e *passim*;
— e atividade: 66-8, 177, 178
— individual e social: 75, 215, 220
— mental enquanto social: 51, 52
— social: 69, 100, 193, 194, 216
e *v.* produto, produção

- trabalho lingüístico: 63-74, 86, 87, 121-123, 126, 188, 203-9, 214, 215, 220
 — e trabalho não-lingüístico: 66, 67, 73-5, 76, 79, 84, 85-86, 111, 128
 — específico e genérico: 88-91
v. também homologia da produção, do falar comum, produção lingüística
- Trager, G.L.: 179
 Trier, J.: 57, 96, 168
 Tronti, M.: 93, 105
 Tylor, E.B.: 183
- ULLMANN, S.: 96, 124
 unidade dos sistemas sígnicos: 110, 112, 181-186
 uso da linguagem: 23, 24, 29, 31, 49, 58, 77, 78, 135, 188, 212, 213
v. também em significado
 — e aplicação: 18
 utensílios (*também*: instrumentos): 173, 174, 200
 — e enunciados: *v. em* enunciados
 — e máquinas: 174, 175
 utilidade lingüística: *v. valor* lingüístico de uso
- VACHEK, J.: 196
 Vailati, G.: 100, 224
 Valente, M.: 33
 valores lingüísticos: 84, 85, 87-101, 115-7, 124, 125
 — como posição: 93-100, 125
 — dialética dos: 91-101
 — de troca: 85, 88-91, 97, 98, 125, 236
 — de uso: 85, 86, 88, 97, 98, 125, 236
 — e significados: 86, 87
- Veca, S.: 129
 Vendler, Z.: 56
 Vendryès, J.: 69
 verbal e não-verbal: 106-129
 verbal e não-sígnico: 128-129
 Viano, C.A.: 24
 Vico, G.B.: 180
 Vitello, V.: 43, 44
- WAGNER, A.: 93, 94
 Waismann, F.: 20
 Walras, M.-E.-L.: 43
 Weber, M.: 147
 Weiler, G.: 56
 Weinberg, J.R.: 26
 Weininger, O.: 36
 Weisgerber, L.: 57, 168
 Weiss, P.: 208
 Wells, R.: 56
 Whatmough, J.: 70
 Whitehead, A.N.: 33
 Whitney, W.: 128
 Whorf, B.L.: 73, 168
 Wicksell, K.: 43
 Willey, G.R.: 186
 Wisdom, J.: 18, 20, 39, 188, 225
 Wittgenstein, L.: 15-62, 87, 90, 103, 125, 182, 188, 190, 194, 224, 225, 240
 Wright, G.H. von: 20, 21, 24, 33, 36, 40, 41, 53
- ZIPF G.K.: 80



SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	5
<i>Prefácio à edição brasileira</i>	7
I. PARA UM USO MARXIANO DE WITTGENSTEIN	
1. Epifania das <i>Untersuchungen</i>	15
2. O primeiro e o segundo Wittgenstein	24
3. O vazio historiográfico em torno de Wittgenstein	32
4. Algumas hipóteses sobre a influência de Sraffa	43
5. Uma tentativa de 1961	48
6. O uso marxiano do segundo Wittgenstein	52
II. A LINGUAGEM COMO TRABALHO E COMO MERCADO	
1. O trabalho humano lingüístico	63
2. Trabalho, produto e uso do produto	74
3. O capital lingüístico	79
4. O mercado lingüístico	84
5. Sobre a dialética dos valores lingüísticos	91
6. Menção à alienação lingüística	101
III. SOBRE A LINGUAGEM VERBAL E NÃO-VERBAL	
1. Premissa	106
2. O signo: verbal e não-verbal	108
3. Aplicação do verbal ao não-verbal	112
4. O resíduo corporal das mensagens não-verbais	113
5. A economia como estudo das mensagens-mercadorias	115
6. A economia como setor da semiótica	117
7. A tentativa marginalista de Calderoni	120
8. A abordagem não-marginalista à comunicação	121
9. A econometria no uso da comunicação	123
10. Pondo de lado o resíduo corporal	126
11. Nota sobre as relações entre verbal e não-sígnico	127

IV. IDEOLOGIA COMO PLANEJAMENTO SOCIAL	
I. <i>Ideologia como falso pensamento</i>	130
1. Premissa	130
2. A situação humana alienada	131
3. Falsa consciência, falso pensamento, falsa práxis	135
4. Articulação da relação entre práxis e consciência	140
II. <i>Ideologia como planejamento social</i>	144
5. Premissa	144
6. Caráter ideológico de qualquer discurso e planejamento social	144
7. Ideologias conservadoras como "privilegiamentos" extra-históricos	150
8. Privilegiamento infra-histórico e restauração do pensamento revolucionário	155
V. TRABALHANDO SOBRE A HOMOLOGIA DA PRODUÇÃO	
1. Premissa	159
2. Mercadoria, língua e romance	161
3. Mercadoria, linguagem, mercado e capital	162
4. Sistemas de equivalências e de diferenças	165
5. Língua e sociedade	167
6. Sobre o método genético	169
VI. PARA UM ESQUEMA HOMOLÓGICO DA PRODUÇÃO	
1. Premissa	172
2. Ampliação da noção de artefato	175
3. Artefatos "materiais" e artefatos lingüísticos	180
4. O caráter artificial do esquema e a noção de trabalho	191
5. Esboço de um esquema homológico da produção	195
6. Comentários ao esquema	199
7. A pluralidade das articulações nos dois ramos da produção ...	203
8. A noção de fala coletivo e o uso dos modelos	214
VII. CAPITAL E PROPRIEDADE PRIVADA NA LINGUAGEM	
I. <i>Para uma abordagem sistemática</i>	221
1. Um olhar para a literatura	221
2. Breve discussão da produção lingüística	226
II. <i>O capital lingüístico</i>	229
3. Capital lingüístico constante	229
4. Capital lingüístico variável	234
5. Capital lingüístico total e sua operação	236
III. <i>A propriedade privada lingüística</i>	238
6. Condicionamento do discurso	238
7. Caráter público da propriedade privada	239
IV. <i>Algumas conclusões possíveis</i>	240
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	244
ÍNDICE ANALÍTICO E ONOMÁSTICO	249